



Viajantes paulistas

.....

REMINISCÊNCIAS DE
VIAGENS E PERMANÊNCIA
NO BRASIL



Mesa Diretora
Biênio 1999/2000

Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente

Senador Geraldo Melo
1º Vice-Presidente

Senador Ademir Andrade
2º Vice-Presidente

Senador Ronaldo Cunha Lima
1º Secretário

Senador Carlos Patrocínio
2º Secretário

Senador Nabor Júnior
3º Secretário

Senador Casildo Maldaner
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Eduardo Suplicy

Senador Lúcio Coelho

Senador Jonas Pinheiro

Senadora Marluce Pinto

Conselho Editorial

Senador Lúcio Alcântara
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....

REMINISCÊNCIAS DE VIAGENS E PERMANÊNCIA NO BRASIL

[RIO DE JANEIRO E PROVÍNCIA
DE SÃO PAULO]

Compreendendo
Notícias Históricas e Geográficas
do Império e de Diversas Províncias

Daniel P. Kidder

Tradução de
Moacir N. Vasconcelos



Brasília – 2001

O BRASIL VISTO POR ESTRANGEIROS

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

COLEÇÃO O BRASIL VISTO POR ESTRANGEIROS

Lançamentos programados (Série Viajantes)

Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil – Daniel P. Kidder

Viagem ao Brasil – Luiz Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz

Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho – Richard Burton

Brasil: Amazonas-Xingu – Príncipe Adalberto da Prússia

Dez Anos no Brasil – Carl Seidler

Viagem na América Meridional – Ch.-M. de La Condamine

Brasil: Terra e Gente – Oscar Costantini

Viagem ao Brasil nos Anos de 1815 a 1817 – Maximiliano, Príncipe de Wied-Neuwied

Segunda Viagem a São Paulo e Quarta História da Província de São Paulo – Auguste de Saint-Hilaire

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2001

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70168-970 – Brasília – DF

CEDIT@cegraf.senado.gov.br – <http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm>

.....

Kidder, Daniel P.

Reminiscências de viagens e permanências no Brasil : Rio de Janeiro e
Província de São Paulo / Daniel P. Kidder; tradução de Moacir N.
Vasconcelos. -- Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

316 p. : il. – (Coleção o Brasil visto por estrangeiros)

1. Rio de Janeiro (estado), descrição. 2. Usos e costumes, Rio de Janeiro
(estado). 3. São Paulo (estado), descrição. 4. Usos e costumes, São Paulo
(estado). 5. Império (1822-1889), Brasil. I. Título. II. Série.

CDD 918.1541

.....

.....

Sumário

APRESENTAÇÃO

pág. 15

PREFÁCIO

pág. 19

CAPÍTULO I

Rio de Janeiro – Situação do Porto – Cenário Característico – Aspectos e Panoramas da Cidade – Seus Habitantes – Primeira Colonização Francesa – Empreendimento Desastroso – Luta Entre Portugueses e Franceses – A Fundação de São Sebastião – Intolerância.

pág. 21

CAPÍTULO II

Fase Inicial do Rio de Janeiro – Progresso – Ataque dos Franceses sob o Comando de Du Clere – Sua Derrota – A Expedição de Duguay Trouin – O Desenvolvimento da Cidade no Período dos Vice-Reinados – A Chegada da Corte Portuguesa – Rápidas Modificações de Ordem Política – A Partida de D. João VI.

pág. 33

CAPÍTULO III

Proclamação da Independência – Aclamação de D. Pedro – A Revolução – Acontecimentos Subseqüentes – Abdicação – Aclamação de D. Pedro II – A Regência – Reforma Constitucional.

pág. 47

CAPÍTULO IV

O Cais do Largo do Paço – O Povo – Os Prédios – A Rua Direita – Carregadores de Café – Canções Africanas – Gritaria – Praça do Comércio – Alfândega – Correio – A Bandeira Nacional – Designação das Ruas Oratórios nas Esquinas – Igrejas – Conventos.

pág. 61

CAPÍTULO V

Irmandades – Hospital de S. Francisco de Paulo – O Lázaro e a Cascavel – A Santa Casa de Misericórdia – Asilo dos Expostos – Recolhimento para Meninas Órfãs – Visita do Imperador – José de Anchieta – Lendas Fantásticas da Companhia – O Padre Joam D’Almeida.

pág. 73

CAPÍTULO VI

Falta de Hotéis – Mercados – Maneiras de Viver – Vendedores Ambulantes de Frutas – Mendigos e Vagabundos – A Casa de Correção – Ocupações dos Sentenciados – Aventura de uma Irlandesa – Prisões – Classificação dos Criminosos – Assassinos na Fortaleza da Laje.

pág. 87

CAPÍTULO VII

Iluminação das Ruas – Polícia – Junta Vacínica – Museu Nacional – Academia de Belas-Artes – Escolas Militar e Naval – O Colégio do Imperador – Leitura das Escrituras – Seminário Episcopal – Biblioteca Nacional e Pública – Bibliotecas Pagas – Comércio de Livros – Traduções – Leilões de Livros – Literatura Profana – Jornais – Política – Correspondência – Anúncios – Periódicos – Instituto Histórico e Geográfico.

pág. 97

CAPÍTULO VIII

A Glória – A igreja – Sinos – Prédicas – Cena Noturna – Praia do Flamengo – Laranjeiras – Lavadeiras – Ascensão ao Corcovado –

Panorama – Descida pelo Aqueduto – A Noite nas Fraldas do Corvocado
– Botafogo – Praia Vermelha – Copacabana – Pão de Açúcar – Jardim
Botânico.
pág. 107

CAPÍTULO IX

Ação Missionária – A Bíblia no Brasil – Anseio Popular pelas Escrituras –
Natureza e Efeitos da Oposição à sua Divulgação – Grande Circulação
das Escrituras – Catolicismo – Dias Santificados – A Pompa das
Cerimônias Religiosas – O Entrudo – A Procissão de Quarta-Feira
de Cinzas – Imagens – Anjos – Domingo de Ramos – Semana Santa –
Procissões Precatórias – *Corpus Christi* – Padroeiros do Fogo e do Barulho.
pág. 121

CAPÍTULO X

Engenho Velho – A Chácara – Hábitos Portugueses – Culto Protestante –
Companhia de Ônibus – Categoria dos Indivíduos – Vestido – Tejuco –
As Cachoeiras – Atmosfera Salubre – A Aristocracia nas Montanhas –
Um Novo Moinho – A Quinta Imperial – Dom Pedro II e
Suas Irmãs – Fazenda de Santa Cruz.
pág. 139

CAPÍTULO XI

Panorama da Boa Vista – Passagem Marítima para a Cidade – Navios
Mercantes Surtos no Porto – Posição Central do Porto – Aniversário
de um Colégio – Batismo – Leitura das Escrituras – Preleções dos
Professores – Distribuição de Publicações Religiosas – Funerais –
Crianças – Adultos – Escravos – O Cemitério Novo – Funeral
Pagão – Festividades Religiosas – Comemoração dos Mortos.
pág. 149

CAPÍTULO XII

Excursão ao Macacu – Barqueiros – Velejando na Baía – Venda
Paciência – Vila Nova – Uma Noite no Rio – Macacu – Convento e Suas

Terras – O Tabelião – Ciência e Moral – Passageiros – Hino Nacional –
Porto das Caixas – Insalubridade do Lugar – O Boticário – Distribuição de
Publicações – Almoço – Engenho do Sampaio – Encalhe na Baía –
Portos – Iguaçu – Ilhas.

pág. 157

CAPÍTULO XIII

Viagem do Rio a Santos – Um Vapor Costeiro – O Comandante –
Mangaratiba – Angra dos Reis – Conventos – Parati – Ilha de São Sebastião
– Chegada a Santos – Maneira de Viajar no Interior – Transporte –
Troveiros – Um Grupo de Viajantes – Serra do Mar.

pág. 171

CAPÍTULO XIV

Estrada Real – Subida da Serra – Descrição Romântica Feita por um
Jesuíta – Aspectos do Interior – Divertimento – Um Rancho
– Hospitalidade – Galos Músicos – Mulheres do Campo – Uma Tropa
– Hospedaria em São Paulo – História Primitiva da Província – Paraíso
Terrestre – Reservas dos Jesuítas – Escravização de Índios – Dados
Históricos – Proclamação da Independência.

pág. 181

CAPÍTULO XV

Situação da Cidade de São Paulo – Casas de Taipa – Salas de Visitas –
Edifícios Públicos – Jardim Botânico – Festa da Conversão de São Paulo –
Prédica – Procissão – Excursão ao Jaraguá – Uma Fazenda Brasileira –
Engenho de Cachaça – Mandioca – Costumes Indígenas – Preparação
da Farinha – As Senhoras da Fazenda – Disposições Internas
– Reza à Noite – O Capelão – A Lavagem do Ouro.

pág. 195

CAPÍTULO XVI

A Cultura do Chá – A Colônia Chinesa no Brasil – Uma Plantação de
Chá – Maneira de Preparar a Folha – Excursão à Penha – Um Joalheiro
no Campo – Jabuticabeira – Dr. Brotero – Escola de Direito – Sua

Biblioteca – Faculdade – O Curso – Viagem ao Interior – Jundiaí – Hospedarias da Vila – Cavalgada Matutina – Vistas Campestres – Campinas – Divertimentos – Soldados – Lugares com Nomes de Santos – Depredação Causada pelas Formigas.

pág. 213

CAPÍTULO XVII

Um Dia de Viagem – Um Salto do Tietê – Vila de Itu – Estatísticas – Médico Estrangeiro – Viagem a Sorocaba – Notícias de Curitiba – Erva do Paraguai – Santa Catarina – Rio Grande do Sul – Revolução – Carne -Seca – O Uso do Laço – Fundação de Ferro em Ipanema – Funcionamento do Monopólio Oficial – Cruzeiros – Volta a São Paulo.

pág. 227

CAPÍTULO XVIII

Paulistas Ilustres – Os Andradas – Sua Cultura – Carreira Política – Exílio – Restauração – Morte de José Bonifácio – Eloquência de Antônio Carlos – Alvares Machado – Vergueiro – Assembléia Provincial – Moura, Bispo Eleito do Rio – Feijó – Proposta a Abolição do Celibato do Sacerdócio – Livro Sobre o Assunto.

pág. 241

CAPÍTULO XIX

Escola Lancasteriana – A Misericórdia de São Paulo – Passeio a São Bernardo – Ex-Presidente de Mato Grosso – A Descida da Serra – Notícia de Santos – Visita a São Vicente – Viagem de Regresso ao Rio de Janeiro

pág. 253

CAPÍTULO XX

Ação Missionária em São Paulo – Condições Primitivas e Atuais da Província – A Hospitalidade de um Padre – Estímulos – O Povo – Proposta à Assembléia Provincial – Resposta – Resultados.

pág. 261

APÊNDICE

pág. 273

ÍNDICE ONOMÁSTICO

pág. 317

.....

Índice das Gravuras

O Pão de Açúcar, Entrada da Barra

pág. 21

Barra do Rio de Janeiro

pág. 25

Abertura da Assembléia

pág. 50

Diogo Antônio Feijó

pág. 57

Convento dos Beneditinos e Arsenal de Marinha

pág. 69

Convento de Santo Antônio

pág. 70

Largo do Paço e Rua Direita

pág. 71

Santa Casa de Misericórdia

pág. 76

Vista do Rio de Janeiro, Tomada de Santa Teresa

pág. 85

Vista da Glória, Tomada do Passeio Público

pág. 108

Senado

pág. 136

Palácio da Boavista em São Cristóvão

pág. 146

Ponte e Serra do Cubatão
pág. 179

Viajantes Paulistas
pág. 188

Vista de São Paulo
pág. 197

Engenho de Mandioca
pág. 206

Antônio Carlos
pág. 244

.....

Apresentação

Daniel Parish Kidder nasceu em 18 de outubro de 1815, em Darien, Estado de New York. Passou grande parte da meninice em casa dos tios em Vermont. Estudou em diversos colégios. Formou-se na Wesleyan University em 1836.

Embora não pertencesse a família metodista e seu pai se tivesse até oposto a que adotasse tal doutrina, converteu-se e resolveu ser pastor. Cheio de fé e atividade, pretendeu seguir para a China como missionário. Não o conseguindo, resolveu aceitar, da American Bible Society, um cargo de missionário no Brasil.

Embarcou para o Rio de Janeiro em 1837. Aqui chegou acompanhado de sua mulher, Cynthia H. Russel, e entrou imediatamente em atividade. Tratava-se, de acordo com os princípios da sociedade que representava, de distribuir bíblias a todas as pessoas que as quisessem aceitar.

Dos resultados de seu trabalho fala-nos extensamente no seu livro e não há dúvida que foram os mais animadores, tanto que logo se esgotou o primeiro carregamento de bíblias. Resolveu então empreender pelas províncias brasileiras uma longa série de viagens, sempre com o intuito de distribuir as Escrituras. Mas em 1840, falecendo-lhe a mulher, Kidder resolveu voltar aos Estados Unidos.

Aí chegando, foi nomeado pastor em Paterson e mais tarde em Trenton. Não tinha completado ainda 29 anos quando foi chamado a exercer cargo de grande importância: o de secretário das escolas dominicais e diretor das publicações especiais para essas escolas.

Desempenhou brilhantemente as suas funções: reorganizou todos os serviços, desenvolveu os métodos de obter dinheiro para as escolas, sistematizou as estatísticas, estabeleceu um hinário especial, fundou

uma publicação, o Sunday School Advocate, e editou centenas de livros. No fim de doze anos de trabalho, resolveu dedicar-se ao ensino. Foi lecionar teologia prática no Garrett Biblical Institute (Evanston, Ill) e no Drew Theological Seminary (Madison, N. Y.).

Em 1880 foi eleito membro da Comissão de Educação da Igreja Metodista. Em 1887, com a saúde bem abalada, aposentou-se e foi residir em Evanston, na tranqüila e encantadora cidadezinha perto de Chicago, onde faleceu em 29 de julho de 1891, deixando viúva Hariett Smith, com quem se casara, pela segunda vez, em 1842.

Apesar da vida extremamente ativa que sempre levou, deixou diversas obras: Mormonism and the Mormons (1842), A Treatise on Homelics (1864), The Chistian Pastorate e mais três que dizem respeito ao Brasil.

A primeira nada mais é do que uma tradução da brochura de Diogo Feijó sobre o celibato clerical. A segunda é uma relação de suas viagens: Sketches of residence and travel in Brazil e a terceira, que intitulou Brazil and the Brazilians, apareceu com a colaboração de J. G. Fletcher.

Não há dúvida que a mais valiosa de todas elas é a que agora publicamos com o título de Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil. É a relação honesta, sincera e exata de tudo quanto viu e observou durante os anos que aqui viveu. Kidder dividiu a obra em dois volumes. O primeiro abrange a parte referente ao Rio e São Paulo; o segundo estuda as províncias do Norte. Apareceu ao mesmo tempo em 1845 em Londres e Filadélfia. Não houve edição posterior.

Já o mesmo não aconteceu com a sua terceira obra sobre O Brasil e os Brasileiros, escrita em colaboração com o pastor Fletcher, que também viajou e viveu durante muito tempo no Brasil. O sucesso desse livro foi enorme. Teve uma dezena de edições sucessivas e tornou-se, para os americanos, livro clássico sobre o Brasil.

Entretanto as duas obras muito se assemelham. Se a primeira é mais séria e muito mais valiosa do ponto de vista histórico, a segunda é mais anedótica e escrita com a intenção evidente de divertir o leitor.

É também mais generosamente ilustrada, tanto que aproveitamos para esta edição das Reminiscências as gravuras mais interessantes de O Brasil e os Brasileiros.

O trabalho de Fletcher consistia, principalmente, em adicionar pequenas descrições de lugares por onde Kidder não andou e também (temos a impressão) de dar uma redação mais espirituosa a certos trechos, embora prejudicando a verdade. Kidder não era grande escritor, como não era bom pregador. Tinha porém uma qualidade rara em viajantes: a fidelidade. O estudo que fez das nossas instituições, os retratos que nos deixou dos nossos grandes homens, a relação das entrevistas que teve com muitos deles têm cunho de verdade impressionante. Não é somente a nossa sociedade que retrata, mas o conjunto das instituições, a vida brasileira toda ela, nas vésperas da maioridade.

A obra de Kidder é conhecida e apreciadíssima pelos eruditos e, dada a sua escassez, procurada pelos bibliófilos, principalmente na encadernação original. Aparece hoje em tradução integral pela primeira vez.

Rubens Borba de Moraes

.....

Prefácio

Até hoje não se havia impresso nos Estados Unidos um livro que tratasse exclusivamente do Brasil. Sobre nenhuma outra nação de igual tamanho e importância são tão restritas as fontes de informação de que dispomos. Não são recentes os trabalhos existentes em língua inglesa sobre esse país, nem tampouco sabemos de algum cujo autor tenha visitado mais de duas ou três das dezoito províncias do Império.

Tais circunstâncias, aliadas às solicitações recebidas de diversas procedências, induziram-nos a publicar, ao lado de alguns apontamentos históricos e geográficos, nossas reminiscências relativas a quase dois anos e meio de residência e viagens através dessa interessante região sul-americana. Quando lá estivemos, nossa atenção esteve principalmente voltada a capítulos tais como a Educação, a Moral e a Religião, aos quais, na qualidade de missionários cristãos, nos cumpria de preferência observar. Tendo passado algum tempo em cada uma das principais cidades e províncias litorâneas, pusemo-nos inteiramente ao par do atual estado de coisas no Brasil, tal como resultou das contínuas e profundas modificações políticas por que tem passado durante os últimos trinta anos.

Foi esse estado de coisas que procuramos fixar na presente narrativa, acrescida apenas de alguns fatos históricos capazes de auxiliar a compreensão das condições atuais.

Consultamos freqüentemente a historia de Southey e sua continuação pelo sr. Armitage. Sentimo-nos profundamente gratos pelas notas e jornais fornecidos por nosso estimado colega, Rev. Justin Spaulding, que morou durante perto de seis anos no Rio de Janeiro. O mesmo diremos com relação às diversas memórias e aos vários discursos apresentados ao Instituto Histórico e Geográfico, recentemente fundado na capital brasileira.

* Vide apêndice

Fizemos, além disso, numerosas referências a relatórios de presidentes das Províncias, documentos oficiais, autores brasileiros, em suma, a todas as mais recentes e autênticas fontes de referência de que nos pudemos valer com relação a todos os recantos do Império.

O preparo deste livro, principalmente em vista de outros deveres absorventes, não decorreu isento de dificuldades. Os que conhecem os percalços com que esbarra quem no Brasil deseja obter informações exatas sobre algo que não possa observar diretamente saberão dar o devido desconto às imperfeições que aqui encontrar.

Apesar de que diversos imprevistos retardaram a publicação deste trabalho, não os lamentamos, num sentido geral, pois que nesse ínterim, consultando documentos recentes, e, também por meio de correspondência, conseguimos obter informes relativos a um período de quase sete anos, pondo assim o nosso trabalho em dia, na data de sua publicação.

Ao encerrar este rápido exórdio, cumpre-nos deixar consignado o nosso agradecimento pelas hospedagens e atenções com que nos obsequiaram brasileiros e filhos de outras terras, durante a nossa permanência no Brasil.

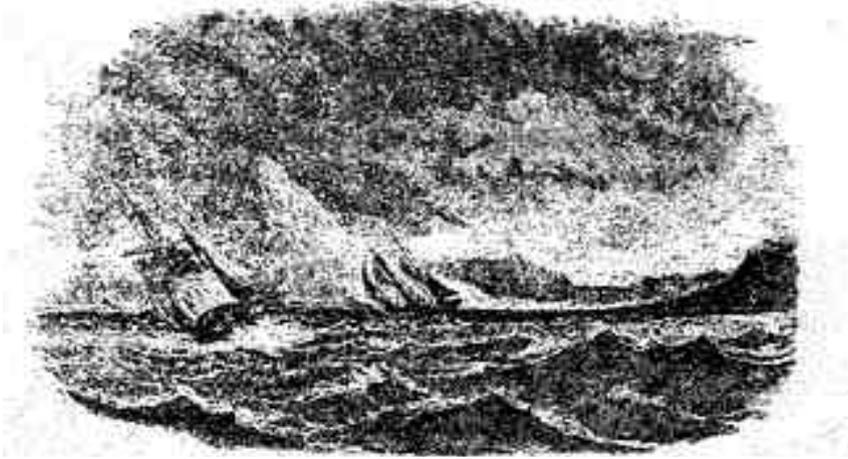
Nem podemos regatear expressões de agradecimento para com o falecido Sr. Upshur que nos facilitou o manuseio de valiosos documentos relativos ao Brasil, existentes nos arquivos nacionais de Washington. Temos também o dever – e dele nos desobrigamos prazerosamente – de agradecer os favores que durante a preparação deste trabalho recebemos constantemente do Exmo. Sr. Cavaleiro Lisboa, Ministro brasileiro nos Estados Unidos, bem como do Sr. Luís Henrique Ferreira d'Aguiar, cônsul-geral do Brasil, residente nesta cidade.*

Nova York, maio de 1845.

* Trata-se de Gaspar José Lisboa, longos anos ministro residente em Washington (R. B. de M.).

.....

Capítulo I



O Pão de Açúcar, em tra da da Barra

RIO DE JANEIRO – SITUAÇÃO DO PORTO – CENÁRIO CARACTERÍSTICO – ASPECTOS E PANORAMAS DA CIDADE – SEUS HABITANTES – PRIMEIRA COLONIZAÇÃO FRANCESA – EMPREENDIMENTO DESASTROSO – LUTA ENTRE PORTUGUESES E FRANCESES – A FUNDAÇÃO DE SÃO SEBASTIÃO – LAMENTÁVEL INTOLERÂNCIA.

O Rio de Janeiro, como poucas outras grandes cidades, congrega em si a capital política do país e o seu maior e mais comercial. Ao mesmo tempo que o Brasil dilata os seus limites por uma extensão territorial sem igual nas Américas e dispõe de recursos naturais sobre os quais poucos países no mundo levarão vantagem, a situação, os belos cenários que ostenta e o progressivo desenvolvimento de sua capital fazem dela o metrópole digna do Império a que serve. O Rio de Janeiro é

a maior cidade da América do Sul e orgulha-se de antigüidade mais remota que a de qual quer cidade de norte-americana.

Previamente nos limites meridionais da zona tórrida, o porto onde se assenta a cidade abre-se para o Atlântico através de uma passagem abrupta, comprimida entre duas montanhas de granito. Entre tanto, para o navegante se apresenta tão seguro esse canal, que dispensa o auxílio de prático. Apesar disso, tal é a posição das diversas fortalezas construídas em sua barra, nas ilhas e nos pontos elevados que lhe ficam a cavaleiro, que, bem guarnecidas, podem eficientemente resistir à mais poderosa esquadra do globo.

Tranqüila, escondida entre montanhas, fica ao lado a magnífica baía de Niterói,¹ cujo nome significa “água escondida”. Aí o vagabundo dos mares pode calma mente ancorar o seu barco, ou vindo ainda o braço do selvagem do Atlântico, mas, fora do alcance de seus vagalhões raivosos. Em torno circulam navios capitânicas das esquadras de Inglaterra, França, Estados Unidos, e, às vezes, da Rússia, de Portugal e da Áustria. Mais para dentro, ao abrigo dos ventos, está fundada a frota mercante, reunindo número ainda maior de pavilhões e ates tanto a diversidade de deites cuja amplitude se pode medir pela distância geográfica que separa as diferentes nações ali representadas.

Nem a liberdade ao prisioneiro nem o lar ao exilado proporcionarão visão mais grata que a de terra ao marinho acossado pela tempestade. Quando, ante uma praia que se aproxima, quebra-se o círculo imenso de céu e água que durante dias, semanas e talvez meses constituiu o cenário único e infinito em que seus olhares se perdiam, embora seja a terra estéril e deserta, cada objeto que aí divisa o marinheiro errante reveste-se de interesse extraordinário. Até mesmo as gélidas montanhas polares têm seu encanto quando vistas assim, livres de apreensões e de perigos. Quão mais belo parecerá, então, ao mareante de outras plagas, o cenário exuberante dos Trópicos com suas frondosas palmeiras, seus frutos dourados e sua agigantada vegetação eternamente vestida de verde!

A primeira vez que se entra num porto como o do Rio de Janeiro marca, sem dúvida, uma nova época em nossa existência, pois é preciso que se seja muito pouco apreciador da natureza para que daí por diante não se

1 “Os indígenas da vama à água entra da o nome de ‘Net he-ro-hy’ ou ‘Nit he-ro-hy’, isto é, ‘água escondida’.” – *Via gem pelo Brasil*, Spix e Martius. Vol. I, p. 93.

passa a render homenagem à beleza e à diversidade da Criação, bem como às mais altas manifestações do poder e da grandeza do Criador.

Pretenderá o ateu, num cenário como esse, escarnecer d'Aquele que "fez surgirem as montanhas". O Pão de Açúcar, o Corcovado, a Gávea e os picos que os circulam impresse o nam-no com sua majestade e as agulhas dos Órgãos² apontam para as alturas em silêncio mas eloqüente provação. De se já o ateu que sua mente obscura se ilumine por algum simula croda "luz inaccessível" onde Deus reside? Que a venda de seus olhos se rompa ante os raios fulgurantes de um sol a pino, exacerbados por uma atmosfera de singular transparência, multiplicados por miríades de reflexos cintilantes vindos do espelho das águas, das areias brancas das praias, da folhagem polida e do azul de um céu sem mácula. De se já ele ter idéia d'Aquele que "fez das nuvens sua carruagem e que anidou sob as asas do vento"? Que oiça o troar repentino do trovão, ribombando pela encosta das montanhas ou precedendo o furor da tempestade, no oceano. Contemple as nuvens negras congregando-se nas alturas, varadas de raios coruscantes; assista ao pavoroso entrecocar dos elementos em fúria e há de sentir desejo de se recolher dentro de si mesmo e pedir a Deus que o defenda. Poderá então compreender, com os cristãos, a propriedade e a beleza do cântico do salmista: "Louvai o Senhor, vós que estais nos céus; louvai-O nas alturas; louvai-O Sol e Lua, louvai-O todas as estrelas luzentes! O fogo, o granizo, a neve, a geada, o vento das tempestades, vós que executais as suas ordens; os montes e todos os outeiros; as árvores frutíferas e todos os cedros, os reis da terra e todos os povos; os jovens e as donzelas; os velhos e os meninos louvem o nome do Senhor, porque só o Seu nome é digno de ser exaltado. O Seu louvor está acima do Céu e da Terra."

O aspecto que o Rio de Janeiro apresenta ao viajante nada tem de comum com o agrupamento compacto de construções, telhados e chaminés esguias que caracterizam as cidades do Hemisfério Norte. O perímetro da metrópole é cortado por várias cadeias de montanhas que, em ramificações irregulares, se projetam das cordilheiras vizinhas, deixando de permeio nergas de planura de diferentes dimensões. Ao

2 Essas montanhas são às vezes denominadas "dedos" pela sua remota aparência com a mão humana.

sopé dessas montanhas e a cavaleiro de suas fraldas, desenvolvem-se fileiras de construções cujas paredes caiadas e telhados vermelhos oferecem vivo contraste com o verde escuro da folhagem que as circunda sem pre e às vezes as envolve.

Sobre a mais proeminente das elevações, o Morro do Castelo, exatamente em frente à barra, fica o postosemafórico que anuncia à entrada a nacionalidade, a classe e a posição de cada nação que surge ao seu alcance. Passando por sobre esta eminência à outra paralela, entre a Ponta do Calabouço e a ilha das Cobras, vê-se a parte mais velha e densa da cidade.

No dizer dos naturais do país, o Rio de Janeiro poderia ser denominado a cidade dos palácios. O Imperador tem dois: o primeiro mesmo em frente ao cais, que em outros tempos foi ocupado pelos vice-reis portugueses e hoje é apenas raramente usado pelo Imperador em dias festivos e cerimoniais da Corte; o segundo, de maior esplendor, fica a cerca de cinco milhas da Capital, num suburbio denominada do São Cristóvão. É aí que a família imperial tem sua residência permanente. Examinando-se a metrópole do alto, pode-se ver ainda o palácio da Assembléia Nacional ou Câmara dos Deputados, o palácio do Senado, o palácio do Campo da Honra, o palácio da Municipalidade e o do Bispo diocesano. Entre outros edifícios importantes, citaremos o Arsenal de Marinha, as Academias Militar e Naval, quartéis, alfândega e consulados, repartições públicas e policiais, prisões e tribunais, o velho colégio dos jesuítas, hoje convertido em Academia de Medicina, a Escola de Belas-Artes, a Biblioteca e o Museu nacionais.

No que concerne à religião, contamos dois conventos de frades e dois de freiras, a capela imperial, a catedral, cerca de cinquenta igrejas e capelas de várias denominações e amplitudes, três hospitais particulares e dois cemitérios.

Quando o permieta o topografia do terreno, a cidade é regularmente cortada de ruas que se entrecruzam em ângulos retos; em muitos lugares, porém – ao longo das praias e nas encostas das colinas –, só existe espaço para uma única via. Em local bastante ventilado, inteiramente exposto às brisas marinhas, está situada o Passeio Público, lugar gracioso embelezando à altura de sua importância como lugar de recreação popular. Em outros pontos da cidade, vêem-se também largos ou praças



Barragem do Rio de Janeiro

de di men sões vá ri as. Por to dos os can tos da ci da de en con tram-se cha fa rizes, alguns deles ostentando primorosas construções em granito. É neles que a população se abastece de água corrente pura, trazida das mon tanhas adja cen tes, por meio de aque du tos.

A partir do centro da cidade, os subúrbios se estendem por cerca de quatro milhas, em três direções diferentes. Dentro desse dilatado perímetro acham-se as residências e os estabelecimentos comerciais das diferentes classes que compõem uma população de aproximadamente duzentas mil almas.

Aí reside a maioria da nobreza do país, e, durante grande parte do ano, encontram-se também os representantes das diferentes províncias, os ministros de Estado, os embaixadores estrangeiros e uma população cosmopolita que, a par do nativo brasileiro, exhibe, entre outros es pé ci mes hu ma nos, chi ne ses, afri ca nos e abo rí gi nes sul-americanos. O que, porém, na estima popular confere a maior distinção ao Rio de Janeiro é a residência do jovem monarca e sua imperial irmã, D. Januária. Esta família constitui o traço-de-união entre as casas reais de Portugal e da Áustria e é a her de i ra for ça da de um des ti no sin gu lar.

Apesar de tudo que se diga sobre o encanto da natureza e as belezas artísticas que possam existir em qualquer país, é preciso que confessemos residir ainda, na existência humana com suas venturas e desgraças, o mais elevado interesse. E, não são poucos os viajantes que reconhecem a dificuldade de retratar o presente sem interpolar sua nar ra ti va de es bo ços his tó ri cos à gui sa de preâm bu lo ex pli ca ti vo das ce nas e dos fa tos que te nham ob ser va do.

A primeira colonização tentada neste porto foi a iniciada pelos franceses em 1555. O chefe da expedição era Nicolau Durand de Villegagnon, homem de consideráveis conhecimentos e alguma distinção na marinha francesa. Esse indivíduo teve, de início, a habilidade de con se guir o con cur so de Co ligny, al mi ran te de Fran ça, es ta dis ta ilus tre e eminente amigo dos protestantes. Propôs Villegagnon proporcionar asilo aos huguenotes perseguidos, e, com a influência do almirante, con se guiu ele va do nú me ro de co lo nos. A cor te de Fran ça via com sim pa tia o plano da fun da ção de uma co lô nia na Amé ri ca, a exem plo dos por tu gue ses e espanhóis.

Henrique III, o monarca espanhol, forneceu a Villegagnon três pequenas embarcações com as quais, na qualidade de comandante, partiu do Havre de Grace. Fortíssimo vendaval atingiu a expedição quando ainda na viagem junto à costa, obrigando-o a procurar abrigo em Diepe, onde, com dificuldade, conseguiu arribar. Por essa ocasião, grande parte dos artífices, soldados e nobres aventureiros que participavam da empresa, enfadados da viagem, abandonaram a expedição tão logo puseram pé em terra. Tal de serção pode, em grande parte, ser responsabilizada pelo fracasso final do empreendimento.

Ao fim de uma longa e acidentada viagem, Villegagnon entrou na baía de Niterói e deu início à fortificação de uma ilhota à entrada da barra, atualmente chamada da Laje, e ocupada por um forte. Sendo, porém, de madeira o fortim que erigiu, não podia este resistir ao embate das altas marés, e, por isso, viu-se Villegagnon obrigado a transferir mais para o interior da baía instalando-se numa ilha que ainda conserva o seu nome. Aí construiu um forte a que, de início, chamou Coligny, em homenagem a seu destacado patrono. A expedição obedeceu a bem traçado plano e foi acertada a escolha do local para estabelecimento da colônia. Os silvícolas eram hostis aos lusos, mas de há muito haviam estabelecido relações amistosas com os franceses. Centenas deles reuniram-se na praia, à chegada dos barcos, acenderam fogueiras em sinal de júbilo e ofereceram tudo quanto possuíam aos aliados que os vinham auxiliar no combate aos portugueses. Acolhida tão cordial deu aos franceses a impressão de que todo o continente já lhes pertencia, tanto assim que o denominaram La France Antártique.

Quando do retorno dos navios à Europa, em busca de mais colonos, foi grande o entusiasmo despertado pelo estabelecimento da religião reformada nessas remotas paragens. A Igreja de Genebra interessou-se pela empresa e enviou dois ministros e quatorze estudantes que se dispuseram a enfrentar os azarões de um clima desconhecido e de uma vida nova em prol da causa. Não sendo lá muito lisonjeira a situação dos protestantes em França, parece que a idéia de se verem livres da opressão bem como de proporcionar a sua fé influíu de maneira para que muitos se decidissem a embarcar. Certo escritor contemporâneo assim se exprimiu: “Havia, portanto, ponderosos motivos para se esperar que a Reforma lançasse raízes aqui e disseminasse protestantes pelo norte e

pelo sul.” O infortúnio, porém, parecia espreitar cada passo da novel empresa. Em Honfleur, a população católica revoltou-se contra os colonos que, depois de perderem, num conflito, um dos seus melhores oficiais, foram obrigados a se retirar em busca de abrigo. A viagem ao Brasil foi longa e tediosa, tendo sido os expedicionários batidos por violenta tempestade e forçados a um ligeiro reencontro com portugueses, próximo à costa brasileira. Finalmente, foram recebidos por Villegagnon com aparente cordialidade e iniciadas as providências para o seu definitivo estabelecimento. Não tardou, porém, que circunstâncias adversas viessem revelar o caráter vil de seu chefe. Sob pretexto de conversão religiosa e retorno à verdade irafé, Villegagnon iniciou uma série de perseguições. Os que foram à França Antártica à procura de liberdade de consciência viram-se em situação ainda pior que antes. Foram submetidos a ignominioso tratamento e grandes padecimentos. Esse erro clamoroso provocou a ruína prematura da empresa. Os colonos pediram permissão para voltar e obtiveram-na, porém, em barco tão mal aparelhado que, dos que persistiram no intento, a maioria passou pelas mais duras privações até à inanição. Villegagnon lhes havia confiado uma caixa com cartas, acondicionada em pano, como era o costume da época, e entre elas havia uma endereçada à autoridade principal de qualquer porto a que tivessem de tocar, na qual esse digno emulo dos Guises denunciava aqueles aos quais tinha convidado a ir ao Brasil gozar da paz inefável que lhes prometia a religião reformada, como hereses merecedoras do suplício do fogo. Sucedeu, porém, que os magistrados de Hennebone, onde tocam, eram simpatizantes com a Reforma ficando assim frustrada a malícia de Villegagnon e desmascarada a sua traição. Dos que se arrecearam de embarcar em navio tão impróprio à travessia, três foram executados pelo terrível perseguidor. Outros dos huguenotes bandearam para o lado dos portugueses onde foram compelidos a apostatar e a professar uma religião em que não criam.

Para dar idéia da penúria a que chegaram os que, em sua viagem de regresso, sofreram a mais terrível das mortes, reproduzimos a seguir as palavras de uma das vítimas:³ “Depois de termos devorado tudo quanto era de couro, em nosso barco, até mesmo as cobertas das canastras, tivemos a impressão de que os nossos últimos momentos de vida estavam próximos; a necessidade, porém, sugeriu a algum dos tripulantes

3 Jean de Léry – *História de uma Viagem à Terra do Brasil* (N. do T.).

a idéia de dar caça aos ratos e camundongos de bordo que, esfaimados, andavam às ton tas, em ban do, pelo na vio à pro cu ra de ali men to. Per seguimo-los com tanta arte e com tão engenhosas armadilhas que poucos foram os que nos escaparam. Até à noite os espreitávamos, de olhos esbugalhados, como gatos. Um rato valia, então, mais para nós que um boi em ter ra. A pe nú ria era ta ma nha que nada res tou a bor do a não ser pau-brasil, a mais dura das madeiras. Mesmo esse, porém, alguns dos nossos, no auge do desespero, tentavam mastigá-lo. Carguilleray du Pont, nosso piloto, levando à boca certa vez um pedaço de madeira, disse num longo suspiro: “Ah! meu amigo, tenho a receber em França uma dívida de quatro mil libras, mas, prouvera a Deus que tivesse agora em minhas mãos um *penny* de pão e um copo de vinho e dar-me-ia por pago!” Mu i tos mor re ram à mín gua e os so bre vi ven tes já se dis pu nham a se en tre de vo rar quan do avis ta ram ter ra. Che ga ram mes mo a tem po para dissuadir um magote de flamengos que se aprestava para embarcar rumo ao Brasil e cerca de dez mil franceses que teriam emigrado se o objetivo de Coligny, com a fundação de colônia, não tivesse sido miseravelmente falseado.

Conquanto os portugueses fossem tão zelosos do comércio brasileiro a ponto de tra tar todo in tru so como se fos se pi ra ta, por motivos inexplicáveis, permiti ram que essa colônia francesa permanecesse quatro anos em terras brasileiras, sem ser molestada, e, não fora a traição de Villegagnon para com seus próprios companheiros, talvez o Rio de Janeiro fosse hoje a ca pi tal de uma colônia fran ce sa.

Os jesuítas tinham perfeita noção desse perigo, tanto que Nóbrega, seu chefe e provin cial, con se gui u fi nal men te des per tar a corte de Lisboa. Foi então que esta enviou um mensageiro encarregado de certificar-se do estado das fortificações fran cesas, e, base a das no re la tório desse emissário, foram dadas ordens ao Governador-Geral Mem de Sá Barreto, residente em São Salvador, no sentido de atacar e expulsar os intrusos remanescentes. Tendo armado em guer ra duas naus e di versos mercenários, o Governador assumiu o comando e partiu levando Nóbrega como seu principal conselheiro. Surgiu à entrada da barra do Rio de Janeiro em prin cí pi os de 1560 com a in ten ção de sur pre en der o ini mi go na calada da noite. As sentinelas francesas, porém, frustraram seu plano.

Prepararam-se, prontamente, os gauleses para a defesa: abandonaram os navios e, com oitocentos arcandinos, recolheram-se aos fortins.

Notou, porém, Mem de Sá que teria necessidade de embarcações menores, canoas e homens que conhecessem bem a baía. Foi então Nóbrega enviado a São Vicente em busca do necessário auxílio. Despachou logo, de volta, uma frota de canoas tripuladas por portugueses, mamelucos e silvícolas, perfeitos conhecedores da costa e afeitos à guerra com os tupinambás e tamoios, tribos aliadas aos franceses. Com esse reforço Mem de Sá conquistou o porto, e, desalojando os franceses de suas mais sólidas posições, intimidou-os de tal forma que, acobertados pela escuridão noturna, fugiram, uns para as embarcações e outros para a terra firme.

Os portugueses, na impossibilidade de manter as posições conquistadas, demoliram as fortificações e retiraram a artilharia juntamente com as reservas que encontraram. Pouco tempo após, novas guerras, movidas pelo elemento nativo, estalaram em diversos pontos, contra os portugueses e com grande ferocidade se prolongaram por vários anos. Nesse ínterim os franceses restabeleceram o seu poderio e influência no Rio. Começaram de novo os preparativos para desalojá-los. Uma expedição composta de portugueses e indígenas amigos, sob o comando de um jesuíta indicado por Nóbrega, desembarcou junto à base do Pão de Açúcar, e, tomando posição no lugar denominado Praia Vermelha, iniciou uma série de guerrilhas que se prolongou por mais de um ano. Quando a sorte das armas lhes corria à feição, cantavam em triunfo o versículo das Escrituras que diz: “Os poderosos arcos estão partidos, etc.” Bem poderiam eles chamar poderosos aos arcandinos, pois que uma flecha por eles expedida prendia o escudo ao braço que o sustentava, e, não raramente, atravessava ainda o corpo do guerreiro com tamanha força que ia penetrar fundo no tronco de algum árvore e lá ficava vibrando longamente.

Entra, finalmente, Nóbrega em cena de novo, e, ante os seus apelos, Mem de Sá vem de São Salvador com todo o recurso que consegue reunir. Tudo estava apressado para o ataque, mas o desfecho da ofensiva foi deferido por quarenta e oito horas a fim de ter ela início no dia de São Sebastião. Surgiu finalmente a auspiciosa manhã de 20 de janeiro de 1567. O forte francês foi tomado de assalto. Nem um só tamoio escapou.

Dois gauleses morreram na luta, e cinco outros, tendo caído prisioneiros, foram enforcados dos segrados ferros, sistema de guerra que os europeus adotavam na América. Outro fortim caiu também em poder dos lusos, mas a maior parte dos franceses escapou em seus navios surtos no porto, abandonando os aliados em plena derrota.

Southey ressalta, mui judiciosamente, que jamais houve outra guerra em que se empregasse tão pouca força de ambos lados e cujas conseqüências tivesse tão remoto alcance. A corte de França estava por demais atarefada em massacrar e queimar os huguenotes para que tivesse tempo de pensar no Brasil e, depois de terem sido os seus generosos planos tão vilmente traídos por Villegagnon, Coligny não mais deu importância à colônia. O momento propício para a emigração tinha passado e os indivíduos que deveriam colonizar o Rio de Janeiro estavam então empenhados em cruenta guerra contra implacável e rancoroso inimigo, em defesa de tudo quanto há de mais caro ao homem. Não era mais carinhosa a atenção que Portugal dispensava ao Brasil; de sorte que, conquanto poucos e desajudados os povoadores da França Antártica, não fora inflexível o pulso de Mem de Sá ou tão hábil e infatigável a oposição de Nóbrega, teriam eles conservado suas posições e talvez em nossos dias todo o país estivesse sob o domínio francês.

Imediatamente após a vitória, o governador-geral, consoante as ordens recebidas, delineou os planos de uma nova cidade a que denominou São Sebastião não somente em honra ao santo sob cujo patrocínio venceu a luta mas também em homenagem ao então rei de Portugal. Iniciou, simultaneamente, a fortificação de ambos os flancos da barra. Os trabalhos foram todos executados pelos índios, sob a orientação de seus guias espirituais, e, portanto, sem despesa alguma para o Estado. No centro da cidade demarcou Mem de Sá o sítio onde seria erigido o colégio dos jesuítas, e, em nome de seu rei, doou à novel instituição patrimônio suficiente para o sustento de 50 membros, donativo bem merecido e que foi ratificado do em Lisboa, no ano seguinte. O alcaide da nova cidade foi empossado com todas as formalidades. O governador entregou-lhe as chaves dos portões; o alcaide entrou, fechou-os, bem como aos postigos e travou-os, deixando fora o governador. O alcaide então o chamou, indagou como passava e perguntou se queria entrar. O governador respondeu que era comandante da praça de São Sebastião e

que, em nome do rei, desejava entrar. Os portões foram abertos em acatamento à sua autoridade de comandante da praça e fortaleza do rei de Portugal.

Com relação à cena que acabamos de descrever, chegou até nossos dias triste do cumento da cru elin to le rân cia que então rei na va. De acor do com os ana is da Com pa nhia de Je sus, Mem de Sá man chou com sangue inocente os alicerces da nova cidade. “Entre os huguenotes que foram obri ga dos a fu gir à per se gui ção de Vil le gag non, acha va-se um tal João Boles, homem de considerável saber, versado principalmente nas línguas grega e hebraica. Luís da Grã fê-lo prender com três de seus companheiros, um dos qua is fez-se pas sar por ca tó li co ten do os ou tros dois sido lan ça dos à pri são. Lá fi cou Bo les oito anos até que foi en vi a do ao Rio de Janeiro para que, martirizado, servisse de aterrador aviso a mais algum de seus compatriotas que por lá apa re cesse. Os je su ítas jac tam-se de que Anchi e ta o con ven ceu de seus er ros e o re con ci li ou com a Igreja Católica; a história, porém, como eles a contam, parece indicar que o tal Boles foi convidado a apostatar mediante a promessa de ter a sua vida pou pa da, ou pelo me nos de que fos se abre vi a do o seu mar tí rio, pois, no momento da execução, tendo se atrapalhado o carrasco no desempenho dese u te ne bro so mis ter, Anchi e tain ter ve io apressadamente e en si nou-lhe como se des pa cha ra pi da men te um he re ge, com re ce io – ao que se diz – de que, sendo ele um recém-convertido e homem muito obstinado, se impacientasse e per des se a alma. O pa dre que de qual quer forma ace le ra a exe cu ção de um con de na do tem as suas or dens sus pen sas; o biógrafo anchietano, porém, cita esse fato como se fora um dos atos virtuosos do jesuíta.”

Felizmente, cenas como essa não mais se dão, e em nenhum ou tro país ca tó li co ro ma no é mais apa ga do o es pí ri to des sas pris cas eras que no Bra sil de hoje em dia.

.....

Capítulo II

FASE INICIAL DO RIO DE JANEIRO – PROGRESSO – ATAQUE DOS FRANCESES SOB O COMANDO DE DU CLERC – SUA DERROTA – A EXPEDIÇÃO DE DUGUAY TROUIN – O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE NO PERÍODO DOS VICE-REINADOS – A CHEGADA DA CORTE PORTUGUESA – RÁPIDAS MODIFICAÇÕES DE ORDEM POLÍTICA – A PARTIDA DE D. JOÃO VI.

F

oi de quase cento e quarenta anos o período de paz e prosperidade de que desfrutou o Rio de Janeiro após sua fundação. Tal qual se contrastava, felizmente, com o turbulento espírito da época e, ainda mais, com a situação reinante nos principais núcleos brasileiros, a quase totalidade dos quais havia sido atacada, no período em questão, por ingleses, batavos ou franceses. Foram grandes, nesse lapso de tempo, o crescimento da população e o desenvolvimento do comércio de São Sebastião.

Ao iniciar-se o século XVIII descobriram, os paulistas, no sertão as principais minas de ouro do país. Por isso deram o nome de Minas Gerais a uma grande província interior que desde logo se tornou tributária do Rio de Janeiro, como aliás ainda hoje continua sendo.

A procura de ouro produziu aqui efeitos semelhantes aos experimentados nos países sob o domínio espanhol. As atividades agrícolas foram quase completamente abandonadas. O preço do escravo subiu desmesuradamente, e, à medida que se avolumava o êxodo do povo em

direção às minas, à cata de fortuna fácil, o país retrogradava. O próprio governador da cidade do Rio de Janeiro, esquecido de suas obrigações oficiais, embrenhou-se pelo sertão e entregou-se com avidez à faina da mineração. As notícias dessas descobertas ecoaram fora do país e despertaram a cupidiz dos franceses, que imediatamente despacharam para o Brasil uma armada sob o comando de Du Clerc com o fim de conquistar o Rio de Janeiro. Surgiu a esquadra à entrada da barra em 1710, mas não se arriscou a transpô-la temendo a recepção que certamente lhes proporcionariam as fortalezas. Alguns dias mais tarde, Du Clerc fez desembarcar mil de seus homens na barra de Guaraíba⁴ – recanto de sabido a cerca de 40 milhas abaixo da entrada do porto – e fê-los marchar contra a cidade, guiado por dois negros apriados. Tão pouco se fez no sentido de impedir a marcha dessa força armada, que lhe foi possível passar toda uma noite em completo repouso na velha fazenda de cana de próprio e da de dos jesuítas onde hoje se assenta um dos principais subúrbios da cidade, o Engenho Velho. O governador tinha tomado posição perto do núcleo central, ora de nome da Cidade Velha. Entrincheirou-se no largo onde atualmente se eleva a igreja do Rosário, tendo a ala direita de suas forças apoiada sobre o Morro da Conceição e a esquerda sobre o de Santo Antônio. Apesar de ter sob o seu comando oito mil homens, além de negros e mulatos armados e cerca de seiscentos arcos indígenas, deixou que o inimigo penetrasse na cidade sem resistência. Os franceses acharam mais fácil contornar o morro de Santo Antônio, via Ajuda e se atirar contra o centro da cidade em dois grupos distintos: o primeiro rumo ao palácio e outro ao convento dos beneditinos. O tardo governador, forçado então a fugir, conseguiu ainda subjugar completamente o inimigo. Duzentos gauleses pereceram no ataque, outros tantos foram massacrados nas ruas e duzentos e cinquenta ficaram feridos. Os sobreviventes e seu comandante foram encarcerados.

De início foi Du Clerc alojado no Colégio dos Jesuítas sendo, posteriormente, transferido para o forte São Sebastião; conseguiu afinal permissão para tomar casa, onde, seis meses após a sua rendição, o encontraram morto, certa manhã; havia sido assassinado durante a noite.

Sobre o crime não foi aberto inquérito. Prevaleceu a suposição de que o móvel do delíto tenha sido algum avinganço pessoal; os franceses,

4 O autor quer dizer Guaraíba (R. B. de M.).

po rém, acharam que o Go ver no fora co ni ven te, dado o seu des ca so pela punição dos culpados.

Embora a própria temeridade da empresa de Du Clerc tivesse sido su fi ci en te para com pro me tê-la, a Fran ça não tar dou em ma ni fes tar o seu ressen ti men to pela for ma de su ma na por que fo ram tra ta dos os seus filhos.

Du guay Trou in, um dos mais com pe ten tes ofi ci a is de ma ri nha de sua época, pediu e obteve permissão para vingar seus compatriotas. Foi-lhe fá cil en con trar quem fi nan ci a se a em pre sa, com vis tas à es pe cu la ção. O projeto obteve a aprovação do governo e Trouin teve à sua disposição imensa for ça na val.

Qu an do a nova es qua dra che gou à al tu ra da Ba hia o co man dante convocou um conselho de guerra e teria certamente atacado a cidade não fora o fato de, em vista da demora causada pelos ventos contrários, estarem quase findas as suas reservas de água potável. Conti nu ou, por isso, a vi a gem, ten do a ar ma da che ga do ao Rio a 12 de se tem bro de 1711.

Informa do da nova in vesti da fran ce sa, Por tu gal en vi ou re for ços; a inépcia do comandante, porém, frustrou tal auxílio. Acobertados por denso nevoeiro, os navios franceses atravessaram a barra, conquanto à pas sa gem das for ta le zas ti ves sem per di do cer ca de 300 ho mens.

Du ran te a no i te que se se gui u à en tra da, o al mi ran te fran cês fez avançar as suas naus e, já pela manhã seguinte, apo de rou-se da ilha das Cobras – ilhota separada da cidade apenas por estreito canal. Aí assestou suas baterias e desembarcou seus homens. Enquanto isso o Governador Francisco de Castro prosseguia na mesma desastrada estratégia do ano anterior. Com um exército regular duas vezes mais nu me ro so que o do ini mi go, per ma ne ceu na mes ma po si ção que ha via tomado contra Du Clerc que o atacou pela retaguarda. Sem fazer o menor esforço no sentido de os deter, o governador assistia impassivelmente ao saque das residências e ao roubo do gado, consumados a distância de um tiro de mosquetão. Francisco de Castro parece ter agido sem plano de qualquer espécie, sem coragem nem tirocínio militar, pois preferia aguardar os acontecimentos, deixando, por essa forma, tudo em po der do ini mi go.

Trouin, por sua vez, não tinha mais nítida compreensão de seu poderio que de sua fraqueza. Viu que com as parcas for ças de que dis pun ha

ser-lhe-ia impossível evitar que os habitantes da cidade removessem todos os seus haveres para as montanhas e, mais, que iria ao encontro de sua própria ruína se se empenhasse em combates de rua. Intimou, portanto, a cidade a que se rendesse incondicionalmente. O governador que era presto no falar – se não no agir – respondeu-lhe com enérgica recusa. Nesse ínterim, Duguay Trouin fez os necessários reconhecimentos e tudo aprestou para um ataque de grande envergadura, na manhã seguinte. Cinco navios portugueses achavam-se ancorados próximos ao convento dos beneditinos em posição conveniente para receber o choque das tropas que desfechassem o assalto naquele setor. Tão logo anoiteceu, os franceses embarcaram em chatas a fim de tentar a abordagem dos barcos lusos, na calada da noite. De sabou, porém, tremendo tempo ral, e, reveladas as chatas ao clarão dos relâmpagos, os portugueses descarregaram sobre elas enérgica fuzilaria. Tal surpresa fez que o comandante alterasse o seu plano inicial. Havia conduzido ao ataque duas naus guerreiras para auxiliarem as baterias, tendo-lhes dado instruções no sentido de que, quando ou vissem um tiro de peça disparado de seu barco, deveriam abrir fogo contra a cidade.

Vendo as chatas em perigo, Duguay Trouin, com suas próprias mãos, deu o sinal combinado e o tiroteio rompeu imediatamente. Prolongou-se pela noite adentro; a tempestade também prosseguiu com seu acompanhamento de trovões e de raios. Multas casacas incendiaram e as paredes maciças do convento dos beneditinos ficaram de tal forma criadas de balas que ainda hoje se vêem os vestígios.

Conforme certo escritor francês: “O ribombardos canhões e da trovoadas, ampliado em muito pelo eco das montanhas adjacentes, a confusão dos coriscos e o fogo que as peças vomitavam sem cessar enchiam de terror a população, dando-lhe a impressão de que os céus, a terra e os infernos conjugados se haviam desencadeado contra ela.”

Contudo, havia, ainda, uma alternativa. As montanhas e o matagal da Tijuca eram bastante acessíveis e estavam a apenas algumas milhas de distância. Sob o furor de uma noite terrível – mesmo para uma região sujeita a tempestades – verdadeira e irrealização de homens, mulheres e crianças se dirigia para Tijuca e seus arredores. Na expectativa de que o assalto se desse a qualquer momento a tropa se deixou tomar de pânico, na manhã seguinte, quando Duguay Trouin se preparava para tomar de

assalto a praça, surgiu o ajudante-de-campo de Du Clerc para informá-lo de que já não havia mais resistência à sua entrada, pois a cidade estava abandonada. Por ordem do governador, os portugueses atearam fogo a alguns dos mais sortidos armazéns e colocaram minas sob o forte dos jesuítas e o dos beneditinos. Em ambos os casos, porém, os franceses evitaram a explosão e rapidamente tomaram posse de sua presa fácil. Encontraram já na cidade os seus patrícios colhendo os primeiros frutos da vitória. Restando, ainda, vivos cerca de quinhentos homens de Du Clerc, romperam as grades das prisões, na confusão da noite e entregaram-se à pilhagem. Algumas pessoas que haviam dado mostras de bondade para com os franceses durante o tempo em que estiveram presos foram em tão alvo de sua gratidão, pois, para que suas residências não fossem atingidas pelo saque geral a que procediam, foram elas marcadas e fielmente respeitadas pelos assaltantes. Não foi possível, porém, impedir outros excessos; as propriedades particulares organizadas para impedi-los foram as primeiras a cometê-los. Pela manhã seguinte, três quartos das casas e dos armazéns estavam arrombados. Vinhos, provisões, mobiliário e gêneros de toda espécie eram atirados de rol-dão à lama das ruas, e, se os portugueses tivessem tido a habilidade necessária para se aproveitar da oportunidade que se lhes deparava, poderiam ter tirado segunda desforra dos invasores. Trouin mandou fuzilar alguns dos seus subordinados, mas o exemplo sumário não foi suficiente para contrabalançar as tentações que se lhes apresentavam, de forma que o único recurso que ocorreu ao comandante para preservar a ordem foi o de dar trabalho aos seus homens, fazendo-os arrumar nos armazéns as mercadorias que pretendia levar. O Governador Castro se havia entrincheirado a uma légua da cidade e aguardava a chegada de reforço das minas. Du guay Trouin compreendeu a situação crítica em que bem cedo se encontraria se insistisse em permanecer por muito tempo num lugar onde poucos recursos havia encontrado e onde não os poderia obter em quantidade suficiente sem grandes dificuldades e perigos. To mou, por tanto, a decisão de informar o governador de que, a menos que a cidade fosse prontamente resgatada, ele a faria destruir a fogo. De pois de algumas escaramuças e negociações Trouin resolveu aceitar o resgate que lhe foi oferecido de 600.000 cruzados – cerca de

400.000 dólares.⁵ Os habitantes poderiam, se o quisessem, resgatar os seus próprios haveres. Apenas feito o acordo, chegou das minas um grande contingente em auxílio do governador; as hostilidades, porém, não prosseguiram.

O comandante francês puniu com pena capital todos os que foram apanhados em flagrante roubando a prataria das igrejas. Tendo arrebanhado o que pôde, confiou tudo aos cuidados dos jesuítas que, a seu ver, eram os únicos religiosos da cidade que mereciam confiança.

Depois de ter recebido o último pagamento do resgate e de ter posto a bordo todo o produto do saque, Trouin embarcou novamente a 4 de novembro com a intenção de fazer o mesmo na Bahia. Os ventos, porém, lhe foram adversos e, de pois de contra eles lutar em vão durante um mês e meio, achou de bom aviso rumar para a França enquanto ainda tinha provisões para a viagem.

Todavia, a demora foi desastrosa para dois de seus barcos que, devido ao temporal que os assaltou em viagem, naufragaram com mil e duzentos homens a bordo. Uma das naus siñis tra das era comandada pelo Cavaleiro de Courserac que havia sido o primeiro a franquear o porto do Rio. Era o melhor navio da esquadra e justamente por isso levava a parte mais valiosa da carga roubada, além de um carregamento de prata e ouro no valor de seiscentas mil libras. Um terceiro barco foi forçado a arribar em Caiena e lá soçobrou ancorado. Apesar desses prejuízos restou ainda aos aventureiros um lucro de noventa e dois por cento sobre o capital inicialmente arriscado.

O povo do Rio ficou de tal forma revoltado com a conduta de Francisco de Castro, que não mais o quis ter como governador. Logo que Lisboa teve ciência do desastre mandou, para substituí-lo, Francisco de Tivora.⁶ O infeliz Governador Castro foi processado por covardia e condenado a degredo com prisão perpétua em uma fortaleza na Índia.

5 Seiscentos mil cruza dos, com ver ti dos em mil-réis, poder aqui si ti vo de 1937, segundo a tabela publicada por Roberto Simonsen em sua *História Econômica do Brasil*, seriam 21.140:000\$000 por cruza do (N. do T.).

6 Trata-se de Francisco de Távora, que aliás não foi governador do Rio. O governador que veio depois de Francisco de Castro Morais foi d. Álvaro da Silveira e Albuquerque – como deve ter percebido o leitor não foi só esse engano que come teu o autor (R. B. de M.).

O castigo parece ter sido por demais severo, de vez que Francisco de Castro havia adotado o plano idêntico ao do ano anterior, quando os seus erros foram perdoados ante a vitória alcançada.

Desde que Duquay Trouin levantou ferro, de regresso à França, nenhuma outra esquadra inimiga jamais franqueou a barra do Rio de Janeiro, e, de então a esta parte, foram profundas as modificações que sofreu a cidade.

Em 1763 passou a ser capital do país e a residência dos vice-reis portugueses, em substituição à Bahia. Foi nesse período que o Rio experimentou os seus maiores surtos de progresso.

Os mangues que cobriam grande parte da atual área urbana foram drenados e saneados. As ruas foram calçadas e iluminadas. Os carregamentos de escravos que até então eram expostos à venda nas ruas, proporcionando aos transeuntes cenas horríveis e degradantes além de pôr a população em risco das mais pavorosas moléstias, foram removidos para o Valongo, que assim passou a constituir o mercado dessas infelizes criaturas.

Os chafarizes foram multiplicados. Dessa forma e com a adoção de várias outras medidas, foram melhorando as condições sanitárias da cidade e o seu progresso grandemente incentivado sob os sucessivos governos do Conde da Cunha, do Marquês do Lavradio e de Luís de Vasconcelos.

O sistema de governo imposto ao Brasil durante esse período era, porém, rígido em excesso, e, portanto, não favorecia o desenvolvimento dos seus recursos naturais. Entretanto, os mais esclarecidos estadistas portugueses já anteviam a possibilidade de um dia vir a Colônia a ofuscar a glória da Metrópole. Todavia, nenhum deles poderia prever quanto proximamente se dariam os acontecimentos que haveriam de obrigar a Casa de Bragança a se refugiar no Novo Mundo e estabelecer sua corte no Rio de Janeiro. Já ao fim do século XVIII sobrevinham tais sucessos.

“A jovem república francesa apenas emergia do torvelinho revolucionário e os monarcas de todos os estados vizinhos entravam em poderosa coligação para aniquilá-la.

“Foram parcialmente vitoriosos em sua tentativa; essa política de agressão, porém, provocou tremenda e avassaladora reação. Deusenjo

a que surgisse no cenário europeu um espírito dinâmico que, mais tarde, em vão tentaram exorcizar: o conquistador que por muitos anos consecutivos conseguiu calcar aos pés o poderio das armadas e liberear ou escravizar as nações, a seu talante. Em 1807 o exército francês, sob o comando do Marechal Junot, invadiu Portugal com o fim de aprisionar a família real. O príncipe regente, D. João VI, tudo tentou, inclusive a submissão às mais humilhantes condições a fim de evitar a tempestade que se aproximava.

“Napoleão, porém, havia resolvido que o seu império se estenderia por toda a Península, e, a 29 de novembro, suas tropas surgiram nas adjacências de Lisboa.”

“Foi em tão – e só em tão – que o príncipe se resolveu a emigrar para o Brasil.”

Todos os valores susceptíveis de serem transportados foram apressadamente embarcados com a família real. A frota portuguesa era constituída por oito naus da linha, quatro fragatas, doze brigues e numerosos barcos mercantes.

Acompanhada por belonaves inglesas, que então se achavam ancoradas no estuário do Tejo, partiu a expedição portuguesa rumo ao Brasil. Os franceses entraram em Lisboa no dia seguinte. Em princípio os de janeiro de 1808 chegaram ao Rio as primeiras notícias das seis acontecimentos extraordinários e desperteram o mais vivo interesse.

Aquilo que os brasileiros apenas tinham como vaga possibilidade estava agora para se tornar realidade, de um momento para outro. A família real poderia chegar a qualquer instante, e, por tanto, os preparativos para sua recepção monopolizaram a atenção de todos. O palácio dos vice-reis foi rapidamente preparado e evacuada das repartições públicas do Largo do Palácio, a fim de acomodar o cortejo real. Não sendo, porém, estas suficientes, foram os proprietários das casas vizinhas convidados a desocupar suas residências e entregar as chaves ao vice-rei.

Tal era o desejo do povo, de bem acolher os seus aristocráticos hóspedes, que nada parece lhes ter sido poupado; ao contrário, muita gente, mesmo das famílias menos abonadas, ofereciam de bom grado dinheiro e objetos de valor com que lhes proporcionassem conforto.

Acoçada por fortíssimo temporal, uma parte da frota tocou na Bahia, mas, afinal, todos os barcos chegaram ao Rio sem mais novidades, a 7 de março de 1808. Durante as manifestações de alegria popular que coroaram a chegada da corte, a população carioca abandonava as casas para se apinhar nos morros. Os que podiam fretavam embarcações para se fazer ao mar ao encontro dos régios viajantes. Logo que desembarcou, o príncipe dirigiu-se à Catedral a fim de render graças a Deus por ter conseguido chegar são e salvo. A cidade iluminou-se durante nove noites seguidas.

Para que se possa fazer idéia das transformações por que passou o Brasil durante os últimos trinta e cinco anos, é necessário não nos esquecermos de que até então a política tacanha da Metrópole proibia terminantemente qualquer modalidade de comércio com o estrangeiro.

Navios de nações amigas eram, de quando em vez, autorizados a entrar nos portos desta colônia círclica, mas, nem os passageiros, nem as tripulações podiam desembarcar senão sob as vistas de uma guardamilitar.

Para cercar todas as possibilidades de intercâmbios, os navios estrangeiros que aqui aportavam a fim de reparar avarias ou tomar água e provisões recebiam logo um guarda aduaneiro e a sua permanência no porto era de terminada pelas autoridades, de acordo com as necessidades do caso. Como consequência de tão opressiva regulamentação, o povo – rico em ouro e pedrarias – via-se impedido de obter implementos indispensáveis à agricultura e ao conforto doméstico. Um senhor-de-engenho que, em ocasiões festivas, podia exibir rica prataria maciça, nem sem pre conseguia oferecer um talher a cada um dos seus comensais. Era freqüente o mesmo copo ter de passar de mão várias vezes entre os convivas. O prelo não era ainda conhecido na Colônia. Os livros, como o saber, eram raros. O povo de via sentir, por todas as formas possíveis, a sua dependência da Metrópole; nem tampouco era conhecido o espírito de iniciativa e de indústria.

À chegada do Príncipe Regente, os portos foram franqueados à navegação estrangeira. Surtiu o prelo, e, com ele, a *Gazeta Real*. Foram fundadas a Escola de Medicina e a Academia de Belas-Artes. A Biblioteca Real, com 60.000 volumes abriu suas portas ao público.

As nações amigas foram solicitadas a enviar representação diplomática ao Brasil e assim foi que logo se instalaram no Rio as embaixadas da Inglaterra e da França.

A partir de então as condições e o aspecto da cidade melhoraram consideravelmente. Rasgaram-se novas ruas e abriram-se novas praças; esplêndidas residências surgiram nas ilhas mais próximas e nas montanhas adjacentes, aumentando, com o crescimento da cidade, a beleza e o pitoresco do cenário ambiente. O repentino e constante influxo de portugueses e estrangeiros não só se fez logo no tempo da cidade, mas, ainda, estendendo-se para o interior, provocou a abertura de mais vias de comunicação, a construção de novas cidades e a ampliação de outras já existentes. De fato, o país inteiro sofreu modificações rápidas e profundas. As maneiras do povo também passaram pela transformação. As modalidades impositivas do domínio. Das mais severas restrições, ou melhor, da mais absoluta ausência de vida social, o povo emergiu repentinamente para os brilhantes cerimoniais da corte cujas festas e recepções atraíam multidões de todas as direções. Na promíscua sociedade que a capital então ostentava, a poeira da revolução foi espançada; hábitos antigos cederam lugar a idéias novas e novas maneiras de viver; e, tudo isso, foi-se propagando de esfera em esfera, de cidade em cidade.

O comércio também transformou sua aparência. Estabeleceram-se casas estrangeiras e artífices de outras terras vieram se fixar no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras.

O país não mais podia permanecer na situação de Colônia. Em dezembro de 1815, foi promulgado o decreto que ele vou o Brasil à categoria de reino e o fê-lo parte integrante do Reino Unido de Portugal, Algarves e Brasil. Difícilmente se pode avaliar o entusiasmo despertado no território imenso da América portuguesa por tão inesperada reviravolta. Para divulgar a faustosa notícia, recebida com júbilo vulgar desde o Prata até o Amazonas, foram despachados correios especiais. Entretanto, apenas verificado esse acontecimento extraordinário, falecia D. Maria I.

Era a mãe do Príncipe Regente, mas, dado o estado de insanidade em que se achava há vários anos, sua morte em nada alterou a situação política do Reino. Os funerais se revestiram de grande pompa e, em

honra à memória de sua augusta genitora, D. João adiou por um ano a aclamação de sua sucessão ao trono, tendo sido finalmente coroado com o título de D. João VI. As cerimônias da coroação, celebrada a 5 de fevereiro de 1818, no Largo do Palácio, tiveram grande magnificência. Entre as vantagens provenientes do novo estado de coisas, várias circunstâncias havia, calculadas para provocar descontentamento. O Sr. Armitage⁷ assim resumiu, aliás, com muita propriedade, a situação do Brasil nesse período: “Acompanhou a corte uma chusma de aventureiros necessitados e destituídos de princípios, a que o governo se viu na obrigação de colocar. Esses indivíduos tinham pouco interesse no bem-estar do país e sua ganância era bem maior que o desejo de administrar justiça ou de beneficiar o público. A rivalidade que sempre existiu entre brasileiros e portugueses teve, nesse novo estado de coisas, mais um poderoso incentivo. D. João, pelo seu temperamento benevolente, comprazia-se em recompensar todos os serviços prestados ao estado ou à sua pessoa; contudo, sendo poucos os recursos do erário, adotava o expediente bem mais econômico de distribuir títulos honoríficos aos que se faziam credores da gratidão real. Tal prodigalidade com que D. João lançou mão dessa forma de recompensa que as insígnias distribuídas em seu reinado excederam em muito as conferidas por todos os demais monarcas da Casa de Bragança.

“Os comerciantes e senhores de terras que à chegada da corte cederam suas casas e adiantaram dinheiro para obsequiar os hóspedes reais, receberam comendas de várias ordens honoríficas originalmente instituídas em escavalleirescas.

“Foram então armados cavalheiros indivíduos que jamais haviam calçado um par de esporas; feitos comendadores da Ordem de Cristo, homens que não conheciam sequer os rudimentos da doutrina cristã.

“Não poderia ter sido senão bastante grande o alvoroço resultante de tão prodigal distribuição de honrarias, num país onde essas dignidades eram até então quase desconhecidas e onde era cega e profunda a veneração tributada aos títulos sonoros e às velhas instituições.

7 Armitage, John – *The history of Brazil, from the period of the arrival of the Braganza family in 1808, to the abdication of don Pedro the First in 1931...* London, Smith, Elder, 1836, 2 vols. (R. B. de M.)

Ten do sido apa ren te men te pos tas ao al can ce de to dos, as hon ras pas sa ram a constituir objeto de emulação; e, conseqüentemente, dentro de pouco tempo não havia mais espécie alguma de pequenas tiranias ou grau de humilhação a que se submetessem prazerosamente os preten dentes a tais ma nif esta ções da real mu ni fi cên cia.

“À consecussão de tais favores geralmente sucedia mudança imediata no modo de vi ver. No bres ca va le i ros não mais po di am se rebaixar à lida pro sa i ca do co mér cio. Eram por isso obri ga dos a vi ver de re cur sos já ad qui ri dos, ou em fal ta des tes, pe dir em pre go ao go ver no.

“Neste caso, porém, as dificuldades eram ainda maiores que no primeiro, devido à grande concorrência dos numerosos emigrados da MetrÓpole. Mesmo quando conseguiam obter colocação, os proventos dos cargos eram por demais minguados para permitir prodigalidades. Em compensação eram freqüentes as oportunidades de se negociarem fa vo res e isen ções e, por isso, a ve na li da de dos bra si le i ros que ocu pa vam car gos pú bli cos, den tro em pou co ri va li zou com a dos seus co le gas por tu gueses. Tudo isto, além do lastimável ponto a que chegou a moral da corte, tinha forçosamente que fomentar a idéia de liberdade que di fi cil mente de i xa ria de sur gir como re fle xo da re cen te in de pen dên cia das colônias inglesas na América do Norte e da onda revolucionária que avassalava as colônias espanholas vizinhas.

“Foi sem dúvida a consciência desse crescente descontentamento e o receio de que aos poucos o Brasil fosse seguindo o exemplo das ex-colônias de Castela, que contribuiu para a decisão de elevar o país à categoria de reino. A paz reinou por diversos anos; aos poucos, porém, o descontentamento foi-se avolumando sob o es tí mu lo das pró prias me di das to ma das para sua ex tin ção. Tam bém o mur mú rio do povo se le van tou, mas não en con trou eco, pois o ú ni co pre lo exis ten te es ta va sob o con tro le ime di a to das au to ri da des re a is. Atra vés dele o pú bli co era fielmente informado do estado de saúde de todos os príncipes europeus. De quan do em vez as pá gi nas do jor nal se ilu mi na vam com a pu bli ca ção de editos oficiais, odes natalícias e panegíricos sobre a família reinante. Jamais porém, eram elas poluídas com as efervescências democráticas ou a publicação de descatos. Se se fosse jul gar o país pelo tom de seu único jornal, fervorosamente se haveria de concluir que se tratava de

um perfeito paraíso terrestre onde nenhuma palavra de reclamação tinha até então sido proferida."

A revolução constitucionalista de 1821, em Portugal, foi imediatamente secundada por outrase melhan te no Brasil.

Depois de muita agitação popular e ansiedade da parte de D. João VI, em vista da atitude do povo, resolveu o rei constituir seu filho o príncipe D. Pedro, regente e representante de sua majestade no Reino do Brasil. Apressou, então, D. João, a partida para Portugal com o restante de sua família, e a nobreza que o acompanhou. O desolado monarca embarcou em navio de guerra a 24 de abril de 1821, abandonando a um destino incerto a maior e a melhor parte de seus domínios.

.....

Capítulo III

PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA – ACLAMAÇÃO DE D. PEDRO – A REVOLUÇÃO – ACONTECIMENTOS SUBSEQÜENTES – ABDICAÇÃO – ACLAMAÇÃO DE D. PEDRO II – A REGÊNCIA – REFORMA CONSTITUCIONAL.

Por mais rápidas que tivessem sido as modificações políticas no Brasil durante os últimos dez anos, acontecimentos de maior vulto estavam ainda reservados para um futuro próximo.

D. Pedro contava, então, apenas vinte e três anos de idade. Tendo deixado Portugal ainda criança, suas mais elevadas aspirações estavam intimamente ligadas à pátria de adoção. Casou-se em 1817 com D. Leopoldina, Arquiduquesa da Áustria e irmã de D. Maria Luísa, ex-Imperatriz de França. Anos depois chegou ao Rio de Janeiro em novembro daquele ano.

No elevado posto de príncipe regente, certamente encontrou D. Pedro o escopo de suas mais ardentes ambições; viu-se, contudo, cercado de inúmeras dificuldades, tanto de caráter político como de natureza financeira. Tão embaraçosa se apresentava, de fato a situação que, depois de apenas alguns meses de regência, pedia licença ao pai para deixar o cargo e suas atribuições. Por essa época, despetidas com a posição do príncipe no Brasil, as Cortes portuguesas votaram uma lei ordenando o regresso de D. Pedro à Europa e a supressão dos tribunais reais no Rio.

A ordem foi recebida com indignação pelos brasileiros que, congregando-se em torno de D. Pedro convenceram-no de que devia ficar. Sua decisão de permanecer no Brasil suscitou as mais entusiásticas demonstrações de júbilo tanto entre os patriotas como entre os realistas. Todavia, a guarnição portuguesa aquartelada no Rio de Janeiro revelou logo sinais de revolta. A tropa, composta de 2.000 homens, deixou o quartel na noite de 11 de janeiro de 1822 e, provida de artilharia, marchou para o morro do Castelo que dominava a cidade. Durante a noite correu célebre a notícia desse movimento, e, antes que raia o dia, o Campo de Santana, enorme praça fronteira à posição ocupada pelas forças portuguesas, achava-se apinhado de civis armados.

A maioria dessa força era composta por indivíduos destituídos de disciplina militar, e, portanto, pouco aptos a se medirem com os soldados portugueses, muitos dos quais já haviam servido na Península sob o comando do Duque de Wellington. Em número, porém, a força popular era muito superior aos seus antagonistas, e, além disso, tinha também de artilharia.

O conflito parecia inevitável. Contudo, ante a firme decisão do povo, o comandante português vacilou e acabou oferecendo capitulação sob condição de terem os seus homens permissão para conservar as armas. A proposta foi aceita imediatamente com promessa de se retirar toda a guarnição portuguesa para a Praia Grande, vilarejo situado do lado oposto da baía, até que se providenciasse o seu transporte para Lisboa – o que foi subsequente e efetuado. As Cortes portuguesas, porém, continuaram a tomar, contra o Brasil, medidas de tal forma arbitrarias que afinal acabaram por acelerar o movimento que culminou com a proclamação da independência. Esta medida há muito vinha sendo ardentemente desejada pelos mais eminentes brasileiros que já haviam sugerido a D. Pedro que tomasse o título de Imperador. O Príncipe Regente tinha até então recusado o convite e reiterado sua lealdade a Portugal. Ultimamente, porém, quando em viagem pela Província de S. Paulo, recebeu da Metrópole mensagens que o levaram a firmar sua resolução de fazer a independência imediata do país.

A exclamação de D. Pedro – “Independência ou Morte” – foi entusiasticamente repetida por todos quantos o acompanhavam e passou a constituir a senha da revolução brasileira. A proclamação feita em

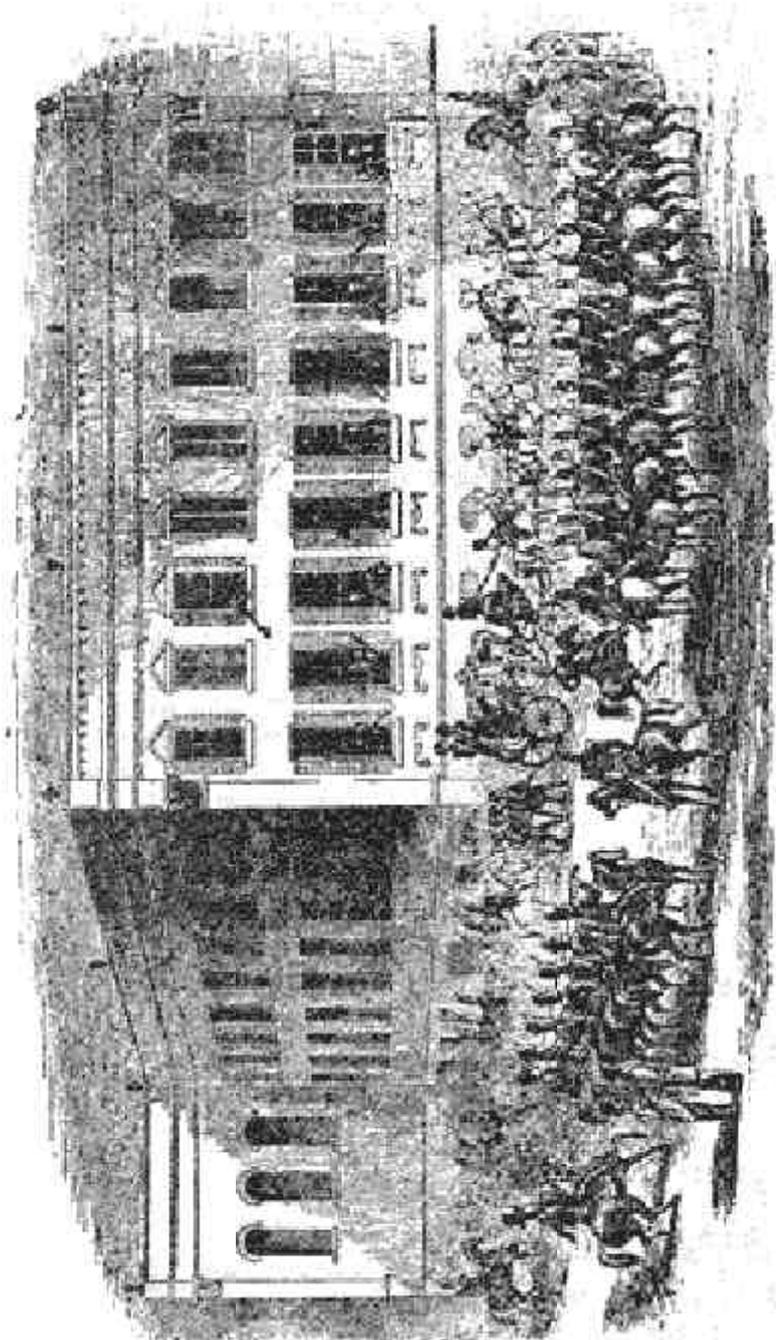
S. Paulo a 7 de setembro foi repleta no Rio de Janeiro, tão logo conseqüiu o Príncipe lá chegar, de pois de uma apresada viagem.

A municipalidade da capitãlemiã, a 21, um manifesto no sentido de que era sua intenção satisfazer os desejos do povo, aclamando D. Pedro Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil. A cerimônia da aclamação foi celebrada no Campo de Santana, a 12 de outubro, com a presença das autoridades municipais, funcionários da corte, militares e grande massa popular. Sua Alteza declarou, então, aceitar o título que lhe conferiam, por estar convicto de que assim obedecia à vontade do povo. As tropas de ramalvas do estílo e à noite houve profusa iluminação na cidade. José Bonifácio de Andrada, primeiro-ministro do governo, tinha a vinda de um decreto em que determinava que todos os portugueses dispostos a abraçar a causa popular deveriam externar seus sentimentos usando no braço a legenda “Independência ou Morte”. O mesmo decreto dispunha que os discordantes deveriam deixar o país dentro de curto prazo e ameaçava de serem considerados réus de alta traição os que, a partir de então, ousassem atacar por atos ou palavras a causa sagrada do país.

A Revolução brasileira foi quase inteiramente incruenta. Aproximava-se de seu ocaso a glória de Portugal; os recursos do país estavam esgotados e suas energias corroídas por dissensões intestinas.

A Metrópole jamais tentou manter, de maneira sistemática e perseverante, sua ascendência sobre a Colônia de há muito deprimida e então rebelada. As insultuosas medidas das Cortes portuguesas não foram além dos seus infelizes decretos. O domínio de Portugal manteve-se ainda, periclitante, na Bahia e em outros portos militarmente ocupados pelos lusos. Tais forças, porém, acabaram por ser obrigadas a se retirar e deixar o país entregue ao seu próprio destino. Tão pouca resistência encontrou a Revolução e tão rápido foi o seu evoluir, que em menos de três anos após o grito do Ipiranga, a independência do Brasil era reconhecida pelas Cortes de Lisboa. Nesse ínterim, o Imperador fora coroado com o título de D. Pedro I e convocada uma Assembléia de representantes das províncias. A Assembléia promulgou uma constituição que foi aceita pelo Imperador a 24 de março de 1824 e à qual todo o país jurou obediência.

O governo de D. Pedro I prolongou-se por cerca de 10 anos e durante esse tempo o país progrediu mais que nos três séculos de corridos entre o descobrimento e a promulgação da Constituição portuguesa, em



Abertura da Assembleia

1820. Contudo, o Primeiro Império não foi isento de falhas nem livre de dificuldades. Não sendo tirano, D. Pedro era imprudente; enérgico, mas inconstante, inclinado à forma representativa de governo, mas hesitante em pô-la em prática. Feito herói durante as lutas da independência, parece ter-se deixado levar mais pelo exemplo de outros imperantes que por ma dura consciência da situação e das exigências do Brasil; daí talvez, a sofreguidão com que se lançou à guerra contra Montevidéu, cuja causa fora sem dúvida a agressão e que, depois de entrar o comércio, deter a prosperidade do país e exaurir seus recursos financeiros, terminou pela cessão incondicional da província em disputa.

Além dessas considerações torna-se necessário frisar que o Imperador tinha hábitos extravagantes e era bastante precária a sua moral. Entretanto, o motivo principal de sua impopularidade parece ter consistido em já mais ter sabido ser o homem de seu povo, em nunca se ter feito inteiramente brasileiro.

Muitas vezes ouviram de seus lábios o conceito de que a única verdadeira força de um governo residia na opinião pública; entretanto, Pedro I infelizmente nunca soube se conciliar com o pensamento do povo sobre o qual lhe coube o destino de imperar. Durante o período de revolução, no auge do entusiasmo, ouviram-se de seus lábios frases calculadas para lisonjear o nascente espírito da nacionalidade, a sua sinceridade mereceu fé. Entretanto, o fato de se ter depois valido de uma força estrangeira, sua contínua interferência nos negócios de Portugal, a instituição de um gabinete secreto e a nomeação de portugueses naturalizados para os mais elevados postos do governo, com aparente exclusão de brasileiros natos, suscitou entre os nacionais recentemente feridos em suas susceptibilidades, a crença de que o próprio Monarca ainda era português de coração.

Pensavam os brasileiros que estavam sendo vistos com desconfiança, e daí o se terem tornado inquietos sob um governo suspeito de incrementar os interesses estrangeiros e um partido alienígena. Freqüentes foram as oportunidades que tiveram os brasileiros de manifestar seu descontentamento, e, cada vez, que isso se dava, no vas me di das repressivas eram postas em vigor. Finalmente, depois de balda dos esforços para reprimir o espírito de rebelião que se insinuava em difernetes pontos do Império, D. Pedro encontrou-se nas mesmas dolorosas e humilhantes circunstâncias que forçaram seu pai, D. João VI, a regressar a Portugal.

A Oposição, que até então se mantinha discreta e velada, tornou-se generalizada e patente. Os atos mais indiferentes do Imperador eram deturpados e trazidas a público todas as irregularidades de sua vida privada. Indivíduos aos quais o Monarca havia prodigalizado benefícios, percebendo que se apagava o fulgor de sua estrela, abandonaram-no, ainda mais, tiveram a baixezade contribuir para a sua queda. O próprio exército que o Imperador formou com sacrifícios imensos e manteve com prejuízo de sua própria popularidade, tendo nele, depositado mais confiança que no povo, acabou traíndo-o.

Depois de repetidas comoções populares que tiveram como resultado acentuar ainda mais o divórcio entre o trono e os patriotas, o povo reuniu-se a 6 de abril no Campo de Santana para exigir do Imperador a demissão do novo Gabinete e a recondução de alguns Ministros demitidos na manhã daquele mesmo dia. Informado da aglomeração popular e de suas finalidades, D. Pedro assinou, conjuntamente com os ministros, uma proclamação assegurando à nação que o governo era perfeitamente constitucional e que os seus membros se ateriam aos princípios da Carta Magna. O documento foi confiado a um juiz de paz para lê-lo perante o povo; todavia, apenas terminou o juiz sua leitura, foi o papel arrebatado de suas mãos e calcado aos pés pela turba agitada. Recrudesciamos clamores pelo restabelecimento do ministério deposto; a aglomeração avolumava-se a cada instante; por cerca das 6 horas da tarde, três juizes de paz partiram em direção ao palácio imperial a fim de exigir que o “Ministério que gozava da confiança do povo” (como era conhecido o último gabinete) fosse imediatamente restabelecido.

O Imperador ouviu a intimação, mas se recusou atendê-la declarando: “Tudo fa rei para o povo, mas nada pelo povo.”

Logo que tal resposta se tornou conhecida no Campo de Santana o povo prorrompeu em gritos revolucionários e a tropa começou a reunir-se, confraternizando-se com a multidão. Novas representações foram enviadas ao Imperador, sem resultado, porém. O monarca de clara peremptoriamente que preferia a morte a se curvar ante as exigências populares. Contudo, sua firmeza era tardia. O Batalhão do Imperador, aquartelado na Boavista, também aderiu aos seus camaradas no Campo de Santana, onde chegou às 11 horas da noite. Até a Guarda de Honra Imperial, convocada ao paço, seguiu seus irmãos de arma. A população

começou então a se armar nos quartéis mais próximos. Enquanto isso se dava, os portugueses, sentindo-se abandonados e perdidos, nem sequer se aventuravam à rua.

Dizem as testemunhas que, nesses momentos angustiosos, o Imperador demonstrou dignidade e magnanimidade desconhecidas em seus dias de esplendor. A Imperatriz é que, na antevisão das mais funestas conseqüências, chorava copiosamente, ao mesmo tempo em que um enviado especial das tropas e do povo, em conjunto, peedia uma resposta definitiva do Imperador.

Abandonado, embaraçado, irritado e fatigado em extremo, D. Pedro viu-se obrigado a ceder às circunstâncias. Às duas horas da manhã, sem ouvir conselho de pessoa alguma nem informar os ministros de sua decisão, sentou-se e escreveu sua abdicação: “Usando dos direitos que a Constituição me concede, declaro ter voluntariamente abdicado em favor de meu filho muito amado Dom Pedro de Alcântara. Boa vista, 7 de abril de 1831, décimo da independência do Império.”

Levantou-se então, e dirigindo-se ao mensageiro disse: “Aqui tem a minha abdicação, estimo que sejam felizes. Eu me retiro para a Europa e deixo o país que muito amei e amo ainda.” As lágrimas inundaram-lhe o rosto. Retirou-se apressadamente para a sala contígua onde se achavam a Imperatriz e os embaixadores francês e inglês. A seguir demitiu todos os seus ministros menos um, e, por decreto que antedatou de 6 de abril nomeou José Bonifácio de Andrada e Silva tutor de seus filhos menores.

Era a prova eloqüente da ingratidão de que se via rodeado nessa hora de infúrnio, da parte de todos a quem tinha conferido títulos e riquezas, pois, naquele doloroso instante, fora forçado a recorrer ao velho trôpego a quem anteriormente havia repudiado e maltratado. Finalmente, depois de ordenar seus assuntos domésticos, tomou um escalador do navio de guerra inglês *Warspite*, em companhia da Imperatriz e de sua filha mais velha, a atual rainha de Portugal. A segunda mulher de D. Pedro I era uma princesa da Bavária com quem se havia casado em 1829, três anos depois da morte de D. Leopoldina, a primeira Imperatriz.

Nunca mais voltou D. Pedro a pôr o pé em terras brasileiras. A abdicação foi recebida no Campo de Santana com grandes demonstrações de alegria e vivas a D. Pedro II. Logo pela manhã, todos os deputados e

senadores se reuniram no Senado e elegeram uma Regência Provisória constituída por Vergueiro, Francisco Lima e o Marquês de Caravelas, junta essa que deveria governar o país até a eleição da Regência Permanente, como determinava a Constituição. O príncipe em favor de quem o Imperador havia abdicado, nem sequer contava seis anos; apesar de sua tenra idade, foi levado à cidade em triunfo sendo a cerimônia de sua aclamação celebrada com todo o entusiasmo que se possa imaginar. Durante o desenrolar desses acontecimentos, o corpo diplomático reuniu-se na residência do Núncio Apostólico, a fim de combinar a conduta que deveria adotar no decurso da Revolução. Mr. Brown, o encarregado dos Negócios dos Estados Unidos, recusou-se a comparecer ao convite, receoso de que a sua finalidade precípua fosse a defesa dos interesses da realeza. Entretanto, os diplomatas que se reuniram, concordaram em dirigir uma representação às autoridades, na qual depois de frisar que a segurança de seus concidadãos corria perigo em meio da efervescência popular, pediam as mais formais garantias dos direitos e imunidades concedidas pelas leis internacionais e pelos tratados entre nações civilizadas. Resolveram também procurar o Imperador, incorporados, a fim de ouvir de sua própria boca que havia mesmo abdicado!

Tal modo de agir era altamente ofensivo ao novo governo, podendo mesmo ser considerado como interferência indebita. Por outro lado, o Governo estava muito satisfeito com o procedimento de Mr. Brown e do Sr. Gómez, Encarregado dos Negócios da Colômbia, que discordaram da política dos agentes diplomáticos das monarquias. O ministro dos Estrangeiros declarou que a conduta daqueles dois diplomatas, havia sido a de “verdadeiros americanos”.

Conquanto o ex-Imperador ainda se achasse no porto, 9 de abril foi designado como sendo o primeiro dia da corte de Pedro II. Houve parada militar, Te-Deum na capela imperial e, nas ruas, imensa multidão ostentava folhas da “árvore nacional”⁸ como símbolo de lealdade. Populares desatrelaram os animais da carruagem imperial a fim de a conduzir com suas próprias mãos. Chegando o cortejo ao palácio, foi o imperial menino colocado numa das sacadas, e diante dele desfilou

8 Cróton de cores imperiais, verde e amarela, denominado “independência” pelo que D. Pedro fazia chamar “árvore constitucional”. *Contribuições para a Biografia de D. Pedro II* – 59. (N. do T.)

imensa multidão. A seguir recebeu os cumprimentos do corpo diplomático que compareceu completo, sem uma exceção sequer, apesar de ainda pouco antes ter es ta do todo ele a bordo da *Warspite*.

O novo governo ofereceu um navio a D. Pedro I. Este, porém, não aceitou devido à demora e às despesas necessárias para aprestá-lo, declarando que seus bons amigos, os reis da Inglaterra e de França, podiam perfeitamente proporcionar-lhe o transporte que, por intermédio dos respectivos comandantes, haviam oferecido a ele e sua família. Assim foi que a 13 de abril a corveta inglesa *Volage* e a francesa *La Siene* se fizeram ao mar, a primeira com o zin do o ex-Imperador e sua esposa e a segunda a irmã de D. Pedro e seu consorte.

A 17 de junho a Assembléia Geral procedeu à eleição da Regência Permanente, tendo escolhido em Lima, Costa Carvalho e João Bráulio Muniz. Durante essa sessão os trabalhos da Assembléia Geral foram absorvidos por apaixonados debates em torno da reforma da Constituição. Presidia a Câmara dos Deputados o Sr. Antônio Carlos Andradá. José Bonifácio, que pelo próprio Imperador havia sido constituído tutor dos infantes, foi novamente nomeado para o mesmo cargo por não reconhecer, a Assembléia, a validade da primeira indicação. Ao aceitar o posto, esse eminente brasileiro declarou que não recebia compensação alguma pelos serviços que nele pudesse prestar, declaração essa a que se ateve com firmeza de verdadeiro patriota.

Apesar da amplitude da Revolução que tão rapidamente evoluiu, a tranqüilidade pública não foi senão levemente perturbada. Pequenos motins de caserna ocorreram em duas ocasiões diferentes, mas não visaram objetivo político de fimido e foram logo subjogados.

A 7 de outubro chegavam despaços dos Estados Unidos trazendo as felicitações do Governo norte-americano pelo novo estado de coisas. Era a primeira manifestação de simpatia de países estrangeiros que chegava à corte brasileira, e, por isso foi acolhida com particular satisfação.

A 3 de abril de 1832, revoltaram-se as tropas aquarteladas nos fortes de Santa Cruz e Villegagnon. Um contingente de 100 homens desembarcou em Botafogo e marchou para o Campo da Honra onde foi dispersado. Poucos dias depois, cerca de trezentos homens tentaram perturbar a ordem em São Cristóvão, mas foram prontamente dominados pela Guarda Nacional, cujo fogo abateu treze dos insurretos.

Em julho do mesmo ano, o ministro da Justiça, em seu relatório público, denunciava o venerável José Bonifácio como suspeito de conivência com os promotores das recentes perturbações. O parecer da comissão da Câmara dos Deputados exigia a demissão do velho Andrada sem audiência prévia. A Câmara aprovou a proposta por escassa maioria, mas o Senado a rejeitou, assim frustrando a conspiração tramada para provocar a queda do velho Andrada. Os regentes apresentaram sua demissão à Assembléia Geral, mas, ante a solicitação feita pela Câmara dos Deputados, por intermédio de uma delegação especial, consentiram eles em permanecer em seus postos, procedendo, contudo, à imediata recomposição do Ministério.

Em 1833, o ministro dos Estrangeiros comunicava à Assembléia Geral o seu receio de que D. Pedro I esboçasse tentativas de recuperar o trono brasileiro. O ministro declarou então que bem leves eram as preocupações que nesse sentido o assaltavam; entretanto desejava prevenir qualquer intriga que porventura surgisse. Quais quer que tenham sido os anseios do ex-Imperador, nenhum passo deu, jamais, com tal esboço em mira. Entretanto, mais ou menos por essa época, D. Pedro I manifestou princípios que o recomendavam menos que qualquer outro impulso dentro das normas de uma ambição digna. Mandou buscar as carruagens que havia deixado a ser viço dos imperiais infantes e as jóias que tinham pertencido à sua falecida filha D. Paula. Em dezembro desse ano a oposição a José Bonifácio conseguiu triunfar e destituiu-o de seu cargo de tutor da Família Imperial. Por nomeação da Regência, substituiu-o o Marquês de Itanhaém.

O ano de 1834 ficou memorável pelas importantes reformas introduzidas na Constituição do Império. Uma delas criou nas províncias assembleias anuais ao invés de Conselhos Gerais como até então. Os membros das Assembleias provinciais deveriam ser eleitos cada dois anos. Outra modificação do texto constitucional aboliu a regência tripartite passando o cargo a ser exercido por um único indivíduo que seria eleito cada quatro anos. A organização anterior da Regência dava azo a que surgissem rivalidades de poder entre os indivíduos que a compunham. Aconteceu, porém, que muito antes de terminar seu mandato, já o triunvirato se havia transformado em governo individual. Isso se deu devido à moléstia, debilitada de mental e, finalmente, ao falecimento de um dos Regentes, Bráulio, bem como pela prolongada ausência de outro, Carvalho. Só Francisco de Lima permaneceu no exercício de suas funções.

Procedida a eleição do regente único, o Senado procrastinou por muito tempo a apuração do pleito alegando que ainda não tinha recebido todos os votos. Chegou a propor à Câmara que realizassem uma sessão conjunta para eleger o regente no lugar de Bráulio, pelo



DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ

regime antigo. A escandalosa proposta foi aceita sob condição de o Senado decidir que a apuração dos votos era absolutamente impraticável. O Senado, porém, furtou-se a tamanha responsabilidade e concordou em realizar a sessão conjunta para proceder à apuração. O resultado foi sair vencedor o paulista Diogo Antônio Feijó, por maioria de 575 votos sobre o candidato da Oposição, Holanda Cavalcanti, de Pernambuco. Embora sendo sacerdote, havia muito tempo que Feijó se dedicava à vida pública, e, apenas dois anos antes fora eleito senador do Império. Um dos últimos atos da administração anterior havia sido a sua nomeação para bispo de Mariana, diocese da rica província das Minas. A 12 de outubro de

1835 Feijó tomou posse do cargo de Regente do Império. A 24 publicou um judicioso manifesto ao povo, delineando o seu programa de governo.

Resolvida que foi a agitada questão da Regência a situação se apresentou mais estável. Por essa ocasião, diversas nações estrangeiras elevaram a classe das suas representações diplomáticas, no Brasil. Pretendeu-se que os Estados Unidos procedessem de maneira idêntica, mas Washington não ce deu.

Em 1836, em tre ou tras su ges tões em prol do povo, o go ver no propôs utilizar-se de missionários moravos para a catequese do íncola no sertão. Tal medida, bem como todas as outras emanadas do poder central, encontrou a rancorosa oposição de Vasconcelos, velho político de grande tirocínio e habilidade, mas de princípios duvidosos e moral corrupta. Apesar da Oposição desse prócer, prevaleceu a principal medida administrativa pleiteada pelo Governo. Tratava-se de um emprés timo de 2.000 con tos para mi no rar as aper tu ras do Te sou ro.

Por essa época lavrara a rebelião nos extremos do país: Pará e Rio Grande do Sul. Entretanto, a julgar pela situação de calma e prosperidade que des fru ta va a ca pi tal, mal pa re cia ha ver agi ta ção em suas pro ví n ci as. A Assembléia Geral tardava em tomar medidas capazes de reprimir tais mo vi men tos, e, quan do a le gis la tu ra es ta va pres tes a se fin dar, Feijó pro lon gou-se por um mês “para que os parlamentares cumprissem o seu dever”. Já por essas re mo tas eras, es bo ç a vam-se mo vi men tos im pre ci sos no sen ti do de abolir a Regência e proclamar a maioria do jovem Imperador. Em certas ocasiões em que as circunstâncias favoreciam, essas tendências se manifestavam com maior clareza.

A administração de Feijó não foi de molde a se popularizar. Seu caráter deixava transparecer o autoritarismo de Roma. Quando traçava uma linha de condu ta, a ela se cin gia a des pe i to de toda a Opo si ção. Avesso à ostentação, não a tolerava também nos outros. Não praticava nem estimulava a corriqueira arte de lisonjear a opinião pública. Substituí a às ve zes os seus mi nis tros, ja ma is, po rém seus conselheiros.

Finalmente, atrapalhado de um lado pela guerra no Rio Grande do Sul e de outro pela faciosa Oposição que o impedia de tomar as providências capazes de reprimi-la, Feijó resolveu demitir-se.

A 17 de se tem bro de 1837 Feijó de i xou a Re gên cia e a Opo si ção to mou a di re ção do país.

Pedro de Araújo Lima, então ministro do Império, assumiu a Regência em obediência à Constituição apesar de ter sido Vasconcelos o principal promotor do novo estado de cousas. Não houve comoção de espécie alguma e era evidente que a força do governo residia principalmente na união. Nova orientação foi adotada com relação ao menino-imperador. Feijó era arredio e despido de cerimônias; a nova administração timbrou em cercar de atenções o infante. Emprestou, o novo regente, maior suntuosidade àssoleniidades públicas e assim como çaram a ser satisfeitas as inclinações de um povo apaixonado pelo aparato e pela pompa da realeza. Em outubro de 1838, procedeu-se à apuração das novas eleições e Pedro de Araújo Lima foi empossado no cargo de Regente. O termo do seu mandato deveria coincidir com a maioridade de D. Pedro.

Quer o Regente visasse ou não se melhantere resultado, o fato é que, dentro de pouco tempo, a relevância de seu cargo eclipsou-se ante as honras tributadas ao soberano adolescente. Por essa época, era costume convidar o corpo diplomático a visitar Sua Majestade durante a temporada que anualmente passava na Fazenda Imperial de Santa Cruz, situada a cerca de 50 milhas a sudoeste da Capital. Os ministros francês e austríaco costumavam fazer essa excursão.

Tornou-se mister observar aqui que as freqüentes alterações do Ministério embaraçavam o curso da ação diplomática brasileira, tendo causado muita contrariedade às potências estrangeiras que não queriam ver seus interesses descuidados por qualquer motivo. Aos poucos, porém, tanto os negócios externos como os internos, foram sendo postos em bases mais estáveis.

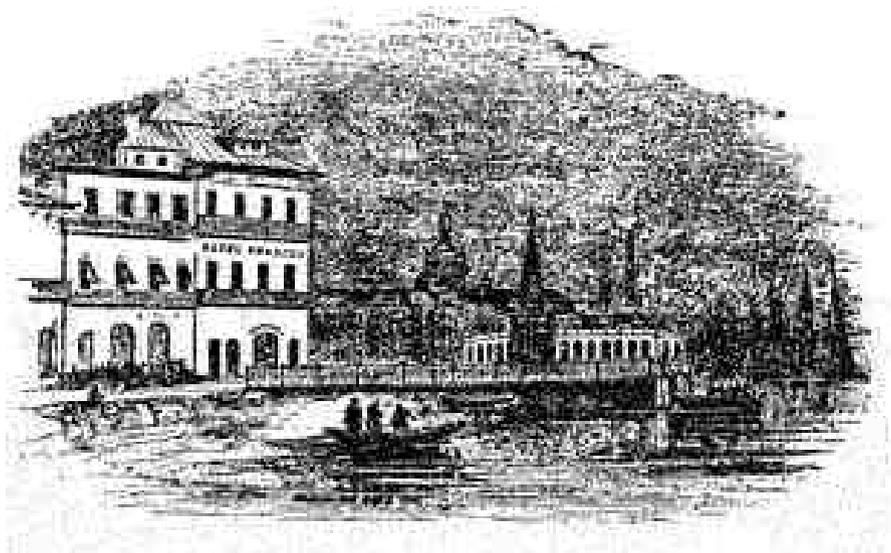
De maneira geral, não há dúvida de que o período da Regência foi benéfico ao Brasil. Durante esse lapso de tempo o governo teve sempre que lutar com tremendas dificuldades financeiras e com a forçadável Revolução do Rio Grande do Sul,⁹ além das desordens esporadicamente verificadas nas províncias. Não obstante tudo isso, o progresso passou a constituir a ordem do dia, e, em vários setores da vida nacional, foi ele de fato assegurado.

Foi mais ou menos por ocasião da queda de Feijó que o autor começou a residir no Rio de Janeiro. Nas páginas que se seguem, tentaremos dar ao leitor uma idéia da cidade, tal como veio a ser em resultado dos sucessivos acontecimentos que até aqui resumidamente descrevemos.

9 A Guerra dos Farrapos. (N. do T.)

.....

Capítulo IV



O CAIS DO LARGO DO PAÇO - O POVO - OS PRÉDIOS - A RUA DIREITA - CARREGADORES DE CAFÉ - CANÇÕES AFRICANAS - GRITARIA - PRAÇA DO COMÉRCIO - ALFÂNDEGA - CORREIO - A BANDEIRA NACIONAL - DESIGNAÇÃO DAS RUAS - ORATÓRIOS NAS ESQUINAS - IGREJAS - CONVENTOS.

S seja qual for a maneira pela qual chegue o viajante ao Rio de Janeiro, geralmente tem que desembarcar em uma catraia, no cais do Largo do Paço. Por oca são das marés altas o mar se arremente em furiosos vagalhões espumejantes contra o parapeito de pedra que na quele ponto lhe amortece o ímpeto, e, tal é a violência das ondas, que se pode em tão avaliar a utilidade da escadaria de granito por onde se sobe enquanto o barco fica amarrado à base da mesma.

Nos vários outros pontos de desembarque o passageiro tem de ser carregado ao dorso do barqueiro ou sujeitar-se a se molhar todo ao saltar em terra. Não só as docas primam pela ausência como ainda, com exceção do serviço de barcas a vapor que liga o Rio de Janeiro a Niterói, do lado oposto da baía, não existe nem sequer simulacro dos meios de que dispomos para estabelecer contacto entre os navios e a terra. Embarcações costeiras, navios mercantes e de guerra permanecem a largo, ancorados.

No Largo do Paço o forasteiro vê-se envolvido por uma turba multiforme tanto na aparência como nos hábitos, e tão variegada na compleição e nos costumes como jamais poderia imaginar. A maior parte dessa multidão é constituída por africanos que se acotovelam em torno do chafariz. A água corre continuamente de mais de vinte canos e, apanhada em vasilhame diverso, é transportada à cabeça por homens e mulheres.

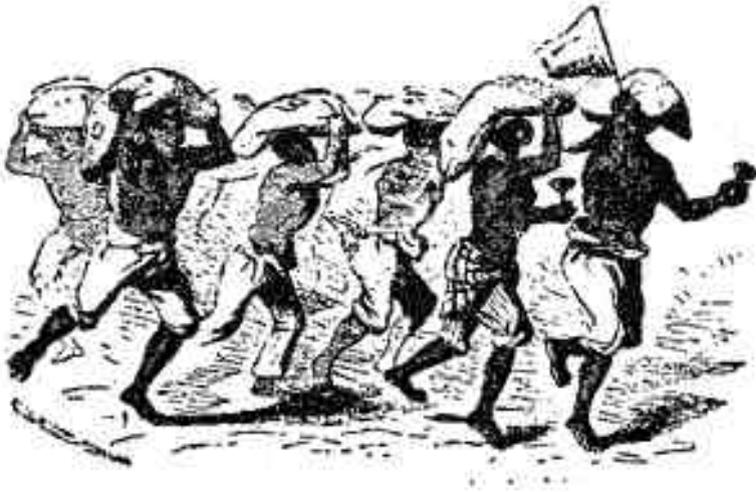
Os escravos andam invariavelmente descalços. Alguns deles, entretanto, ostentam indumentária aberrante. Quando reunidos nesses logradouros, são geralmente sociáveis em extremo; às vezes, porém, o ajuntamento gera difereças e acabam em pancadaria. Para evitar de sordens, há sempre, nos chafarizes, soldados montando guarda, aos quais os negros facilmente se submetem.

A certas horas do dia, grande número de pessoas, inclusive os estrangeiros residentes no país, sai a passeio no Largo do Paço para apreciar a vista da baía e gozar da fresca brisa marítima.

O Paço nada mais é que uma grande construção de pedra, no velho estilo português. Foi por muitos anos a residência dos vice-reis; D. João VI também o habitou por algum tempo mas agora nele funcionam diversas repartições públicas, e, em dias de gala, é numa das salas do Paço que se reúne a corte. Os prédios por trás do Palácio foram todos construídos para fins religiosos. O mais antigo deles era um convento franciscano, mas, há muito que o ligaram ao Paço e, atualmente, é ocupado por instituições profanas. A velha capela existe ainda, mas, ofuscada em seu esplendor e popularidade pela Capela Imperial, de construção mais recente, que lhe fica à direita. Junto a ela ele vai-se a Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, que está aberta diariamente e serve de catedral.

As ruas da cidade são, em geral, muito estreitas e calçadas com pedras grandes. Os prédios raramente têm três andares e quase todos se destinam a moradia. Mesmo nas ruas comerciais onde o andar térreo das casas é utilizado para lojas e depósitos, o andar superior é ocupado por famílias.

Quase todos os edifícios são construídos de granito. As paredes externas, porém, não são de pedra aparelhada mas, de pequenos fragmentos irregulares unidos com cimento e recobertos de argamassa. Conseqüentemente a cor das paredes é invariavelmente branca e, reverberando ao sol, inco modo a vista com seus reflexos. Saíndo-se do Largo do Paço pelo lado direito, entra-se na Rua Direita, que é a mais larga e importante da cidade. Corre quase paralelamente à orla marítima.



Nada mais animado e característico que as cenas que aí se desenrolam durante as horas de movimento, das nove da manhã, às duas da tarde. Somente durante esse período podem os navios carregar e descarregar, por coincidir com o expediente da Alfândega. Devido a esse horário torna-se necessário o desenvolvimento de grande atividade para se conseguir retirar as mercadorias desembaraçadas da Alfândega e carregar os produtos do país reclamados pelas transações de um vasto

empório comercial. Dizendo-se que todo esse enorme trabalho é executado por mãos humanas – pois raramente se emprega qualquer espécie de veículo, a menos que seja tirado por negros, já que são poucas as cargas pesadas – o leitor poderá facilmente figurar em sua mente centenas de negros indo e vindo em todas as direções com volumes sobre a cabeça.

Os carregadores de café andam geralmente em magotes de dez ou vinte negros sob a direção de um que se intitula capitão.

São em geral os latagões mais robustos dentre os africanos. Quando em serviço, raramente usam outra peça de roupa além de um calçãozinho curto; põem de lado a camisa, para não incomodar. Cada um leva na cabeça uma saca de café pesando cento e duas libras (73 kg, N. do T.) e, quando todos estão prontos, partem num trote cadenciado que logo se transforma em carreira.

Sendosuficiente apenas uma das mãos para equilibrar o saco, muitos deles levam, na outra, instrumentos parecidos com chovalhos de criança, que sacodem marcando o ritmo de alguma canção selvagem de suas pátrias distantes. A música tem, em eleva do grau, a finalidade de espairer o espírito dos negros, e, naturalmente que ninguém lhes pretende negar o direito de sua vizar sua dura sorte cantando estas todas que lhes são tão caras quanto desagradáveis aos ouvidos dos outros. Consta que certa vez se pretendeu proibir que os negros cantassem, para não perturbar o sossego público. Diminuiu, porém, de tal forma a sua capacidade de trabalho que a medida foi logo suspensa. Em compensação eles agora exibem livremente seus dons vocais cantando e gritando de um para outro enquanto trotam, ou apregoando os artigos que oferecem à venda. Não é fácil ao forasteiro esquecer a impressão que lhe causa o alarido confuso de centenas de vozes simultâneas.

A Praça do Comércio, ou seja a Bolsa, desfruta posição de destaque na Rua Direita. O prédio, que outrora fazia parte integrante da Alfândega, foi cedido pelo governo, em 1834, para o fim a que serve atualmente. À força de dispêndios reformados foi modernizado e embelezado, de maneira que hoje oferece contraste com as construções que o circundam. Há nele uma sala de leitura onde se encontram jornais do país e do estrangeiro, e o regulamento que a reger é idêntico ao de estabelecimentos semelhantes, em outras cidades. Sob o seu vasto pórtico os

comerciantes de oito ou nove nacionalidades diferentes se reúnem diariamente para o seu de di nho de pro sa e para os seus ne gó ci os.

Próximo à Praça fica a entrada pública da Alfândega, instituição essa de que mu i tos es tran ge i ros guar dam viva lem bran ça. Os gran des ar ma zéns adu a ne i ros se es ten dem até bem pró xi mo ao mar. Aí exis tem co mo di dades para se efetuar o desembarque de mercadorias ao abrigo das intem péries. Uma vez descarregada dos barcos e das chatas, a carga é distribuída e ar maze na da em vá ri os com par ti men tos até que se re que i ra a sua vis to ria e desembaraço. As demoras que às vezes se experimentam no despacho das mercadorias e bagagens não surpreendem ninguém que esteja acostumado às tediosas formalidades legais nem é de estranhar que entre os mal pagos funcionários e subalternos da Alfândega surja de vez em quando um que ponha toda sorte de em ba ra ços a cada trã mi te de um des pa cho até con seguir, dire ta ou in dire ta men te, a sua gor je ta zi nha.

As ca sas co mer ci ais, em ge ral, têm um des pa chan te cuja úni ca fun ção é aten der aos as sun tos adu a ne i ros, e o fo ras te i ro que não co nhe ça a lín gua nem es te ja ao par dos usos e cos tu mes do país, pou par-se-á a mu i tos aborrecimentos valendo-se dos préstimos de uma dessas pessoas. Se, porém, assim mesmo as cousas não correrem a contento, só lhe resta um re cur so: ter pa ciên cia. Pela ex pe riên cia que te mos tido com o de sem ba ra ço de livros e ba ga gens, po de mos di zer que quem co nhe cer as dis po si ções legais do país e se dispuser a obedecê-las, poderá ter a certeza de que será bem tratado e encontrará certas facilidades. Se se conseguir varar pelo “Portão gran de”, no mo men to em que se fe cha, ao fim do ex pe di en te, poder-se-á contemplar uma cena bem movimentada e curiosa. Caixas, fardos e volu mes de to das as es pé ci es de mer ca do rias, bar ris de vi nho e ro los de cor da, tudo em pi lha do numa tre men da con fu são que só en con tra sí mi le na chusma de funcionários, feitores e negros que acotovela por toda a Rua Direita, na ânsia de apanhar o que lhe pertence, e no vociferar com que pro cu ram apressar a re mo ção dos volu mes.

Na mesma rua, jun to ao por tão da Alfân de ga, fica o Cor re io Geral. A entrada faz-se por um amplo vestíbulo cujo piso é revestido de lajes. Dos soldados que estão em serviço, uns montam guarda pelo chão, outros dormitam sobre bancos, pelos cantos. Um úni co lan ce de es ca da con duz ao an dar su pe ri or onde se en con tram, à es quer da, os es cri tó ri os do Banco Na ci o nal e do Te sou ro. À di re i ta, por trás de um bal cão alto,

estão as cartas e os jornais do correio, distribuídos, não em caixas, por ordem alfabética, mas, em montes, de acordo com a proveniência. Minas, São Paulo e outros lugares importantes. Para cada monte existe na parede, listas numeradas de destinatários, sob os títulos de “Cartas de Minas”, “Cartas de São Paulo”, etc. A correspondência do exterior, com exceção da que se destina às casas comerciais que pagam uma taxa anual pela entrega a domicílio, é amontoada na mais completa desordem e quem chega primeiro tem o direito de examinar toda a vasta montanha bem como de separar suas cartas e as de seus amigos. Apesar de que, aparentemente, esse sistema de distribuição deveria acarretar inúmeros erros, quanto a nós, podemos afirmar que raramente ou nunca se verificou extravio da nossa correspondência. As malas maiores circulam por via marítima. O correio interno, para as providências distantes, parte e chega a intervalos de cinco dias. O transporte lento e tedioso das malas postais pelo interior é feito em lombo de burro ou por estafetas a pé. A tarifa postal é bem moderada. Acontece às vezes que livros e volumes que deveriam passar pela Alfândega não ter ao correio; as despesas em tão se avolumam. Se o interessado achar muito, poderá recorrer ao inspetor-geral, a cujo gabinete é conduzido através de vários departamentos situados na parte posterior da seção de entregas. Quando tiver sido determinada a quantidade de vida, a parte tem que se conformar em pagá-la ou deixar a encomenda no correio até que se resolva fazê-lo. No geral, as atenções que se recebem no Correio do Rio de Janeiro marcam feliz contraste com o tratamento grosseiro e desatencioso dispensado ao público em idênticas repartições norte-americanas.

Em todos os departamentos públicos brasileiros o visitante depara com um arranjo que demonstra bom gosto. Devido ao clima quente, conservam-se abertas todas as portas para facilitar a ventilação, e, em cada uma delas balouça um reposteiro verde ostentando as armas imperiais que lembram o pavilhão nacional. Esse emblema é positivamente belo. Compõe-se de uma esfera armilar, em ouro, sobre uma cruz da Ordem de Cristo, circundada por uma ordem de estrelas prateadas, representando as diferentes províncias do Império. O fundo é um escudo encimado pela coroa imperial e apoiado sobre um ramo de cafeeiro e outro de tabaco, cruzados, como símbolo das riquezas do país. Ne nhum



outro povo manifesta maior entusiasmo pela sua bandeira que o brasileiro, e o respeito que tem pelo pavilhão nacional parece fortalecer cada vez mais ante a constante exposição do pátrio estandarte, quer da maneira acima descrita, quer tremulando sobre as fortalezas ou sobre o mastro dos navios. O pendão brasileiro, não raramente, tem inspirado poetas nacionais. Citaremos como exemplo os versos que se seguem, de uma ode ao tro no do jo vem Imperador D. Pedro II:

Troai canhões! Trombetas belicosas.
Tangei! Rufai tambores!
Nos ares, auri verdes estandartes,
Radiantestremulem.

As ruas do Rio de Janeiro são designadas por nomes sonoros conquanto a tradução dessas designações para o inglês nem sempre sugira idéias lá muito poéticas. As ruas que cortam perpendicularmente a Rua Direita, por exemplo, de nome inam-se, Rua dos Pescadores, Rua do Sabão, Rua da Alfândega, Rua do Rosário e Rua do Ouvidor. Em paralelo com a Rua Direita, correm a Rua da Quitanda – centro do comércio de fazendas – a Rua dos Ourives onde se encontram joalheiros e artífices de metais preciosos. A Rua do Ouvidor é ocupada principalmente por franceses, e, como observamos, está de tal forma guardada de vistas lojas, com tanta mercadoria rica e fina, objeto de

luxo e novidades que, atravessando-a tem-se a impressão de estar nos arredores do Palais Royal, ou da Rue Vivienne, em Paris.

Em diversas esquinas, mais ou menos à altura do andar superior, existem nichos com imagens de santos ou da Virgem Maria, em uma das suas várias invocações. Em certas ocasiões, acendem-se velas, fazem-se novenas e orações em frente a essas imagens, das quais grande parte está caindo aos pedaços, circunstância que parece indicar que os seus devotos estão diminuindo tanto em número como em zelo. É eloqüente o trecho seguinte, extraído de um dos diários locais.

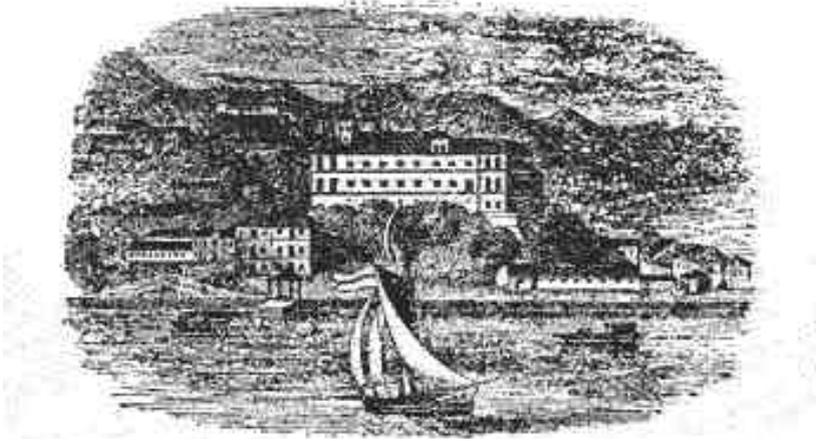
“Senhor Redator.

“Não pode ser maior o estado de abandono e desprezo em que se acham o oratório e a sagrada imagem de Nossa Senhora, existentes na esquina da Rua dos Ourives com a Rua do Ouvidor. O oratório está caindo aos pedaços, amecendo de sarso breca beça dos transeuntes e a imagem está tão maltratada e coberta de poeira que dificilmente pode ser reconhecida. Será possível que entre os ourives aos quais pertence o oratório, não haja pelo menos uma alma bastante zelosa da glória da Santíssima Virgem, para correr uma subscrição com cujo produto adquirir vestuário e ornamento, de maneira que a imagem possa, com a devida dignidade, ser transportada para uma igreja, em quanto estiver em reparo o oratório?”

Quem percorrer as várias igrejas da cidade, dificilmente encontrará lugar para mais uma imagem.

Tanto no centro como nos subúrbios, existem cerca de cinqüenta igrejas e capelas. No apêndice damos uma lista de todas elas. São geralmente as edificações mais dispendiosas e imponentes do país, conquanto muitas delas tenham pouco de que se orgulhar quanto à concepção e ao acabamento. Há as de diversas formas e estilos. Umás são octogonais, outras têm a forma de cruz romana ou grega, outras ainda são simplesmente oblongas. A Igreja da Candelária é das maiores. Suas torres são mais altas e sua fachada é mais bela que as das outras. Contra o que geralmente se observa, está construída em terreno baixo e numa rua estreita.

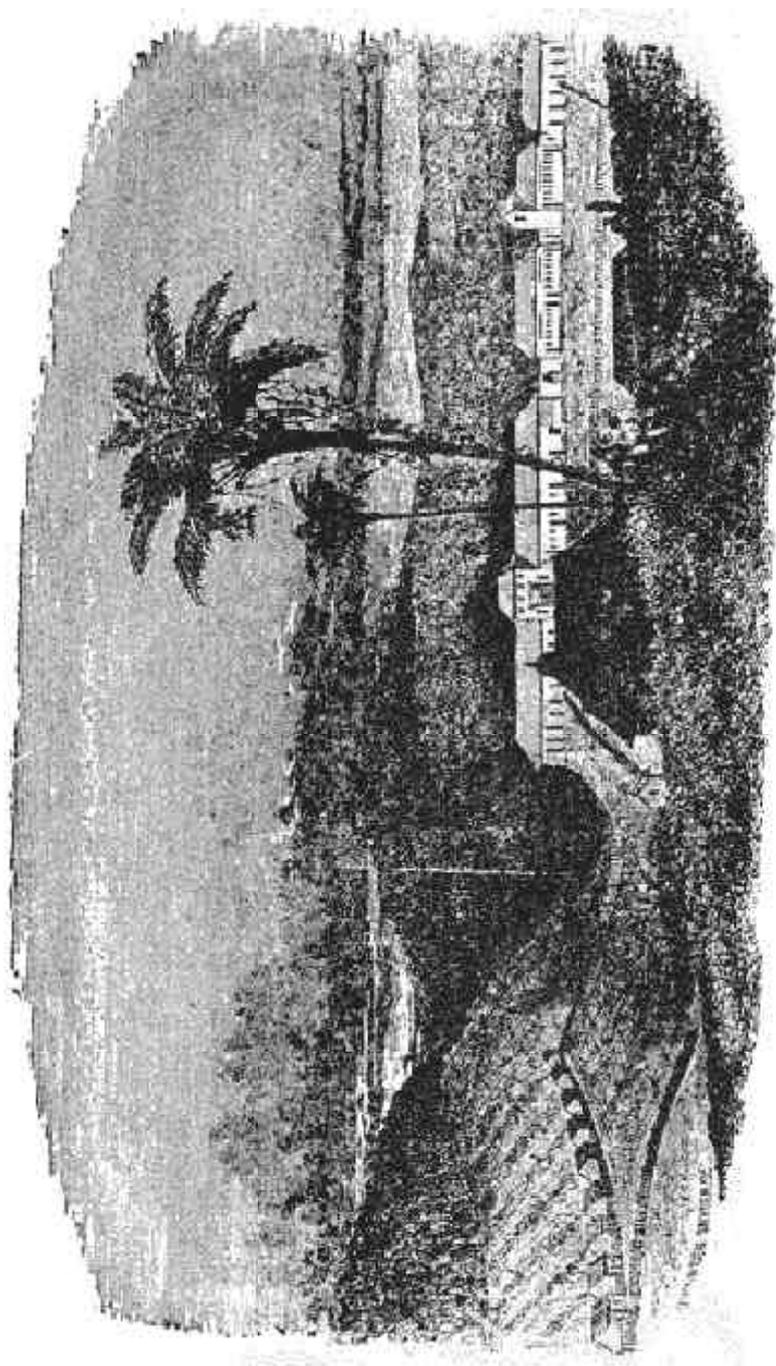
Esta igreja foi erigida para ser a catedral da diocese do Rio de Janeiro. Iniciada há cerca de setenta anos, ainda não está totalmente



Convento dos Beneditinos e Arsenal de Mari nha

terminada. Tal como quase todos os outros prédios para fins eclesiásticos, a Candelária constitui como que uma lembrança das passadas gerações. A construção de uma igreja no Brasil é empreendimento de que raramente se ouve falar.

Em muitos casos as capelas dos conventos são mais e mais custosas que as igrejas. A do Convento de São Bento é uma das mais velhas e, de acordo com a inscrição existente em uma lápide mural, foi reformada em 1671. O exterior do edifício é rude, porém, sólido; suas janelas são protegidas com pesadas grades de ferro que lhe emprestam mais a aparência de prisão que de casa de oração. Os lados da capela estão apinhados de altares e imagens. O teto e as paredes ostentam painéis representando passagens da vida do padroeiro e as relíquias de seus milagres cuídasosamente conservadas. Numerosas imagens de anjos e querubins, esculpidas em madeira, douro, olham de todos os cantos onde podem ser pendurados; de fato, quase todo o interior é cor de ouro. A Ordem dos Beneditinos é de todas a mais rica, contando em seu patrimônio casas e vastas glebas de terra, com quanto seja reduzido o número atual de seus frades. Dentro do convento existe uma grande área quadrada, cercada de corredores abertos para o lado de dentro, e para o qual dão as portas de várias celas. Em um salão bastante espaçoso está instalada a biblioteca que dispõe de cerca de seis mil volumes. O ar sombrio e melancólico que domina o mosteiro está em frisante contraste



Convento de Santo Matías

com o panorama esplêndido que se descortina do lado da frente e com as linhas puras e modernas do Arsenal de Mari nha, construído ao pé do outeiro onde se assenta o convento.

Marcante peculiaridade do aspecto carioca é o fato de todas as eminências a cavaleiro da cidade e dos arrabaldes estarem ocupadas por igrejas e conventos. Entre estes mencionaremos o Convento de Santo Antônio, ordem mendicante, cujos fra des, apesar de fazerem voto de pobreza, conseguiram adquirir valiosa propriedade e construir custoso prédio. Esses bens, já que os fra des nada podem possuir, pertencem ao Paço. O mosteiro compreende duas capelas imensas e um vasto claustro, abrigando um número de fra des escassamente suficiente para conservá-lo em ordem.

Sobre uma colina fronteira à de Santo Antônio, repousa o Convento de Santa Teresa, desfrutando situação talvez mais pitoresca



Largo do Paço e rua Direita

que a dos outros a que nos referimos, e, entretanto, como se pretendessem tornar a aparência do edificio a mais chocante possível com o cenário que o circunda, sorridente de beleza e trescalando o perfume das flores, suas minúsculas janelas, além de protegidas por pesadas grades, são guardadas com prego seriedade.

O Convento de Nossa Senhora da Ajuda que se pode contemplar do Morro de Santa Tereza, completa a enumeração das instituições monásticas da capital do país. Todas elas podem ser consideradas impopulares e jamais poderiam ter sido construídas com o dispêndio que atualmente acarretariam.

As igrejas estão abertas pela manhã e há missa na maioria delas. Em geral é reduzido o número de fiéis que as frequentam, e, em sua maior parte, é constituído por senhoras. Nos grandes dias santificados, dos quais diversos ocorrem durante a Quaresma, os templos estão apinhados e há pregação de vez em quando. Todavia, em lugar algum do país se encontra qualquer coisa que se pareça com as orações do minicais.

.....

Capítulo V

IRMANDADES – HOSPITAL DE S. FRANCISCO DE PAULO – O LÁZARO E A CASCAVEL – A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA – ASILO DOS EXPOSTOS – RECOLHIMENTO PARA MENINAS ÓRFÃS – VISITA DO IMPERADOR – JOSÉ DE ANCHIETA – LENDAS FANTÁSTICAS DA COMPANHIA – O PADRE JOAM D'ALMEIDA.

Eaminemos agora, ligeiramente, os hospitais do Rio de Janeiro. Diversos deles pertencem a irmandades, associações que pouco diferem das sociedades inglesas e norte-americanas de beneficência, conquanto seja mais vasto o seu campo de ação. Seus membros são, em geral, leigos, e as corporações denominam-se Ordens Terceiras, como exemplo, Ordem Terceira do Carmo, da Boa Morte, do Bom Jesus do Calvário, etc. Têm hábitos parecidos com vestes eclesiásticas, com os quais se revestem em dias festivos e trazem distintivos pelos quais são conhecidas as diferentes irmandades.

Para se fazer parte de uma delas, é necessário pagar boa jóia inicial e determinada anuidade que asseguram ao irmão o direito de auxílio em caso de moléstia ou pobreza, e, por ocasião do falecimento, um enterro de classe.

As irmandades concorrem ainda para a construção de igrejas, cuidam dos doentes, enterram os mortos e zelam pela vida espiritual do

povo. Em suma, depois do erário público constituem elas os mais sólidos esteios das instituições religiosas do país. Muitas se tornam, com o correr dos anos, bastante ricas com os donativos e legados que recebem; por isso a filiação a tais confrarias é considerada grandemente vantajosa.

O grande Hospital de S. Francisco de Paulo pertence à irmandade do mesmo nome. Aí tivemos ocasião de visitar várias vezes um nosso patricio enfermo. O estabelecimento está situado em local bastante ventilado e é ótima sua construção. Cada doente é acomodado em uma alcova separada onde recebe as visitas do médico e os cuidados dos enfermeiros, e, quando já está em condições de se levantar, pode passear pelos longos corredores que circundam o prédio, ou gozar de ar puro e apreciar o magnífico panorama que se descortina através das amplas janelas que dão para o exterior. Existem ainda esplêndidas salas onde os convalescentes e irmãos da Ordem se entretêm em palestra.

O Hospital dos Lázaros fica em S. Cristóvão, a algumas milhas da cidade, e só recebe pessoas atacadas de elefantíase e outras moléstias de pele da mesma natureza que a lepra. Tais enfermidades são, infelizmente, muito comuns no Rio de Janeiro onde não raro se vêem indivíduos arrastando uma das pernas pavorosamente entumecida, ou sentados a um canto a exhibir sua asquerosa deformidade em apelo à caridade pública. O nome de elefantíase provém da enorme inchação que a enfermidade produz nos membros inferiores, deformando-os em refegos ou dobras circulares, à semelhança das pernas de um elefante. A moléstia já de si é repugnante, mas, a crença geral de que é contagiosa faz com que seja redobrada a má impressão de quem vê.

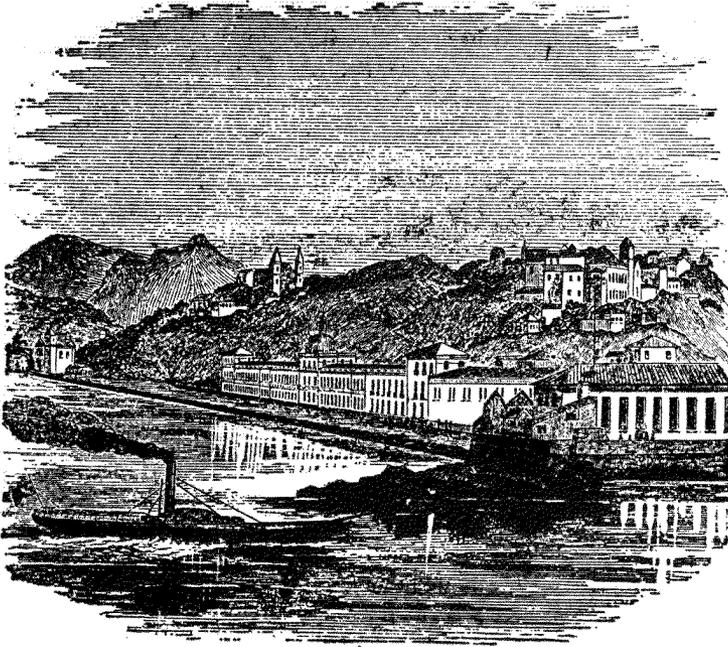
Foi de grande benevolência o ato do Conde da Cunha que fez doar um antigo convento dos jesuítas exclusivamente para o tratamento de tais casos. Desde a sua fundação o hospital vem sendo administrado pela Irmandade do Santíssimo Sacramento. A média dos doentes internados é de mais ou menos oitenta. Dos enfermos cujo estado é de molde a exigir sua remoção para o hospital, poucos conseguem ter alta. Há não muito tempo houve quem pretendesse ter descoberto que a elefantíase do Brasil é a mesma moléstia que entre os gregos costumava ser curada com veneno de cascavel. O suposto descobridor publicou diversos trabalhos sobre o assunto, tendo conseguido despertar a atenção do público para

sua teoria singular. Surgiu logo a oportunidade de pô-la a prova. Um dos doentes do hospital, há seis anos atacado pelo terrível mal, resolveu submeter-se à perigosa experiência. Fixados o dia e a hora, compareceram ao local vários médicos e grande número de assistentes. O doente que era homem de cinqüenta anos, fosse pela grande esperança de se curar ou pelo estado desesperador em que se achava, estava impaciente pela realização da tentativa. Trouxeram para a sala a cobra, em recipiente especial. Com perfeita consciência de seu ato, o enfermo introduziu a mão na gaiola. O réptil parecia fugir ao contacto do doente, como se nele houvesse algo que lhe neutralizasse o veneno. Quando tocado, o ofídio lambia a mão do paciente sem, entretanto, mordê-la. Tornou-se, finalmente, necessário que o doente tomasse a cobra em sua mão e a comprimisse com força para provocar a picada almejada. Recebeu-a enfim, perto da base do dedo mínimo.

Foi tão insignificante a sensação experimentada pelo doente que só teve conhecimento que tinha sido picado quando informado pelos que presenciaram a dentada da víbora. Tênuê filete de sangue correu do ferimento e, quando o paciente retirou a mão da gaiola, apresentava um ligeiro entumecimento. O doente, porém, não sentiu dor alguma. Seguiram-se momentos de ansiosa expectativa a ver qual o resultado da estranha medicação. Os efeitos, conquanto evidentemente retardados pela moléstia que empolgava todo o organismo do enfermo, foram-se manifestando gradativamente. Em menos de vinte e quatro horas o pobre homem era cadáver.

O maior hospital da cidade e até mesmo do país é a Santa Casa de Misericórdia. O estabelecimento está localizado na praia, mesmo ao pé do Morro do Castelo, e tem as suas portas constantemente abertas aos enfermos e aflitos. A administração do hospital presta a mais eficiente assistência que pode, a todos indistintamente: homens e mulheres, pretos e brancos, mouros e cristãos, não sendo necessário a quem quer que seja pedir recomendação a influentes para ser já recebido. Pelas estatísticas da casa, vê-se que mais de cinco mil doentes são aí anualmente tratados, sendo desses, mais de mil morrem. Contudo, as beneméritas finalidades da instituição têm sido até agora bastante dificultadas por falta de acomodações, pois os prédios em que está instalada são antigos e mal construídos. Já se acha em vias de ereção o novo

hospital cuja primeira pedra foi lançada em julho de 1840. Na Santa Casa são tratados muitos marinheiros ingleses e franceses vítimas de moléstias ou acidentes por ocasião da chegada ou durante a sua permanência no porto.



Santa Casa de Misericórdia

De fato, poucas são as noções não representadas nas enfermarias dessa instituição. Sendo livre o ingresso às suas dependências, existe aí vasto e interessante campo para o exercício da caridade entre os doentes e moribundos, não apenas em colóquios cristãos mas também na pregação religiosa.

A ação piedosa desta verdadeira casa de misericórdia não se limita aos doentes das suas enfermarias, estende-se também às cadeias da cidade cujos sentenciados dela recebe alimentação e medicamentos.

Além do hospital gratuito a instituição mantém um asilo para enjeitados e um recolhimento para meninas órfãs. O Asilo dos Expostos é

também chamado Casa da Roda em alusão ao dispositivo nela existente, no qual, da rua, depositam as crianças enjeitadas que, com meia-volta do aparelho, vão ter dentro do estabelecimento. Essa roda ocupa toda uma janela e gira em torno de um eixo perpendicular. É dividida em quatro setores, um dos quais está sempre aberto para o lado de fora, convidando a aproximação de todos os que forem suficientemente desalmados, a ponto de desejar se desfazer de seus rebentos. Para tanto têm apenas de depositar a criança na caixa e, movimentando a roda, passá-la para o interior do prédio, seguindo, depois, seu caminho sem ser visto.

Tais instituições, tanto o Brasil como em outros países, provêm de mal compreendida filantropia. Não somente oferecem elas iniciativa ao afrouxamento dos costumes, mas ainda estimula a mais clamorosa das desumanidades. De três mil, seiscentos e trinta crianças abandonadas no Rio de Janeiro, durante a década que precedeu, o ano de 1840, somente mil e vinte e quatro estavam ainda vivas ao findar aquele ano. No período compreendido entre 1838 a 1839, quatrocentos e quarenta e nove inocentes foram depositados na roda, sendo que dentre eles seis foram encontrados mortos quando retirados da caixa. Muitos morreram no primeiro dia após o abandono, e duzentos e trinta e oito faleceram pouco depois. A despeito de todos os esforços despendidos e das despesas feitas com a contratação de todas as armas que puderam encontrar, só foi possível salvar um terço dos enjeitados. Quase todos os médicos do estabelecimento, que nos acompanharam em nossas visitas, tinham a mesma eloqüente expressão: “Isto é uma carnificina, meu amigo!”

De trinta a cinqüenta crianças dão entrada no Asilo, mensalmente. A que nível deve ter caído o sentimento de humanidade das inúmeras pessoas que contribuem para tão degradante espetáculo!

O fator preponderante desse estado de cousas reside no fato de muitos dos expostos serem filhos de escravas cujos senhores, não querendo ter trabalho nem fazer gastos com a criação dos negrinhos, ou precisando das mães para amas, obrigam-nas a abandoná-los na “enjeitaria” de onde, se sobreviverem, sairão libertos.

O Recolhimento das Meninas Órfãs é um estabelecimento bastante popular. As meninas provêm principalmente da Casa da Roda. Não só visa, a instituição, a proteção das meninas durante a infância,

mas, ainda, providencia seu casamento e dá a cada uma delas um dote de duzentos a quatrocentos mil-réis.

No dia dois de julho, data em que a Igreja Católica celebra com missas, procissões e outras cerimônias litúrgicas, a visitação de Santa Isabel à Santíssima Virgem, o Recolhimento franqueia suas portas ao público que para lá flui em quantidade; algumas pessoas levam presentes às recolhidas; rapazes vão pedir a mão de suas eleitas. Em 1840, as celebrações desse dia se revestiram de pompa desusada. Diversas órfãs se casaram. O Regente e a Família Imperial assistiram às cerimônias religiosas e visitaram o Recolhimento. Por ocasião dessa solenidade o Provedor ofereceu as chaves da casa ao Tesoureiro pedindo-lhe que abrisse a porta. Feito isso o Provedor convidou o Regente a fazer entrar Sua Majestade e as augustas pessoas que o acompanhavam. O Regente respondeu: “Esta instituição pertence a Sua Majestade, mas, vós senhor, sois o responsável por ela.” A seguir entrou com o cortejo imperial.

As recolhidas trajavam vestido branco, de modelo ao mesmo tempo simples e bonito.

Por intermédio do tesoureiro e do provedor, três órfãzinhas ofereceram flores ao Imperador. “Sua Majestade entregou-as às suas augustas Irmãs que as receberam com muita graça.” Por essa ocasião a água que era pela primeira vez introduzida no prédio por meio de canos, começou a correr de uma abertura artificial.

As despesas anuais da Santa Casa de Misericórdia oscilam entre oitenta e cem mil dólares. Uma parte de sua receita provém de certos impostos aduaneiros, outra das loterias e o restante de donativos e aluguéis de propriedades legadas ao patrimônio da instituição. O Asilo dos Expostos e o Recolhimento existem há cerca de cem anos, mas o primitivo hospital da Santa Casa data de 1582. Foi fundado sob os auspícios do notável jesuíta José de Anchieta. Mais ou menos por essa época, aportou ao Rio de Janeiro uma frota espanhola composta de dezesseis navios de guerra, que seguia com destino ao Estreito de Magalhães. Trazia a bordo três mil pessoas. Durante a viagem a expedição foi terrivelmente maltratada pelos temporais e era péssimo o estado de saúde da tripulação. Anchieta estava, por essa ocasião, em visita ao Colégio dos Jesuítas, fundado alguns anos antes, e cujas torres ainda hoje se elevam do morro do Castelo. Tomado de compaixão pelo sofrimento dos espanhóis,

Anchieta providenciou acomodações para socorrê-los, e, assim procedendo, lançou os fundamentos da instituição que desde então vem ampliando o âmbito de sua ação benfazeja e melhorando os meios de aliviar o sofrimento humano.

Não é possível contemplar os resultados desse ato de filantropia sem um sentimento de profundo respeito para com seu fundador. Quantas dezenas de milhares de enfermos não encontraram asilo sob o teto da Santa Casa de Misericórdia durante o lapso de mais de dois séculos e meio; quantos milhares foram por ela sepultados! Anchieta foi dos primeiros jesuítas enviados ao Novo Mundo e o seu nome ocupa largo espaço na história da Companhia. Seus primeiros trabalhos se relacionaram com a catequese dos índios em São Paulo e do litoral brasileiro onde sofreu grandes privações e exerceu dilatada influência; veio, porém, findar os seus dias no Rio de Janeiro.¹⁰

A renúncia de si próprio, como missionário, seu trabalho paciente na aprendizagem e na metodização da língua bárbara do gentio, além dos estimáveis serviços que prestou ao país, foram suficientes para conferir-lhe merecida fama e veneranda memória; todavia, ao findar o século que se seguiu à sua morte, pretenderam canonizá-lo e as suas virtudes foram então diminuídas para que pudessem exaltar o maravilhoso poder com que pretendiam fazer crer que operasse milagres. Simão de Vasconcelos, provincial do Brasil e historiador de renome, compôs a narrativa de sua vida, trabalho esse que constitui um dos mais notáveis exemplos de exagerada exaltação de que temos notícia.

Será interessante passarmos da Santa Casa de Misericórdia, tão intimamente ligada ao nome venerando de Anchieta, pela ladeira íngreme e pavimentada que conduz ao Colégio dos Jesuítas, no morro do Castelo, onde morreu o virtuoso sacerdote. Aí poderemos contemplar a enorme estrutura antiquada que, conquanto tenha sido desviada de suas finalidades originais, ainda é – e talvez assim o continue sendo através dos tempos – um monumento da opulência e do poderio da Companhia fundada por Inácio de Loiola que emprestava o nome ao Colégio. Aqui também, com mais propriedade que em qualquer outra parte do mundo,

10 Cumpre-nos, a bem da exatidão, frisar aqui um deslize de Daniel Kidder. Anchieta não findou seus dias no Rio de Janeiro como afirma no texto. O taumaturgo brasileiro morreu na aldeia de Reritibá, no Estado do Espírito Santo, em 9-6-1597. (N. do T.)

podemos colher um ou dois exemplos das lendas fantásticas criadas pelos padres, aprovadas pela Inquisição e ratificadas pela Igreja e que durante séculos foram impingidas à credulidade do povo para incentivar o prestígio e a fama das ordens monásticas em constante emulação.

Afirma Southey: “Seria impossível dizer-se qual a Ordem, na Europa, que sobrepujou as outras em matéria de rivalidade, pois que todas elas se extremaram em audácia e falsidades; no Brasil, porém, os jesuítas levaram a palma.”

Da afirmativa de Southey poucos terão dúvida depois de ler as seguintes passagens de Simão de Vasconcelos:

“Alguns chamam-no [Anchieta] o segundo Taumaturgo; outros, o segundo Adão e este é o apelido que melhor lhe assenta porque se houve um Adão no Velho Mundo, convinha que houvesse outro no Novo, para que fosse o chefe de todos os seus habitantes e tivesse autoridade sobre os elementos e animais da América, como a tinha o primeiro Adão no Paraíso.

“Havia, portanto, em Anchieta, todos os poderes e graças conferidos a Adão, prerrogativas essas de que ele gozou, não por algum tempo, mas durante toda a duração de sua vida, e por esse motivo, da mesma forma que o nosso Pai comum, Anchieta foi dotado, ao nascer, de inocência, impassibilidade, inteligência e retidão de vontade.

“Tinha domínio sobre os elementos e sobre tudo que nele habitava. A terra produzia frutos a seu mandado e até mesmo devolvia os mortos para que, ressuscitados, recebessem de suas mãos o batismo. Os pássaros pairavam sobre sua cabeça para protegê-lo contra os raios do sol. Os peixes vinham ter à sua rede quando queria. As feras da floresta acompanhavam-no em suas viagens e serviam-lhe de escolta. Os ventos e as nuvens obedeciam-lhe a voz. O fogo, por ordem dele, desfazia o mal que havia praticado de maneira que, por sua interferência, o pão, queimado até ficar reduzido a cinzas, era retirado do forno branco e macio.

“Lia o segredo dos corações. Participava do conhecimento das cousas ocultas e das ciências; caía em êxtases diariamente; tinha visões, e recebia revelações a todo momento. Era um santo, um profeta, um homem miraculoso, um vice-Cristo; entretanto, tal era a sua humildade que chamava a si próprio vil mortal e pecador ignorante.

“Seu barrete curava as moléstias da cabeça. Qualquer um dos seus cilícios, ou peça de sua roupa, era remédio eficaz contra os pensamentos impuros. A água que derramavam sobre um dos seus ossos, produziu mais de duzentos milagres em Pernambuco, mais de mil no Sul do Brasil, e, apenas algumas gotas dela transformaram água em vinho como nas Bodas de Caná.

“Alguns de seus milagres são apontados como sendo mais interessantes e mais elegantes que os registrados nas Escrituras. Finalmente, se – como disse um ilustre bispo – a Companhia era um anel de ouro, Anchieta era a sua gema”.¹¹

O livro em que tais afirmativas são feitas e que está repleto de narrativas de milagres de toda espécie, teve a aprovação de vários censores eclesiásticos de Lisboa, um dos quais declara que enquanto não fosse publicado o livro, estariam os fiéis privados do grande benefício de lê-lo e o próprio Deus privado de sua glória!

O mesmo autor que compendiou e endossou todas as lendas que a credence e a ignorância do povo haviam propagado com relação a Anchieta, produziu uma história muito mais extraordinária com relação ao Padre Joam d’Almeida, seu sucessor em santidade. O livro foi escrito logo depois da morte de Almeida, enquanto os pormenores de sua vida estavam ainda vivos na memória de todos e, portanto, cedo demais para serem fantasiados pelo biógrafo.

Esse personagem notável cujo verdadeiro nome parece ter sido John Martin, era inglês nascido em Londres durante o reinado de Isabel. Aos dez anos de idade fora raptado por um mercador português, possivelmente para conservá-lo na fé católica; sete anos depois esse comerciante o levou para o Brasil onde, entregue aos cuidados dos jesuítas, entrou para a Companhia.

11 Constando do original em inglês o trecho acima, entre aspas, Danier Kidder nos dá a impressão de se ter valido, para a sua tradução, de determinado trecho da obra de Simão de Vasconcelos *Vida do P. Joseph Anchieta*. Entretanto, tal se não deu. As afirmativas traduzidas por Kidder acham-se esparsas no livro do ilustrado jesuíta, mas, em vista da forma a elas dada na obra que ora traduzimos, fomos forçados a verter novamente para o vernáculo as palavras de Simão de Vasconcelos. Não o fizemos, porém, antes de localizar, no original da *Vida de P. Joseph Anchieta* as passagens reunidas por Kidder. (N. do T.)

Anchieta, seu superior, já velho e alquebrado pelos trabalhos e mortificações, sofria de repetidas vertigens. Almeida costumava então friccionar os pés do superior, pelo que mais tarde costumava dizer que qualquer virtude que suas mãos pudessem ter, provinha dos pés de Anchieta. Nenhum voluptuoso jamais inventou tantos artificios para estimular os seus sentidos quantos Almeida imaginou para mortificá-los. Considerava seu corpo como escravo rebelde que, morando em sua casa, comendo em sua mesa e dormindo em sua cama, estava continuamente arquitetando meios de perdê-lo; por isso odiava-o, e, como medida de justiça e de legítima defesa, perseguia-o, flagelava-o e o castigava de todas as maneiras concebíveis. Para isso dispunha de seleta coleção de açoites, mas eram de couro trançado, outros de catgut, de couro em tiras e até de fios de arame. Tinha cilício de arame para os braços, coxas e pernas, sendo que um deles era atado em torno do corpo com sete cadeias; outro ao qual chamava sua jaqueta de estimação, era uma espécie de colete feito da mais áspera crina animal, tendo do lado de dentro, sete cruces de ferro cobertas de agudas pontas, como um raspador de pêlo ou um ralo de noz-moscada. Tais eram as armaduras de proibidade com que esse soldado de Cristo se equipava para as suas batalhas com o infernal inimigo. Entre os seus atos virtuosos, conta-se que jamais incomodou os mosquitos e as pulgas quando o picavam; que, por mais exercício que fizesse neste clima quente, nunca mudava de camisa mais que uma vez por semana; e que, em suas longas caminhadas, punha pedrinhas e grãos de milho nos sapatos.

A rotina de sua vida quotidiana obedecia a um programa que a si mesmo se impusera e no qual prometia não tomar alimentação alguma às segundas-feiras, em honra à Santíssima Trindade e usar um de seus cilícios, conforme a disposição e a força do pobre animal – como se referia ao seu corpo – acompanhado dos açoites costumeiros, por amor, em reverência e memória da flagelação que o Salvador sofreu por nós. Às terças-feiras sua alimentação devia constituir-se apenas de pão e água, a ela sucedendo a sobremesa acima descrita, em honra e glória do Arcanjo S. Miguel, seu protetor e de todos os outros anjos. Às quartas-feiras ele se permitia o excesso de seguir a regra da Companhia. Às quintas-feiras não se alimentava em honra ao Espírito Santo, ao Santíssimo Sacramento, a S. Inácio de Loiola e a todos os santos e santas. Às sextas-feiras devia ter em mente que a regra da Companhia recomendava jejum e que há muito tinha proscrito o vinho de suas refeições, salvo em caso de necessidade.

Aos sábados abstinha-se de todo alimento em honra à Virgem Maria e o jejum devia ser acompanhado por atos que lhe pudessem ser agradáveis; praticava, então, exercícios de severidade e orava longamente. Aos domingos, como às quartas-feiras, observava a regra da comunidade.

Como devoção particular costumava rezar três horas por dia à Santíssima Trindade e à Virgem Maria.

“Essas orações”, dizia ele, “faço-as diante de um oratório imaginário, engastado em meu coração e do qual me utilizo dia e noite, onde quer que eu esteja, no mar ou na terra, no mato ou na cidade. Esse oratório é dividido em três altares: no do centro, a Santíssima Trindade; no da esquerda, a custódia com o SS. Sacramento e, no da direita, a SS. Virgem e S. José, ambos segurando Nosso Senhor por uma das mãos. Aí minh’alma com toda a sua força, inteligência e vontade ajoelha-se, face contra o chão e faz suas orações enquanto com a boca do espírito vou beijando os pés de cada um e com a do corpo pecaminoso, vou repetindo sem cessar: Jesus, Maria, José e recitando ao fim de cada jaculatória, Glória ao Pai, ao Filho, ao Espírito Santo e à Virgem Maria”, suplemento que sempre fazia mentalmente ao Glória.

O grande tema de suas mais caras meditações consistia em recordar que tendo nascido na Inglaterra, em Londres,¹² no centro mesmo da heresia, tinha sido por fim conduzido à vida feliz que levava.

Apesar dos tormentos e flagelos que se impunha, o Padre d’Almeida atingiu a propecta idade de oitenta e dois anos. Quando já muito velho e alquebrado tiravam-lhe os cilícios para que não se lhe abreviassem os dias, percebiam que seu corpo perdia as forças como se o organismo se ressentisse da mudança. Os exercícios de mortificação se tinham tornado para ele tão necessários como uma pústula, sem a qual o corpo, já afeito a ela, não poderia continuar normalmente as suas funções. Joam d’Almeida costumava pedir aos outros, pelo amor de Deus, que lhe emprestassem um açoite ou um cilício exclamando: “De que meios disponho eu agora para propiciar ao Senhor! Que farei para me salvar!” Tais eram as obras que uma Igreja corrupta sobrepunha à verdadeira fé e aos deveres do genuíno Cristianismo.

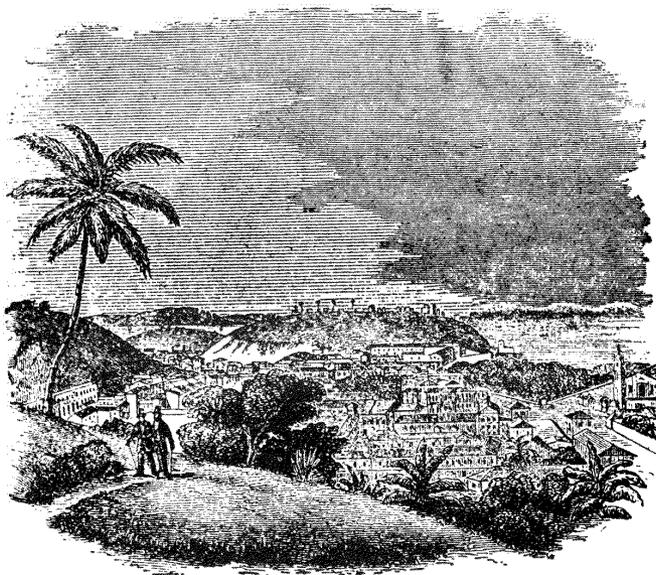
12 Em seu retrato vê-se a Inglaterra de um lado e o Brasil de outro, tendo por baixo a legenda: *Hinc Anglus, hinc Angelus*.

Nem tal exemplo deve ser considerado caso isolado de insânia. Já em vida o padre Almeida era reverenciado e admirado, não só pelo povo do Rio de Janeiro mas também por personalidades de destaque. Seus exageros se enquadravam no espírito da religião, e, depois de sua morte, foram catalogados, para exemplo e edificação dos fiéis, com a sanção dos superiores de uma Ordem que ocupava o primeiro lugar na estima do mundo católico.

Durante a enfermidade que o vitimou, o Convento esteve sempre cheio de pessoas ansiosas por assistirem aos últimos momentos de um santo. Na cidade não se falava de outra coisa e os conhecidos trocavam condolências como se tratasse de calamidade pública. Começaram logo a afluir ao convento inúmeros pedidos de objetos que tivessem pertencido ao jesuíta: pedaços de papel com sua letra, fragmentos da estamena, cilícios, etc., e o porteiro da casa via-se em apuros para receber e entregar terços, roupas e outras cousas que os devotos enviavam para que fossem colocadas junto ao corpo do santo agonizante a fim de se embeberem de virtude curativa. Durante a enfermidade, o doente foi sangrado diversas vezes, tendo sido o seu sangue carinhosamente aparado em panos que depois foram distribuídos em pedacinhos, como relíquia, aos mais íntimos do Colégio.

Quando o sino anunciou a morte do jesuíta, toda a cidade se agitou como se tivessem dado alarme de uma invasão. O governador, o bispo, os magistrados, a nobreza, o clero, os religiosos das diversas ordens e todo o povo acorreram ao seu enterro. O comércio cerrou as portas e até os aleijados e doentes se fizeram transportar para assistir às cerimônias fúnebres.

Aconteceu que no mesmo dia outro cidadão qualquer também passou desta para melhor e só com grande dificuldade encontraram quem carregasse o féretro até o túmulo. Mandaram fazer um relato oficial dos acontecimentos do dia para que se perpetuasse a memória e era tão grande a devoção do povo do Rio pelo padre Almeida que, quando alguém adoecia, usava relíquias suas com tanta fé e com tão bom proveito como se ele já tivesse sido canonizado. Por algum tempo ninguém invocou outro santo como se se tivessem esquecido de suas antigas devoções!



Vista do Rio de Janeiro tomada de Santa Teresa

Southey cita inúmeros outros pormenores do caso e faz as seguintes reflexões:

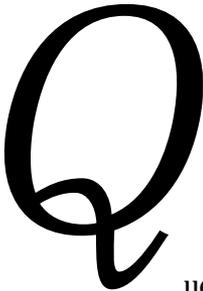
“Tais foram os extremos a que no Brasil de então levaram a superstição católica. Em lugar do domínio de si mesmo que recomenda a filosofia divina, instituíram um sistema de tortura baseado no maniqueísmo e não menos repugnante ao sentimento e à razão que as práticas dos iogas orientais. Os anseios de exagerada pureza redundavam nas mais impuras maquinações e conseqüências; a aversão ao luxo era externada pelo desleixo habitual e por meio de ações absolutamente repugnantes. Ainda que a Igreja de Roma apele para os seus cânones e Concílios, as práticas de então eram idênticas às do panteísmo e da idolatria.

“Não obstante tudo isso, os pontos essenciais da religião foram parcialmente preservados. Pelo menos a caridade para com os pobres pode ser mencionada como um bem proveniente de causa, sob outros pontos malévolos, pois, constituindo a esmola parte das penitências impostas para a absolvição dos pecados, os pobres eram fartamente auxiliados em suas necessidades.”

.....

Capítulo VI

FALTA DE HOTÉIS – MERCADOS – MANEIRAS DE VIVER –
VENDEDORES AMBULANTES DE FRUTAS – MENDIGOS E
VAGABUNDOS – A CASA DE CORREÇÃO – OCUPAÇÕES DOS
SENTENCIADOS – AVENTURA DE UMA IRLANDESA –
PRISÕES – CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMINOSOS – ASSASSINOS
NA FORTALEZA DA LAJE.

A large, stylized, black letter 'Q' with a decorative tail that loops back and ends in a small hook. It is positioned to the left of the main text block.

uem chega de fora, em geral se surpreende com a escassez de hospedarias e casas de pasto, no Rio de Janeiro. Existem alguns hotéis franceses e italianos com restaurantes e quartos para alugar, que são sustentados principalmente pelos numerosos estrangeiros em trânsito ou residindo temporariamente no lugar. Entretanto, para servir os viajantes nacionais há somente oito ou dez estalagens em toda a cidade, cuja população monta a duzentos mil habitantes, sendo que poucas delas excedem os limites de uma casa de família comum. Não se pode compreender como se acomodam os inúmeros visitantes que de todos os recantos do Império afluem para a Capital. O que se pressume é que recorram largamente à hospitalidade particular, para o que muitas vezes trazem cartas de apresentação. Na falta desse recurso o viajante tem de alugar um quarto e organizar mais ou menos a sua vida, com auxílio de algum empregado e recorrendo, freqüentemente, às casas de pasto. Ao

que parece, a maioria dos membros da Assembléia Nacional monta casa durante a sua permanência na Capital. Como consequência dessa falta de hotéis e restaurantes, quase todos os estabelecimentos comerciais são obrigados a fornecer alimentação aos seus empregados e clientes. Por outro lado, tal organização convém mais à moral e aos hábitos dos moços que trabalham no comércio, pois, dessa forma vivem sob as vistas diretas dos patrões, em contraste com a dissipação e promiscuidade a que quase sempre se entregam nas nossas cidades grandes. Muitos dos estrangeiros residentes no país, principalmente os ingleses e norte-americanos, instalam suas famílias em algum subúrbio distante da cidade e fazem a viagem de ida e volta pela manhã e à tarde. As leis e regulamentos municipais são, em certos aspectos, bastante curiosos.

Conquanto haja um matadouro público onde deve ser abatido todo o gado a ser consumido na cidade, não existem mercados de carne. Os açougueiros alugam uma casa qualquer no ponto que entendem. A Rua São José, por exemplo, está repleta de açougues. Nas praças públicas e nas praias encontram-se também expostos em profusão, legumes, frutas e aves. Em alguns desses lugares vêem-se de vez em quando pequenas tendas montadas sobre estacas para conforto das negras que sob elas ficam refesteladas; em sua maior parte, porém, os vendedores passam o dia inteiro sob os raios causticantes do sol.

Não só os gêneros do país são oferecidos à venda por essa forma; vários petiscos são preparados e consumidos no local por escravos e gente do povo que às vezes acham mais econômico ou mais cômodo comer dessa maneira.

Deve ter sido em um desses lugares que certo escritor, em recente passagem pelo Rio de Janeiro, formou sua opinião sobre os costumes brasileiros. Diz ele que nesse país se come sem talher e que a carne, picada em pedacinhos, é envolta em farinha de mandioca e atirada à boca com a mão! Como em todas as partes do mundo, a maneira de viver de cada um varia, conforme as suas condições, desde a mais requintada etiqueta dos ricos até os hábitos simples e rústicos do povo. Não temos, porém, receio de afirmar que quem tiver privado com famílias brasileiras de distinção, em qualquer cidade do Império, deve ter visto mesas finamente guarnecidas. Não nos propomos a edificar o leitor com

a descrição de todos os jantares e piqueniques em que tomamos parte ou a nos estender sobre as interessantes aventuras de tais ocasiões. Todavia, pelo que pudemos observar convencemo-nos de que os brasileiros sabem perfeitamente apreciar os artigos finos que o comércio lhes apresenta, sem contudo deixar de se valer da produção local e dos pratos regionais que os estrangeiros levam tanto tempo para apreciar e que são realmente excelentes.

As águas brasileiras estão repletas de variedades ictiológicas desconhecidas nas latitudes frias. A horticultura fez poucos progressos até agora, mas, por outro lado, as frutas indígenas são muito variadas e saborosas. Além das laranjas, limas, cocos e abacaxis que são bastante conhecidos entre nós, há mangas, bananas, romãs, mamões, goiabas, jambos, araçás, mangabas e muitas outras espécies, cada uma das quais tem sabor e perfume peculiares.

Dispondo de tão grande variedade de frutas para atender os caprichos ou as necessidades da vida, por certo ninguém tem de que se queixar. Esses artigos são encontrados em profusão nos mercados e apregoados pelas ruas da cidade e dos subúrbios por escravos e negros libertos que os levam geralmente em balaios na cabeça. Os vendedores ambulantes passam constantemente pelas ruas apregoando em altas vozes a natureza e a excelência de suas mercadorias ou emitindo algum som indeterminado, apenas para atrair a atenção do público. Quem quiser comprar alguma coisa, tem apenas que chamá-los com um “psiu”, sinal que todos compreendem como sendo um convite para entrar e exhibir seu estoque.

Quase todas as espécies de mercadorias são vendidas de semelhante maneira. Para esse serviço são em geral escolhidos os escravos mais espertos e de melhor aparência, de ambos os sexos, aos quais são confiadas quantidades de fazendas e de jóias, sendo que não raramente esses negros revelam grande tato e tino comercial. Às vezes saem dois ou três pretos sob as vistas de um empregado que vai à frente fazendo figurações com a jarda e aparentando gravidade, mas sempre disposto a oferecer as suas mercadorias aos fregueses.

O Sr. Walsh observou, em 1828, que raramente se viam mendigos nas ruas do Rio de Janeiro. Todavia, em 1838 a situação era inteiramente outra. Devido à brandura e ao descaso mesmo, da polícia, grande número de vagabundos perambulava constantemente pelas ruas pedindo esmolas;

indigentes de todas as espécies faziam ponto em lugares determinados, nas ruas de cidade, onde saudavam os transeuntes como que num lamento “Favorece o seu pobre pelo amor de Deus”. Se alguém se lembrasse de dar a resposta competente – “Deus lhe favorece” – em



vez do óbolo esperado, dificilmente deixava de ouvir um improperio. Quando este estado de cousas estava no auge e constava que muitos vagabundos se faziam passar por mendigos, o chefe de policia empregou contra eles um hábil expediente. Ofereceu aos guardas uma gratificação de 10\$000 por pedinte que conseguisse prender e levar à Casa de Correção. Dentro de poucos dias as autoridades recolheram nada menos de cento e setenta e um vagabundos, mais de quarenta dos quais foram empregados no Arsenal de Marinha. Os demais tiveram que trabalhar na Penitenciária até pagar as despesas feitas com a sua prisão. Tal medida produziu os mais salutaes efeitos,

pois, a partir de então, passou-se a ver muito menos mendigos nas ruas, conquanto os indigentes que de fato necessitavam da caridade pública continuassem a ter plena liberdade de exercer a mendicância.

A Casa de Correção está situada ao pé de uma alta montanha entre os subúrbios de Catumbi e de Mata-Porcos. Os terrenos a ela pertencentes são cercados por elevados muros de pedra construídos pelos setenciados que de há muito vêm executando obras tendentes a melhorar o estabelecimento. Na encosta do morro existe uma pedreira

onde muitos presos trabalhavam lavrando as lajes necessárias para aumento do prédio e dos muros. Outros carregaram terra em uma grande bandeja de madeira que levam sobre a cabeça, indo e vindo de um extremo ao outro do terreno e às vezes de dentro dos muros até à fimbria do mangue, a cerca de uma milha de distância, o qual por esta forma vai sendo aos poucos posto a salvo das marés altas e convertido em terreno aproveitável. Os criminosos mais insubordinados são acorrentados geralmente aos pares, mas, outras vezes, caminham quatro ou cinco jungidos à mesma corrente que vai presa à perna de cada um. É para aí que se mandam os escravos desobedientes ou insubordinados. Os negros são recebidos a qualquer hora do dia ou da noite e aí ficam até que os seus senhores os venham reclamar. Seria realmente de admirar se de vez em quando não se dessem aí cenas de requintada crueldade.

Quadro triste esse que contemplávamos de passagem, destacando-se de quando em vez, várias dezenas de sentenciados acorrentados, em pelotões e marchando sob a guarda de soldados, desde os muros da Casa de Correção até as barracas, em Mata-Porcos, onde pernoitavam depois de um dia de penoso trabalho. Alguns desses infelizes – como outros que se encontravam diariamente nas ruas – usavam enorme colarinho de ferro com uma extremidade que se projetava para cima, do lado da cabeça. Esse cruel distintivo geralmente indicava um escravo egresso que havia sido recapturado.

Ninguém poderia pôr em dúvida a utilidade da Casa de Correção. Tivemos, certa vez, oportunidade de conhecer de perto a sua disciplina. Quando morávamos no Engenho Velho, tínhamos a nosso serviço uma irlandesa que havia entrado no país juntamente com colonos e soldados engajados pelo Coronel Cotter.¹³ Morreu-lhe o marido, em cuja companhia chegara ao Brasil, e, sem recursos, viu-se ela na contingência de ganhar a vida por si mesma. De uma feita, tendo ido à cidade em visita a pessoas de suas relações, não voltou no prazo prometido. Não podíamos imaginar o que lhe teria acontecido. Dias mais tarde veio, finalmente, ter à nossa casa uma carta escrita em inglês, em bela caligrafia e até mesmo com alguma elegância de forma, assinada com seu nome, dizendo que, por uma clamorosa injustiça da polícia tinha sido recolhida

13 Oficial ao serviço de D. Pedro I, foi por este encarregado de contratar “colonos” na Irlanda. Aqui chegados foram obrigados a assentar praça... (R. B. de M.)

à Casa de Correção onde, depois de lhe terem cortado os cabelos, obrigaram-na a carregar terra como escrava. Por fim pedia-nos, pelo amor de Deus, que intercedêssemos pela sua liberdade.



Aceitando como verdadeiras as suas afirmativas, ainda assim restava saber como teria ela conseguido fazer tal comunicação de vez que não sabia ler nem escrever. Tempos depois sabemos que um inglês de fina educação, cujos vícios o degradaram a idênticas circunstâncias, tinha servido de secretário à irlandesa, já que certos presos gozavam da liberdade de mandar buscar papel e tinta bem como de comprar comestíveis enquanto dispunham de dinheiro ou de crédito.

Procurando o diretor do estabelecimento informou-nos ele que a irlandesa fora recolhida por ter sido encontrada embriagada e provocando algazarra pelas ruas.

O juiz de paz a condenara a um mês de prisão, e, findo esse prazo, seria posta em liberdade mediante pagamento da carceragem. Cientes desses pormenores não quisemos interromper a ação corretiva da justiça, pois a lição lhe seria, certamente, útil. Encontramo-la em situação não muito melhor da que nos havia descrito, contudo, já um pouco mais acostumada e – num notável esforço de conformação religiosa – achando que Deus se apiedava de suas aflições.

Posta em liberdade, foi-lhe permitido voltar à nossa casa mediante promessa de abstinência total, ao que só concordou com grande

relutância, principalmente porque se aproximavam as festas de Natal que – dizia ela – estava acostumada a celebrar com uns golinhos de vinho. Todavia, com o decorrer do tempo, constatamos que nem a severa disciplina da Casa de Correção a tinha libertado de sua propensão para um tragozinho de vez em quando, e, apesar de ser muito boa empregada, tivemos que dispensá-la devido à intemperança.

Como exemplo das vicissitudes a que estão expostas pessoas assim, ocorre-nos relatar que, durante o tempo em que Maria esteve em nossa casa, conseguimos persuadi-la a depositar seus ordenados na Caixa Econômica, de maneira que, quando foi despedida, dispunha de algumas economias que resolveu desfrutar de “maneira racional”. Tomou acomodações na Praia Grande onde as despesas não eram muito elevadas e lá ficou descansando até que o dinheiro estivesse quase terminado. Depois, tratou de procurar nova colocação. Pessoa de suas relações sugeriu-lhe que anunciasse pela imprensa, como é de costume no país. Em anúncio estampado nas colunas do *Jornal do Comércio*, foram as suas habilitações devidamente exaltadas e, dentro de poucos dias teve ela inúmeros pretendentes aos seus serviços. Quando apareceu novamente, em visita à nossa casa, Maria estava toda vestida de preto como freira; tinha sido elevada à alta categoria de despenseira de uma rica família brasileira. Trazia no cinto as chaves da despensa. Tinha autoridade sobre numerosos escravos e era freqüentemente convidada a acompanhar as senhoras à igreja. Com que prudência portou-se ela nessa destacada posição, não nos foi dado saber. É de se presumir, entretanto, que a lembrança da Casa de Correção lhe deva ter sido útil com relação à guarda dos vinhos sob o seu cuidado.

As principais prisões do Rio são a do Aljube, na cidade, e a de Santa Bárbara numa ilhota a pequena distância da Ponta da Saúde, na parte Norte da urbe. De acordo com as últimas informações de que dispomos, existiam nessas duas cadeias trezentos e sessenta e seis prisioneiros sentenciados, pelos seguintes crimes: 62 de homicídios, 4 por tentativa de morte, 50 por latrocínio, 9 por “conto do vigário”, 3 por perjúrio, 79 por furto, 27 por assalto e espancamento, 11 por tentativa de roubo, 6 por porte de armas, 3 por calúnia, 2 por prática de jogos proibidos, 23 por falsificação, 39 condenados no estrangeiro, por crimes ignorados, 3 por escravizarem pessoas livres, 2 por terem auxiliado a fuga de outros prisioneiros, 6 por desacato às autoridades, 3 suspeitos

de serem escravos fugitivos, 2 por crime de rapto, 2 por sonegação de impostos e 21 sentenciados para correção.

Apenas cento e cinquenta e nove desses indivíduos foram submetidos a julgamento. Cinco deveriam sofrer a pena capital. Onze dos sentenciados foram transferidos para o Calabouço. Trata-se de masmorra construída numa ponta de terra que se projeta para a baía, mesmo em frente à cidade, onde os escravos fugitivos são encarcerados até que sejam procurados pelos respectivos donos.

Além das prisões que acabamos de enumerar, as fortalezas também têm acomodações para prisioneiros. No Forte da Laje, por exemplo, situado numa ilhota junto a entrada da barra, deu-se em 1839 uma cena horrível que provocou não pequena agitação na cidade do Rio de Janeiro.

No ano anterior cocorrera um crime de morte na pitoresca Ilha de Caqueirada, uma das muitas que adornam a parte superior da baía. Um velho soldado que havia feito parte da guarda de honra imperial para lá se retirara a fim de desfrutar tranqüilamente os restantes de seus dias. Certa noite foi despertado pelo barulho da porta que estava sendo arrombada.

Tomou de seu mosquetão e atirou, conseguindo ferir o chefe da quadrilha. Os ladrões, porém, em número de quatro, dominaram rapidamente o pobre velho e tiraram-lhe a vida. Um escravo do ex-soldado, tendo conseguido escapar, deu alarme, mas os assassinos já tinham fugido. Durante quatro meses iludiram a vigilância da polícia, porém, foram finalmente presos todos ao mesmo tempo. Condenados em três julgamentos consecutivos pelo consenso unânime de quarenta e sete jurados, foram sentenciados à pena capital, tendo sido marcado e anunciado o dia da execução.

Quando os guardas se dirigiram ao Forte da Laje, a fim de os conduzir à Capela do Aljube onde os condenados costumavam fazer sua última confissão, verificaram, com grande espanto, que os sentenciados haviam limado as grillhetas e brandiam-nas como armas de defesa, desafiando os soldados a que abrissem fogo sobre eles, pois queriam ser mortos naquele mesmo lugar. Todavia, o oficial preferiu que os criminosos fossem executados na forma da lei. Para reduzi-los à obediência, impôs-lhe a tortura da fome e da sede. Pela manhã seguinte, atiraram para dentro do calabouço uma bola de enxofre em chamas para sufocá-los.

Somente uma voz se fez ouvir, suplicando misericórdia. Três dos assassinos se haviam suicidado, seccionado a garganta com uma navalha, cada um por sua vez. O quarto criminoso foi tomado de horror ao contemplar a pavorosa cena e a agonia de seus companheiros banhados no sangue que cobria todo o piso da cela. Abatido pela fome e pelo remorso, desesperado da vida, mas sem coragem para seguir o exemplo de seus companheiros que se apressaram a comparecer diante do Eterno, sobreviveu aos desgraçados para relatar os pormenores horripilantes desse crime sem igual e das cenas de desespero a que se entregaram seus autores.

.....

Capítulo VII

ILUMINAÇÃO DAS RUAS – POLÍCIA – JUNTA VACÍNICA – MUSEU NACIONAL – ACADEMIA DE BELAS-ARTES – ESCOLAS MILITAR E NAVAL – O COLÉGIO DO IMPERADOR – LEITURA DAS ESCRITURAS – SEMINÁRIO EPISCOPAL – BIBLIOTECA NACIONAL E PÚBLICA – BIBLIOTECAS PAGAS – COMÉRCIO DE LIVROS – TRADUÇÕES – LEILÕES DE LIVROS – LITERATURA PROFANA – JORNAIS – POLÍTICA – CORRESPONDÊNCIA – ANÚNCIOS – PERIÓDICOS – INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO.

R

aras são as cidades tão bem iluminadas como o Rio de Janeiro. Por todo o perímetro urbano existem grandes lampiões não fixos em postes mas pendentos de uma armação apropriada de onde podem ser facilmente arreados na ocasião de acendê-los ou de limpá-los.

O combustível empregado é o querosene, pois a iluminação a gás ainda não foi introduzida no Rio. Quatro grandes combustores, cada um brilhando numa das faces de um refletor quadrangular, cuidadosamente polido, faz com que o conjunto espalhe por todos os lados uma luz clara e profusa. Tal sistema de iluminação pública é caro, mas oferece grandes vantagens. Menor é o número dos guardas necessários para o serviço de ronda noturna e, dissipando as trevas, evitam-se muitos crimes que seriam por elas encobertos.

A despeito do que possa ter sido no passado a vida noturna da cidade, o fato é que, durante o tempo em que residimos no Rio, o sossego, à noite, foi sempre completo. Por mais de uma vez tivemos ocasião de caminhar, alta noite, com absoluta segurança, de uma extremidade à outra da Metrópole. O quartel de polícia acha-se instalado num velho edifício público da Rua da Guarda Velha. Ao que se diz esse departamento da administração municipal há vários anos vem sendo orientado com o máximo critério e eficiência.

Em obediência a determinada formalidade exigida pela legislação municipal – mas nem por isso por todos observada – fizemos uma visita à Chefatura de Polícia. Antes de desembarcar, todos os estrangeiros são obrigados a entregar seus passaportes ao oficial portuário que visita o navio. Tais documentos são então encaminhados ao secretário da polícia onde o forasteiro os deverá procurar dentro de certo prazo para que as autoridades possam examinar o passaporte e dar permissão para residir no país. Decorreu cerimoniosa a visita que então fizemos a essa repartição. Nosso passaporte foi encontrado pela data de entrega. Passamos, então, da antecâmara a outro compartimento interno onde um funcionário nos ofereceu imenso livro para registro de nossa assinatura, e estendeu a mão para receber os emolumentos que nos eram cobrados pelo simples fato de não sermos solteiros, pois as pessoas nessas condições não têm o privilégio de pagar taxa alguma ao entrar no país. Recebemos de volta o passaporte que, depois de diversas anotações, passou a constituir nossa licença para residir na heróica e leal cidade do Rio de Janeiro. Devidamente atendidos retiramo-nos da repartição com as reverências do estilo e despedidas aos funcionários que tão amavelmente nos serviram.

Apesar de tudo que se pretenda dizer nos regulamentos municipais a que acima aludimos, não deixa de ser admirável que todos os filhos da cidade, ricos ou pobres, cativos ou livres, pretos, brancos ou amarelos, sejam obrigados a se vacinar contra a varíola.

Para atender a esse serviço foi fundada a Junta Vacínica que funciona às quintas-feiras e aos domingos e onde se encontram sempre vários professores prontos para vacinar gratuitamente a todos que se apresentem. A pessoa vacinada precisa voltar oito dias depois para exame.

De alguns dos pacientes que apresentam resultados mais satisfatórios, tiram o vírus e com ele vacinam outros.

É no andar térreo da Câmara Municipal que funciona a Junta Vacínica. O edifício está situado na face leste do Campo da Honra.¹⁴ Nos dias em que a Junta funciona, aglomera-se, na porta, desde cedo, grande e variegada multidão. Aqui vê-se um grupo de negros novos – escravos de importação recente; ali um índio e um tropeiro do interior; na grande sala e pelos lados do prédio, numerosas pagens e senhoras com crianças para serem vacinadas.

No começo tudo corre em ordem e até com certa solenidade. Chamam primeiramente os vacinados da semana anterior, para serem examinados. Depois, surgem as lancetas e começam as incisões. O final da cena, entre a gritaria das crianças e o cantarolar das pagens para acalentá-las forma contraste burlesco com a gravidade aparentada no início.

À frente da Câmara Municipal podem-se apreciar belos panoramas. Olhando-se à esquerda vê-se um grande chafariz, bastante freqüentado, o Arsenal do Exército e o outeiro onde se eleva o palácio do Bispo. Do mesmo ponto, olhando-se à direita contempla-se o Campo da Honra e o Aqueduto.

A pequena construção que se vê ao centro do Campo é o Palacete, erigido para acomodar o Rei, e mais tarde, os imperadores, por ocasião de paradas militares. Contudo, depois de feito o desenho ora estampado, essa construção incendiou-se devido à falta de cuidado no manusear a pólvora ali armazenada. Apesar de estar literalmente cercada pelo povo, por ocasião da explosão, foram poucos os acidentes pessoais.

No lado poente da mesma praça acha-se o novo Palácio do Senado igualmente representado em uma das ilustrações deste trabalho. No mesmo correr do Paço Municipal, e não muito distante, acha-se o Museu Nacional que é franqueado ao público às quintas-feiras. É grande o número de pessoas que o visitam. Suas coleções são interessantes mas não muito numerosas. A dos minerais foi consideravelmente aumentada com a doação feita pelos herdeiros de José Bonifácio dos ricos mostruários organizados pelo notável professor e estadista. Quando

14 Campo da Honra e Campo da Aclamação são os novos nomes do Campo de Santana.

moço esse grande brasileiro foi lente de mineralogia na Universidade de Coimbra, tendo então publicado diversos trabalhos que o colocaram entre os grandes cientistas da Europa. Teve sempre o gosto de colecionar modelos de máquinas e aperfeiçoamentos mecânicos, moedas e gravuras finas. Melhor não poderia ter sido o destino dado pelos seus sucessores a tais preciosidades, que confiá-las à Nação. A Secção de Mineralogia do Museu é bem arranjada, mas apresenta maior número de espécimes estrangeiros que nacionais. A mesma escassez de curiosidades do país nota-se também nas outras secções, exceto na dedicada ao aborigine, onde se pode admirar bela coleção de ornatos selvagens do Pará e de Mato Grosso.

Os museus de Munique, Viena, Paris, S. Petesburgo, Londres e Edimburgo ostentam magníficas coleções de material brasileiro nos vários departamentos da História Natural; entretanto, quem visita o Museu Imperial do Rio de Janeiro só pode ter muito pálida idéia da interessantíssima produção mineral e animal que enriquece o Império.

A Academia Imperial de Belas-Artes foi fundada em 1824, por decreto da Assembléia Nacional. Seu atual corpo docente é constituído por um diretor e quatro professores a saber: de pintura, de arquitetura, de escultura e de desenho, e os respectivos substitutos. A matrícula na escola é livre a todos que se queiram beneficiar de seus ensinamentos. Cerca de setenta alunos nela ingressam anualmente sendo que a maioria procura o curso de desenho. Em 1843 o número de estudantes atingiu a uma centena.

A Imperial Academia de Medicina ocupa o velho Colégio dos Jesuítas, no morro do Castelo e as suas várias secções são frequentadas por cem ou cento e cinquenta alunos.

Um completo corpo de professores, muitos dos quais fizeram seus estudos na Europa, rege as diversas cadeiras da escola, e proporciona aos estudantes longa série de preleções e de aulas.

A Escola de Medicina está intimamente ligada à Santa Casa de Misericórdia onde conta com vasto campo de observações.

Além disso a administração da escola pensa em instalar na Santa Casa uma sala de dissecação para uso dos estudantes.

O Governo criou ainda as Escolas Naval e Militar para a instrução sistemática dos jovens que pretendam ingressar na marinha ou no exército. Aos quinze anos de idade qualquer brasileiro enfronhado nas matérias fundamentais de uma instrução comum e conhecendo o francês – de maneira a facilitar o seu conhecimento do idioma nacional, o português – pode requerer matrícula em qualquer uma dessas instituições.

A Escola Naval está instalada em um navio de guerra ancorado no porto e nela o aluno é imediatamente iniciado na vida marítima.

O estabelecimento de ensino que mais interesse tem despertado na capital do país é o Colégio D. Pedro II, fundado em fins de 1837. Destina-se a proporcionar perfeita instrução secundária e corresponde, no seu plano geral, aos liceus existentes em diversas províncias, conquanto em matéria de recursos e no amparo que conta, talvez leve vantagem sobre todos os outros. Por ocasião de sua organização houve grande concorrência de professores para as oito ou nove cadeiras de que dispõe. Ao que consta, todas elas foram criteriosamente preenchidas. A afluência de estudantes foi considerável desde a instalação das classes. Uma das cousas que, nessa instituição, despertam o interesse é o fato de compreender o seu programa a leitura e o estudo das Sagradas Escrituras em vernáculo. Por algum tempo antes da abertura desse curso de religião numerosos exemplares das Escrituras achavam-se em uso em outras escolas e seminários da cidade onde certamente não foram menos apreciados depois do digno exemplo do Colégio do Imperador.

Meu colega o Rev. Spaulding, solicitado a fornecer Bíblias a um professor e toda a sua classe, prazerosamente atendeu o pedido, tendo-o satisfeito com exemplares provenientes das Sociedades Bíblicas e Missionárias.

Conquanto esteja sempre aumentando ou diminuindo, assim mesmo é muito grande, no Rio de Janeiro, o número de colégios e aulas, para instrução primária. As escolas públicas, das quais existem vinte e oito, com cerca de mil alunos, são insuficientes para atender a todas as crianças que necessitam de ensino, e, por esse motivo, muitos estrangeiros – portugueses, franceses, ingleses e italianos – são levados a abrir escolas particulares, quando para isso dispõem de elementos. Pretendendo

esboçar em outro lugar deste trabalho o estado da instrução no Império, absteemo-nos, por ora, de entrar em pormenores sobre o assunto.

Não desejamos, porém, dar por terminada a enumeração das instituições públicas do Rio de Janeiro, sem fazer menção ao Seminário Episcopal de São José. Este estabelecimento, fundado em 1740, está sob a orientação direta do bispo diocesano e tem por escopo a preparação de sacerdotes. Seu corpo docente compõe-se de um reitor, um vice-reitor, professores de doutrina, de moral, de filosofia, de latim, de cânticos e de inglês e conta cerca de 70 alunos.

Quando se visita o Rio de Janeiro não se deve deixar de ir à Biblioteca Nacional. Foi ela organizada com os livros procedentes da Biblioteca Real de Portugal, trazidos por D. João VI. Franqueada ao público por aquele monarca, continua até hoje, sob regulamentação adequada, acolhendo a todos que queiram compulsar as suas obras. O salão está aberto diariamente de 9 da manhã até duas horas da tarde e a entrada dá para a rua detrás do Carmo.

Passando-se por um portão antigo, vê-se, à direita, o Cemitério da Ordem Terceira dos Carmelitas. O solo está completamente coberto de lajes de mármore, cada uma com breve inscrição latina a respeito do morto que ali jaz. As paredes são construídas em largura suficiente para deixar, pelo lado de dentro, grandes ordens de aberturas que se denominam catacumbas; na direção vertical estão colocadas umas sobre as outras em disposição idêntica à dos leitos de um beliche. Em cada uma dessas cavidades depositam um cadáver e fecham-na com alvenaria, de maneira a apresentar uma superfície lisa. Assim é que a frente de cada catatumba se presta para inscrições em memória do defunto que a ocupa.

À esquerda dessa passagem fica a entrada dos salões da Biblioteca Nacional e Pública. Pinturas de eras remotas e gravuras em molduras antigas adornam as paredes. Subindo-se por um lance de escada larga, vai-se ter à Sala de Leitura. De um extremo a outro vêem-se mesas forradas com pano sobre as quais acham-se dispostos materiais para escrever e estantes para suster os volumes pesados. As prateleiras que se elevam desde o soalho até o teto estão atulhadas de livros de todas as épocas e em todas as línguas. Pode-se pedir qualquer volume da biblioteca, sentar-se à mesa e ler ou tomar apontamentos à vontade.

Encontraram-se aí jornais e várias revistas européias. Apesar de todos esses atrativos nunca vimos o salão cheio; ao contrário, freqüentemente vimo-lo vazio. Não só a sala principal, mas também algumas alcovas que a circundam de ambos os lados estão atonetadas de livros. As recentes aquisições de obras para a Biblioteca não têm sido muito grandes conquanto de quando em vez se façam dotações de verbas para esse fim. Todavia o número de livros tem aumentado devido a valiosas contribuições, entre as quais merecem especial destaque as coleções do finado José Bonifácio de Andrada.

As revoluções e agitações políticas de Portugal tiveram o efeito de afugentar os literatos, à procura de ambientes mais calmos. Muitos deles fixaram residência em Paris onde passaram a produzir para Portugal e para o Brasil. Além disso Portugal atravessa atualmente um período de decadência literária em que a pureza da língua lusitana sofre a influência deletéria dos galicismos e as empresas editoras se vêm sobrearregadas de traduções, com exclusão quase absoluta de trabalhos originais. Qualquer novela barata dos folhetins parisienses precisa ser traduzida para surgir em forma de livro em Lisboa e no Rio de Janeiro. E, tão grande é o número dos que se entregam a essa leitura inútil e não raro prejudicial, que ninguém procura pelos trabalhos originais e substanciosos. Além do mais, o francês usurpou o lugar do latim, entre os brasileiros. Para a matrícula nos institutos superiores de ensino é indispensável o seu conhecimento, aliás bastante generalizado. Daí a procura dos livros franceses em detrimento dos portugueses. Para que o leitor se convença do que afirmamos basta que se dê ao trabalho de examinar os mostruários das livrarias e reparar como é grande o estoque de livros franceses. Quase todos os navios procedentes do Havre trazem grandes quantidades de livros para serem vendidos em leilão, sendo bastante freqüentes tais vendas. Os europeus que regressam às suas pátrias ou os brasileiros que vão para o estrangeiro, em geral dispõem de suas bibliotecas ao correr do martelo. Faz pena, às vezes verificar-se, em tais ocasiões, como é grande a quantidade de livros profanos em circulação. As obras de Voltaire, Volney e Rousseau são quase diariamente oferecidas aos que fazem maiores lances, e, para elas, há sempre compradores.

A imprensa, no Rio, é bastante prolífica. Edita quatro diários, dois jornais trimestrais e de seis a dez semanários e jornais de publicação

irregular. Durante os trabalhos da Assembléia Nacional, seus debates saem publicados na manhã seguinte. Os grandes jornais não são como nos Estados Unidos, órgãos dos partidos políticos. Conquanto se entreguem às vezes a calorosas discussões políticas, mantêm como norma se conservarem sempre ao lado do Governo e do partido dominante. Daí freqüentemente suceder que um determinado ato do governo, antes de ser sancionado encontre a oposição da imprensa e depois seja por ela mesma elogiado.

Se a oposição deseja mover campanha contra o partido de cima, tem de fundar um jornal ou fazer suas publicações em forma de boletins que são distribuídos juntamente com o jornal do qual se não pôde servir.

Conquiste, porém, a minoria o poder, e essas mesmas colunas estarão imediatamente à sua disposição; mais ainda, darão todo apoio ao governo.

Alguns jornais se esforçam em dar informações comerciais exatas, mas nenhum deles publica anúncios estereotipados.

A matéria da secção de publicidade é alterada quase diariamente e procurada, com avidez, por grande número de leitores pelo pitoresco de seu conteúdo e pela variedade que apresenta.

Nota-se, na capital do Brasil, um hábito curioso que se vai formando sob o patrocínio das numerosas loterias autorizadas pelo governo. Diversas pessoas costumam formar companhias para comprar bilhetes e as que residem fora, dão ordem aos seus correspondentes para que os comprem por sua conta. A fim de evitar possíveis transferências ou discussões futuras, o comprador anuncia pelos jornais o número do bilhete comprado e o nome da pessoa para quem adquiriu. Assim, por exemplo: “M. F. S. comprou, por ordem de J. T. Pinto, dois meios-bilhetes n^{os} 1.513 e 4.817 da loteria em benefício do Teatro de Itaboraí.” Ou “o Tesoureiro da Companhia intitulada Amigos da Fortuna comprou por conta da mesma os meios-bilhetes n^{os} 3.885 e 5.430 da loteria em benefício da catedral de Goiás”.

Consoante o hábito, as pessoas que desejam fazer alguma publicação desafortada em geral o fazem em nome de uma dessas companhias, conquanto esse nome apareça às vezes em uma dúzia de rimas.

Muitos de semelhantes anúncios pareceriam bastante singulares entre nós. Certa vez anunciaram que seria cantado um Te-Deum solene na igreja de São Francisco de Paulo, pela feliz restauração da Bahia, depois de sufocada uma rebelião naquela província, e que sua Imperial Majestade estaria a ele presente. Alguns dias mais tarde, lia-se nos jornais o seguinte aviso: “A Comissão encarregada de promover o Te-Deum na igreja de S. Francisco de Paulo, achando que melhor atenderia os sentimentos filantrópicos dos que concorreram para aquela cerimônia religiosa remetendo para a Bahia o dinheiro arrecadado, a fim de ser distribuído entre as viúvas e os órfãos, e, principalmente porque em outra igreja já se renderam graças a Deus pela restauração, resolveu-se que não mais seja cantado o Te-Deum, pelo que dá o presente aviso aos interessados.”

Outra publicação curiosa: “Pede-se ao Senhor José Domingues da Costa que pague à Rua São José nº 35, o seu débito de seiscentos mil-réis. Caso não o faça dentro de três dias, sua conduta será revelada por estas mesmas colunas bem como a forma por que foi contraída essa dívida.”

O exemplo que se segue mostra que nem o clero era poupado: “Senhor Redator. – Tendo o vigário de certa paróquia, a 8 do corrente, depois de ter celebrado missa com a sua afetação costumeira, se voltado para o público e dito com ar zombeteiro como não temos festa hoje, vamos recitar as litanias, etc., devo dizer que o reverendo vigário a que me refiro, sabe perfeitamente o motivo por que não houve a festa. Esteja, porém, certo de que quando se houver dissipado a intriga, a festa será feita. Contudo, se ele tiver pressa que faça as despesas, pois quem reza o Padre-nosso come o pão.

“Assinado: *Um Inimigo dos Hipócritas.*”

Os diários do Rio de Janeiro se parecem muito com os de Paris, tanto no formato como na apresentação e na disposição da matéria. O rodapé de cada folha contém leituras leves e chamam-no Folhetim. Examinando o conteúdo do Folhetim do *Jornal do Comércio* durante um ano, só encontramos um conto original; os outros foram traduzidos do francês.

A imprensa periódica do Rio, foi, em poucos anos, enriquecida com o aparecimento da *Revista Médica* e de um jornal trimensal sobre assuntos do Brasil e do estrangeiro. Este último, conduzido com grande

elevação e espírito literário, promete ser de utilidade ao país; ainda assim, porém, recorre frequentemente a traduções. Se os brasileiros se dessem ao trabalho de escrever e pensar por si próprios, estamos certos de que os estrangeiros logo se interessariam pela sua produção literária e lhe dariam o devido valor.

O Instituto Histórico e Geográfico, fundado no Rio de Janeiro, em 1838, contribui consideravelmente para despertar o gosto literário dos brasileiros. A instituição tem por finalidade precípua colecionar, organizar e publicar ou conservar documentos que sirvam de subsídio à história e à geografia do Brasil. Desde os seus primórdios o instituto despertou o interesse de diversas personalidades de renome. Teve também o apoio do Governo. A Assembléia Geral concedeu-lhe uma subvenção de dois contos de réis anuais e o Ministério dos Estrangeiros deu instruções aos adidos das embaixadas brasileiras na Europa, no sentido de pesquisar e copiar documentos de interesse histórico que pudessem ser encontrados nos arquivos das várias casas reinantes, com relação aos primeiros tempos do Brasil. Essa iniciativa estimulou o esforço individual e o espírito de pesquisa tanto no Império como fora dele, tendo já produzido resultados interessantes. Durante o seu primeiro ano de existência o Instituto conseguiu quatrocentos membros correspondentes, tendo colecionado para cima de trezentos manuscritos de vários tamanhos e valores. Os mais importantes deles já foram divulgados juntamente com importantes discursos e ensaios de autoria de seus membros. O órgão oficial dessa instituição é a *Revista Trimensal* ou *Jornal do Instituto Histórico Brasileiro* que publica na íntegra as suas sessões bem como os documentos mais importantes que lhes são apresentados. Tivemos o nosso interesse especialmente voltado para os artigos que publicou com relação aos aborígenes sul-americanos bem como esboços biográficos de brasileiros ilustres.

Num sentido geral, pode-se perguntar se haverá, em língua portuguesa miscelânea de maior valor que a que se encontra nas páginas da *Revista Trimestral* ou *Jornal do Instituto Histórico Brasileiro*.

.....

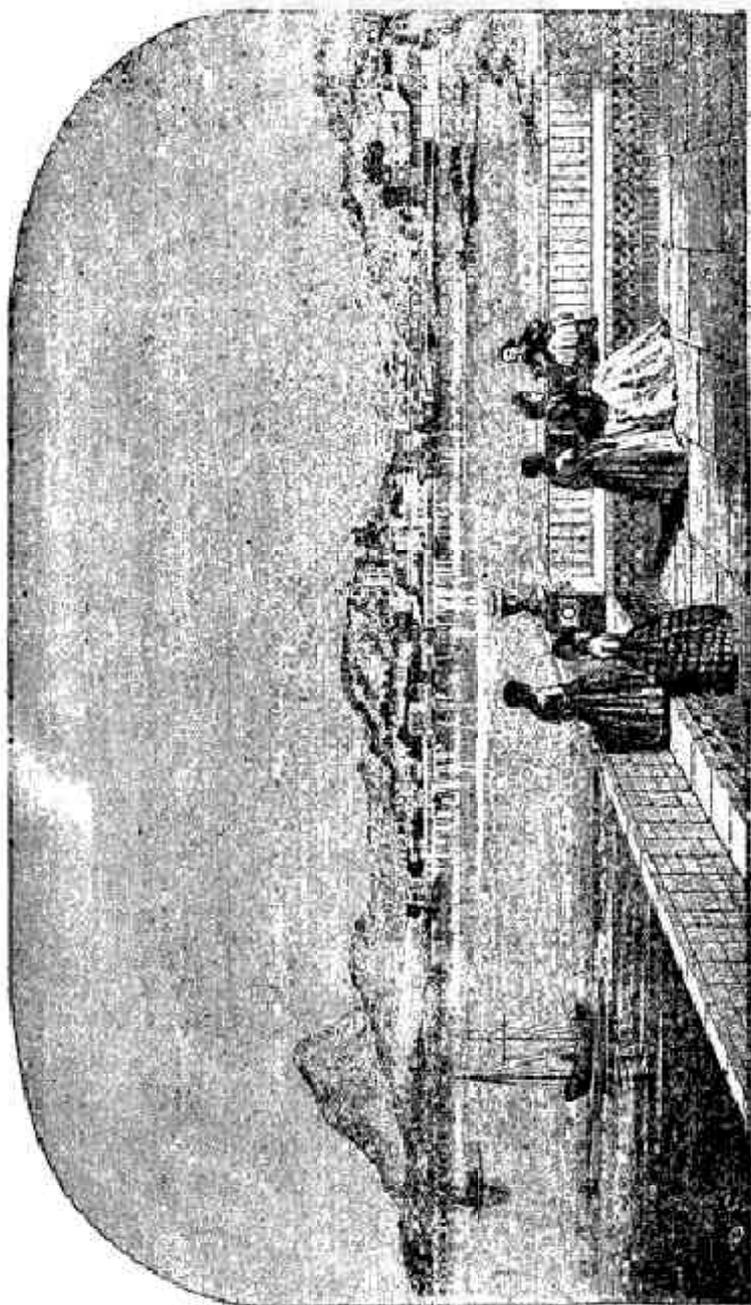
Capítulo VIII

A GLÓRIA – A IGREJA – SINOS – PRÉDICAS – CENA NOTURNA
– PRAIA DO FLAMENGO – LARANJEIRAS – LAVADEIRAS –
ASCENSÃO AO CORCOVADO – PANORAMA – DESCIDA PELO
AQUEDUTO – A NOITE NAS FRALDAS DO CORCOVADO –
BOTAFOGO – PRAIA VERMELHA – COPACABANA – PÃO DE
AÇÚCAR – JARDIM BOTÂNICO.

Nossa primeira residência no Rio de Janeiro foi em casa do Rev. Spaulding, no Largo da Glória. O prédio que ocupávamos ficava mesmo em frente à praia, olhando para o espalhavre, ao pé da montanha do lago oposto, tão acertadamente denominada Largo.

O trapiche para atracação de barcas daquela redondeza toda estava situado justamente embaixo de nossa janela, e a vista do porto que de lá desfrutávamos era de beleza indescriível.

Fronteiros à nossa casa, lá estavam a ilha e o forte de Villegagnon, o ancoradouro repleto de navios de guerra, a pitoresca Praia Grande, e, ao longe, rematando a paisagem, a serra dos Órgãos. À esquerda passava uma rua movimentada que ligava o bairro ao centro comercial da cidade, vendo-se, ainda, o Jardim Público, com seus monumentos de granito e o morro do Castelo encimado pelo posto semafórico, pela velha igreja de São Sebastião e pelo antigo Colégio de Santo Inácio



Vista da Glória, tomada do Passeio Público

de Loiola. Ainda à esquerda, porém mais próximo de nos sa casa, erguia-se o morro da Glória. Em suas fraldas íngremes assentava-se a igreja de Nossa Senhora da Glória, em construção octogonal, cuja descrição costuma ocupar lugar destacado em todas as descrições da *urbs fluminis*. Além des se pi to res co abre-se a sa í da da bar ra, ba li za da, de um lado, pelo Pão de Açúcar e, de outro, pelo Forte de Santa Cruz.

Nada pode haver de mais romântico que os caminhos do morro da Glória. Sobe-se primeiramente por uma vereda íngreme, pavimentada e ladeada de muros de pedra com portões numerados como se abrissem para jardins e residências. A estrada não dá passagem para veículos e orienta-se em todas as direções do quadrante. Em frente à igreja, abre-se amplo adro de onde se descortina primorosa paisagem, grande parte da qual consta da gravura a que nos referimos. A igreja não é grande nem rica em sua ornamentação, mas é bastante freqüentada. A primeira imperatriz costumava lá fazer suas orações. Depois de sua morte, D. Pedro I, em memória à esposa – ao que se presume –, ia ou vir mis sa na Gló ria aos sábados.

A Família Imperial mantém ainda o hábito de visitar a igreja diversas vezes por ano. Lá estávamos certa manhã bem cedo quando o jovem Imperador e suas augustas irmãs se ajoelharam no meio do povo, para ou vir mis sa. Quando se levantaram para sair, toda a assistência se agrupou em torno de les, an si o sa por be i jar a mão do Impe ra dor. O monarca acedeu ao desejo dos presentes com graça e naturalidade e a cena que se desenrolou a seguir traduziu com eloqüência o natural transbordamento do afe topopular para com o jovem soberano. Na torre da igreja, como aliás na de todas as outras, existe um carrilhão no qual, em certas ocasiões, perpe tram in ter mi ná vel ba da lar. Para quem não está acostumado, é singular essa tremenda barulheira produzida pelos sinos de todas as igrejas e conventos tocando ao mesmo tempo em ba da da das rápidas, durante horas consecutivas, como geralmente acontece em vésperas de dias-santos.

Certo sábado à tarde em que os sinos da Glória repicavam com veemência, galgamos o morro a ver por que motivo convocavam os fiéis. A igreja estava toda iluminada, e, no adro, algumas pessoas passeavam contemplando a vista deslumbrante; todavia ninguém se dispunha a apreciar o bri lho das ve las den tro do tem plo!

Não há pregação em dias úteis; por duas vezes, porém, tivemos ocasião de ouvir prédicas durante cerimônias festivas. Ao lado leste da nave há um púlpito ele va do cujo aces so se dá por en tre as pa re des in ter na a externa. Foi aí que, certa ocasião durante a Quaresma, ouvimos uma prática, de pois da missa.

Quando o sacerdote surgiu no púlpito os fiéis imediatamente des vi a ram a aten ção do al tar-mor, para a es quer da onde o pa dre ia falar. O sermão foi entusiástico e veemente. No meio da pregação o orador parou repentinamente, e, levantando nas mãos um pequeno crucifixo de madeira, pôs-se a orar ao seu mestre e Senhor. O povo, cuja mai or par te es ta va sen ta da em fi le i ras, no chão jun ca do de fo lhas, baixou a cabeça, parecendo associar-se à oração do sacerdote. Este prosseguiu o sermão, e, ao terminar, todo o povo se pôs de joelhos, batendo no pe i to como o pu bli ca no das Es cri tu ras.

O segundo sermão que ouvimos foi na festa de Nossa Senhora da Glória e constou tão-somente no louvor de suas virtudes. Tratava-se de um dos mais populares oradores sacros e o sacerdote estava con vic to de que o tema es co lhi do lhe ofe re cia cam po ili mi ta do. Em sua oração só usou superlativos: “As glórias da Santíssima Vir gem não podem ser comparadas às das criaturas, só às do Criador.” “Ela fez tudo quanto Cristo fez, menos morrer com ele”. “Jesus era indepen den te do Pai, mas, não de sua Mãe.”

Desenvolveu toda a sua oração em torno dessas idéias sem ter tido oportunidade de se referir ao arrependimento do pecador ou à fé em nos so Se nhor Je sus Cristo.

Além da igreja, diversos caminhos vão serpeando pela encosta, em direção às numerosas moradias elegantes que cobrem o morro, desde a pra ia até o topo. Às mar gens dos ca mi nhos vê em-se, geralmente, sebes floridas de mimosas; de vez em quando depara-se uma grande árvore copada, pontilhada de orquídeas, e todo esse cenário magnífico está constantemente envolto numa frescura e serenidade que dificilmente se poderia imaginar seriam encontradas nas cercanias de uma ci da de sob o sol tro pi cal. Aqui tam bém o aman te da natureza poderá ter idéia do encantamento de uma noite carioca de que nos fala Von Mar ti us.

“Por sob toda a região paira uma neblina delicada e transparente. A lua brilha entre nuvens pesadas, de formação caprichosa. O contorno dos objetos, por sua luz iluminados, torna-se nítido e preciso, enquanto uma penumbra mágica nos rouba à vista os que não recebem de cheio. Na atmosfera tudo é serenidade e as mimosas, fechadas as folhas, dormem imóveis sob as copas escuras das mangueiras, das jaqueiras e dos jambeiros. Às vezes uma rajada de vento passa e faz fremir as folhas de um caju e iro; a grumixama e a pitangueira, assustadas, deixam cair uma chuva de flores cor de neve, perfumosas; os leques majestosos das palmeiras balançam-se lentamente sob as árvores meiores, como símbolos de paz e de tranquilidade. O trilar agudo das cigarras e dos grilos e o coaxar contínuo das rãs formam uma espécie de zumbido constante que nos enche a alma de suave melancolia. De quando em quando uma lufada de perfume embalsama os ares e as flores noturnas, abrindo os seus cálices, nos vão enebriando aos poucos com sua fragrância. Agora são os cachos de paulíniás ou as flores de laranjeiras. Logo mais os tufos da eupatória ou os cachos de flores das palmeiras abrem-se repentinamente e vão assim mantendo uma sucessão contínua de perfumes. Silenciosamente, o mundo vegetal, iluminado por miríades de pirilampos, como outras tantas estrelas errantes, empolga a noite com seus odores deliciosos. Coriscos rutilantes riscam o céu no horizonte, sem cessar, e convidam o espírito a se elevar, em alegre contemplação, às estrelas cuja cintilação enche nossa alma de um pressentimento de maravilhas ainda mais extraordinárias.”

Descendo pelo lado oposto do morro da Glória chega-se à praia do Flamengo, cujo nome provém da ave de igual nome que costumavam frequentá-la. Ao longo dessa praia estende-se um correr de esplêndidas residências. Seus moradores deliciam-se com a brisa que vem do mar e gozam noite e dia o murmurio ritmado das ondas. Paralelamente à praia corre a Rua do Catete, importante artéria que liga o Botafogo à cidade. A cerca de meio caminho entre este bairro e o centro fica o das Laranjeiras. Límpido arroio saltita no fundo de um precipício cavado nas fraldas do Corcovado. Passeando-se pelas margens podem-se contemplar inúmeras lavadeiras dentro d'água batendo roupa sobre as pedras que se sobelevam à corrente. Muitas delas saem da cidade



pela manhã, com enorme trouxa sobre a cabeça, e voltam à tarde com toda ela já lavada e enxuta. Em diversos lugares vêem-se pequenos fogões improvisados onde preparam as refeições e grupos de crianças brincando pelo chão, algumas das quais já grandinhas, correm atrás das mães. As menores, porém, vão penduradas à costa das escravas sobrecarregadas com a mala de roupas. A gravura que se segue mostra a maneira pela qual essas coitadas carregam seus rebentos por toda parte.

Faz lembrar o sistema adotado pelos índios norte-americanos. Todavia, os diferentes métodos de atar as crianças em posição fixa produzem efeitos diversos. A tábua direita sobre a qual os índios amarram os recém-nascidos dá-lhes o porte erecto pelo qual se tornaram proverbiais; entretanto, a posição recurvada em que as negras amarram as pernas das crianças em torno de seu corpo frequentemente as deforma pelo resto da vida.



No vale das Laranjeiras existe um olho-d'água mineral que, em certas épocas do ano, é muito procurado. De nome in-se Água Férrea, em alusão às suas propriedades minerais. Neste ponto galga-se a estrada que conduz ao Corcovado.

O primeiro passeio que o visitante deve fazer no Rio de Janeiro é uma excursão ao Corcovado. Pode-se subi-lo a cavalo até bem próximo ao cume. O início da jornada deve ser pela manhã bem cedo, enquanto o ar está fresco e em balsamado e o orvalho ainda umedece a folhagem. A rampa não é muito forte apesar de estreita e desigual, tendo já sido sulcada pela erosão. A maior parte da montanha é recoberta por espessa mata cuja contextura se vai modificando com a altura e na qual proliferam as mais raras e luxuriantes espécies vegetais. Mais para o topo do morro, as grandes árvores se tornam cada vez mais raras ao mesmo tempo que aumenta o número de fetos e de bambus. Por todo o percurso podem-se apreciar arbustos floridos e orquídeas. A não longa distância do cume existe um rancho onde certa vez paramos para almoçar em companhia dos amigos com os quais fizemos a ascensão.

Nesse ponto deixam-se os animais e, de pois de alguns minutos a pé, chega-se ao âmago do matagal. Mais para cima, a rocha é coberta apenas por uma leve camada de terra e só de raro em raro vêem-se arbustos raquíticos agarrados às frinchas das pedras. O que de baixo da montanha parece apenas um pontinho é, na realidade, uma rocha enorme, destacada do morro, exceto na base por onde se galga, e capaz de sustentar sobre ela cinqüenta pessoas, todas apreciando o panorama ao mesmo tempo. Para evitar acidentes fincaram ao redor da pedra alguns postes de ferro sobre os quais montaram uma grade do mesmo material. A não ser este trabalho da mão do homem, tudo o mais é obra da natureza, em toda a sua original sublimidade.

A altitude da montanha, 709 metros, é suficiente para proporcionar ao observador o maior e o mais belo panorama majestoso contemplado por olhos humanos. De lá de cima descortinam-se o porto e as ilhas; as fortalezas e o movimento da baía; toda a cidade, de São Cristóvão ao Botafogo; de um lado, o Jardim Botânico e a Lagoa das Freitas, a Tijuca, a Gávea, o Pão de Açúcar, as ilhas de fora da barra, o oceano sem limites; de outro, a sucessão ciclópica de montanhas e de praias. A atmosfera estava límpida e transparente quando lá estivemos e, por mais que contemplássemos aquele panorama deslumbrante, magnífico, os nossos olhos já mais se fariam. Pelas encostas do morro vários filetes de água descem saltitando, e, por meio de canaletas artificiais, todos esses pequenos cursos são aproveitados para alimentar o aqueduto. De regresso, seguimos o traçado dessa obra notável, tendo atingido a cidade pelos arcos que ligam o morro de Santa Teresa ao de Santo Antônio; e, – é preciso que frisemos – esta parte do percurso não é menos interessante aos apreciadores da natureza. Por todos os lados vêem-se negros munidos de redes de filó, apañando borboletas multicores e outros insetos que se encontram esvoaçando pelo caminho, pouso na folhagem e nas flores das margens.

Vários escravos são, desde que nos, industriais da caça e conservação de espécimes entomológicos e botânicos, e assim é que com o tempo organizam coleções imensas. Em casa desses negros fazem *rendez-vous* os naturalistas amadores que, quando tomados do entusiasmo característico, acham-nas tão interessantes quanto as acharam Von Spix e Von Martius, cujos eruditos trabalhos sobre a história natural brasileira podem ser comparados aos de Humboldt e Bonpland relativa mente ao México e à Colômbia.



O aqueduto é um canal coberto, feito de cantaria que, dotado de certa declividade e de respiradouros a determinadas distâncias, passa, ora por baixo, ora pela superfície da terra. Os panoramas que daí se descortinam excedem a toda descrição, tal a sua variedade e beleza. À direita vêem-se o vale das Laranjeiras, o Largo do Machado, o Cateite, a entrada do porto e o mar alto; acolá, confinando com a outra encosta do morro, podem-se contemplar o Campo da Aclamação, a Cidade Nova, o esplêndido subsúrbio do Engenho Velho, e, bem longe, a extremidade superior da baía, cercada de montanhas e pontilhada de ilhas. Finalmente, mesmo acima do Convento de Santa Teresa, pára-se para apreciar uma bela vista da cidade. Só os morros de Santo Antônio e do Castelo impedem que deste ponto se descortine a maior parte da cidade. Entretanto, a nesga que se percebe entre essas duas eminências já é bastante bela e o olhar do observador pousa com prazer sobre essa extraordinária combinação de obras de arte e de belezas naturais. A igreja de Nossa Senhora da Lapa, o Passio Público com suas arvores e mo-

numentos e o enorme prédio do Convento da Ajuda constituem pontos marcantes nesse panorama.

Que inefável repouso nos proporcionavam ao espírito e como nos alegravam as cenas que contemplávamos pela manhã ou ao cair da tarde, quando, à procura de exercício ou de solidão, íamos passear pelo Morro de Santa Teresa. Todavia, de um dos nossos passeios por aquelas paragens, conservamos recordações de emoções bastante vivas. Foi justamente em nossa primeira ascensão pelo Aqueduto e os fatos que passamos a narrar ocorrem logo depois de termos descido o Corcovado. Estando a cavalo, não prestamos bem atenção na distância. Acompanhava-nos, por essa ocasião, nossa esposa que saía de casa pela primeira vez após uma enfermidade de que se restabelecera, havia pouco. A beleza panorâmica que nos ia empolgando à medida que subíamos lentamente em direção à base do Corcovado fez-nos esquecer as horas. A certa altura concluímos que poderíamos tão facilmente chegar em casa via Laranjeiras como se voltássemos por Santa Teresa. Apertamos o passo e penetramos pelos vales sombrios que correm pela base da montanha, justamente no momento em que o sol poente atirava os seus últimos raios ao elevado cume. A nossa ausência das latitudes temperadas não tinha sido suficiente para que nos tivéssemos habituado ao rápido crepúsculo dos Trópicos. Antes de nos apercebermos da aproximação da noite, já as trevas haviam envolvido tudo e o seu negro parecia pior comparado à claridade de pouco antes. Mal se podia discernir o estreito caminho colante, e cada passo que dávamos parecia nos conduzir mais para dentro de um infinito labirinto escuro. À medida que caminhávamos lembrávamo-nos de que diversos autores afirmam serem essas paragens condeijos de escravos egressos e de saltadores. Vieram-nos, então, à mente cenas de horror que mais agravaram a impressão causada pelas trevas. Era tarde para voltarmos por outro caminho, e, a continuarmos à frente, parecia que nos enredávamos cada vez mais. O pânico é sempre contagioso, e, conquanto nossa companheira não nos desse a perceber seu nervosismo, começamos a nos inquietar por ela. Entretanto, continuamos caminhando lenta e cuidadosamente, guiados pelo instinto quando a vista não nos podia auxiliar. Não nos lembramos de ter jamais experimentado tamanha sensação de alívio quando, depois de atravessarmos o último maciço de vegetação e de

descermos em direção ao vale, nos encontramos nas Águas Férreas, e, portanto, no caminho certo. Ganhamos logo ruas iluminadas, e, ao chegarmos em casa às oito horas, em vez de à meia-noite, como receávamos chegar, tivemos a impressão de que os momentos haviam sido horas.

Provavelmente nenhuma outra cidade do mundo poderá ser comparada ao Rio de Janeiro na variedade, beleza e interesse que despertam os aspectos de seus arredores. A baía semicircular de Botafogo e a cadeia de montanhas que a circunda constituem um dos quadros mais extraordinários que se podem contemplar na natureza. À direita, o Corcovado eleva seu cumes alto e íngreme tudo que lhe fica em redor; à esquerda, fica o Pão de Açúcar famoso; ao centro e a grande distância, vê-se um imenso tronco de cone granítico. Vista à distância, essa montanha assemelha-se à primeira vela de topo do mastro dianteiro dos veleiros, daí o seu nome de Gávea. Entre esta montanha e o Pão de Açúcar fica um grupo de três picos que tem o nome de Três Irmãos. A cabeça de um deles se destaca sobre a dos outros e orgulhosamente se inclina para o oceano que lhes rola aos pés. Na base do Pão de Açúcar fica a Praia Vermelha, região bastante fértil cujo nome provém da cor da terra. A praia vai desde o forte de São João, de um lado, até o da Praia Vermelha, à esquerda do Pão de Açúcar. Este último forte abriga os recrutas do exército: muitos deles são pobres índios do Amazonas, industriados no manejo das armas. No tempo do primeiro Imperador, esse local foi teatro de sangrenta revolta de soldado das mães.

A praia que fica além do Pão de Açúcar chama-se Copacabana. Algumas choupanas de pescadores e várias moradias antigas pertencentes aos proprietários dos terrenos abrigam todos os habitantes da região. De acordo com os informes que nos prestou o Sr. Domingos Lopes, essa praia foi, antigamente, muito mais habitada que hoje. Travamos conhecimento com esse sexagenário jovial por ocasião de uma de nossas visitas a Copacabana. Descreveu-nos então as radicais transformações por que passou a cidade, desde a sua meninice, quando S. Francisco de Paula nada mais era que uma lagoa povoada de rãs e o que lhe ficava além, não muito melhor, conquanto se destacassem algumas casas baixas e mesquinhas. A areia dessa praia é tão branca quanto a espuma que sobre ela o mar lança. Quem quiser se deliciar em ouvir o murmúrio surdo das ondas que vêm do Atlântico, rolando, não poderá esquecer

ponto mais conveniente; e, tendo-se uma vez apreciado o espetáculo sublime das ondas que nos vêm render homenagem, de ras tro, aos pés, senti mos sem pre o de se jo de no va men te con tem plar essa be le za im en sa. Devemos aqui dizer que, conquanto tivéssemos estado em todos os lados do Pão de Açúcar, colhendo minerais e conchas, nas pedras fragmentadas de sua base, jamais sentimos desejo de galgá-lo. Entretanto, ten do di versos de nos sos con ci da dãos ma ni festa do se mel han te von ta de, dare mos a se guir bre ves no tí cias das vá ri as ten ta ti vas fe i tas nes se sen ti do.

Dizem que um oficial in fe ri or da ma ri nha nor te-americana foi o primeiro a conceber e executar o arrojado plano de escalar suas escarpas rochosas. Toda via, há quem que i ra re i vín di car essa gló ria para um ma ri nhe i ro austríaco. Seja qual tenha sido o primeiro a subir ao Pão de Açúcar, o fato é que a pri me i ra mu lher a ten tar a em pre sa foi D. Amé ri ca Ves pu ci, em 1838: tendo, porém, falhado a dama ousada, pode-se supor que, por um gesto de cavalheirismo, os moços se tivessem, desde então, desinteressado da ten ta ti va. Mais tar de, po rém, ou tros, afron tan do gra ves pe ri gos e mes mo cor ren do ris cos de vida, con se gui ram atin gir o topo da pe dra.

O Jardim Botânico fica ao poente do Botafogo. O caminho que lá vai ter é arenoso e as vizinhanças do Jardim são apenas escassa mente habi ta das. Con si de ra-se ge ral men te que o lo cal foi mal es co lhi do, pois, além de ficar muito longe da cidade, a terra não é lá muito fértil. Con tu do, cons ti tui pas se io bas tan te fre qüen ta do. É um pró prio do gover no im pe rial e a As sem blé ia Na ci o nal con sig na uma ver ba anu al para o seu cus teio e mel ho ra men to. En tre tan to, até a época presente, é mais famoso pelo que po de ria ser do que pelo que de fato é. Mu i to fi ze ram, de iní cio, no sen ti do de acli mar, no Bra sil, de ter mi na dos ve ge ta is in dí a nos e as sim é que entre os espé ci mes que lá se acham en con tram-se canela, cravo-da-índia, pimenta e chá. Ultimamente as grandes nogueiras da Índia e cas ta nhe i ros da Su ma tra, que ha vi am sido plan ta dos tão-somente pela sombra que proporcionam, vêm cedendo lugar às amoreiras e outras árvores frutíferas que, além de sombrear os passeios, oferecem no vas pos si bi li da des de pro du ção ao país.

Aguarda-se com ansiedade o dia em que a capital do Brasil possa exi bir algo que de fato me re ça o nome de Jar dim Bo tâ ni co e onde floresçam as mais valiosas espécies indígenas bem como as alienígenas que já se te nham acli ma do ao país. Con tu do, me re cem re gis tro os es for

ços despen didos para se esta be le ce rem tais jar dins tan to no Rio de Ja ne i ro como nas pro vín ci as. Nes se sen ti do até mes mo o fra cas so é mais no bre que o des ca so que vo tam ao as sun to, em cer tos pa í ses; e, con quan to seja de la men tar esse es ta do de co i sas, o bo tâ ni co deve se con so lar com imaginar o que po de ria ser o jar dim e pro cu rar con for tar se com a idéia do que ain da se po de rá re a li zar sob esse céu ma ra vi lho so.

.....

Capítulo IX

AÇÃO MISSIONÁRIA - A BÍBLIA NO BRASIL - ANSEIO POPULAR PELAS ESCRITURAS - NATUREZA E EFEITOS DA OPOSIÇÃO À SUA DIVULGAÇÃO - GRANDE CIRCULAÇÃO DAS ESCRITURAS - CATOLICISMO - DIAS SANTIFICADOS - A POMPA DAS CERIMÔNIAS RELIGIOSAS - O ENTRUDO - A PROCISSÃO DE QUARTA-FEIRA DE CINZAS - IMAGENS - ANJOS - DOMINGO DE RAMOS - SEMANA SANTA - PROCISSÕES PRECATÓRIAS - *CORPUS CHRISTI* - PADROEIROS DO FOGO E DO BARULHO.

Logo após nossa chegada ao Rio de Janeiro, tivemos a honra de ser admitidos nos trabalhos missionários dirigidos pelo nosso colega Rev. Spaulding. Ocupava-se então ele de uma escola diurna para crianças brasileiras e estrangeiras que havia aberto na Rua do Catete, além de uma florescente escola dominical. Dirigia também o culto, domingo à noite, em um confortável salão onde habitualmente se reunia seleta assistência composta, principalmente, de membros das colônias inglesa e americana para orar e ouvir a pregação dos Evangelhos. Deitava as manhãs de domingo aos interesses espirituais dos homens do mar. Na falta de capelão efetivo, tinha ele sido convidado pelo Comodoro Nicholson, para dirigir o culto a bordo da fragata *Independência*, capitânia da base naval do Rio de Janeiro. Não só pregava aí aos domingos como

também fazia profusa distribuição de folhetos e publicações religiosas deixadas em quantidade pelo Rev. O. M. Johnson, que pouco tempo antes havia estado a serviço no Rio de Janeiro, sob o patrocínio da Associação Americana Pró-Marinheiros. A circulação das Sagradas Escrituras em português – que é a língua do país – consistiu a nós mesmos premissa. Até então jamais se haviam feitos esforços sistemáticos para uma largadiulgação da Bíblia nesse vasto e interessante país. Em épocas anteriores, diversas centenas de exemplares da Bíblia e do Novo Testamento, impressos pelas sociedades bíblicas inglesa e norte-americana, haviam sido introduzidos no Brasil por intermédio de viajantes comerciais, e, em alguns casos, grande foi o interesse manifestado pela sua divulgação, conquanto, num sentido geral, pouco esforço se tenha despendido nesse sentido. Apesar de tudo, pode-se com segurança concluir que o número de exemplares do Livro Sagrado posto nas mãos do povo foi maior em razão do que em qualquer outra ocasião. De fato, conquanto a Bíblia não tenha sido proibida no Brasil, uma vez dentro das recomendações da Igreja Romana, mesmo assim era completamente desconhecida em vernáculo, por não se haver o clero esforçado em divulgá-la. Quantos exemplares da *Vulgata* latina existiriam nas bibliotecas dos mosteiros e dos sacerdotes não o podemos saber, mas, sem dúvida, seriam em maior número que os de uso corrente.

O povo, porém, não era de forma alguma responsável por tal situação. Onde poderia ter ido procurar a palavra divina se não em sua mãe-pátria? Mas, Portugal jamais publicara as Sagradas Escrituras nem permitira sua circulação a não ser quando acompanhada de notas e comentários devidamente aprovados pelo censor inquisitorial. A Bíblia não constava da relação dos livros que podiam ser admitidos em suas colônias sob o regime da dominação absoluta. Entretanto, por ocasião de sua independência política, os brasileiros adotaram uma constituição liberal e tolerante. Embora tivesse o Estado oficializado a Religião Católica Apostólica Romana, permitia o livre exercício de todas as formas de culto contanto que não em prédios “com a aparência externa de templo”. A lei básica proibia ainda as perseguições de caráter religioso. A tolerância e a liberdade religiosa foram aos poucos se infiltrando no povo, daí estarem muitos preparados para receber com simpatia qualquer

movimento que lhes desse aqui o de que até então haviam sido sistematicamente privados: as Sagradas Escrituras. Os exemplares expostos à venda e anunciados pela imprensa encontraram logo compradores, não só na cidade, mas também nas províncias distantes.

Na sede de nossa missão, muitos livros foram distribuídos gratuitamente, e, em diversas ocasiões, deu-se o que se poderia chamar verdadeira “corrida” de pretendentes ao Livro Sagrado. Uma delas teve lugar logo após nossa chegada. Tendo se espalhado a notícia de que havíamos recebido bom suprimento desses livros, nos saímos logo literalmente cheia de pessoas de todas as idades e condições: desde os velhos de cabelos brancos até os meninos travessos, do fidalgo ao pobre escravo. A maior parte das crianças e dos cativos vinha na qualidade de mensageiros, trazendo recados dos seus pais ou senhores.¹⁵ Esses bilhetes eram invariavelmente redigidos em linguagem reverente e não raro suplicante. Alguns eram de viúvas pobres porque não dispunham de recursos com que comprar livros para seus filhos e queriam os Testamentos para as crianças lerem na escola. Um deles era assinado por um ministro do Império que nos pedia exemplares das Escrituras para toda uma escola fora da cidade.

Entre os cavalheiros que nos procuraram pessoalmente, contavam-se diversos diretores e proprietários de colégios bem como muitos estudantes de adiantamentos diversos. Traduções francesas e inglesas, bem como portuguesas, eram às vezes procuradas por filólogos amadores. Com alegria e emoção fomos cedendo os preciosos livros, como melhor nos pareceu. Sendo essa a primeira distribuição de tal natureza, chegamos a recear que houvessem concertado algum plano para arrecadar e destruir os livros que distribuíamos ou para nos envolver nalguma espécie de dificuldade. As nossas apreensões foram, porém, logo dissipadas por inúmeros fatos que tivemos ocasião de observar. Além disso, todos os que nos foram procurar expressaram-se com toda reverência e ouviram com profunda atenção o que lhes dissemos com respeito a Cristo e à Bíblia. Não se poderia presumir, entretanto, que fosse possível divulgar ao mesmo tempo tantas verdades das Escrituras, sem provocar o ciúme de certa parte do clero. Pois, muito pelo contrário, entre os que nos foram pedir Bíblias, encontravam-se diversos sacerdotes.

15 Vide apêndice.

Um padre bastante idoso que nos foi procurar pessoalmente e a quem, por especial deferência, demos exemplares em português, francês e inglês, disse-nos ao sair: “Isto nunca se fez no Brasil”. Outro enviou-nos um bilhete em francês pedindo “L’Ancien et le Nouveau Testament”. Em três dias distribuímos duzentos exemplares e esgotamos as nossas reservas. Os pretendentes, porém, continuaram a nos procurar, e, segundo os nossos cálculos, teriam sido necessários quatro vezes mais volumes para atender a todos os pedidos. Aos retardatários, só podíamos informar onde havia Bíblias à venda e também que esperávamos receber algum dia uma nova remessa.

Não se fez esperar muito a reação que esse interesse popular pelas Sagradas Escrituras haveria certamente de provocar. Apareceu contra nós – em certo jornal cujo estilo correspondia perfeitamente ao espírito e ao caráter de seus redatores – uma série de ataques grosseiros e vis. De fato, imediatamente depois desse movimento de interesse popular, surgiu um periódico intitulado *O Católico*, com a finalidade manifesta de combater a nós e à nossa obra missionária. Tratava-se de semanário insignificante, editado por anônimos. Depois de fazer promessas extravagantes e despender esforços infrutíferos no sentido de conseguir assinantes, tentou combater, pelo espaço de um mês, o desprezo com que o público o brindou. Finalmente, cedendo à força das circunstâncias, resolveu calar-se. Mais tarde tentaram novamente fazê-lo surgir com o título um pouco mais imponente de *O Católico Fluminense*. Seus proprietários procuravam apelar para a simpatia e o patriotismo do leitor, acrescentando ao nome do periódico um adjetivo do qual o povo do Rio de Janeiro se sentia particularmente orgulhoso. Sob o novo título, o jornal apenas conseguiu se manter por mais uns quatro números, sendo que apenas num deles conseguiu registrar a referência aos que, pelo seu esforço em difundir a divina palavra de Deus, haviam dado origem à folha.

Essa forma de oposição teve, quase sempre, o efeito de despertar maior interesse pelo Livro Sagrado e muitos foram os que, ao procurar pela Bíblia, nos disseram ter tido sua atenção inicialmente atraída para o assunto pela tentativa descabida e fanática de impedir sua divulgação. Tachavam de absurda e ridícula a idéia de que remesses homêni-
di-zer-lhes quais os livros que deveriam ler ou de pretenderem eles organizar verdadeiramente inquisitorial contra a Bíblia. Queriam o livro, e,

ainda que por nenhum outro motivo, pelo menos para provar que tinham liberdade religiosa e que estavam dispostos a apreciar sua liberdade. Era com indescriível desprezo que se referiam à ignorância, ao fanatismo e até mesmo à imoralidade de certos pretenso missionários da religião, cujas vidas não poderiam afeirar pelas palavras divinas.

Aqueles de nossos amigos, aos quais consultamos sobre o assunto, quase invariavelmente nos aconselharam a não dar importância aos ataques virulentos e baixos que nos eram dirigidos, com os quais o grande público não comungava e cuja finalidade era patente a todas as pessoas esclarecidas. Tais artigos se refutariam a si próprios e maculariam mais aos seus autores que a nós mesmos.

Os resultados demonstraram cabalmente a veracidade dessa opinião. Certa vez disse-nos com ênfase um cavalheiro (português): “O senhor deve continuar em sua sagrada missão de divulgar a verdade entre o povo, sem dar ouvidos a essas cousas.” Aceitamos de bom grado o conselho e, agora, aprez-nos verificar que de votamos as nossas energias e o nosso tempo a finalidades muito mais elevadas e nobres do que refutar falsidades rancorosas assacadas contra nós. Sabíamos perfeitamente que essa oposição não se dirigia tanto contra nós como contra a causa da Bíblia, com a qual nos havíamos identificado, e, de nossa parte, nos satisfizemos com “ficar quietos e aguardar a salvação do Senhor”. Foi-nos afinal extremamente agradável testemunhar os resultados da Providência onipotente que faz o ódio humano tributário da glória divina.

A malícia dessa oposição à verdade, pior que infiel, levou muita gente a querer examinar se de fato a palavra de Deus não era “proveitosa para instrução e doutrina”. Pode-se facilmente imaginar quais teriam sido os resultados de tal exame, sob as almas sincretistas. Assim foi que a verdade inspirada encontrou livre caminho para o seio de centenas de famílias e dezenas de escolas onde se podia perfeitamente deixar que operasse por si só os seus maravilhosos efeitos sob as almas.

Tivemos conhecimento de alguns exemplos em que a divulgação produziu efeitos benéficos e imediatos. Só à eternidade, porém, caberá revelar todo o alcance de seus benefícios. Durante as viagens que posteriormente fizemos pelas províncias longínquas, tivemos ocasião de constatar que alguns dos exemplares postos em circulação no Rio de

Janeiro de tal forma nos precederam que, onde quer que fôssemos, muita gente nos vinha pedir o Livro Sagrado, tal o interesse que já havia despertado.

Não está no escopo do presente trabalho suscitar preconceitos contra a Igreja de Roma, nem fazer a apologia de seus princípios e de suas praxes. Tentando descrever o estado atual de um país onde impera o Catolicismo, cumpre-nos relatar fielmente os fatos como os observamos. Nem pode um tal relato ser destituído de interesse, quer para os protestantes, quer para os católicos, se levarmos em consideração o fato de o Catolicismo no Brasil jamais ter estado sujeito às influências com que teve de lutar na Europa, desde a Reforma. Introduzido no país simultaneamente com os primeiros aldeamentos da colônia, seguiu o seu curso inteiramente livre durante trezentos anos. Foi assim que pôde exercer as mais salutares influências sobre a mentalidade do povo bem como atingir o seu mais elevado grau de perfeição. De fato, voltando da Itália, afirmou um ilustre brasileiro que as cerimônias religiosas do Rio de Janeiro pouco ficam a dever em pompa e esplendor às da própria Roma. Entre tanto, estamos firmemente convictos de que nenhum outro país católico existe onde seja maior a tolerância ou a liberalidade de sentimentos para com os protestantes.

Devemos deixar aqui consignado o fato de, durante todo o tempo em que residimos no Brasil e mesmo durante as viagens que empreendemos, no desempenho de nossa labor missionário, já mais termos encontrado o menor obstáculo ou recebido a mais leve desconsideração por parte do povo. Como seria de esperar uns poucos sacerdotes procuraram nos causar toda sorte de embaraços, mas o fato de não terem podido excitar o povo mostra de quão pouco prestígio dispunham. Por outro lado, porém, número talvez igual de clérigos, dentre os mais respeitáveis do Império, manifestou simpatia e interesse para conosco e para com nossa missão.

Desses, bem como de leigos esclarecidos, ouvimos várias vezes as mais acerbas recriminações contra os abusos tolerados na religião e nos hábitos do país, lamentando ainda que não houvesse mais espirotualidade entre o povo. Os fatos, porém, falaram por si mesmos.

De acordo com Manuel de Monte Rodrigues d'Araújo, atual bispo do Rio de Janeiro que, quando professor em Olin da publicou um

compêndio de teologia moral, o número de dias santificados guardados no Brasil ainda é hoje o mesmo decretado por Urbano VIII, em 1642, acrescido de mais um em honra do padre e iro de cada província, capitã, cidade e paróquia, ainda conforme as disposições da bula do mesmo papa. Tais dias festivos são divididos em duas grandes classes, a saber: “Dias-santos de guarda”, ou seja, dias em que se não pode trabalhar hora nenhuma, e “dias-santos dispensados”, aqueles em que a igreja impõe a obrigação de ouvir missa, mas permite que os fiéis trabalhem. A quantidade dos primeiros oscila entre vinte e vinte e cinco, dependendo de certas festividades cá em do min go ou dia de semana. O número de “dias-santos dispensados” varia de dez a quinze. A celebração dessas festividades, por meio de cerimônias e procissões, empolga a atenção do povo em todo o país e pode-se dizer que representa, em grande parte, tanto o espírito da população como os sentimentos religiosos dos nacionais.

É curioso observar-se que o interesse e a importância das cerimônias religiosas estão em proporção à pompa e ao esplendor que se lhes empresta. O desejo de dar o maior realce possível às solenidades religiosas surge, freqüentemente, como argumento principal nos pedidos de auxílio ao governo e nos apelos feitos aos fiéis, com o fim de atrair sua presença liberalidade.

A verdade do que afirmamos transparece do seguinte extrato de um discurso pronunciado pelo presidente de certa província ao pleitear, perante a Câmara, a aprovação de devado orçamento para a renovação da tapeçaria e dos ornamentos das igrejas: “É uma questão de necessidade inadiável, pôr as nossas igrejas em condições apresentáveis e emprestar todo o esplendor que se puder ao culto divino, não apenas no cumprimento de um dever, mas também como meio de fazer que os sublimes princípios da religião exerçam maior influência sobre a imaginação e a moral do povo, e, consequentemente, sobre a felicidade da nação.”

Os seguintes trechos de declarações freqüentemente estampadas na imprensa diária insistem também sobre a mesma temática: “O presidente da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Paróquia de Santa Rita, de se já levar a efeito a 22 de março um festival em honra à Santíssima Virgem, Nossa Senhora das Dores, cuja imagem, pela primeira vez, é colocada nessa igreja. A festa consistirá de missa cantada e de um sermão

encomendado pelos devotos de N. S. das Dores aos quais a mesa convidada, com sua presença, realçar o esplendor das solenidades, pelo que Nossa Senhora saberá recompensar.”

“A Irmandade do Santíssimo Sacramento, Paróquia de São João Batista, no Botafogo, deseja celebrar suas festas de 12 de julho com toda a pompa possível, com missa cantada, sermão, procissão e Te-Deum à tarde e fogos de artifício à noite. Para tais solenidades, convidamos os irmãos, para qui a nos e devotos, a fim de, com sua presença, abri-lhas o mais possível esses atos de nossa religião.

“Almeida, Secretário.”

Assemelham-se em vários pontos as festividades celebradas em honra dos diversos santos. São geralmente anunciadas na véspera por meio de rjões durante o dia e repique de sinos à tarde. Também no decorrer das festas, quer durante as mesmas um dia ou se prolonguem por nove, continuam a queimar foguetes sem cessar. Esses fogos são feitos de forma a explodir bem alto, com estampido bastante forte, descendo depois, em graciosas curvas de fumo, durante o dia, ou como chuvas de meteos, quando queimados à noite. O Dr. Walsh comparou os brasileiros aos turcos de Constantinopla quanto ao hábito de queimar bombas durante as festas. Calcula também que “cerca de setenta e cinco mil dólares são anualmente gastos em fogos de artifício e cera de vela, dois artigos que entram largamente nessas demonstrações de pompa e esplendor”. A cera é consumida nas prodigiosas quantidades de velas que queimam constantemente nos vários altares, entremeadas de flores artificiais e outras feitas.

Grande é o cuidado dispensado à ornamentação das igrejas tanto durante o dia como à noite. Arrumam às vezes fileiras e mais fileiras de velas em frente ao altar-mor, de maneira a dar a impressão de pirâmides de luz, tremulando desde o soalho até o teto da igreja. Essas velas são todas feitas de cera importada da Costa da África especialmente para esse fim. Informa o Dr. Walsh que certa ocasião contou, na capela de Santo Antônio, oitocentos e trinta grandes círios ardendo ao mesmo tempo, e, na mesma noite, setecentos e sessenta, na igreja da Ordem

Terceira do Carmo. Assim, considerando-se o número de capelas e igrejas que de vez em quando se iluminam, dificilmente estará exagerada sua estimativa.

Às vezes, por ocasião das festas, constroem um palco na igreja, ou fora, junto a ela, onde levam a efeito espécies de representações dramáticas, para distração dos espectadores. Outras vezes organizam leilões com grande variedade de objetos preparados para a ocasião (prendas), quer comprados, quer doados para esse fim e que são vendidos aos que dão maiores lances. O leiloeiro, em geral, mantém o povo em constante hilaridade, e, ao que se supõe, é pago em relação ao divertimento que proporciona.

As seguintes são algumas das festas principais celebradas durante os primeiros meses do ano: “Epifania, celebrada a 6 de janeiro e de nome na Dia de Reis. As cerimônias desse dia são levadas a efeito na Capela Imperial, com a presença do Imperador para lhe dar caráter verdadeiramente real.” No dia 20 de janeiro, consagrado a São Sebastião, costumam homenagear o “glorioso patriarca”, sob cuja proteção foram expulsos os franceses e índios e fundada a cidade. Os membros da Câmara Municipal – os pais da cidade – manifestam especial interesse por tais celebrações, e, por força de seus cargos, gozam do privilégio de carregar o andor do padroeiro, na procissão que sai da capela imperial e vai ter à catedral.

O Entrudo, que corresponde ao carnaval italiano, prolonga-se por três dias, antes da Quaresma e a ele o povo costuma se entregar com a aparente determinação de desferrar a falta de divertimentos dos quarenta dias que seguem. Não é, porém, com confeitos que brincam durante esses dias, mas com quantidades enormes de laranjas e ovos, ou melhor, de bolas de cera trabalhadas no formato de laranjinhas e de ovos, mas, cheios de água. Essas laranjinhas são preparadas em quantidade prodigiosa e expostas à venda nas lojas, antes do Entrudo. A cera de que são feitas tem resistência suficiente para que se possa atirá-las a distâncias consideráveis, mas, quando batem em alguém, estouram e soltam a água de dentro. Ao contrário do esportes que se assemelha – o brinque do das bolas de neve – esse jogo não se limita aos meninos, nas ruas, antes avassala tanto os aristocratas como os plebeus e é praticado nos salões e nos lugares públicos. Ao que parece há uma permissão tácita

para se envolverem nesses folguedos todos os transeuntes ou qualquer pes soa que en tre nas ca sas, mes mo em vi si ta.

De fato, quem sai du ran te os dias de Entru do cor re o ris co de levar uma ducha, e, por isso, é sempre prudente andar de guarda-chuva, pois, no entusiasmo da brincadeira, as laranjinhas logo se acabam e os foliões começam então a lançar mão de seringas, bacias, tigelas, e, às vezes, de jarros de água, com os quais molham as vítimas até as deixarem literalmente encharcadas.

Homens e mu lhe res põem-se nas sa ca das de onde brin cam en tre si e com os transeuntes. Tais eram os excessos praticados durante o Entrudo que este chegou a ser proibido por lei. Em vão, porém, os magistrados dos diversos distritos se declararam contrários a esses excessos. Os documentos oficiais que os coíbem são tão hilariantes como os próprios folguedos, pois ameaçam com grandes penas – detenção e multa para os culpados comuns e prisão com açoites para os negros – a todos os trans gres so res. A ori gem do Entru do per de-se na mais re mo ta an ti güi da de, con quan to se ima gi ne te nha ele al gu ma re la ção com o ba tis mo.

A pri me i ra pro cis são que ti ve mos oca são de ob ser var foi a de quar ta-feira de cin zas. Orga ni za da pela Ordem Ter ce i ra de São Francisco, partiu da Capela da Misericórdia, percorreu as ruas principais da cidade e en trou no Con ven to de San to Antô nio. Cer ca de vin te ou trin ta an do res, carregados ao ombro pelos homens, tomaram parte no cortejo. Alguns levavam imagens isoladas, outros transportavam grupos re presentando passagens das Escrituras ou da história da Igreja. As vestimentas das imagens eram todas muito vistosas. Os andores sobre os quais es ta vam ins ta la das apa ren ta va gran de peso, ne cessitan do às vezes de quatro, seis e oito homens para carregá-los, e estes mesmos não os agüentavam por muito tempo. Precisavam revezar com outros que iam ao lado, como se cos tu ma fa zer nos en ter ros. As ruas fi ca vam api nha das de povo, notando-se numerosos escravos que pareciam se divertir vendo seus senhores empenhados em trabalhos pesados. De fato, estes se can sa vam a pon to de cor rer o suor so bre seus ros tos, como água. As imagens passavam pelo meio da rua entre alas de homens que levavam tocheiros com velas de cera, de diversos pés de comprimento. À fren te de

cada grupo de imagens ia um anjo conduzido por um padre e espalhando pétalas de flores pelo trajeto.

Como talvez o leitor deseje saber que espécie de anjos eram esses que tomavam parte nas festas, devemos explicar que constituíam eles uma classe especialmente criada para em tais ocasiões servir de guarda de honra aos santos.

Meninas de oito a dez anos eram geralmente as escolhidas para saírem de anjo, sendo então paramentadas com indumentária fantástica. A idéia dessas roupas parecia ser a de imitar o corpo e as asas dos anjos, para o que as mangas levavam armações especiais sobre as quais esvoaçavam gases, fitas, rendas européias e penas de variegadas cores. Na cabeça levavam uma espécie de tiara. Os cabelos caíam em cachos, e o ar triunfal com que as crianças marchavam indicava que compreendiam perfeitamente a honra de constituírem os principais objetos de admiração.



Contrastando com a pompa e o aparato desses anjos, caminhava ao lado o escravo servil, levando sobre a cabeça uma caixa ou cesta cheia de flores para, de vez em quando, suprir a salva de prata de onde o anjo as tirava para espalhar sobre o chão.

Guardas e bandas militares abriam e fechavam o cortejo. O passo era lento e medido, com paradas freqüentes para proporcionar aos irmãos pequenos descansos e, ao povo, oportunidade de admirar a procissão. Pouca gente parecia se emocionar com o espetáculo. Quando quisessem podiam ver nas igrejas essas mesmas imagens ou outras dos mesmos santos, e, se a idéia dessas demonstrações era a de edificar o povo, poderiam adotar outras maneiras mais fáceis e proveitosas. De fato a cena apresentava pouca solenidade e essa mesma era emprestada principalmente pelos irmãos que iam suando e se estafando sob o peso dos andores; até estes, de vez em quando, procuravam se estimular dando prosa uns aos outros ou gracejando, quando os rendiam os substitutos.

Quando levavam a hóstia, nessas procissões, pouca gente se ajoelhava à sua passagem; mas ninguém jamais se lembrava de obrigar os recalci tran tes a tão profunda reverência.

Nenhuma outra classe se entregava com maior devotamento a tais demonstrações religiosas que os negros, particularmente os jeitosos com o aparecimento, de vez em quando, de um santo de cor ou de uma Nossa Senhora preta. “Lá vem o meu parente”, exclamou certa vez um negro velho que se achava perto de nós quando viu surgir em meio à procissão a imagem de um santo de cabelo en carepinha do e lábios grossos; e, no seu transporte de alegria, o velho exprimiu exatamente os sentimentos visados com tais expedientes.

A procissão de Nosso Senhor dos Passos é feita na Semana Santa. No primeiro dia sai da Capela Imperial e vai para a Misericórdia; no segundo, faz o trajeto inverso. O andor usado nessa procissão é muito grande e pesado; mesmo assim, porém, D. João VI e seu filho D. Pedro costumavam ajudar a carregá-lo.

A 19 de março comemora-se o dia de São José, o esposo da Virgem Maria. Sendo grandemente popular a sua devoção, a festa do “glorioso patriarca” é celebrada com grande pompa em várias igrejas, mas, especialmente, nas que lhe são consagradas.

As festas do Domingo de Ramos são feitas com aparato e gosto que dificilmente podem ser ultrapassados. Os brasileiros não são indiferentes às belezas do mundo vegetal que os cerca, pois, em todas as solenidades em pregam grande profusão de folhas, flores e ramos de árvores;

no Domingo de Ramos, porém, a quantidade de palmas reais chega a ser grandiosa.

A Semana Santa, que encerra a Quaresma, é particularmente dedicada a serviços religiosos em comemoração à vida de Nosso Senhor. A história religiosa é, porém, de tal forma modificada pela tradição e mistificada pelo excesso de cerimônias, que por elas poucos poderão fazer idéia dos fatos que precederam a crucificação de Cristo. Os dias da semana são designados: Quarta-feira de Trevas, Quinta-feira Santa, Sexta-feira da Paixão e Sábado de Aleluia.

O dia do Lava-pés – como os ingleses chamam a Quinta-feira Santa – é guardado a partir do meio-dia, até a mesma hora do dia seguinte. Não se tocam sinos nem se queimam foguetes nesse dia. As igrejas são vedadas à luz do dia e seu interior profusamente iluminado por velas de cera no meio das quais fica exposta, no altar-mor, a Sagrada Hóstia. Dois homens paramentados em seda roxa postam-se de guarda. Em algumas igrejas fica exposta a imagem do Senhor morto, sob um peço de sel, tendo apenas uma das mãos para fora, de maneira que o povo possa beijá-la. Numa sala de praça que fica ao lado da imagem, depositam os lobos em dinheiros. À noite o povo passeia pelas ruas e visita as igrejas. Por essa ocasião, há geralmente profusa troca de presentes, o que redundará em benefício das escravas que nesses dias têm licença para vender dozes por conta própria.

A Sexta-feira da Paixão continua em silêncio, havendo nesse dia a procissão do Enterro em que se leva pela ruas a imagem do corpo de Cristo. À noite há sermão e nova procissão em que os anjos, paramentados como já tivemos ocasião de descrever, levam os instrumentos da crucificação. Um leva os pregos, outro o martelo, um terceiro a esponja, mais um a lança, o quinto empunha a escada e, finalmente, o sexto leva o galo que deu o aviso a Pedro. Centenas de pessoas levam tochas nessa procissão no turca, dando assim grande importância à cena.

O Sábado de Aleluia é mais conhecido como o Dia de Judas, devido às diversas maneiras simbólicas pelas quais o inglorio patriarca sofre a vingança do povo. Os preparativos são feitos com antecedência, e, a certa altura da missa, soltam-se foguetes em frente à igreja. O espoucar dos rojões indica que está sendo cantada a aleluia. Começa então, em todos os recantos da cidade, a brincadeira da molecada. Bonecos

grotescos representando Judas sofrem toda espécie de tormentos. São enforcados, estrangulados, afogados, etc. Em resumo, o traidor é representado em fogos de artifício e das maneiras mais fantásticas concebíveis, cercado de dragões, demônios e diabretes que o agarram de todos os lados.

Além das cenas mais custosas e complicadas que preparam para esse dia, os garotos e os negros também fazem seus Judas, que enforcam numa esquina ou arrastam pelo pescoço, nas ruas. Ao que consta, muitos dos costumes descritos pelo Sr. Walsh com relação às comemorações destes dias já caíram em desuso; pelo menos nunca os vimos praticados com tanta profusão como presenciou aquele autor no Rio de 10 ou 12 anos atrás.

Terminada a Quaresma, o Domingo da Ressurreição é saudado com triunfo de descarga de foguetes e de salva de artilharia pelos fortes e baterias. Sem dúvida que o povo, acostumado a essas exterioridades, não apenas como divertimento, mas também como cerimônias religiosas, por força há de apreciar a Bíblia, visto como apenas meia hora de leitura das Sagradas Escrituras lhe proporcionaria maior soma de conhecimentos exatos e lhe daria impressão mais solene da paixão e morte de Cristo que as custosas cerimônias da Semana Santa, assistidas durante anos consecutivos.

No domingo de Pentecostes celebram a festa do Espírito Santo. Muito antes desse dia, e a fim de angariar fundos com que atender às despesas, bandos precatórios percorrem as ruas da cidade. Nessas procissões, os pedintes levam uma capa vermelha sobre os ombros e conduzem grande número de estandartes sobre os quais vai uma pomba bordada e circundada por um halo de glória. Esses estandartes entram pelas portas e janelas das casas e o povo os beija freqüentemente; os pedintes levam bandejas de prata e sacolas de seda onde vão depositando as esmolas as pessoas que beijam o emblema. A aproximação desses augustos personagens é anunciada por um grupo de negros maltrapilhos que, com seus rudes instrumentos, ser vem à igreja durante o dia e ao teatro à noite.

Coletas dessa natureza são muito freqüentes nas cidades brasileiras visto como há sempre uma festa em perspectiva. Em geral, conduzem nessas ocasiões uma pequena imagem do santo cujos festejos

pretendem realizar, como argumento decisivo em favor da esmola. Os devotos apressam-se em beijar a imagem, e às vezes chamam as crianças para fazerem o mesmo. Esses pedintes, bem como as “beatas”, tornam-se por vezes tão importunos quanto os mendigos, antes de serem alojados na Casa de Correção.

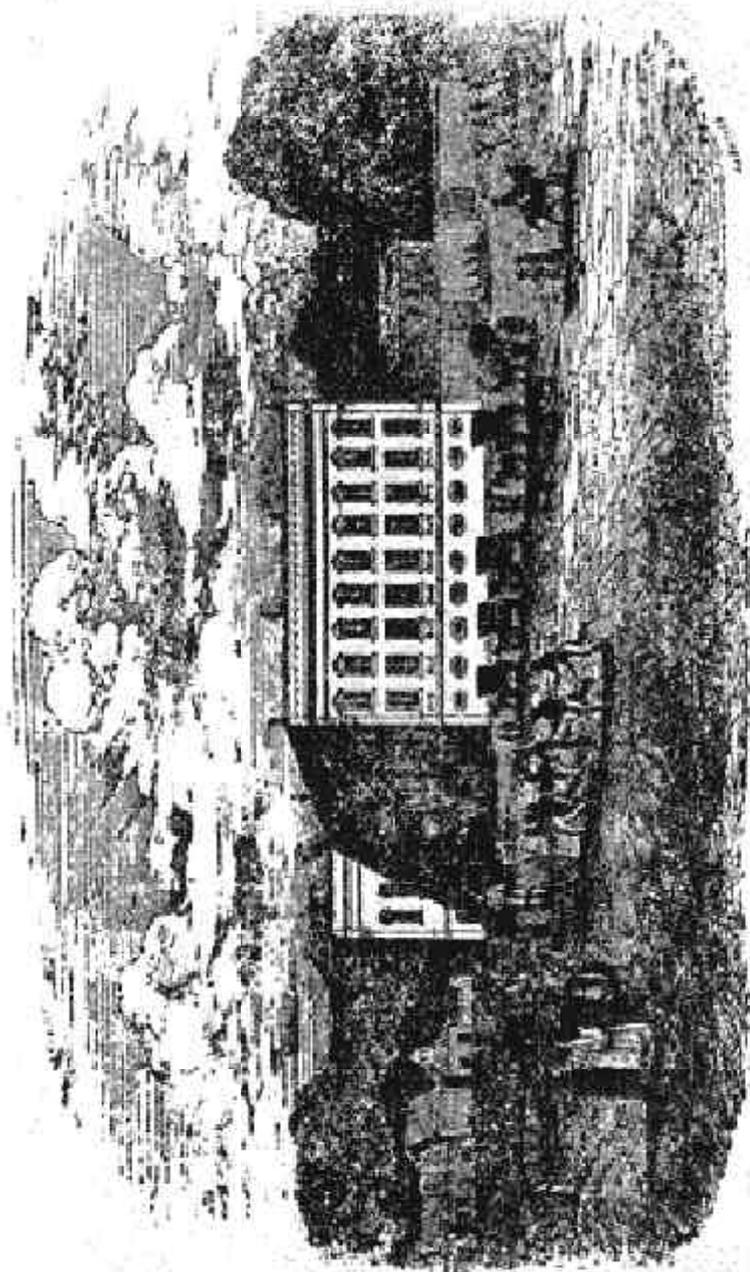
Em certas regiões do interior tais bandos precatórios adquirem aspecto peculiar e grotesco. Sob o título de “foliões cavalgatas”, descreveu-os o falecido Senador Cunha Matos. Afirma ele em seu *Itinerário* ter encontrado um desses bandos precatórios entre os rios São Francisco e Parnaíba, composto de cinqüenta pessoas tocando violinos, tambores e outros instrumentos a fim de despertar a liberalidade, se não a devoção do povo. Para receber o que quer que se lhes quisesse dar – porcos, galinhas, etc. – iam prevenidos com mulas e sacos de couro.

No relato de sua viagem pelo Alto Amazonas, diz o Tenente Smith¹⁶ – “Encontramos uma canoa que seguia rio acima, ao som de tambores e enfeitada com bandeiras; os nossos barqueiros pediram licença para se aproximar dessa embarcação que, como viemos a saber, conduzia uma ‘divindade’, isto é, uma coroa de prata dourada, ornamentada com fitas. Tratava-se de um bando precatório religioso. Os nossos remadores se persignaram, beijaram a coroa e nos convidaram a fazer o mesmo. Escusamo-nos a isso, mas, seguindo o costume, de mosalgumas moedas de cobre e o pessoal da canoa cantou-nos um hino.”

Durante as celebrações da Festa do Espírito Santo, costumam levantar sobre um mastro o conhecido emblema do Divino descendo sob a forma de uma pomba. Lá fica durante meses como entre nós permanece o barrete da liberdade de poisdos festejos de 4 de julho.

A procissão de *Corpus Christi* é diferente de quase todas as outras. A única imagem que sai é a de São Jorge, cujo nome consta do calendário como sendo do “de fen sor do Império”. O santo é conduzido a cavalo, em uniforme militar e protegido por pesada armadura; aos lados vão diversas pessoas, a fim de evitar a guarda. O jo vem Imperador acompanha a procissão sem chapéu, levando uma vela como o faziam os seus piedosos antepassados; acompanha-o a corte, os cavaleiros das ordens militares e a Câmara Municipal em traje de gala com suas insígnias

16 Cf. “Account of the River Amazon and Negro, from recent observations. Communicated by Lieutenant Smith.” *Journal of the R. Geo. Loc.* VI (1836) (R. B. de M.)



18 20000

e distintivos. Quando o Imperador sai, nessas ocasiões, os moradores das ruas por onde ele deve passar empenham-se em forrar as janelas e sacadas de suas casas com sedas e damascos.

Os quatro grandes dias santificados de junho são: o Dia do Sacramento de Jesus, o de Santo Antônio, o de São João e o de São Pedro. Com relação aos três últimos batizados que são eles considerados pelos seus devotos como os patronos do fogo e do barulho. Durante os dias e as noites em que se celebram as glórias desses santos, ouvem-se explosões incessantes de bichas, bombas, foguetes e todas as outras invenções pirotécnicas. Fogueiras ardem por toda parte e grande quantidade de gente dança diante delas até o alvorecer do dia seguinte. Todos os Antônios, Joões e Pedros da cidade têm nesse dia o direito de ser saudados com bichas, ao que respondem prontamente, para manter a vivacidade do folguedo.

Em meio a tanto barulho, confusão, alegria e as exterioridades de todas essas comemorações ruidosas, é necessário que se seja extraordinariamente devoto para descobrir a maneira de se conseguir algum recolhimento espiritual, para não dizer fervor.

.....

Capítulo X

ENGENHO VELHO – A CHÁCARA – HÁBITOS PORTUGUESES – CULTO PROTESTANTE – COMPANHIA DE ÔNIBUS – CATEGORIA DOS INDIVÍDUOS – VESTIDO – TEJUCO – AS CACHOEIRAS – ATMOSFERA SALUBRE – A ARISTOCRACIA NAS MONTANHAS – UM NOVO MOINHO – A QUINTA IMPERIAL – DOM PEDRO E SUAS IRMÃS – FAZENDA DE SANTA CRUZ.

Após uma permanência de quase seis meses na Glória, mudamo-nos para o Engenho Velho, o principal subúrbio ao poente da cidade. Passando-se pelo Campo da Aclamação e pela Cidade Nova, via Rua São Pedro, vê-se o novo palácio do Senado, representado na gravura à página 136. Entra-se depois no Aterrado, que conduz a São Cristóvão e residência Imperial da Boa Vista.

Um pouco à esquerda da saída, e junto ao sopé das montanhas do Tejuco, desenvolve-se uma planície, mais ou menos extensa, situada ainda dentro dos limites da cidade, mas até agora ocupada pelo que se poderia chamar de casas de campo. As ruas são largas e quase todas ladeadas de sebes floridas de mimosas. As casas não são muito distantes umas das outras, mas quase todas são circundadas de jardins protegidas por grandes quantidades de árvores frutíferas e de sombra. Quanto à beleza agreste que apresenta, poucos recantos da Terra poderão

ser comparados ao Engenho Velho. Nossa residência ficava na Rua de S. Francisco Xavier, à vista da igreja matriz, e, provavelmente, não muito longe do ponto em que os jesuítas, em tempos idos, tinham o engenho de açúcar que deu nome ao lugar. A casa em que vivíamos era contígua a uma grande chácara, nome que geralmente lá se dá às terras adjacentes às casas de campo.

Essa chácara era uma propriedade agrícola em miniatura, ocupada pelo seu proprietário – o senhor de terras, como costumamos dizer – que residia junto à nossa casa. Trabalhava-se de um português que, à custa de trabalho e economia, havia conseguido enriquecer, e, já beirando os cinqüenta anos mas ainda solteirão, vivia rodeado de seus oito ou nove escravos. Era homem de preparo regular e dotado de desenvolvimento intelectual acima do comum; despendia, porém, toda a sua energia em dar serviço aos negros e evitar que se entregassem à ociosidade. Qualquer trabalho que poderia ser facilmente feito por três homens era executado displicentemente por nove ou mais escravos.

Sua atenção se dividia entre o pedreiro, o carpinteiro, o cocheiro, o chacreiro e os criados de dentro; mesmo assim, porém, uns atrapalhavam aos outros. Finalmente conseguiu descobrir a forma de mantê-los ocupados. Precisava levantar um muro em redor de sua chácara; não de construção precária, comum, mas um trabalho sólido, de alvenaria espessa. Para tanto comprou a necessária pedra, e, ajustando um mestre de obras, conseguiu que a cada escravo fosse distribuída uma certa tarefa de longa duração. Isso parece ter proporcionado grande alívio ao Sr. Bascos, que se mostrava irreconciliável inimigo da ociosidade, apesar de nada mais fazer que dar trabalho aos outros. Levantava-se pela manhã bem cedo, mas não tendo tempo de se vestir, atirava sobre os ombros seu capote, calçava as tamancas e punha-se em atividade. Se algum serviço não estava sendo feito de conformidade com as suas ordens, o escravo faltoso recebia o competente número de chibatadas. Depois disso o almoço lhe saía bem. Durante o resto do dia visitava e inspecionava todos os recantos de sua propriedade. Parecia ter aversão de pisar sobre solo que não fosse seu; entretanto, quando por acaso encontrava os amigos tornava-se extremamente sociável e desabafava com eles suas alegrias e tristezas numa linguagem fluente e elegante.

Gostava também de leituras, mas os livros que possuía estavam de tal forma atacados pelas baratas e por outros insetos, que jamais pensava em aumentar-lhes o número. Era ávido por notícias, mas os jornais estampavam tantas tolices que não gostava de comprá-los. Costumava, porém, tomá-los por empréstimo e ficava sempre penhoradíssimo pela leitura dos diários. Certa vez ce de mos-lhe um li vro im pres so em Lis boa, em 1833, sob o título de *Explicação das superstições, a verdade revelada*, no qual se en con tram as su pers ti ções da mis sa, dos al ta res pri vi le gi a dos, das indulgências, o abuso das esmoladas para as almas do Purgatório, as férias dos pa dres, etc., etc. O Sr. Bas tos achou o li vro mu i to in te res san te e te ceu várias consi de ra ções com re la ção aos as sun tos nele ver sa dos; acrescentou, porém, que, em outros tempos, qualquer passagem do livro poderia ter custado a vida ao seu autor; mesmo em 1833 o escritor não tivera co ra gem de revelar sua identidade, apesar de que todo o mun do sa bia que o que ele escrevera era verdade. Apesar de tudo, porém, é grande o perigo de se verberarem costumes religiosos ainda que corruptos. A religião é como um gran de rio e é pe ri go so ten tar im pe dir ou al te rar o seu cur so.

Do ou tro lado de nos sa casa, vi via um vi ú va por tu gue sa, de idade avançada, também rodeada de numerosos escravos. Era um verdadeiro mo de lo de ama bi li da de, se não de pi e da de. Tra ta va os escravos como se fossem filhos seus e devotava especial cuidado em con vo cá-los para as vésperas, fazendo-os recitar o Padre-Nosso e cantar uma ladainha não muito longa. Tão exercitados estavam os negros nesses cantos que o coro por eles for ma do nada fi ca va a de ver ao de al gu mas igre jas.

Durou pouco, porém, essa Senhora. Certa noite uma tocha correu a vi zi nhan ça, de casa em casa, le van do a no tí cia de sua morte. No dia seguinte a porta de sua residência foi velada por um pesado reposteiro de veludo negro, com rendas de ouro. À hora marcada seu corpo, rodeado de velas acesas, foi transportado de vez para a igreja.

Nossa mudança para o Engenho Velho foi motivada pelo fato de quase todas as famílias norte-americanas residentes no Rio de Janeiro estarem lá instaladas, e, por isso, bastante distantes de qualquer culto protestante. Instalamos, portanto, os ser vi ços do cul to e os man tí vemos ininterruptamente até a nossa partida para São Paulo, no início

do ano seguinte. Por essa época eram muito absorventes os estudos a que nos entregávamos, em preparação para atividades futuras; mesmo assim, tivemos várias oportunidades de entrar em contacto com o povo, observar seus costumes e fazer circular as Escrituras. Certa ocasião, durante a ausência do Sr. Spaulding, que havia partido para a serra dos Órgãos, substituímo-lo nos serviços dominicais da Glória. Valíamo-nos também de todas as oportunidades que se nos apresentavam para pregar e distribuir publicações religiosas entre os homens do mar.

Mais ou menos por essa época uma companhia de ôni bus iniciou o serviço de transporte coletivo por meio de carros, entre a Praça da Constituição – ponto central da cidade – e os bairros das Laranjeiras e Botafogo, de um lado, e, de outro, São Cristóvão e o Engenho Velho. Nenhum outro serviço semelhante havia sido até então inaugurado em qualquer outra cidade do país. Os belos carros construídos especialmente para esse fim eram tirados por quatro mulas e apresentavam aspecto quase tão interessante como os que correm pela Broadway. Eram poucos, porém, em relação ao número de pessoas que recorriam a esse meio de transporte. Dentro desses veículos podiam-se perfeitamente observar as boas maneiras dos brasileiros. As pessoas habituadas ao ar indiferente dos passageiros de semelhantes carruagens, em Nova Iorque, surpreender-se iam ao ver a amabilidade e a polidez com que, no Rio, se tratavam nos ôni bus pessoas inteiramente estranhas. Outra coisa surpreendente é que a ninguém se nega ingresso por causa da cor. A categoria da pessoa é, no Brasil, condição de respeito. Nenhum escravo pode entrar nos ôni bus a não ser no caso único de uma ama que acompanha a Senhora, carregando criança. Por outro lado, a pessoa alguma decentemente trajada e que tenha dinheiro para a passagem é vedado viajar nos carros. Presume-se que todo indivíduo de respeito se vista bem e com propriedade. Daí o fato de se não poder entrar nas repartições públicas, no Museu ou na Biblioteca Nacional, sem ser “de casaca”. O paletó-saco constitui a birra principal das regras de etiqueta, no Brasil, e, conquanto se adapte melhor ao clima que qualquer outra roupa e seja geralmente usada em casa, é rigorosamente condenada ao seu uso na rua. Assim é que as pessoas respeitáveis devem usar um

capote quando saem, ou, se preferirem, um casaco relativamente pesado.

Do Engenho Velho vai-se facilmente para o Tejuco. A cerca de meia milha serra acima há outra fonte de água mineral, mas não tão fortemente ferruginosa como a das Laranjeiras. A natureza dessas águas foi descoberta pelo primeiro Imperador em 1823, que mandou erigir sobre ela pequena construção de pedra com uma inscrição alusiva ao acontecimento. O caminho passa por uma enorme garganta, entre duas montanhas. Do topo do morro, olhando-se para trás, descortina-se extenso panorama abrangendo a cidade e os subúrbios que ficam de permeio.

A pouca distância à direita fica a cachoeira que dá a nota pitoresca do cenário. Um riacho, que nasce em cima da montanha, precipita-se de altura imensa, geralmente avaliada em cerca de 300 pés (91m), para dentro de uma grota rochosa, ao longo da qual as águas se encaminham para a baía. Daí o córrego é canalizado, por meio de um aqueduto, para o chafariz do Campo da Honra e vários outros situados na extremidade ocidental da cidade.

No alto da montanha o caminho biparte-se e segue, em direções diferentes, para as plantações que ocupam ambas as encostas das montanhas e o vale que lhes fica além. Seguindo à frente, começa-se logo a descer, avistando-se de vez em quando o oceano distante e ouvindo-se em surdina o seu constante marulhar. A cerca de meio caminho, em direção ao vale, vê-se à esquerda uma outra cachoeira, bastante diversa da primeira. Nesta o curso que se despenha é bem maior e o lençol d'água cai em massa compacta. A altura da queda, porém, não é grande nem é fácil de se lhe contemplar a beleza. O riacho prossegue em seu leito rochoso, pela montanha abaixo, e já em sua base espraia-se em um lago que, nas margens, se comunica com o oceano.

Volta do-se ao topo da lateral e toman do-se o caminho da esquerda, passa-se logo pela lombada sulina do Tejuco inferior e entra-se de chofre num verdadeiro anfiteatro de montanhas das quais o Corcovado e a Gávea são as mais elevadas e notáveis. Dentro dessa bacia singular estão localizadas diversas fazendas de café,

numa das quais passamos diversos dias com nossa família antes de deixar o Brasil. O ar dessas montanhas é frio, puro e revigorante, sendo às vezes suficiente para restituir a saúde a pessoas debilitadas ou vítimas de enfermidades comuns na cidade.

Estando situado tão próximo do Rio de Janeiro, esse local é bastante procurado, principalmente na estação estival que – é preciso que se diga ao leitor do hemisfério setentrional – se prolonga, no Brasil, de dezembro a fevereiro. Nessa época todas as casas são alugadas, em geral, para famílias estrangeiras. Muitos alienígenas que em seus países de origem, ou no Rio, exigiriam não apenas conforto, mas, ainda luxo, aprendem a se acomodar em casas desprovidas de soalho, de janelas e de outros requisitos não menos desejáveis. Quando se percebe que a saúde está em perigo, nenhum sacrifício se nos apresenta exagerado para recuperá-la. Certas pessoas, principalmente as que já experimentaram delícias da riqueza ou os cuidados da vida pública, acabam, finalmente, por se enfadar de ambas as situações e se entregar, pelo resto de seus dias, à ruína da vida simples e solitária.

Como exemplo do que acabamos de afirmar, podemos citar o Conde de Say. Esse indivíduo ocupou, no tempo de Napoleão, posição de grande destaque e responsabilidade em França; há anos, porém, instalou-se numa fazendola à esquerda das montanhas do Tejuco, cerca do apenas dos escravos que lhe produzem o indispensável. A cabana do aborígene de Indiana [Estado da Federação Norte-Americana. N. do T.] nos inspiraria as mesmas idéias de limpeza, gosto e conforto que o antro de barrote em que vive o conde. Entretanto nenhum cortesão do Rio de Janeiro ou de Paris receberia com maior fidalguia os amigos que o visitam. Os que jamais presenciaram cena semelhante dificilmente poderão imaginar a graça e o desprendimento com que este cavalheiro convida seus amigos a tomarem assento numa sala de recepções onde o piso não passa de terra batida, ou discute com eles a política dos continentes, ante uma mesatoca e uma garrafa de vinho. Fechando-se os olhos e ouvindo-se o francês melifluo em que fala, com sotaque vibrante, tem-se a impressão de que se está no mais requintado salão parisiense. Olhando-se, porém, ao redor e atendo-se à rusticidade do ambiente em

que se desenrola a cena, volta-se de novo aos arraiais de uma vida semicivilizada.

Descendo do Tejuco, tivemos a atenção mais de uma vez atraída por um ruído pesado e intervalado de um ou dois minutos. Investigando sua origem descobrimos que esse barulho provinha de um engenhio original. Imagine o leitor uma grossa viga de madeira, com cerca de 10 pés (3m) de comprimento, presa a uma forquilha, deixando de um lado cerca de seis pés da traive que vai ter a um pilão cheio de milho e tendo na outra extremidade um cocho construído e instalado de forma a poder receber um jacto contínuo de água que vem de um regato, através de uma bica. Quando o cocho se enche, a parte mais curta se torna mais pesada e levanta a extremidade mais longa a grande altura; nesse movimento derrama a água do cocho e a parte mais longa cai sobre o milho que está no pilão. Assim, nesse processo de encher e esvaziar o cocho, a viga mantém um movimento regular e o milho vai sendo, aos poucos, reduzido a farinha.

Um dos mais interessantes e instrutivos passeios que fizemos pelas circunvizinhanças do Engenho Velho foi à Quinta Imperial. Os terrenos que circundam a residência do soberano são bastante extensos e mais ou menos cuidados. Largas alamedas, sombreadas por belas mangueiras e outras árvores de qualidade, desenvolvem-se em curvas graciosas e correm ao lado de cursos d'água ora naturais, ora artificiais. Aqui vêem-se tanques de pedra onde robustas lavadeiras batem roupa; acolá um lago com repuxo ao centro, e, ancoorado à margem, o bote no qual Sua Majestade às vezes se entretém.

De quando em vez encontra-se o jovem Imperador em passeio pelos jardins, acompanhado de oficiais da guarda pessoal. Seu aspecto é, nessas ocasiões, mais interessante que quando metido no rígido uniforme da corte, com o peito coberto de insígnias e a espada pendente, ao lado. Lembramo-nos de tê-lo encontrado certa tarde, trajado com a simplicidade de qualquer cidadão e brincando com um de seus cães. Saudava polidamente os transeuntes e parecia satisfeito por ver que outros também desfrutavam os mesmos privilégios de que gozava naquele momento.



A Quinta Imperial

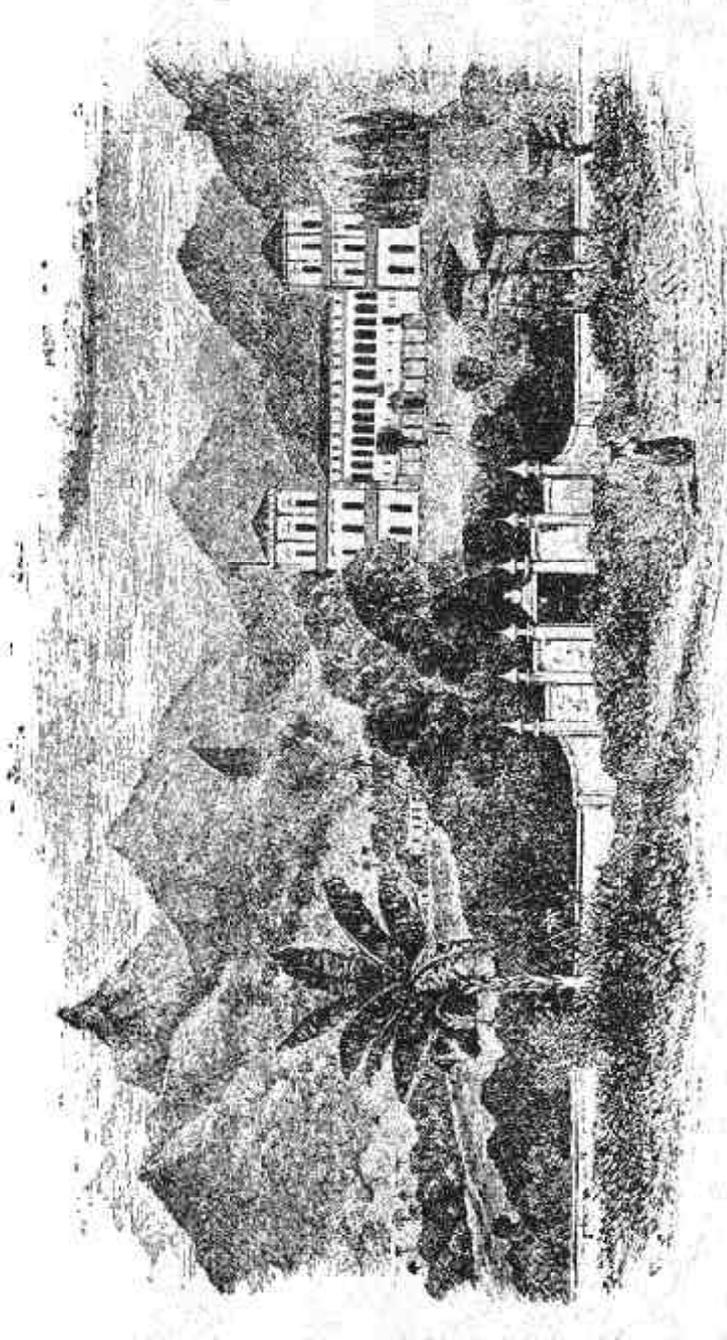
O palácio está situado em uma eminência, à direita dos jardins. Antigamente particular, que era, foi graciosamente oferecida pelo seu proprietário a D. João VI. Aos poucos, porém, foi sendo aumentada e melhorada, acabando por se tornar bastante adequada ao fim a que é destinada.

A instrução do Imperador e das princesas foi orientada por um tutor nomeado pelo governo. O frontispício do segundo volume desta obra da mos em gravura, retratos da família imperial, antes da separação e em idade bastante interessante. Ninguém poderá refletir sem emoção sobre a história dessas crianças, descendentes dos Braganças. Não poderiam ser maiores o carinho paternal e o cuidado do constantemente dispensado pela nação aos reais infantes. Colocados sob a

proteção do Estado em situação de abandono e orfandade, foram eles tratados como repositórios das mais caras esperanças nacionais. De fato, a honra de criá-los e educá-los parecia empolgar todo o povo brasileiro.

O Império convulso na do de um extremo a outro e agitado pela revolução que levou D. Pedro I à abdicação respondeu prontamente a esse inesperado apelo à sua sensibilidade generosa e o povo todo, como se fora um só homem, congregou-se em torno da figura franzina de D. Pedro II. Durante os oito anos de sua menoridade o caloroso afeto e a entusiástica reverência manifestados de início parecem ter aumentado em vez de arrefecer. Por entre as agitações políticas e as intrigas partidárias de tão dilatado período, nem os indivíduos nem as fações pretenderam jamais pôr em dúvida as prerrogativas do jovem monarca nem – se dermos crédito às suas pretensões – desejaram outra coisa que não aumentar o fulgor da glória de seu trono. Pela tenaz resistência que ofereceram ao espírito arrogante de D. Pedro I os brasileiros haviam dado provas de não serem cegos adoradores da coroa. Na lealdade espontânea e devota que manifestaram durante o longo número de anos, para com a incôgnita juve nil de D. Pedro II, revelaram uma tão constante fidelidade ao regime como em vão se procuraria encontrar em povos mais antigos e populosos. Seja qual for o futuro do Brasil, é preciso que esses fatos fiquem gravados nas páginas da sua história para honra imarcescível de seu povo.

Onze léguas além de S. Cristóvão, em direção ao poente, fica a Fazenda de Santa Cruz. Essa propriedade agrícola é visitada de tempos em tempos pela família imperial, que lá vai à procura de recreio. Imenso trato de terra onde labutam numerosíssimos escravos, foi em épocas remotas a sede de um colégio de jesuítas, mas, há já muitos anos que é um próprio da Coroa. Até agora, porém, a qual se to tal da de sua área mantém-se inculta. Consta que a parte cultivada se acha num estado intermediário, apesar dos gastos com ela feitos. Essa circunstância, por si só é suficiente para indicar o baixo nível da agricultura, em geral, através do Império, em reforço de cujo argumento basta acrescentar que o arado é quase totalmente desconhecido lá.



Palácio da Boa Vista em São Cristóvão

.....

Capítulo XI

PANORAMA DA BOAVISTA – PASSAGEM MARÍTIMA PARA A CIDADE – NAVIOS MERCANTES SURTOS NO PORTO – POSIÇÃO CENTRAL DO PORTO – ANIVERSÁRIO DE UM COLÉGIO – BATISMO – LEITURA DAS ESCRITURAS – PRELEÇÕES DOS PROFESSORES – DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES RELIGIOSAS – FUNERAIS – CRIANÇAS – ADULTOS – ESCRAVOS – O CEMITÉRIO NOVO – FUNERAL PAGÃO – FESTIVIDADES RELIGIOSAS – COMEMORAÇÃO DOS MORTOS.

Magnífico panorama se descortina do Palácio da Boavista em direção à cidade. Os olhos do observador pousam primeiramente sobre a rica folhagem das árvores que circundam os terrenos imperiais, ao pé do outeiro; depois, sobre diversos grupos de casas, situados junto à estrada onde também se eleva um monumento à desfaçatez do primeiro Imperador: a casa que mandou construir para a Marquesa de Santos sua amante publicamente conhecida. Um pouco à esquerda, sobre uma eminência atapetada de verde, fica o Hospital dos Lázaros; além, estende-se um belo lençol de águas formadas pelo recosto da baía, que se prolonga em torno de elevada cadeia de montanhas graníticas. Por ocasião da preamar, as águas parecem que roncariam a cidade.

Nesse recôncavo da baía vêem-se numerosas embarcações transportando passageiros de um lado para outro. Tomando-se lugar em uma delas, no embarcadouro mais próximo, pode-se em poucos momentos atingir o Saco d'Alferes de onde, andando-se um pouco, pode-se chegar à cidade, quer por um caminho agreste sobre o morro, até o Campo da Honra, quer beirando o mar, pela Praia da Gamboa onde está localizada o Cemitério dos Ingleses e daí pelo Valongo onde antigamente estava instalada o mercado de escravos. Se, entretanto, se preferir percorrer toda a distância por mar, o itinerário se desenvolve bastante junto à terra para que se possa apreciar a beleza da vegetação e as construções que se alinham nas praias sucessivas. As casas são, na maioria, baixas e insignificantes, mas as paredes caiadas apresentam sem preterir interesse com o verde da vegetação que as cerca.

Contornando-se a Ponta da Saúde atinge-se o ancoradouro onde os navios mercantes esperam a vez para carregar ou descarregar. Aí podem-se contemplar os brigues rasos e com pridos e as escunas que vão do Brasil às costas da África. Acolá estão, imóveis, as pesadas barcas norueguesas ou hamburguesas. Por todos os lados, drapejando nos mastros, desdaspas nas embarcações costeiras até os grandes navios de carga, vêem-se bandeiras de Espanha, Portugal, Sardenha, Nápoles, Toscana, França, Bélgica, Bremen, Áustria, Dinamarca, Suécia, Inglaterra, Esta dos Unidos, Repúblicas Sul-Americanas e Brasil. Os navios têm de fundear a boa disposição dos outros, para que possam girar livremente em torno de suas âncoras à medida que a maré enche ou vaza; há, portanto, entre eles, espaço suficiente para as pequenas embarcações trafegarem livremente. Aqui e ali estão estacionados navios fiscais, cuja missão é reprimir o contrabando; próximo a eles vêem-se diversos transportes da esquadra brasileira, um dos quais utilizado para sede da Escola Naval.

Tendo percorrido todo o ancoradouro ao qual mais tarde trataremos o leitor de volta, por ser esse o nosso principal campo de ação missionária, a embarcação passa mesmo em frente ao Convénio de São Bento e, rumando para a direita, entra pelo canal que se para a Ilha das Cobras do continente. Ao pé da embaixada sobre a qual se assenta o mosteiro, fica o Arsenal de Marinha, tendo à frente um pequeno pátio, cuidadosamente

arrumado. Pouco além estão as escadas vermelhas, conhecido ponto de desembarque contíguo à Praia dos Mineiros e à Rua Direita.

Dada a situação acessível em que se acha o porto do Rio de Janeiro em relação à grande estrada universal, oferecendo à navegação um ancoradouro que poucos paralelos terá, não só quanto à beleza, mas, principalmente, quanto à segurança que oferece às embarcações, constitui ele escala obrigatória para muitos navios, mesmo aqueles que não visam o comércio brasileiro. Os barcos, avariados durante o longo trajeto compreendido entre o Equador e o Cabo da Boa Esperança, tocam geralmente no Rio de Janeiro para reparos. Inúmeros filhos do mar, com o velelame desmanetado ou o pórfazendo água, ruam para este porto como recurso extremo. Muitos chegam, apesar da precariedade de seu estado; outros, sem dúvida, não o conseguem. Sepultam-se de vez no abismo das águas. Quase todos os navios de guerra e grande número de navios mercantes, de pois de contornarem o Cabo Horn ou o Cabo da Boa Esperança, tocam no Rio para se reabastecer de água potável e tomar provisões frescas. Assim é que, em demanda de seus destinos, quer de volta aos seus lares, quer a caminho das missões, a Providência fez vir até nós vários missionários, e, de nossa parte, jamais conseguimos perceber com precisão o que mais apreciávamos: se o prazer que nos proporcionavam a sua companhia e os seus conselhos, ou se a ventura de poder lhes oferecer uma hospitalidade de cristã que nem sempre se encontram em terras estranhas. Certa ocasião, durante o lapso de três meses, recebemos três dessas visitas das quais ainda por muito tempo nos lembraremos, pois nos deram a impressão de termos entrado em contacto direto com a Rússia, a Índia e a África do Sul, regiões onde labutaram os ministros que nos visitaram.

Tais circunstâncias nos mostram perfeitamente a posição central e a importância do porto do Rio de Janeiro que constitui como que um ponto de convergência para os navios procedentes dos Estados Unidos e da Europa, e, não raro para os que se dirigem a pontos extremos do hemisfério setentrional, como Bombaim, Cantão, Nova Holanda, Nova Gales, Valparaíso e às várias ilhas do Pacífico, bem como à Califórnia, Oregon e a Costa Ocidental da América do Norte.

Voltando a certos costumes curiosos dos brasileiros, convidamos o leitor a assistir conosco à festa de aniversário de um Colégio para a

qual ti ve mos a hon ra de ser con vi da dos jun ta men te com o Sr. Spa ul ding e ou tros. Entre a as sis tên cia vi mos o Arce bis po da Bahia e vá ri os mem bros da Assem blé ia Na cion al. Garan tia a ordem um comitê da pó li cia igu al men te en car re ga do de re ce ber e acom pa nhar os con vi da dos.

Os que che ga ram cedo as sis tiram ao ba ti smo de um fi lho do di re tor do Colé gio. Para a ce ri mônia, ha viam pre pa ra do, numa al cova con ti gua aos salões do edí fi cio, um al tar ri ca men te or na men ta do. Os con vi da dos, em pu nhan do ve las ace sas, for ma ram alas por meio do sa lã o à pas sa gem da crian ça. A ce ri mônia de cor reu com me nos so len i da de que a que tín ha mos as sis ti do até en tão. Não po de rí amos re pe tir aqui o que disse al gu res cer to em ba i xa dor es tra nge i ro des cre ven do idên ti ca ce ri mônia: “A pobre crian ça foi li ter al men te sal ga da e ap i men ta da dos pés à ca be ça.” Não fal ta ram, po ré m, apl i ca ções de di ver sas es pé ci es, tais como de sa li va, sal e óleo, além de so pro, si nal da cruz e a co lo ca ção de uma vela acesa na mão zin ha do bebê. Esse con jun to de ce ri môn ias pa re cia tu do me nos o ri to sim ples e sa gra do do ba ti smo com água “em no me do Pa dre, do Fi lho e do Espí ri to San to”.

Às dez ho ras da ma nhã o cor po do cen te do Co lé gio di ri giu se para o salão de festas de vi da men te or na men ta do. Logo que os con vi da dos to ma ram as sen to o di re tor deu in í cio à ce ri mônia len do cin co ver sí cu los do Evan gel ho de São Ma teus. De pois, pas san do a Bi blia para as mãos do acólito, con vi dou a as sis tência a se ajoelhar en quan to o aju dan te re ci ta va as ora ções pro fe ri das por Sa lo mão por o ca sião do ofe re ci men to do Tem plo: I Reis, VIII, 23-54. De pois que to dos se sen ta ram no va men te os pro fes so res do Colé gio fo ram con vi da dos a se ap re sen tar e fa zer um bre ve re la to do ap re ve i ta men to de ca da clas se e da im por tância de pro se gui rem os alu nos no es tu do das ma té ri as que lhes es ta vam afe tas.

Tiveram en tão o por tu ni da de de dis cor rer so bre os seus te mas fa vor i tos, o que os ilus tres pro fes so res, por dever de ofí cio, cer ta men te não po de rí am de i xar de fa zer sem com pli ca da ex i bi ção de re tó ri ca.

Os do tes orató ri os des ses ca val he i ros eram, en tretan to, bas tan te pre ju di ca dos pela pos tu ra que o cos tu me lhe im pu nha. Ti nham que ler o dis cur so sen ta dos em fren te a uma me sin ha. O di re tor fez a úl ti ma ora ção que foi res pon di da por um dos ba cha re lan dos. Esse alu no foi o ú ni co a re ci tar em pé sua sa u da ção.

Havia uma comissão de sete rapazes encarregada de entregar a cada professor uma coroa de rosas e murta, à medida que fosse terminando os seus discursos. Quando o bacharelado terminou sua oração, distribuíram-se publicações religiosas entre os alunos e convidados; e assim terminaram as cerimônias desse festival literário sem que tivéssemos oportunidade de saber se o Arcebispo ficou ou não satisfeito em ouvir a leitura da Bíblia e presenciar a distribuição dos folhetos fornecidos por missionários protestantes.

Muitas são as descrições de enterros no Rio de Janeiro. Caracteriza-os o mesmo gosto pelas exteriores e ostentações que se nota nas outras cerimônias religiosas. Variam, porém, largamente, de acordo com a idade e a condição do morto. Quando se trata de criança, o enterro é considerado motivo de júbilo, e organizam, então, uma procissão triunfal. Cavalos brancos, festivamente ornamentados, com néveas plumas na cabeça, puxam um coche aberto no qual vai um padre paramentado, de cabeça descoberta, levando ao colo, numa tábua aberta, o corpo da criança ricamente vestida e coberta de laços de fitas e de flores. Os portadores das tochas, se não inteiramente de branco, levam rendas prateadas nos paletós e tocheiros brancos.

Quando o funeral é de adulto, o contraste é o maior que se possa imaginar. O cortejo sai geralmente à noite. No dia anterior armam um catafalco na casa do morto. À porta colocam um reposteiro preto. Os cavalos, o carro mortuário, os portadores das tochas, vão todos vestidos de negro. O cocheiro leva dragonas pretas sobre os ombros e, na cabeça, um *chapeau de bras* com pluma ondulante. O número de tocheiros está sempre em relação com o das carruagens, ao lado das quais formam alas. Vão em geral montados, e os seus longos tocheiros negros, chamejando na escuridão, produzem efeito imponente.

Quando o féretro chega à igreja, é transferido para um pedestal alto a que chamam mausoléu, coberto de panos pretos e cercado de círios acesos. Ai fica o morto enquanto celebram as cerimônias fúnebres. O corpo é depois enterrado sob uma das lajes de mármore de que o piso da igreja está repleto, ou colocado em alguma catacumba aberta nas paredes laterais do edifício.

O caixão usado no cortejo não é enterrado com o cadáver, mas, conservado na igreja ou na sede da irmandade que o aluga para tais

ocasiões. Quando o corpo é colocado na catacumba, atiram sobre ele cal virgem para acelerar o processo de decomposição; de pois de mais ou menos um ano abrem novamente o túmulo e tiram os ossos, para limpá-los. Os parentes do morto mandam então encerrar os restos mortais em uma urna que poderá ficar na igreja ou ser removida para a casa.

Em geral, porém, as urnas ficam na igreja e as famílias levam as chaves; com ta-se, porém, o caso de um homem que levou os ossos de sua mulher para o seu próprio domicílio.

Tais urnas são de tamanhos e formatos variados, mas, raramente, têm aparência de féretro. Algumas são grandes como mausoléus; outras, pela sua ornamentação externa, dão idéia de caixa para roupa. O lugar e as circunstâncias parecem aliamente importantes para exibição de ornamentos, entretanto, algumas dessas urnas mortuárias são enfeitadas com brocados de ouro e prata aplicados sobre cetim e veludo, para admiração dos visitantes.

Quão diferente do “pomposo e magnífico” cerimonial fúnebre dos abastados é o enterro do pobre escravo. Nem tocheiros nem ataúde no diminuto cotejo. O corpo vai balançando numa rede cujas extremidades são atadas a um longo pau apoiado ao ombro de seus companheiros. Esses enterros saem pela manhã, num andar cadenciado, os negros em fila, a caminhar da Misericórdia. O cemitério dessa instituição resume-se em um terreno acanhado fechado por muros, no qual se vê pinçada de vez em quando a figura de uma cabeçada de cadáver.

Nesse recinto, abrem diariamente uma cova de sete pés quadrados. Aí enterram em promiscuidade os corpos dos que morrem no hospital durante a noite e dos escravos ou indígenas sepultados gratuitamente. Dessa forma, o terreno inteiro é esvaado no decorrer de um ano, mas, nos anos seguintes, continuam o mesmo processo.

Representando essas escavações prematuras, bem como o enterro nas igrejas, sério perigo para a saúde pública, a Misericórdia comprou recentemente um vasto terreno para cemitério na Ponta do Caju, logo ao Norte de São Cristóvão, para onde os cadáveres são levados por via marítima e enterrados em túmulos permanentes.

Ainda com relação a este assunto, devemos aludir a outra espécie de funeral que atesta a existência de costumes pagãos entre os africanos do Brasil.

Os numerosos escravos da propriedade rural do Imperador têm permissão de adotar os costumes que quiserem.

Logo depois de nos mudarmos para o Engenho Velho, tivemos, um domingo, a atenção atráda para trás de nossa casa, por uma interminável gritaria na rua. Olhando pela janela vimos um negro com uma bandeja de madeira sobre a cabeça, a qual levava o cadáver de uma criança, coberto com pano branco e enfeitado de flores, com um ramalhe teatado à mãozinha. Atrás do negro, seguia uma multidão procucua no meio da qual cerca de vinte negras e numerosas crianças, quase todas adornadas com tiras de pano vermelho, branco e amarelo, entoavam algum cântico etíope cujo ritmo marcavam com um trote lento e cadenciado; o que levava o corpo, para vafrequentemente girar sobre os pés como se dançasse.

Entre os da frente sobressaía, pela exagerada gesticulação, a mãe da criança, com quanto se não pudessem, pela mimica, determinar com exatidão se eram de alegria ou de tristeza os sentimentos que apresentavam. Assim foram eles, até o adro da igreja onde entregaram o corpo ao vigário e ao sacristão. O cortejo voltou então, cantando e dançando com mais veemência – se possível, – que na ida. A cena repetiu-se várias vezes durante a nossa permanência naquele bairro do Rio de Janeiro. Jamais a presenciamos, porém, em qualquer outro lugar.

As principais festas religiosas celebradas durante o segundo semestre do ano são: no dia 2 de julho a Visitação de Nossa Senhora, em que sai uma procissão da Capela Imperial para a Misericórdia, na qual a Câmara Municipal toma parte. Nesse dia obtêm-se indulgências no Convento Carmelita e na Igreja de São Francisco de Paulo. O dia 21 de julho é consagrado aos Anjos da Guarda do Império; o dia 25 de julho a S. Jaime e o dia 28 à Santana, Mãe da Mãe de Deus. O dia 15 de agosto é o da Assunção de Nossa Senhora; o dia 25, do Sagradíssimo Coração de Maria. O dia 8 de setembro, da Natividade de Nossa Senhora; o dia 15, do Santíssimo nome de Maria; a 22, a festa de Nossa Senhora das Dores; a 25, a de Nossa Senhora das Mercês. A 6 de outubro, fazemos a festa do Sagradíssimo Rosário de Nossa Senhora, com procissão à noite; a 9, a de São Pedro de Alcântara, patrono do Império. A 1º de novembro, festa de Todos os Santos, com a procissão dos ossos da Misericórdia; no dia 2, comemoram-se os mortos. A 8 de dezembro, é o

dia de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Império, com indulgências em vários conventos e igrejas; a 25 do mesmo mês a Natividade de Cristo.

O estrangeiro provavelmente não se interessará tanto pelas comemorações desses dias quanto pelas de 2 de novembro, com saúdo à memória dos que se foram. Nesse dia pela manhã, há missa em todas as igrejas. Depois abrem-se os claustros para que os fiéis possam visitar, em silêncio, os túmulos de seus amigos. Quando os ossos já estão encerrados em urnas, são estas retiradas dos lugares onde ficam guardadas e arrumadas em fileiras junto à parede, no jardim contíguo. Às vezes formam um quadrado dentro do qual o povo vai passando lentamente. Lendo-se os epitáfios, percebe-se aqui uma idade provecta, acolá uma flor de mocidade. Saber e ignorância, riqueza e miséria, tudo reduzido ao nível comum, pela mão da morte.

E até mesmo entre túmulos a vida humana aspira distinção!

.....

Capítulo XII

EXCURSÃO AO MACACU - BARQUEIROS - VELEJANDO NA BAÍA - VENDA PACIÊNCIA - VILA NOVA - UMA NOITE NO RIO - MACACU - CONVENTO E SUAS TERRAS - O TABELIÃO - CIÊNCIA E MORAL - PASSAGEIROS - HINO NACIONAL - PORTO DAS CAIXAS - INSALUBRIDADE DO LUGAR - O BOTICÁRIO - DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES - ALMOÇO - ENGENHO DO SAMPAIO - ENCALHE NA BAÍA - PORTOS - IGUAÇU - ILHAS.

Havíamos escolhido, para nossos trabalhos de Natal, as localidades situadas na parte superior da Baía do Rio de Janeiro. Como preparação para nossa excursão, remetemos para a Praia dos Mineiros, onde pretendíamos embarcar certa quantidade de Bíblias, Evangelhos e folhetos.

Quando chegamos ao ponto onde devíamos tomar a embarcação, fomos, como de costume, assaltados por cerca de cinquenta barqueiros, em tremenda concorrência, oferecendo botes, faluas ou canoas e enaltecendo os seus serviços; todos reclamavam preferência e alardeavam a superioridade de seus barcos. Esses homens pertencem à numerosa classe de escravos adestrados no mister de catraieiros e empregados no transporte de passageiros no interior da baía. Dão-lhes botes e canoas pelos quais ficam pessoalmente responsáveis, assumindo

perante os seus senhores a obrigação de pagar certa parcela diária, de pois de de du zi da, da fé ria quo ti di a na, a quan tia ne ces sá ria para sua sub sis tência. É, portanto, perfeitamente explicável a ansiedade que demonstram em obter passageiros; não trabalham apenas para ganhar a vida, mas, ainda para es ca par ao cas ti go que lhes está re ser va do caso não con si gam entregar a seus senhores a parcela estipulada. Conhecedores de sua situação, sentimos sempre o desejo de auxiliar a todos quantos se agrupavam em tor no de nós, o que evi den te men te não era pos sí vel. Aos poucos, porém, fomo-nos acomodando às circunstâncias e procurando fazer nossa escolha de conformidade com o serviço que tínhamos em vista e as aparentes vantagens que nos ofereciam os barqueiros. Na ocasião a que nos referimos, alugamos um bote bem proporcionado, munido de velas e remos e conduzido por dois negros que se diziam perfe itos conhe ce do res de to dos os por tos da baía.

A bri sa ma rí ti ma tar dou um pou co esse dia, mas quan do veio, revelou-se fresca e possante. À uma hora largamos o pano e fomos por ela conduzidos ao nosso destino tão rápida e confortavelmente quanto po de ría mos ter de se ja do. Às três e meia pas sa mos pela ilha do Pa que tá e uma hora mais tarde chegávamos à desembocadura do rio Macacu. Conseguimos localizar a foz da corrente com alguma antecedência porque à margem esquerda existe uma construção grande e branca que de lon ge cha ma a aten ção do vi a jan te à me di da que se vai apro xi man do. O casa rão está a ca va le i ro de uma pe que na ele va ção que pa re ce cons tituir o único terreno firme nas circunvizinhanças. Na parte posterior o chão des cam ba para um vas to man gue que mar ge ia o rio de am bos os la dos, a perder de vista. Em frente à casa estava amarrada uma longa canoa preta. Um ca chor ro e uma ga li nha que pas se a vam pelo ter re i ro pa re ci am ser os únicos se res vi vos nas ad ja cên ci as, até que em uma cur va do rio, em cujas águas já íamos navegando, conseguimos avistar um negro vagabundo, encostado ao batente da porta, o qual, ao perceber nossa aproximação, ti mi da men te se re ti rou para o in te ri or da casa.

Chegamos logo ao desembarcadouro e, enquanto os nossos barqueiros tomavam fôlego an tes de ini ci ar a su bi da do rio, pu se mo nos a examinar o lugar onde tínhamos aportado. Um belo sepulcro ornamentado e che io de ossos, di fi cil men te po de ría ser mais ilu só rio, em sua aparência externa, que a grande casa branca que vínhamos contemplando

desde longe. À distância, poder-se-ia tomá-la por um palácio; todavia, internamente não passava de miserável taberna de pinga, escura e suja, cheia de jaras e garrafas de caçaça e inteiramente abandonada. A única pessoa que ali se encontrava era o negro solento que, escondido atrás do balcão, apoiado sobre os cotovelos, resmungava respostas às perguntas que iam fazendo.

O nome do “estabelecimento” era “Venda Paciência”. A nos sa paciência, porém, é que não deu para nos de morarmos em suas redondezas; às cinco horas partimos. As primeiras habitações que vimos foram dois mocambos, um à vista do outro, mas em margens diversas do rio. Os nossos barqueiros fiéis, mas, tímidos, iam relutando histórias horríveis dos bandidos que infestavam essas paragens ribeirinhas. Informaram-nos de que essas casas pertenciam a malfeitores, mas que um deles havia sido fechado e seus ocupantes presos ou mortos por ordem do governo. “Era sem preconceito andar armado por aí, pois, sem armas é que ninguém ou sa va su bir o Macacu, muito menos à noite.” Apesar de suas recomendações estávamos bastante satisfeitos, porque as nossas armas não eram materiais. O rio tinha cerca de meia milha de largura; suas águas eram barrentas e forte a correnteza. As margens pouco se projetavam acima da tona e mostravam-se inteiramente recobertas por uma espécie de capim gigante, interpolado de árvores e arbustos floridos. Flores cor de ouro, brancas e escarlates pendiam em grande profusão das barrancas. Ao cair da tarde chegamos a um desembarcadouro que serve a Vila Nova de São José, situada à margem sulina do rio.

Próximo ao ponto em que tocamos, viam-se apenas duas casas. Uma delas era uma venda de tipo mais ou menos igual à que havíamos visto na foz; a outra era ocupada por um espanhol recentemente entrado no país. Esse senhor polidamente assistiu ao nosso desembarque e nos convidou a tomar acomodações em sua casa, informando-nos ao mesmo tempo de que não as encontraríamos em nenhum outro lugar. Correspondendo à sua cortesia, acedemos em visitar o quarto que nos fora designado. Era de fato o melhor da casa, mas não tinha porta e mal com portava duas camas. Tendo esse cômodo reservado, fomos até a vila a fim de dar uma volta e formar melhor juízo, em quanto o Sr. Spaulding ficou com a bagagem junto ao bote. O caminho enveredava para uma

região baixa e pantanosa, mas era sombreado, lado a lado, por belas e frondosas árvores. A cerca de quatrocentos metros de distância avistamos doze ou quatorze casas diante das quais brilhava uma fogueira, rodeada de crianças. Dentro de uma das casas uns oito ou dez negros e negras dançavam nervosamente ao som de uma guitarra. Nesse ponto o caminho ruíma em direção a um morro em cujo topo existia uma igreja com grande adro em frente, no centro do qual se elevava um cruzeiro sobrepeditado de pedras. De frente da cruz havia um alpendre, espécie de pórtico aberto de três lados, que servia para expor as imagens em dias de festa. Ao redor da igreja erguiam-se mais umas vinte casas e, pouco além, um enorme engenho de açúcar. E era tudo que se podia ver em S. José d'el-Rei, que, apesar de conhecido há já um século, pouco progrediu e ainda hoje apresenta escassas probabilidades de desenvolvimento. O luar era belo e, por esse motivo, todos os habitantes do lugar estavam sentados em frente às casas ou passando fora.

Volando ao rio resolvemos continuar a viagem e nos acomodamos no próprio bote. A quietude da noite, não menos que o aspecto peculiar do ambiente escassamente iluminado pelo luar, influiu em nossa alma uma suave melancolia. Pouco antes de meia-noite ancoramos à foz de um regato e, improvisando um toldo que nos protegesse do orvalho, procuramos repousar.

Fomos os únicos dentre os companheiros que não conseguimos conciliar o sono. O canto das aves noturnas, o zumbido e o trilar dos inúmeros insetos, além do rebuliço dos anfíbios – jacarés, talvez – que pareciam divertir-se no mata-gal das margens, todos esses ruídos nos mantiveram alerta por uma ou duas horas. Depois, quando a lua se recolheu, pensamos em fechar os olhos, mas de novo fomos despertados pelo som de vozes e pelo ruído de remos a curta distância de nós. Certas notícias que nos deram no porto de Vila Nova haviam em prestado algo de verossimilhança às histórias de ladrões que nos contaram os nossos barqueiros e, por isso, acordamo-los não só para apreciarem a cena como ainda para avaliarem a espécie de visitantes que se aproximavam. Não seria coisa fácil, porque nenhuma embarcação tinha passado por nós no rio, nem ao subir havíamos cruzado com qualquer barco. Todavia, as nossas apreensões dissiparam ao vermos os mastros de uma lanchar que passava do outro lado do rio.

Logo aos primeiros sinais da aurora levantamos ferros e pusemo-nos a caminhar, com tra uma correnteza cada vez mais forte. O cano de um galo e os latidos de um cão saudaram-nos antes de reiniciarmos nossa viagem e, foi então que percebemos que tínhamos estado a repousar um pouco abaixo do Engrudo do Sampaio junto ao qual havia uma grande casa de moradia e uma capela.

À medida que navegávamos a montante, o rio diminuía de largura e as margens iam se tornando mais firmes, ostentando às vezes grandes árvores frondosas. No trecho que percorremos pela manhã poucos sinais percebemos da presença ou do labor do homem. Passamos o rio que serve o Porto das Caixas e finalmente emergimos bruscamente de dentro de maciço de vegetação para uma visão magnífica da serra dos Órgãos. Po-díamos então ver de relance os telhados da Vila do Macacu, que era o ponto terminal de nossa viagem. Essa circunstância deu novo alento aos músculos dos nossos remadores que, depois de penosa luta com a correnteza, puseram-nos em terra às 2 horas da tarde, embaixo da ponte construída sobre o rio Macacu. No desembarcadouro fomos recebidos por diversas pessoas, entre as quais dois moços bastante inteligentes que pretendiam lugar em nosso bote quando regressássemos rio abaixo. Não havendo inconveniente para nós, pois, pelo contrário, a companhia dos rapazes aumentaria o interesse da viagem, acolhemos seu pedido e concluímos imediatamente um tratado de aliança e amizade. Ofereceram-se para nos mostrar as curiosidades de Macacu.

Soubemos então que a nossa visita coincidiu com as vésperas da maior festa religiosa do lugar, para a qual se ativamente se preparavam. Pouco antes de nós haviam chegado oito frades de um dos conventos da metrópole, a fim de dirigir as cerimônias. A vila está situada em uma eminência de forma ovalada de onde desce toda a vasta baixada por onde viemos serpeando no dorso da corrente, em marcante contraste com o perfil alongado da serra dos Órgãos, da qual não estáva-mos então muito longe. Fomos primeiramente convidados a visitar o Convento de Santo Antônio. Era um grande edifício de imponente aparência externa, mas, bem mal acabado por dentro. Na ocasião em que o visitamos, estava caindo aos pedaços. Entramos primeiramente na capela onde os frades haviam iniciado o louvável trabalho de expulsar as baratas e

remover a poeira, antes de começar a ornação para a qual haviam trazido da cidade os preparos necessários. Entretivemos então longa conversa sobre as diferentes formas de culto e os sentimentos religiosos em que se baseavam.

A adoração das imagens foi, naturalmente, um dos pontos abordados de preferência. Pareceu-nos que essa capela, ao contrário de qual todas as outras do país, era extremamente pobre em imagens. De fato a única que vimos foi a de S. Benedito, “o pai dos negros”, como jocosamente o denominam. Conduziram-nos então através de uma longa fila de dormitórios vazios e daí para o coro onde alguns frades ocupavam em afinar um velho órgão e organizar algumas peças de música para a festa. No nicho que ficava num dos lados dessa galeria, sem dúvida destinada a algum patrocínio da boa música, descobrimos um monte de velhos livros coroados de traça, ao lado de algumas pilhas de manuscritos que, ao que nos informaram, constituíam toda a biblioteca do convento.

Nas paredes laterais viam-se diversas pinturas, uma das quais parecia representar Cristo subindo da cruz ao céu, enquanto que de cada uma de suas chagas corria uma torrente de sangue que ia ter a uma figura, em postura de volta. Nenhum dos frades pôde nos dar explicação dessa pintura, nem citar alguma passagem das Escrituras que ela pretendesse ilustrar.

O convento havia sido fundado em 1648 e doado por D. João IV, de Portugal, sob condição de manterem, os frades, uma escola primária de latim. Em tempos foi ele ocupado por numerosos membros da ordem monástica; na ocasião em que o visitamos, porém, havia apenas o guaridão e oito ou dez escravos. As terras a ele pertencentes eram extensas. Pudemos fazer idéia de sua vastidão olhando de uma das janelas superiores do edifício, mas, ninguém nos pôde dizer qual a área aproximada. Esta circunstância harmonizava-se perfeitamente com o fato de não haver o menor indício de cultura em ponto algum das terras. Saindo do convento, andamos sem destino pela cidade, examinando as coisas que mais interessantes despertavam. A Câmara Municipal e a Câmara Pública estavam ambas instaladas sob o mesmo teto. Através das grades da última via-se um preso, preguiçosamente escarranchado num banco, perto

da janela. Era um escravo, encarcerado pelo crime de desobediência aos seus senhores, umas crianças órfãs.

Quase todas as casas tinham arandelas para iluminação, junto à platibanda e às janelas.

Nas ruas o silêncio era completo; dificilmente encontrava-se alguém a passeio ou nas janelas. Os dados censitários da cidade eram conhecidos de todos. A população orçaria por 300 almas. Não havia escolas a despeito da obrigação perpétua do convento. Apenas um senhor se prestava obsequiosamente a ensinar alguns meninos. Harmonizando com esse estado de coisas, encontramos um menino bastante vivo, mas, analfabeto. Fomos apresentados ao Sr. Anastácio, o tabelião do lugar. Em frente ao cartório reuniu-se um grupo interessante ao qual, de pois de conversar mos algum tempo, distribu ímos alguns publicações religiosas que fo ram mu i to bem re ce bi das. A casa do nos so novo conhecido, conquanto pe que na, era mu i to bem ar ru ma da e or na men ta da. Convidou-nos a entrar em sua sala de visitas onde logo mandou servir café. O tabelião pediu desculpas pela leveza de seu traje que consistia apenas em calças brancas e camisa, acrescentando que, no verão, nada mais suportava sobre o corpo. Não lhe ocorreu, porém, desculpar-se pelo seu pequerrucho de cerca de três anos que apareceu na sala completamente nu.

Nos sa con ver sa ção gi rou em tor no da li te ra tu ra e da mo ral do país. Conquanto tivesse vivido sem pre no lu gar e já con tas se qua ren ta e cinco anos de ida de, o ta be lião nun ca ti nha vis to aí uma es co la do gover no. Disse-nos francamente ser de opinião que nenhum conterrâneo seu, de trin ta anos de ida de, sa bia ler. Esse se nhor ja ma is ti ve ra opor tu ni da de de compulsar as Escrituras que eram também inteiramente ignoradas pelo res to da po pu la ção. A in tem pe ran ça era co mum: os en ge nhos da re don deza produziam grande quantidade de aguardente que era largamente consumida pelo povo. Ainda recentemente uma mulher lhe viera pedir proteção contra seu marido embriagado.

Em retribuição à amável acolhida que nos proporcionou esse cavalheiro, oferecemos-lhe um exemplar da Bíblia, em português, que ele recebeu com vivo agrado. Convidou-nos a passar a noite em sua casa, o que não aceitamos por que dese já va mos ain da vi si tar ou tra lo ca li da de antes de dormir. Reafirmou-nos, contudo, que sua casa estava ao

nosso dispor, todas as vezes que visitássemos a região. Não foi sem pesar que deixamos tão cedo esse brasileiro leal.

Quando nos encaminhávamos para o rio, encontramos um mecânico alemão que, ao que nos informaram, era o único residente estrangeiro do lugar. Morava no Brasil há catorze anos, e, como prova de sua adaptação ao país, mostrou-nos sua jovem esposa mulata e dois ou três filhinhos. Mostrou-se satisfeito por encontrar estrangeiros e, sabendo que o Sr. Spaulding era pregador, pediu-lhe insistentemente que ficasse para pregar em sua casa. Idêntico com o que nos fez um português ao lado, acrescentando “nós temos boa casa”. Ante essa inesperada cortesia, a única desculpa que o meu colega conseguiu arranjar foi a do seu escasso conhecimento da língua. O pretexto foi aceito, não, porém, sem objetarem que talvez entendessem suficientemente o inglês para se edificarem com sua pregação. Conquanto não estivéssemos preparados para uma prática formal, não deixamos o lugar sem tentar inculcar nos espíritos dos que nos cercavam, mesmo em tom de conversa, as verdades mais importantes.

No momento de tomarmos a embarcação para a volta, lá estavam os rapazes a que atrás nos referimos, prontos para tomar o lugar que lhes havíamos cedido. Eram irmãos, portugueses natos, e, na ocasião, residiam em Iguazu. O mais velho, Senhor Diogo, residia há oito anos no Brasil. Tinha es tu da do para pa dre, mas, não tendo vocação para o sacerdócio, tornou-se mestre-escola e estava ensinando português e la tim. Era alto e vivo, loquaz ao extremo e bastante liberal quanto às suas idéias políticas e religiosas. O Sr. Diogo, da mesma forma que nós, estava aproveitando os feriados. Tinha estado em visita a amigos e sua bagagem consistia em apenas um par de botinas e uma espingarda de caça que mais tarde proporcioneu grande alívio aos nossos netos. O irmão mais novo, Manuel, estava em visita ao país e pretendia regressar a Portugal. Auxiliada pela correnteza, a nossa viagem de retorno foi rápida e muito agradável. Em duas horas e meia atingimos um ponto do qual, em nossa viagem rio acima, havíamos remado durante sete horas.

Entramos novamente no rio do Porto das Caixas. Era tão estreito e sinuoso esse riacho que não se podiam usar os remos. Prevendo tais emergências havíamos levado varejões que então nos impulsionaram a uma velocidade bastante razoável. A noite caía e o luar brilhava com

intensidade. Tínhamos no vamente alcançada a baixa da cobertura de vegetação densa que se debruçava sobre a corrente; a via gemera amenizada, ora pelas canções regiomais de que se orgulhavam os nossos passageiros, ora por animada palestra. Entre os cantos patrióticos que naquela noite ecoaram pela calada da noite, lembramo-nos do hino nacional geralmente atribuído a D. Pedro I, mas que se diz ter sido composto por Evaristo Ferreira da Veiga, patriota notável que desempenhou relevante papel na Revolução:

Já po de is, da pá tria fi lhos
Ver con ten te e mãe gen til,
Já ra i ou a li ber da de,
No ho ri zon te do Bra sil.

Brava gen te bra si lei ra;
Lon ge vai te mor ser vil!
Ou fi car a pá tria li vre,
Ou mor rer pelo Bra sil.

Atin gimos o nos so des ti no en tre nove e dez ho ras da no i te.

O arraial do Porto das Caixas está situado nas fraldas de um outeiro em cuja base serpeia o riacho que lhe dá o nome e a sua razão de ser. É o ponto de encontro das tropas que trazem café e açúcar das colônias de Nova Friburgo e Cantagalo, bem como de uma grande parte da zona circunvizinha. Aí também carregam as mercadorias que voltam da capital em troca de gêneros.

Além de sua importância comercial, o lugar é conhecido por ser a residência da família do Senhor Joaquim José Rodrigues Torres,¹⁷ cavalheiro que tem, repetidas vezes, feito parte do Ministério Imperial. Antes de desembarcar, fomos prevenidos de que o povo que mora à beira do rio é muito ignorante e que os habitantes mais esclarecidos residiam mais ao alto, na cidade. Para lá nos encaminhamos então, orientados pelos nossos companheiros de viagem e sendo logo apresentados pelo Sr. Diogo a um seu amigo particular, Sr. Manuel, o boticário. Já era tarde para nos demorarmos; estendemos, portanto, sem cerimônias, as nossas esteiras no solo da farmácia e procuramos repousar. Com o clarear do

17 Trata-se do célebre estadista Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí. (R. B. de M.)

dia já estávamos em pé. Densa neblina tornavamos objetos ainda menos perceptíveis ao luar da noite anterior e, o que é pior, confirmávamos as nossas apreensões quanto à insalubridade da zona e ao risco que corríamos atravessando por duas vezes essa região pantanosa. Maior era o perigo por se tratar da estação estival. O boticário nos informou que de fato eram frequentes os casos de febre, mas que cedo am logo à medidação. O sulfato de quinino era o seu remédio preferido.

Quando a bruma se dissipou, saímos a inspecionar o lugar. Apresentava um aspecto de progresso. Diversas casas bonitas evidenciavam sua recente construção. Outras mais, do mesmo estilo, estavam sendo erguidas; o mesmo se dava com uma espaçosa igreja para a qual as dras vindham do Rio de Janeiro ou de uma ilha dentro da baía.

Nos lugares mais altos, o terreno dos arredores apresentava formação barrenta. O Sr. Diogo prestou-nos seu valioso auxílio na distribuição de publicações e Bíblias. Apresentou-nos aos seus conhecidos e recomendou-lhes calorosamente a doutrina sabida que leu nos folhetos cuja distribuição ora auxiliava. Surgiram logo numerosos pretendentes aos folhetos e, em nosso hospedeiro, o Boticário, encontramos a pessoa a quem poderíamos confiar certo número de exemplares do livro sagrado para serem distribuídos a seu critério.

Quando estávamos para deixar o lugar, ao comprar um pão para consumo em viagem, o Sr. Spaulding ofereceu ao padreiro um folheto que, não sabemos porque, não quis aceitar. Registramos o fato apenas por ter sido o único caso de que tivemos conhecimento, em que uma publicação religiosa fora recusada no Brasil. Ocorreu porém, na parte baixa da cidade, o que, para o Sr. Diogo, constituiu um triunfo, pois veio confirmar a sua informação sobre a estupidez dos habitantes daquele bairro. O motivo da recusa podia ter sido talvez bem forte: é provável que o padreiro não soubesse ler! Pelo que pudemos saber, o Porto das Caixas tinha, então, quinhentos habitantes, uma escola particular para ambos os sexos, um médico residente na localidade, dois boticários e um sacerdote, pai de cinco filhos.

Tendo indagado de nosso hospedeiro se não havia alguma curiosidade no lugar ou em seus arredores, respondeu-nos que o povo era muito curioso, mas só com relação a gansos e a galinhas.

Como exemplo de economia doméstica não podemos deixar de registrar que estava nas intenções do nosso amigo boticário regalar-nos com uma xícara de café antes de nossa partida. Para tanto, mandou um criado comprar alguns vinténs de pó. Dentro em pouco o criado vol tou sem o café. Man da do mais uma vez, de novo che gou sem nada. Resolveu, então o boticário nos oferecer chá que, ao que parece, era mais fácil de encontrar. A essa hora, porém, o sol já estava tão alto que ti ve mos que pe dir des cul pas e nos re ti rar. Uma vez em nos so bar co, saboreamos um ótimo almoço.

Descendo esse braço do Macacu, apanhamos de vez em quando flores lindas e raras que íamos acondicionando em uma pasta. Ganhando novamente o curso principal, aportamos no Engenho do Sampaio onde desembarcamos e fomos apresentados ao proprietário. Esse cavalheiro, com grande urbanidade, mostrou-nos todas as suas instalações onde estava montando um maquinário a vapor, construído na Inglaterra e im por ta do por um pre ço de mu i tos con tos de réis.

Ao que nos in for ma ram esse lu gar ha via sido fre qüen te men te vi si ta do por D. João VI e sua fa mí lia du ran te sua per ma nê n cia no Bra sil, pois o antigo proprietário era amigo particular do monarca. Só muito recentemente tinha o engenho passado às mãos do então proprietário que nele empregava setenta e tantos escravos. O mesmo indivíduo possuía plantações muito mais extensas, a montante do Macacu, onde labutava muito maior número de escravos para os qua is – tam bém para sua família que lá residia – mantinha um capelão. Recebeu com muito agrado um exemplar da Bíblia e a coleção de panfletos com que o apresentamos em retribuição às suas amabilidades. A seguir partimos. Para mos novamen te em Vila Nova. O lu gar es ta va ex tra or di na ri a men te silencioso. Algumas pessoas tinham ido à festa, rio acima, outras, com as quais pudemos falar, receberam as publicações que lhes destinamos, com as expressões comuns de agradecimento mostrando-se ansiosas por lê-las. Con ti nu an do a des ci da do rio, atin gi mos a de sem bo ca du ra, às 3 horas, e, sem parar novamente na Venda Paciência, içamos vela e fizemo-nos ao largo, na baía. A brisa soprava fresca, e, quando nos afastamos suficientemente da terra ordenamos ao timoneiro que rumasse para Pi e da de, o por to que dese já va mos vi si tar em se gu i da.

Na suposição de que navegávamos na rota de nossa próxima escala, congratulávamo-nos já pelo esplêndido tempo e pelos nossos projetos quando, com grande surpresa, percebemos que o barco roçava no fundo. O alvoroço da suposição nos havia impedido de perceber a pouca profundidade do mar, e o nosso timoneiro, no desejo de encurtar a distância, tinha aproado para sotavento do canal, e, devido à maré vazante, tocamos em um banco de areia onde logo encalhamos. O outro barqueiro que se tinha deitado para tirar um corte acordou e pôs-se a censurá-lo acrememente; logo, porém, se convenceram de que a ocasião era para ação e não para discussão. Saltaram à água e tentaram desencalhar o barco a pulso. Não desistiram do intento enquanto não se convenceram de que não encontrariam profundidade suficiente para fazer flutuar a embarcação. Foi então que começaram a surgir à flor d'água coras de terra firme em todas as direções em torno de nós: era o fundo do mar que aflorava de vi do á fuga da maré. Dentro em pouco estávamos imobilizados num enorme lamaçal, o delta do Macacu. Fomos felizes por termos encalhado tão suavemente ao invés de naufragarmos. Tendo na bagagem uma Bíblia em português lemos todo o livro de Ester, e parte do de Jacó, enquanto a noite não caía. Depois acomodamo-nos no fundo do bote, tendo o toldo por cobertura e o céu estrelado por dos sel. Dormimos em paz porque Deus velava por nós. À meia-noite, quando acordamos, percebemos que o barco flutuava novamente e que o terre al nos empurrava suavemente. Em vista do perigo de encalhamos novamente e das grandes dificuldades que sem dúvida experimentaríamos se insistíssemos em tocar nos portos de cima contra o vento, resolvemos adiar nossa visita a esses lugares. Rumamos, portanto, para o Rio de Janeiro onde chegamos pela manhã, bem cedo.

Os portos principais da baía são Magé, Piedade, Porto da Estrela e Iguaçu. Nesses pontos, as tropas procedentes do interior descarregam grandes quantidades de mercadorias que seguem para a capital em pequenas embarcações.

Com grande dispêndio de dinheiro construíram uma estrada macadamizada que, partindo do Porto da Estrela, galga a serra e vai ter à província de Minas Gerais. Iguaçu é atualmente a localidade mais próxima do rio – ou seja, o círculo de montanhas que circunda a baía. Está situada a cerca de dez milhas da foz do rio de igual nome, que

a serve. Este rio vai até a serra dos Órgãos, e apesar de muito sinuoso é navegável por lanchas grandes até à vila. Há vinte anos passados esse lugar era insignificante e não contava mais que trinta casas. Aos poucos, porém, os fazendeiros do interior foram se convencendo de que para eles era mais interessante descarregar em Iguazu o café, o feijão, a farinha de mandioca, o toucinho e o algodão: daí era mais econômico mandar as mercadorias para o mercado por via marítima que por terra. Por outro lado os negociantes estabeleceram aí depósitos de sal, produtos manufaturados, fazenda e vinhos, para mais facilmente servir os lavradores. Assim é que o lugar se foi desenvolvendo rapidamente e agora é considerado como a vila mais próspera da província do Rio de Janeiro, com uma população de cerca de mil e duzentos habitantes.

Certa ocasião o Sr. Spaulding passou algumas semanas em Iguazu, na casa do nosso amigo Diogo com cuja colação, mais a do liberal e esclarecido vigário local, pôs em circulação numerosos exemplares das Escrituras. Examinando-se o mapa da Baía do Rio de Janeiro, vê-se que ela encerra grande número de ilhas de várias conformações. De todas elas, porém, a maior é a ilha do Governador, que chega a medir doze milhas de leste a oeste. A maior parte delas é habitada e razoavelmente cultivada. Se alguma coisa pode aumentar a magnificência do empolgante cenário são as numerosíssimas embarcações de todos os tipos que cruzam incessantemente a baía, pontilhando com suas velas brancas o verde claro do mar. Desde a manhã até a noite vêem-se, navegando em todas as direções, barcos abertos e fechados, lanchas e faluas. Ultimamente têm aparecido pequenos barcos a vapor utilizados principalmente para excursões e não para transporte de mercadorias.

.....

Capítulo XIII

VIAGEM DO RIO A SANTOS – UM VAPOR COSTEIRO – O
COMANDANTE – MANGARATIBA – ANGRA DOS REIS –
CONVENTOS – PARATI – ILHA DE SÃO SEBASTIÃO – CHEGADA
A SANTOS – MANEIRA DE VIAJAR NO INTERIOR –
TRANSPORTE – TROPEIROS – UM GRUPO DE VIAJANTES –
SERRA DO MAR.

Tomamos, a 15 de janeiro de 1839, passagem em um vapor que estava de partida do Rio de Janeiro, com destino a Santos. Esta última cidade é o porto principal da província de São Paulo. Dista, em linha reta, do Rio de Janeiro, duzentas e vinte e cinco milhas, mas o percurso é dilatado para cerca de trezentas milhas a fim de fazer escala nos portos intermediários. Depois de ter cada passageiro exibido o seu passaporte ao oficial visador que foi a bordo do Forte de Villegrignon, partimos às cinco horas da tarde.

A tarde era uma das mais chuvosas que vimos no Rio de Janeiro. Para nos dirigirmos ao cais, tivemos de vadear – literalmente falando – o enxurro das esquinas. Pouca importância demos a esse banho, antegozando o conforto de bordo. Todavia, o nosso desapontamento nesse sentido foi completo. O *Paquete do Norte* era um dos melhores navios do grande empório comercial que é ao mesmo tempo a capital do Brasil; tinha, porém, sido construído para flutuar em água salgada e

não para abrigo contra a chuva. Suas máquinas desenvolviam setenta cavalos de força. Fora feita na Inglaterra para a *Niterói Steam Company*, e, destinando-se à navegação costeira, era desprovido de tombadilho coberto. Havia no porão uma cabine com acomodações para doze pessoas, mas de que servia uma dúzia de leitões para trinta ou quarenta passageiros!

A verdade, porém, é que, com o tempo bom que geralmente se desfrutava nas paragens, a maior parte das pessoas preferia sair o dia e a noite no tombadilho. A nós, também, nos bastou uma pequena visita ao compartimento inferior onde o ar era abafado e a temperatura elevada para que tomássemos resolução idêntica à dos outros passageiros. Ao invés do risco de perder seu fardo resolvidos nos abrigar sob um toldo esfarrapado que cobria três quartos do tombadilho. Outraparticularidade curiosa era que cada passageiro devia levar o seu farnel. Felizmente não tivemos dificuldades neste sentido porque nos reunimos ao grupo com a qual o leitor irá se familiarizando aos poucos. Quando descesmos à cabine os meus amigos estavam se preparando para um opíparo jantar à francesa. Receosos, porém, de desmanchar o prazer dos companheiros com o nosso enjôo – esse inoportuno companheiro dos marinheiros de primeira viagem – não quisemos nos associar ao banquete. O desenrolar dos acontecimentos veio de mostrar que não nos enganamos.

Dentro do porto fora com pleantranqüilidade dos elementos, mas, ao sair barra afora, encontramos vento de frente e mar extremamente agitado. Logo que o naviozinho começou a sentir a força das ondas, todos os passageiros precipitaram para o tombadilho gritando ao comandante que voltasse: “Arriba, senhor comandante, arriba! não está ca paz, vamos arribar!” (*sic*).

O capitão era um mulato corpulento, enfeitado com um boné vermelho de lã e trajando capote felpudo e calças largas. O conjunto de sua curiosa indumentária dava-lhe um aspecto de turco. Mostrou-se, a princípio, um pouco nervoso, mas teve a necessária firmeza para manter o barco em sua rota. Depois, pretendeu mostrar-se agastado com a tentativa de intromissão, por parte dos passageiros, na esfera de sua competência. Censurou acerbamente os seus patrícios por se terem dirigido a ele como “papagaios”, assim comparando seus gritos de alarme com a algazarra das lestrepadres.

Devido à pouca força das máquinas a nossa marcha era lenta. Quando o sol se pôs, ainda estávamos à vista do Pão de Açúcar. Durante a noite o mar esteve calmo e foi mais rápida a navegação. A aurora, ao

sur gir, re ve lou-nos a exis tên cia de vá ri as ilhas de am bos os la dos da rota para Mangaratiba. Esta vila está localizada no ângulo for ma do por duas montanhas. Parece quase inacessível por terra; apesar disso, porém, recebe das circunvizinhanças e remete para o Rio de Janeiro, cerca de quatro mil sacas de café por ano, além de outros produtos. As montanhas ad ja cen tes não são mu i to al tas, mas, re ves te-as uma ve ge ta ção den sa e exuberante. Nas declividades me nos abruptas, via-se uma casa aqui outra acolá. A vila propriamente dita consistia em uma igre ja e cer ca de cinqüen tam o ra dias. Onze em bar ca ções pe que nas es ta vam an co ra das no porto. Prosseguindo viagem, ancoramos em Angra dos Reis por volta do meio-dia. Foi este o nome originalmente dado por Martim Afonso de Sousa à ampla e esplêndida baía em cuja barra está situada a Ilha Grande. Esse primitivo colonizador, conhecido na história como o primeiro donatário que tomou posse de sua ca pi ta nia no Brasil, per correu, em 1531, toda a costa do país até o rio da Prata, denominando os lu ga res por onde pas sa va, de acor do com os dias em que ne les to ca va. A despeito de muitos desses portos e ilhas terem sido anteriormente descobertos, e, provavelmente denominados pelos seus descobridores, passaram à posteridade com os nomes dados por Martim Afonso, não só de vi do a que fora ele o co lo ni za dor, como tam bém por que os no mes por ele escolhidos, segundo o calendário romano, lisonjeavam os sen ti mentos religiosos de seus patricios. Tendo esse donatário penetrado na baía de Ni te rói no pri me i ro dia do ano, e, pen san do tra tar-se de um curso fluvial, devido à estreiteza da barra, deu-lhe o nome bastante sonoro, mas, geograficamente inexato de Rio de Janeiro. O sexto dia de janeiro que em inglês cha ma mos Epi fâ nia, é de no mi na do, em por tu guês, o Dia dos Reis Magos, ou simplesmente o Dia de Reis. Isso implica a suposição de que os sábios que visitaram o Menino Jesus em Belém eram reis ou príncipes! Foi nesse dia que Sousa visitou os lugares que acabamos de descrever; daí os seus nomes de Ilha Grande dos Magos e Angra dos Reis. Esta última denominação aplica-se, hoje, principalmente à cidade que fica dentro da baía enquanto que a ilha é simplesmente chamada Ilha Grande. A ilha de São Sebastião e o porto de São Vicente foram denominados de maneiraidêntica, nos dias 20 e 22 do mes mo mês. Originalmente admitiu-se que Angra dos Reis fosse a deno mi na ção de uma futura cidade, mas, o seu desenvolvimento posterior não correspondeu à ex pec ta ti va dos fun da do res. Pe los nos sos cál cu los o lu gar pos sui, hoje, cerca de duzentas e cinqüenta casas, dispostas em semicírculos numa

praia ou baixada cercada de montanhas. Para dar idéia da deficiência e da contradição que certas afirmativas encerram, já que não há estatística relativas à população do Brasil, citaremos a opinião de dois cavalheiros que parecem ser bastante competentes para avaliar o número de habitantes de Angra. Um deles calcula em quatro mil o número de pessoas da cidade, fora os escravos e negros que devem orçar pela metade daquela cifra. O outro se senhor acha que a população do lugar não passa de duas mil almas, o que parece estar mais próximo da verdade. As instituições eclesiásticas de Angra dos Reis parecem ter sido edificadas na antevisão da futura grandeza do lugar e pelo mesmo processo que as seguiu à Igreja e Roma as meliores instituições e as mais custosas construções de quantas vimos nas grandes cidades brasileiras. Os edifícios a que nos referimos são três conventos e outras tantas igrejas. Os primeiros pertencem respectivamente às três principais ordens monásticas do país: os beneditinos, os carmelitas e os franciscanos de Santo Antônio. Esses conventos estavam, por ocasião de nossa visita, ocupados, cada um por um único frade, na qualidade de administrador. Pessoa do lugar forneceu-nos informações sobre eles, tendo-se referido com desprezo a essa classe de indivíduos que, no seu dizer, passa a vida na abastança e na indolência. Se esta não é a opinião de todos os brasileiros esclarecidos, no tocante às instituições monásticas, pelo menos é comum entre eles. Em março de 1838, a Ordem dos Carmelitas apresentou uma petição à Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, solicitando permissão para admitir trinta noviços no convento de Angra. No decurso da discussão suscitada pelo pedido, um dos deputados, Senhor César de Menezes, em eloqüente discurso divulgado na ocasião, propôs-se a demonstrar que pela sua história e pela sua essência, a instituição conventual não se harmonizava com as idéias da nossa era esclarecida, nem se podia harmonizar com o governo e as circunstâncias do país. Foram as seguintes as suas conclusões: “A medida é contrária à natureza e não tem o apoio da política, além de oposta à moral, aos nossos interesses financeiros e à constituição brasileira.” Não foram os limites que nos traçamos para a tradução do discurso, dificilmente poderíamos dar ao leitor mais completa de argumentos práticos contra a instituição do mosteiro. Basta dizer que no caso em apreço a licença não foi concedida conquanto favores semelhantes tenham sido concedidos em outras províncias.

A Ilha Grande mede cerca de 15 milhas de oeste a leste e sua maior largura é de sete milhas na direção norte-sul. Grande parte de sua

área é dedicada à cultura de café, cana-de-açúcar, etc. Há nela diversos ancoradouros seguros a que freqüentemente recorrem baleeiros norte-americanos a fim de apañar mar de i ra, água e provisões frescas.

Parati foi a nossa próxima escala e o último porto, pertencente à Província do Rio de Janeiro. A vila é pequena mas de construção regular e lindamente situada na extremidade de um longo braço de mar pontilhado de numerosas ilhotas povoadas de palmeiras. Possui três igrejas, todas dedicadas à Nossa Senhora (da Conceição, das Dores e da Lapa). A zona servida por este porto compreende as férteis planícies do Bananal, Parati-Mirim e Mambucaba que se faz notável pela sua luxuriante produção de várias frutas do norte da Europa, bem como de café, arroz, mandioca, legumes e as melhores variedades de cana-de-açúcar.

A manhã do dia 17 encontrou-nos na verga do canal da ilha de São Sebastião, já perto da vila do mesmo nome, situada em terra firme. A ilha pertence à Província de São Paulo. Tem quatro zemihas de comprimento e largura quase igual. É bem cultivada e mais ou menos povoada. Da mesma forma que a Ilha Grande, também esta é o *rendez-vous* dos navios negreiros. Tais embarcações têm grande facilidade de despejar sua carga humana neste ponto e nos que lhes são adjacentes e, se não quiserem entrar no Rio de Janeiro para se estabelecer, podem obter em São Sebastião os papéis necessários para o transporte de pessoas. Não poderia ser outro fim para o qual haveria de existir aí um vice-consulado de Portugal. A vila é calma e de aspecto respeitável, sendo composta principalmente de casas de barro entre as quais se eleva a igreja também do mesmo material. Tem um professor de latim e duas escolas primárias: uma para meninos e outra para meninas.

À saída desse porto, passamos por entre duas ilhas rochosas, os Alcatrazes. A menor é de conformação peculiar e consta que em certas épocas do ano fica totalmente coberta de ovos de aves marinhas. Os pescadores freqüentemente enchem com eles suas canoas. Essas ilhas estão a cerca de cinco léguas de São Sebastião e oito de Santos.

Esta cidade assenta-se sobre a parte setentrional da ilha de São Vicente que é separada da terra firme apenas por dois braços do rio Cubatão. O ramo principal, nas marés altas, dá calado para grandes navios e é geralmente conhecido pelo nome de rio de Santos até a cidade. À margem setentrional de sua entrada ergue-se a fortaleza de Santo Amaro. Essa relíquia dos velhos tempos é ocupada por um punhado de soldados cuja função principal é visitar os navios que

entram e saem a fim de evitar o contrabando. O curso do rio é sinuoso e la ma cen to o seu le i to. As mar gens, ba i xas e co ber tas de man gue.

Subindo o canal vimos primeiramente, à esquerda, agrupamentos de casas que, como quem viaja pelo país pode perfeitamente antecipar, constitui o que se chama Vila Nova. Logo adiante, do lado oposto, surgiu o Forte Ipa ne ma, ve lha for ti fi ca ção já bas tan te de ca í da e cuja guar ni ção se resumia em uma única família. Em seguida apareceram os mastros de vinte ou trin ta na vi os an co ra dos em fren te à ci da de que se ele va à margem esquerda, ou meridional, de quem sobe. Quando chegamos, veio a bordo um funcionário do porto, uniformizado. Sua visita foi meramente protocolar, visto como nem os passa por tes nos pe diu; pa re cia mais in te res sado em receber sua correspondência. Assim terminou favoravelmente a travessia que durou cerca de quarenta e oito horas, i.e., bem mais que o tempo comumente gasto.

Abstendo-nos por enquanto da descrição de Santos, tentaremos dar ao le i tor uma idéia da co mi ti va que na ma nhã se guin te par tiu para o interior. É necessário que se diga de início que, não só a estrada de ferro, mas ainda as diligências, bem como todos outros meios de transporte de passageiros, são inteiramente desconhecidos no país, devido, em grande parte, à inadaptabilidade das estradas. Quem não anda a pé tem de viajar montado a cavalo ou em mulas, fazendo transportar suas bagagens pelo mesmo processo. Para viagens longas a última modalidade é geralmente preferida. Acontece, porém, freqüentemente, que não se consegue alugar em Santos o número suficiente de animais sem se percorrerem distâncias consideráveis. Apesar de raramente se passar um dia sem que maior ou menor número de tropas partam de Santos em de man da do in te ri or, a ma i or par te dos ani ma is que a compõem não serve para montaria por estar acostumada somente à cangalha e nunca ter usado freio. Por ocasião de nossa viagem, nós e um jovem alemão conseguimos obter um animal para cada um, deixando nossa bagagem mais pe sa da para ser re me ti da pos te ri or men te. Ou tros de nos sos companheiros, para evitar de mo ra, re sol ve ram alu gar par te de uma tropa que estava prestes a partir serra acima. É preciso que se diga de passagem que o transporte comum entre o interior e o litoral é feito sem grande irregularidade apesar do sistema empregado. Muitos fazendeiros mantêm número suficiente de muares para transportar toda a sua produção para o mercado; outros não o fazem, dependendo mais ou menos inteiramente dos tropeiros profissionais.

Cada tropa tem o seu capataz que superintende a viagem e faz as necessárias transações. Em geral, os animais descem a ser carregados de açúcar e outros produtos agrícolas, trazendo, em sua volta, sal, farinha e toda a espécie de artigos importados. Um cavalheiro que por muitos anos se tinha servido exclusivamente de tropeiros para o transporte de suas mercadorias, informou-nos de que raramente, ou talvez nunca, tenha tido conhecimento de que determinada encomenda não tenha chegado ao seu destino.

Nos domingos propusemos que partíssemos pela manhã bem cedo. De nossa parte prometemos alcançá-los no caminho. Terminados os nossos arranjos e seguindo para o ponto de encontro, ao invés de sermos informados de sua partida, tivemos ainda que esperá-los por cerca de duas horas. Depois da azáfama de arrear as montarias, acondicionar a carga, montar e acalmar os animais, pusemo-nos finalmente a caminho sobre o aterrado – ou estrada – que vai para o Cubatão. Os primeiros tipos que nos atraíram a atenção foram os dois tropeiros que conduziam a tropa. Não iam montados. Preferiam viajar a pé a fim de melhor atender à carga e aos animais. Sendo de formato inconveniente a maioria da bagagem, tiveram eles grande trabalho para firmá-la bem a fim de se não perder pelo caminho. O chefe era um homem alto, de porte atlético, aparentando cerca de trinta anos de idade. Suas feições eram rudes e o enorme bigode que usava tornava o seu falar quase incompreensível. Levava as mangas arregaçadas, os pés descalços e as pernas nuas até os joelhos. Logo que partimos arrancou a camisa, pondo à mostra a pele amarelo-bronzeada. Seu companheiro, que parecia ir mão mais moço, não era tão desenvolvido, mas, externava o mesmo temperamento. Estava melhor vestido e andava com os ombros inclinados para a frente. Seus cabelos negros eram longos e caíam em anéis sobre o pescoço. Os olhos eram escuros e faiscantes e a compleição não se afastava muito da do índio norte-americano. Esses indivíduos eram verdadeiros protótipos dos tropeiros paulistas, que, como classe, diferem em muito de seus colegas mineiros que visitam o Rio de Janeiro. Têm uma certa rudeza no olhar que, combinada com a inteligência, e, às vezes benignidade, de que são dotados, empresta ao seu aspecto uma expressão peculiar. Todos eles trazem grande facão de mato preso à cinta, do lado de trás. Essa faca de ponta, talvez seja para eles de maior utilidade ainda que para o marinheiro. Serve para cortar madeira, conservar os arreios, cortar carne e, em caso de necessidade, para se

defenderem ou mesmo assaltarem. A lâmina tem uma curva toda especial, e, para ser boa, precisa ter resistência suficiente para cortar um bom pedaço de cobre sem que brar nem enortar. Sendo a faca sua companheira inseparável, tem esta freqüentemente o cabo de prata e às vezes a bainha do mesmo metal, conquanto em geral seja usada nua.

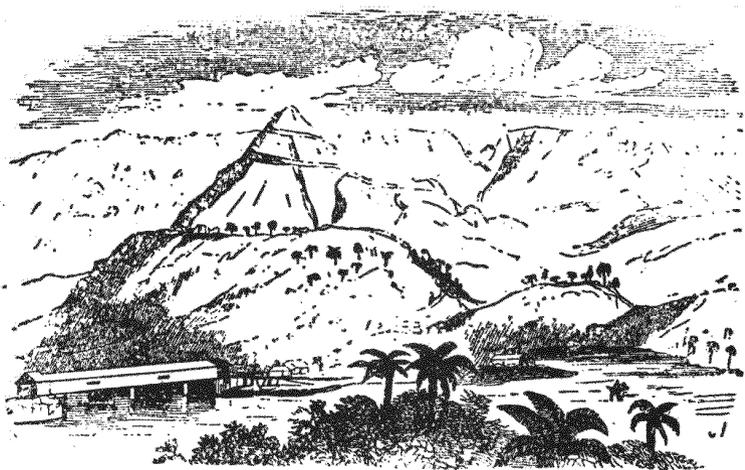
Quanto a nós, viajantes, representávamos pelo menos seis nações diferentes tanto do Velho como do Novo Mundo, aparentando não pequenas diferenças tanto de tipo como de costumes. O senhor G.,¹⁸ o mais avantajado dentre nós, montava a mula menor, e, não estando acostumado a cavalgar assim, com a vontade de vez em quando com a idéia de que, se caísse, o tombo não seria muito grande por que os seus pés iam quise tocando o chão. Esse cavalheiro ocupa lugar de destaque na Secção de Botânica do Museu de História Natural de Paris e, por essa ocasião, viajava em importante missão científica de que lhe encarregara o governo francês.

Tendo tido o prazer de sua companhia, não só durante a viagem, mas ainda por algumas semanas em São Paulo e nas diversas excursões que fizemos pelos arredores dessa cidade, seja-nos permitido

18 Trata-se do botânico francês de quem Saint-Hilaire fez a seguinte biografia: “Antônio Guillemin nasceu em Pouilly-sur-Saône, no departamento de Côte-d’Or, em 20 de janeiro de 1786, tendo falecido em Montpellier, a 15 de janeiro de 1842. Foi um dos discípulos favoritos do ilustre DeCandolle e vários estudos dos seus trabalhos sobre diversos ramos da botânica. Em 1838, o Ministro da Agricultura e Comércio da França encarregou-o de estudar no Brasil a cultura do chá e de transpor para o mesmo país algumas plantas, cuja aclimação se pretendia fazer na França. Depois de ter permanecido vários meses na capital do Brasil, Guillemin embarcou para São Paulo, onde visitou as principais plantações de chá, indo ver, em seu regresso ao Rio de Janeiro, as de Ubatuba, onde se estabelecera uma pequena colônia francesa; percorreu também a Serra dos Órgãos, tão interessante para os botânicos. De volta à pátria, publicou um minucioso relatório sobre a missão que lhe foi confiada, trabalho em que se refere a si próprio com uma modestia muito rara e sobre os resultados de sua viagem com uma sinceridade mais rara ainda. A fisiologia francesa de Guillemin era o espolho da vida de seu caráter e do seu bom gênio. Nunca foi avaro de sua erudição botânica, de que muitos outros, se apossassem, ter-se-iam mostrados cielos. Estendia sempre sua mão generosa aos jovens principiantes, opondo-se vivamente às injustiças, e foi chorado por todos os homens para os quais a ciência tem ainda mais valor quando unida a qualidades amáveis e a um nobre coração.” (Cf. *Viagem à Província de São Paulo* – Vol. II da Biblioteca Histórica Brasileira) (R. B. de M.)

fazer referência a várias qualidades que tornaram agradável sua companhia. Sua sociabilidade só em contravarsimile no bom humor e disposição que sempre demonstrava. Tinham um repertório de anedotas quase inextinguível, relacionando-se, quase todas, com a interessante história de sua vida e com o longo convívio que mantinha com vários homens de saber. Sua prosa era sempre atraente, porém, mais interessante se tornava quando discorria sobre botânica. Então, *les fleurs magnifiques* que adornavam *no trebel lerou* tedes pertavam redobrado interesse.

O outro companheiro que nos ocorre mencionar era o Dr. I., médico brasileiro formado na França, cujo devotamento à ciência a par de sua nobre e generosa disposição, o levou a nos acompanhar exclusivamente



Ponte e Serra do Cubatão

com o fim de apresentar o Sr. G. em São Paulo e amenizar o mais possível sua permanência no Brasil. Tais atenções eram ainda mais gratas ao Sr. G., visto como desconhecia completamente não só a língua como os costumes do país e delastivemos mostra quando espiritualmente declinou a honra de chefe supremo da expedição.

O Sr. B., súdito do rei da Sardenha, era pintor profissional. Senhor P., jovem fluminense, tinha passado diversos anos em Paris e ia

agora matricular-se na Faculdade de Direito de S. Paulo. Este último juntamente com um jovem parisiense que acompanhava o Sr. G. alegaram a viagem cansando a todo pulmão. Além desses, podemos mencionar o Sr. F., filho do Secretário da Sociedade Missionária Renana, de Elberfeldt; mais um brasileiro, outro francês e um português. Com respeito ao único norte-americano do grupo, tal vez não seja necessário fazer referência, no momento, se não para dizer que suas botas paulestas e outros apetrechos de montaria davam-lhe a aparência de autêntico tropeiro, com exceção, é claro, do falcão e do trabuco.

A estrada era plana até o Cubatão, ora lá de an do o rio ora cortando-o sobre pontes. A casa principal dessa vila denominava-se Registro e era onde, além de pagar uma pequena taxa, cada passageiro tinha por obrigação registrar seu nome e nacionalidade. Logo depois do Cubatão começamos a galgar a Serra do Mar. Essa cordilheira estende-se por mais de mil milhas, margeando a costa, tendo às vezes suas fraldas banhadas pelo oceano. Outras vezes desvia-se para o interior, deixando entre ela e o mar considerável faixa de terreno baixo e plano a que os portugueses denominaram beira-mar. Sua formação é, em geral, granítica, apesar de a região a que nos referimos ser coberta por uma camada de terra suficiente para alimentar densa floresta, sendo neste ponto destituída dos picos nus e pontiagudos que se projetam em outros trechos. A altura da serra não é tão grande quanto se tem reputado afirmar. O Sr. Mawe¹⁹ dá 6.000 pés [1.828m, N. do T.] como sendo a mais baixa estimativa. Todavia, o Cap. King, medindo-a de fato, determinou sua altitude em apenas 2.250 pés [685m, N. do T.]. O Sr. Mawe cometeu erro ainda maior afirmando que do topo da serra não se avista Santos. Não sabemos como explicar tal desliz, a menos que se suponha que a cidade e suas adjacências estivessem encobertas pela neblina quando o topo da serra estivesse limpo na ocasião em que aquele cavalheiro observou. De fato esse fenômeno ocorre às vezes, sendo muito mais freqüente no inverno.

19 Cf. John Mawe: *Travels in the interior of Brazil particularly in the Gold and Diamond Districts*. London, 1816 – (R. B. de M.)

.....

Capítulo XIV

ESTRADA REAL - SUBIDA DA SERRA - DESCRIÇÃO ROMÂNTICA FEITA POR UM JESUÍTA - ASPECTOS DO INTERIOR - DIVERTIMENTO - UM RANCHO - HOSPITALIDADE - GALOS MÚSICOS - MULHERES DO CAMPO - UMA TROPA - HOSPEDARIA EM SÃO PAULO - HISTÓRIA PRIMITIVA DA PROVÍNCIA - PARAÍSO TERRESTRE - RESERVAS DOS JESUÍTAS - ESCRAVIZAÇÃO DE ÍNDIOS - DADOS HISTÓRICOS - PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA.

Galga a Serra do Cubatão uma das maiores e mais caras estradas que já se construiu no Brasil. Entre tanto, de vi do a sua enorme declividade não pode ser transitada por veículos. Compreende cerca de quatro milhas de sólida pavimentação e mais de cento e oitenta curvas em todo o seu sinuoso percurso. A conclusão dessa importante obra mereceu ser comemorada como acontecimento notável na história colonial portuguesa. Foi o que descobrimos por ocasião de nosso regresso de São Paulo. Tendo parado no topo da serra, depois de gozarmos por algum tempo a esplên dida vista da terra e do mar que de lá se des cor ti na e que provavelmente contemplávamos pela última vez, consagramos alguns momentos à mineralogia daquela paragem sublime. A poucos pas sos de dis tâ n cia ti ve mos a aten ção atra í da para qua tro pe dras aparelha das

e, provavelmente, importadas. Correspondiam elas em formato e tamanho aos marcos comumente empregados nos Estados Unidos e achavam-se abandonadas no chão. Uma delas tinha a face voltada para baixo e tão enterrada no solo que, pelo menos para nós, estava imobilizada. Nas outras, porém, ten do re mo vi do com a ore lha de um mar te lo o mus go e os de tri tos que en co bri am a ins cri ção, conse gui mos de ci frar o se guin te:

MARIA I. REGINA

nes te anno 1790

OMNIA VINCIT AMOR SVBDITORVM

FES SE ÊSTE CAMINHO NO FELIS GOVÊRNO DO ILL^o E EX^o
BERNARDO JOSÉ DE LORENA GENERAL DESTA
CAPITANIA

O contínuo perpassar dos ani ma is e das en xur ra das que de to das as di re ções se pre ci pi tam so bre a es tra da, por oca sião das gran des chuvas, tornaram imprescindível a pavimentação dessa passagem da serra. A despe i to da per fe i ção ori gi nal do tra ba lha, con ti nu a men te conservado e reparado, encontramos diversas valetas cavadas pela erosão e barreiras que se poderiam chamar colossais, não fossem as suas proporções consideravelmente reduzidas relativamente à altura das montanhas e aos enormes precipícios que escancaram suas fauces à beira da estrada. Nesses pontos, um único passo em falso precipitaria no vácuo a montaria e o cavaleiro, sem a menor probabilidade de salvação. Nossa viagem serra acima fora mais interessante por termos cruzado com numerosas tropas. Primeiramente ouvíamos a voz áspera dos tropeiros, incitando os muares, ressoar muito acima de nós como se os brados proviessem das nuvens. Logo mais começávamos a distinguir o tro pel das ali má ri as e, fi nal men te, as avistávamos *erectis auribus*, quais rodando serra abaixo sob o enorme peso da carga. Enquanto passavam as diversas seções da tropa era necessário descobrir lugar para ficarmos à espera. O

tropel dos animais e a gritaria dos tropeiros perdia-se logo dentro da mata rija compacta, lá embaixo.

De vez em quando descortinávamos, por entre a folhagem, o panorama da planura ao pé da serrania, limitada ao fundo pelo mar. Contudo, depois de percorrida metade do caminho, tivemos a visão barrada por espessa neblina. Procuraremos compensar o leitor do prejuízo causado por essa circunstância, dando a seguir uma descrição de altura do jesuíta Vasconcelos que subiu a serrania cerca de 200 anos antes.

“Não se pode viajar, durante a maioria do percurso; vai-se locomovendo aos poucos, com as mãos e os pés, pelas raízes das árvores e por entre rochas e precipícios tamanhos que, confesso, todo o meu corpo tremia quando olhava para baixo. É espantosa a profundidade dos vales e a série enorme de montanhas, umas sobre as outras tiram-nos a esperança de chegar ao fim da subida. Quando se imagina ter-se atingido o topo de uma delas, está-se apenas ao pé de outra de não menor tamanho. É verdade que o sacrifício da subida é compensado de quando em vez, pois quando me assentei a uma rocha do caminho e olhei para baixo tive a impressão de que estava na Lua e que todo o globo terrestre jazia a meus pés. Panorama de rara beleza, pela variedade que apresenta: mar, terra, planícies, florestas, montanhas e estradas e, além, o infinito maravilhoso. Essa ascensão, interrompida por estirões de planura, continua até os campos de Piratininga, no planalto, onde o ar é tão fino que dá a impressão de que os recém-chegados não conseguem respirar livremente.”

A última afirmativa do jesuíta é tão errônea quanto exatas e belas são as anteriores. De nossa parte não veríamos a necessidade de corrigir essa asserção, não houvera Southey, com sua autoridade, dito que o declive continua por oito léguas, até S. Paulo, situada nos campos de Piratininga. A verdade é que do alto da serrania que, como já dissemos, está a 2.250 pés [685m, N. do T.] acima do nível do mar, a distância até S. Paulo é de cerca de trinta milhas sobre uma região diversamente acidentada cuja declividade geral orienta-se para o interior, como aliás o demonstram os cursos d'água que a cortam. Apesar disso, porém, é tão insignificante a variação de nível *grosso modo*, que o ponto mais alto da cidade de S. Paulo tem, ao que se calcula, exatamente a mesma altitude que

o alto da serra. Os inconvenientes que adviriam da refação da atmosfera a tal elevação podem ser facilmente avaliados!

O nosso aborrecimento proveio de causa inteiramente diversa: uma chuvatorrencial que desabou tão logo chegamos serra acima – como chamam o planalto. Nessas paragens o solo é às vezes arenoso e freqüentemente recoberto de rocha ferruginosa parcialmente composta. Em outros pontos predomina uma argila avermelhada. O aspecto geral da região, apesar de interpolada de campinas, lembra os nossos bosques de carvalho no Oeste.

Conquanto muito variada, a vegetação é inteiramente diversa da que se vê em baixo da serra. Curiosa particularidade a que se nota nos campos paulistas: são pontilhados de cupins de dimensões e formatos tais que dão idéia de um vilarejo hontenote. A terra de que são constituídos fica de tal maneira empedernida pela ação alternada do sol e da chuva, que mantém rígida a forma originalmente dada pelos insetos há de dezenas de anos.

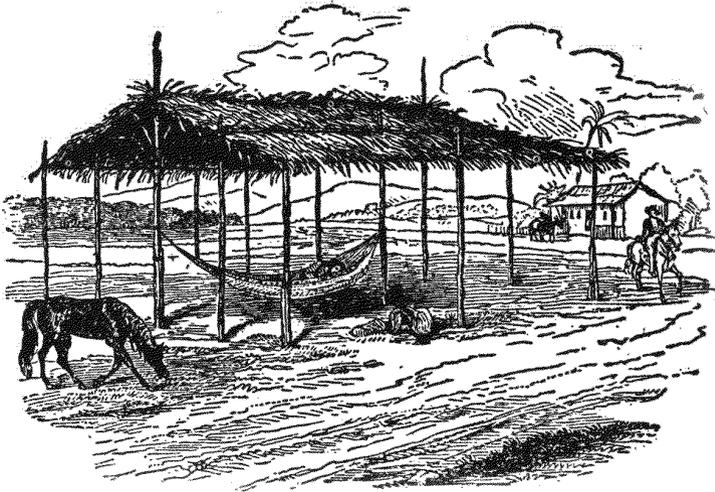
Quando de nossa partida de Santos, recomendaram-nos o nosso cavalo como perfeitamente acostumado à viagem e capaz de fazê-la em ótimo tempo se o deixássemos subir a serra à vontade. Não apenas seguimos essa recomendação, mas ainda aliviemo-lo consideravelmente, fazendo a pé uma parte do trajeto, o que nos levou a distanciar bastantedoscompanheiros.

Quando, porém, nos decidimos apressar, o rocicante se manteve à altura de sua fama e nos pôs no próximo pouso antes dos nossos camaradas.

Foi essa a segunda casa que vimos, muitas milhas depois do alto da serra. Ficava ao lado de um grande rancho onde vagavam alguns suínos, mas era fechada por uma cerca. A chuva caía em grossas batidas, por isso, apressamo-nos em pedir abrigo. A princípio a casa estava toda silenciosa; depois, ouvimos uma voz lá dentro, mas ninguém apareceu. Tendo urgência de entrar, franqueamos as traves que impediam a passagem e colocamos nos samantaria no seco. Ao entrarmos na casa – que era suja e fumarenta – encontramos de envolta com porcos, galinhas, gatos e cachorros sem conta, – um casal de pretos cujo meio de vida consistia, ao que nos informaram, em servir os viajantes. Depois de alguns rodeios destinados a preparar nosso espírito para o que eles

imaginavam ser um preço exorbitante, de rammiho aos aníma is. À medida que chegaram os companheiros, foram acomodados de maneira idêntica. Alguns pediram ovos fritos, a única delícia que os donos da casa podiam ofereceralo paladar humano.

Quando a chuva cessou, prosseguimos viagem até o Rio Pequeno e paramos num rancho construído à margem. Esta palavra é frequentemente encontrada nas descrições de viagem, tanto em espanhol



como em português e, portanto, faz-se necessário explicar o que significa ela no Brasil. O rancho comum nada mais é que uma cobertura, ou antes um teto de sapé, sustentado por moirões, tendo inteiramente aberto o espaço que lhe fica por baixo. É propositalmente construído para abrigar os viajantes e suas dimensões dependem da liberalidade dos habitantes do lugar. Às vezes essas estruturas abrigam desde 60 a 100 pés de comprimento, sendo a largura proporcional. De raro em raro encontram-se ranchos fechados. Os viajantes que chegam primeiro escolhem a melhor acomodação. Descarregam as mulas e empilham a carga e os arreios, às vezes em forma de quadrado, dentro do qual deixam para

repouso sobre as estendas no chão ou em redes. Durante a noite soltam os animais no pasto e, levando cada tropa o seu trem de cozinha, têm o tropeiros temporariamente para preparar a refeição enquanto os animais descansam.

É freqüente acamparem no relento, à procura de melhores pastagens para as alimárias. Empilham em tã em li nha, no chão, os já cas de açúcar, café ou qualquer outra carga, cobrem-nos com couros e cavam um sulco em volta da pilha para evitar que seja danificada por algum aguaceiro repentino.

O fato de a grande maioria dos que viajam pelo interior do Brasil preferirem esta espécie de acampamento provém, em grande parte, das cascas de melho res aco mo da ções. Em torno de nos so ran cho no Rio Pe que no, a lama era extra ordi na ri a men te pro fun da. De fato, o chão tinha sido, aos poucos, cavado a vários pés de profundidade, de maneira que sob o rancho o terreno dava a impressão de uma plataforma elevada. Quando todos os nossos companheiros se dispuseram a passar a noite no rancho; não havendo, porém, abrigo conveniente nem milho para os nossos cavalos, nós e o Sr. F. decidimos avançar mais um pouco.

Mais uma légua de caminhada e chegamos a um ribeirão denomina do Rio Grande, onde paramos junto a um estabelecimento de cujo proprietário nos informaram que o negócio principal consistia em alugar mulas para os que faziam a viagem de Santos a São Paulo. Sua casa ficava mais ou menos na metade do caminho e os que se serviam de seus animais podiam ter a certeza de lá encontrar acomodação e alimento. Recusando servir aos que não eram seus clientes, procurava estabelecer um monopólio. Esse caprichoso senhor estava ausente quando chegamos. Na esperança de que as nossas considerações haveriam de movê-lo, esperamos pela sua volta e pedimos acomodações. O homem era grandalhão, de aspecto selvagem e usava uma vestimenta barba negra. Bastou a sua aparência para nos convencer de que estávamos errados. Tratou-nos com civilidade mas, apresentando numerosas desculpas, recusou-se a nos receber.

Era quase noite e uma bruma espessa baixava sobre tudo, quando fomos forçados a prosseguir viagem, sem nenhuma certeza de melhor acolhida mais adiante. Pretendíamos seguir até uma freguesia,

algumas milhas além, onde, ao que nos haviam informado, existia uma estalagem. Tendo, porém, a noite caído rapidamente, o nosso companheiro decidiu bater em todas as casas que encontrasse até conseguir pouso. Depois de repetidas recusas, conseqüiu finalmente uma resposta afirmativa e rumamos para uma casinha que parecia cheia de gente. Recebeu-nos uma mulher de cerca de quarenta anos, que parecia ser a dona da casa. Prontificou-se a arranjar excelente pastagem para os animais e despaçar um portador, munido de uma lanterna, a procurar milho pela vizinhança. Sua amabilidade foi ao ponto de nos oferecer as camas da própria família, pois não havia outras em que pudéssemos repousar. Várias considerações nos levaram a recusar essa e outras ofertas igualmente amáveis. Ante a nossa insistência, foi-nos permitido ocupar um ranchinho contíguo à moiradia, que dava para a estrada. Arranjamos uma esteira e, com a capa servindo de travesseiro e os arreios nos pés, acomodamo-nos da melhor maneira. Na parede ao lado, uma vela de cera esforçava-se por esbater um pouco as trevas. Quando a chama se extinguiu, ficamos longo tempo a meditar pois, com o vozerio do pessoal da casa e o choramingar de uma ninhada de cachorrinhos que, ao raiar da aurora percebemos ter passado a noite conosco, breves foram os momentos em que o sono visitou nossas pálpebras. O dia surgiu finalmente e com ele o não pequeno receio de que os nossos animais tivessem escapado pois, olhando entre dois moirões não só não os vimos, mas ainda não percebemos a ótima cerca que nos haviam afirmado existir. Desvaneceu-se, porém, o nosso receio ao encontrarmos os cavalos e surpreendeu-nos saber que a palavra “cerca” é também aplicada no sentido de valo!

Esse lugar chamava-se Ponta Alta, pois não existe no Brasil nenhuma casa ou chácara, por mais insignificante, que não tenha um nome sonoro. Foi aí que ouvimos pela primeira vez o canto dos galos de S. Paulo, que se diferencia dos de outros lugares, por uma sustentação quase indefinida da nota final. Essa espécie de *chanteclair* parece, além disso, extraordinariamente propensa a cantar, pois a partir dessa manhã, todas as vezes que nos achávamos próximo a alguma habitação ou galinheiro enchia-nos os ouvidos um incessante cocorô-co-oo-oo-oo-oo, que mesmo durante nossa residência em São Paulo ou víamos de todos os lados.

Ten do par ti do cedo, che ga mos à pa ró quia de São Ber nar do à hora do almo ço. Infor ma do de que a casa prin ci pal era uma hos pe da ria, a ela nos enca mi nhamos, e, não nos sur pre en de u ser mos re ce bi dos com hos pi ta li da de sim ples, mas leal. Essa ines pe ra da ur ban i da de de es tra nhos foi nos ex tre ma men te agra dá vel, prin ci pal men te por es tar em fla gran te con tra ste com a re pul sa que ex pe ri men ta mos du ran te a noi te an te ri or. As re la ções que fi ze mos, a co me çar pelo ve ne ran do pro pri e tá rio do es ta be le ci men to, tor na ram se tão in te res san tes quão agra dá veis. Por ou tro la do aí ví a mos cla ran te a mão



Viajantes paulistas

da di vi na pro vi dên cia que, mais de uma vez du ran te a via gem, nos gui ou pa ra jun to de pes soas que dis pun ham ao mes mo tem po de ca pa ci da de e dis po si ção – em pro por ção ma i or que os ou tros – pa ra co o pe rar com o ob je ti vo de nos sa mis são. O Se ñhor B. for ne ceu nos mu las e ar ran jou nos um guia pa ra as nos sas via gens sub seqüen tes pela pro ví ncia de São Pau lo. De nos sa parte ti ve mos a ven tu ra de po der pre sen te ar lhe com um ex em plar das Sa gra das Es cri tu ras em

português e diversas publicações para se redistribuídas no dilatado círculo de suas relações.

O resto de nossa viagem desenvolveu-se por um areião aprazível, levemente ondulada, mas parcamente habitada. O caminho, apesar de simples trilho batido, impróprio para veículos de qualquer tipo, tem sido freqüentemente reparado devido ao intenso tráfego de tropas. Tivemos ocasião de passar por diversas turmas de conserva sob a superintendência oficial. Nesse serviço encontramos um grupo de alemães recém-chegados. Os demais operários eram principalmente mulatos e índios.

Na falta de carruagem, era de se esperar que as mulheres, a menos que se ativessem exclusivamente aos afazeres domésticos, fossem hábeis amazonas. Por diversas vezes testemunhamos a destreza das damas ao se servirem do estribo e das rédeas. Dificilmente, porém, nos sentimos inclinados a admirar seu estilo de montar, apesar da habilidade que revelaram e da foga de seus corcéis; entretanto, na falta do cilhão dificilmente poderiam fazer mais. Os chapéus masculinos pareciam acompanhar a moda, tanto para viagem como para passeio.

As tropas com que freqüentemente cruzávamos nesse caminho ofereciam aspecto interessante. Eram compostas de cem a trezentas mulas cada uma e levavam número suficiente de homens para lidar com os cargueiros e guardá-los. Os burros geralmente levam apenas uma cangalha com dois jacás perfeitamente balanceados, contendo sacos de açúcar ou outra carga qualquer. Um dos animais é amestrado para conduzir os demais. Esse, que é geralmente escolhido pela sua prática e conhecimento dos caminhos, além de outras qualidades, – leva em geral um penacho na cabeça, fantasiosamente ornamentado de conchas marinhas, fitas e penas de pavão. Leva ainda um cinerópenido ao pescoço e caminha sempre à frente dos outros. O tropeiro chefe vai sempre muito bem montado e leva um laço preso à cinta, pronto para ser arreMESSA do sobre qualquer animal que desgare.

Depois de atravessar as planícies do Ipiranga, avistamos São Paulo e, logo mais, galgávamos uma rua estreita da velha cidade. Dirigindo-nos à única casa onde se pode obter hospedagem, instalamo-nos logo, com todo conforto. A hospedaria está sob a direção de um tal Charles, francês casado com portuguesa, e há muito que o casal reside no lugar. Soubemos, então, que quase todos os viajantes estrangeiros

que nos prece deram fo ram hos pe da dos por ele. A ex pe riên cia de Monsi eur Charles levou-o a tomar cuidados extremos com seus clientes. Tinha como norma não receber quem não trouxesse carta de recomendação. Conhecedor dessa exigência um cavalheiro de nossas relações forneceu-nos o necessário documento. Os naturalistas do nosso grupo não esperavam por tal formalidade e, por cú mu lo da má sor te, o nos so hospedeiro havia tomado uma terrível quizila contra os seus patrícios, ale gan do que *Les fran ça is m'ont tou jours trom pé*. Daí te rem sido for ça dos, os nossos companheiros, a passar a noite numa miserável casa de pasto onde chovia tanto como na rua e onde havia toda sorte de sujeira. Entretanto, no momento, foi a única que conseguiram. Devido a nossa intervenção e às informações que Monsieur Charles conseguiu obter com relação aos nossos amigos, foram eles admitidos em sua casa e, como nós, confortavelmente instalados. O Sr. G. ficou radiante ao saber que Mr. Au gus te Hi la i re tam bém já se ha via hos pe da do na mes ma casa.²⁰

A his tó ria de São Pa u lo trans por ta-nos para as eras em que os europeus fundaram Nova York. Como já dissemos, em 1531, Martim Afonso de Sousa fundou S. Vicente, a primeira cidade da capitania que por mu i to tem po con ser vou idên ti ca de no mi na ção. Sal vo de um na u frá gio, ocor ri do jun to à cos ta, cer to in di ví duo de nome João Ra ma lho, con seguiu aprender a língua dos silvícolas e sobre eles adquirir grande ascendência, che gando mes mo a ca sar-se com a fi lha de um dos prin ci pa is chefes indígenas. Pela intercessão desse português fez-se a paz entre os sel va gens, tor nan do pos sí ve lo de sen vol vi men to da co lô nia. Aos pou cos a co lo ni za ção se es ten deu para o in te ri or e, em 1553, al guns dos je su í tas que acompanharam Tomé de Sousa, o primeiro capitão-general, foram ter à região denominada campos de Piratininga e lá escolheram o outeiro onde hoje se assenta a cidade para a fundação de um aldeamento onde se pu se ram a re u nir e ca te qui zar os ín di os.

Tendo erigido uma pequena palhoça no mesmo sítio onde mais tar de cons tru í ram o co lé gio, con sa gram-na, re zan do nela a pri meira

20 Sa int-Hilaire (que o au tor cha ma de Mr. Hi la i re) não se hos pe dou em casa de seu com pa tri o ta Char les. Na sua pri me i ra vi a gem pas sou duas no i tes na hos pe da ria do Bexiga, enquanto lhe arranjavam uma casa. No diário de sua segunda viagem declara: “dia 3 cheguei a São Paulo e hospedei-me, como da minha primeira viagem, na casa de cam po do Co ro nel Fran cis co Alves”. (R. B. de M.)

missa, a 25 de janeiro de 1554. Sendo esse o dia em que a Igreja de Roma celebra a conversão de São Paulo, deram o nome do apóstolo à citada nascente e, depois, estenderam-no à província. São Paulo ainda é considerado o padroeiro de ambas. Em carta confidencial escrita por um dos jesuítas a seus irmãos, em Portugal, além de outros por me nos interessantes sobre vários assuntos, encontra-se a seguinte passagem que serve para dar idéia de como viam o país os que o conheceram há quase trezentos anos. Essa carta existe em um livro manuscrito apreendido por ocasião da expulsão dos jesuítas e até hoje conserva-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. É datado de 1560. Não se sabe de trecho algum dessa obra que tenha até então sido traduzido para o inglês.²¹

“E por amor de Cristo lhes peço que percam a má opinião que até aqui do Brasil tinham, porque, lhes falo verdade, se houvesse paraíso na Terra, eu diria que agora o havia no Brasil. E, se eu isto sinto, não sei quem o não sentira, por que se olhamos ao espírito al e ser viço de Deus, vai deste modo que lhes digo; pois, se olhamos para o corporal, não há mais que pedir, porque melancolia não a tem cá, senão quem a quiser carregar e descombrir de mais alto que foi o pouco de S. Roque; saúde não há mais no mundo; ares frescos, terra alegre, não se viu outra; os mantimentos eu os tenho por melhores, ao menos para mim, que os de lá e de verdade que nenhuma lembrança tenho de les para os de sejar. Se tem em Portugal galinhas, cá as há muitas e mui baratas: se tem carneiros, cá há tantos animais que caçam nos matos, e de tão boa carne, que me rio muito de Portugal em essa parte. Se tem vinho, há tantas águas que a olhos vistos me acho melhor com elas que com os vinhos de lá; se tem pão, cá o tive eu por vezes e fresco, e comia antes do mantimento da terra que o pão de lá; pois as frutas, coma quem quiser as de lá, das quais cá temos muitas, que eu com as de cá me quero. E além disto há cá cousas em tanta abundância, que, além de se darem em todo o ano, dão-se tão facilmente e sem as plan tar que não há pobre que não seja farto com mui pouco trabalho. Pois se falarem nas recreações, comparando as de cá com as de lá, não se podem comparar, e estas deixo eu

21 *Cartas Avulsas* – Publicações da Academia Brasileira, Rio, 1931. O trecho acima transcrito encontra-se na carta que o Padre Rui Pereira escreveu da Bahia, em 15 de setembro de 1560 aos padres e irmãos da Companhia da província de Portugal, e acha-se à página 263, do volume citado. (N. do T.)

para os que cá quiserem vir a experimentar. Finalmente, quanto ao de dentro e de fora, não se pode viver senão no Brasil quem quiser viver no paraíso terreal; ao menos eu sou desta opinião. E quem me não quiser crer, venha experimentar. Dir-me-ão que vida pode ter um homem dormindo em uma rede, pendurado no ar como rédea de uvas? Digo que é isto cá tão grande cousa que, tendo eu cama de colchões, e aconselhando-me o médico que dormisse na rede, e a achei tal que nunca mais pude ver cama, nem descansar noite que nela não dormisse, em comparação do des canso que nas re des acho. Ou tros te rão ou tros pa re ce res; mas a ex pe riên cia me cons tran ge a ser des sa opi nião.”

Infelizmente o “paraíso” dos jesuítas não durou muito. A benevolência e o devotamento filantrópico que dedicavam aos índios atraíram sobre eles o ódio dos portugueses e dos mamelucos – como eram chamados os mestiços. Estes, cedo iniciaram a escravização dos aborígenes, prá ti ca essa que pros se gui ram atra vés das ge ra ções, com sanguinária ferocidade e perseverança sem paralelo. Oferecendo os jesuítas a mais formal oposição a sua crueldade, os portugueses lançaram mão de todas as formas para hostilizá-los. Ridicularizavam os selvagens por cumprirem as formalidades religiosas tão diligentemente inculcadas pelos jesuítas e os incitavam a continuar na prática de seus vícios pagãos, até mesmo na antropofagia. Con tu do, não fo ram to tal men te mal-sucedidos, esses missionários.

O Governo era-lhes simpático, mas não podia protegê-los contra as perseguições de seus patrícios que, conquanto se intitulassem cristãos, eram tão blindados ao temor de Deus quão indiferentes aos direitos dos semelhantes. Na defesa de seus supostos interesses nada os poderia de ter se não a for ça bru ta. À me di da que os ín di os eram acos sados para o sertão, pela perseguição que lhes moviam os escravagistas, os jesuítas iam buscá-los e ofereciam-lhes novas oportunidades de praticar o culto e receber instrução religiosa. Foi assim que se iniciaram as célebres Reduções do Pa ra guai, de tão no tá vel pro je ção na his tó ria da América do Sul. Às vezes os paulistas vestiam a estamemha dos jesuítas para atrair os ín di os que de se ja vam cap tu rar. Ou tras ve zes, po rém, as sal ta vam as reduções, ou aldeamento de neófitos, elogiando os padres pelo serviço que lhes prestavam em reunir suas presas. Certa vez, a recusa dos jesuítas em devolverem um chefe indígena que havia escapado ao cativoiro

serviu de pretexto para um ataque ao aldeamento. Prevendo a catástrofe, o padre Mola, residente na Redução, “atirou-se ao que, em sua opinião, era o mais urgente dos preparativos e batizou todos os que considerou em condições de receber o sacramento, nessa emergência. Trabalho que se prolongou durante sete horas até que, lhe faltando força para levantar o braço, arrojou quem o segurasse. O ataque foi desfechado e a praça totalmente saqueada; os que tentaram resistir foram massacrados, mesmo ao pé do altar, tendo sido reduzidos ao cativeiro cerca de dois mil e quinhentos índios. De nada valeram as lamentações, as súplias e as lágrimas dos jesuítas e, quando ameaçaram os assaltantes com a justiça divina esses responderam que eram batizados e, por tanto, tinham certa a salvação. Três outras reduções foram semelhantemente destruídas. Em vão se paramentaram os jesuítas com as vestes sacerdotais e, empunhando o crucifixo, enfrentaram os atacantes; os paulistas aprisionaram todos sobre os quais puderam lançar mão, tangendo-os com a barbaridade peculiar ao odioso tráfico de carne humana. A maioria dos escravos sucumbiu à fadiga, à miséria e à inanição, durante a marcha. Quando os açoitados não mais podiam fazê-los caminhar, eram abandonados à morte e à voracidade das feras e dos corvos. Nem ao menos deixavam os filhos permanecer junto aos pais ou estes junto aos filhos, nessa situação extrema. A corja desalmada impelia à força os sobreviventes.²²

As expedições de descedores de índios, denominadas Bandeiras, gastavam meses e às vezes anos nas mais cruéis e devastadoras guerras contra o elemento selvagem. Espicaçadas pela ambição, algumas dessas expedições penetraram até a região que hoje constitui o interior da Bolívia, em direção ao presente, em quanto outras atingiram o Amazonas, ao norte. À medida que os índios se foram rareando a essas agressões desapiedadas, outro incentivo surgiu para estimular sua avariza: o ouro! O sucesso que obtinham neste último gênero de atividade criou novos motivos para prosseguirem na escravização do índio. Precisavam de escravos para lavar as minas. Assim prosseguiu a passo largo o extermínio das tribos aborígenes no Brasil, durante dezenas de anos. Essas expedições deram também em resultado a expansão das terras de Portugal e a disseminação de aldeamentos. Foi pelo desenvolvimento de tais núcleos que

22 Southey.

se povoaram quatro grandes províncias brasileiras desagregadas da de São Paulo, na seguinte ordem: Minas Gerais em 1720; Rio Grande do Sul em 1738; Goiás e Mato Grosso em 1748.

Durante o período em que Portugal e suas colônias estiveram sob o domínio espanhol, considerável número de famílias castelhanas se fixou na capitania de São Paulo e, em 1640, quando a Metrópole recuperou sua independência, um grande partido tentou resistir contra o Governo de Lisboa. Chegou mesmo a aclamar Amador Bueno para rei da capitania, mas, esse indivíduo teve a sagacidade e o patriotismo necessários para recusar terminantemente a dignidade que seus amigos ansiavam conferir-lhe. Posteriormente, porém, os paulistas jamais foram excedidos em sua lealdade para com o Governo legítimo do país, a menos que se considerasse como exceção enunciadas infelizes ocorrências de 1841 e 1842.

Pela carta régia de 24 de julho de 1711, a vila de São Paulo foi erigida à categoria de cidade e seu nome dado à antigamente capitania de São Vicente. Em 1746, o Papa Benedito XIV constituiu-a sede de bispado, sujeita à diocese da Bahia.

São Paulo é ainda notável por ter sido o berço da revolução que culminou com a independência do Brasil. Foi às margens do riacho Ipiranga, próximo à cidade, que, a 7 de setembro de 1822, cercado dos patriotas paulistas que há muito vinham procurando convencê-lo a dar semelhante passo, D. Pedro I deu o grito de “Independência ou Morte”, alijando de vez o jugo de Portugal.

.....

Capítulo XV

SITUAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO – CASAS DE TAIPA – SALAS DE VISITAS – EDIFÍCIOS PÚBLICOS – JARDIM BOTÂNICO – FESTA DA CONVERSÃO DE S. PAULO – PRÉDICA – PROCISSÃO – EXCURSÃO AO JARAGUÁ – UMA FAZENDA BRASILEIRA – ENGENHO DE CACHAÇA – MANDIOCA – COSTUMES INDÍGENAS – PREPARAÇÃO DA FARINHA – AS SENHORAS DA FAZENDA – DISPOSIÇÕES INTERNAS – REZA À NOITE – O CAPELÃO – A LAVAGEM DO OURO.

Pas se mos ago ra à des cri ção de São Pa u lo. A ci da de está si tu a da en tre dois riachos e a cavaleiro de uma elevação cujo topo é bastante irregular. Suas ruas são acanhadas e construídas sem um traçado geral. Os passeios são estreitos e a pa vi men ta ção é feita com uma rocha ferruginosa que muito se assemelha à pedra arenosa vermelha, velha, diferindo, porém, a que se usa em S. Pa u lo, em que con têm mais frag men tos de quart zo.

Alguns edificios são de pedra, entretanto, o material geralmente empregado na construção de casas é a terra que, depois de levemente molhada, pode constituir sólida parede. O sistema consiste em cavar uma vala com alguns pés de profundidade, como se fosse para uma fun da ção co mum, de pe dra; de po is vão de i tan do ter ra e so can do a bem. Quando a parede excede o nível do chão, constroem uma fôrma de tábuas, para manter as mesmas dimensões iniciais, armação essa que

vai sen do trans fe ri da para cima, até que a pa re de atin ja a al tu ra de se ja da. As paredes assim construídas são geralmente muito espessas, principalmente nos grandes edifícios. Pres tam-se, con tu do, para re ce ber um bom acabamento tanto interno como externo e são, em geral, cobertas com amplos telhados que as pro te gem con tra a chu va. Con quan to seja ra zoável essa precaução, sabe-se de muros assim construídos que permaneceram intactos du ran te mais de um sé cu lo, sem qual quer co ber tu ra. Sob a ação do sol eles se tor nam im per meá ve is à água, como um úni co e sólido tijolo, e, a au sên cia de ge a das au men ta-lhes a es ta bi li da de.

As casas da cidade são geralmente de dois pavimentos, dotadas de sacadas que às vezes levam rótulas. As sacadas são os lugares prediletos, tanto dos homens como das mulheres, que aí vão gozar do frescor da manhã e da noite ou assistir à passagem de procissões ou ainda qual quer ocor rên cia que des per te aten ção.

No Brasil, em ge ral, quer se jam as ca sas cons tru í das de pe dra ou de terra (taipa) são comumente revestidas e caiadas. A brancura dos prédios contrasta admiravelmente com seus telhados vermelhos, e, uma das prin ci pa is van ta gens que tal pin tu ra ofe re ce é que pode ser fa cil mente renovada. Em São Paulo, a cor da pintura das casas varia em alguns casos en tre o ama re lo pa lha e o rosa pá li do. No ge ral, o as pec to ex ter no das ca sas é ale gre e as se a do.

Já que estamos no assunto descreveremos o arranjo interno das mo ra di as pa u lis tas, des cri ção essa que se apli ca tam bém às de ou tras re giões do Impé rio. Va ria mu i to a di vi são das ca sas; qua se to das, po rém, são cons tru í das de for ma a de i xar uma área in ter na que ser ve para are jar os dormitórios, sistema esse tanto mais indispensável quanto é hábito generalizado manterem fechadas com pesadas folhas as janelas que dão para a rua. Nas cidades, o andar inferior raramente é ocupado para mora dia; ser ve às ve zes para ca sas de co mér cio, ou tras ve zes para co cheira ou estábulo. As dependências mais comuns, em cima, são: a sala de visitas e a de jantar, en tre as qua is exis tem, in va ri a vel men te, al co vas que servem de dormitórios. A mobília da sala de visitas varia de conformidade com o maior ou menor luxo da casa mas, o que se encontra em todas elas é um sofá, com assento de palhinha e três ou quatro cadeiras dispostas em alas rigorosamente paralelas que, partindo de cada extremidade da primeira peça, projetam-se em direção ao meio da sala. Quando há vi si tas, as se nho ras sen tam-se no sofá e os ca va lhei ros nas ca de i ras.



Vista de São Paulo

Os subúrbios e os arredores de São Paulo são muito interessantes e neles encontram-se numerosas residências elegantes, cercadas de jardins. A cidade é o centro de convergência de toda a província. Muitos dentre os fazendeiros mais abastados têm casas na cidade e só permanecem algum tempo na fazenda, pois, de S. Paulo, podem melhor orientar a venda de suas safras, à medida que passam ser rabaixo em demanda do mercado.

Num dos sítios mais amenos do lugar, a cerca de uma milha de distância, fica o Jardim Botânico fundado há mais ou menos 10 anos. Seu plano geral é de muito gosto, dispondo de alamedas curvilíneas arborizadas e um esplêndido lago artificial de água límpida. Suas dimensões são amplas, e, se for bem cuidado, poderá constituir magnífico logradouro. Atualmente, porém, está um tanto abandonado por falta de recursos do tesouro provincial. Há nos arredores diversas residências finas, e, da elevação em que está situado, descortina-se esplêndido panorama da cidade.

Sendo domingo o dia subsequente ao de nossa chegada a São Paulo, visitamos diversas de suas 12 igrejas, aí incluídas as capelas dos conventos. A catedral diocesana é bastante ampla e, por ocasião de nossa visita, cerca de vinte clérigos cantavam a missa. Era grande a assistência, com acentuada predominância de mulheres. Notamos dois cavalheiros entretidos em animada palestra ajoelhando-se e levantando-se alternativamente, como se pudessem ao mesmo tempo orar e conversar. Em outra igreja de muito menores dimensões, havia também grande número de fiéis, e ainda aí tivemos ocasião de notar a mesma solenidade observada em todos os atos religiosos a que tivemos ocasião de assistir no Brasil. A cerimônia a que nos referimos era uma missa de réquiem.

A 25 de janeiro festejaram a conversão de São Paulo, padroeiro da cidade e da província. Diversos dias antes havíamos lido um edital do bispo²³ dando a ordem das solenidades em comemoração ao “glorioso e maravilhoso acontecimento”. Os atos principais eram: missa, sermão, procissão e exposição de relíquias. Voltamos, portanto, à catedral ao meio-dia, para ouvir o sermão. Consistiu apenas no elogio da vida e do caráter de S. Paulo, mas o orador não primou pela elegância da dicção nem pelo entusiasmo. Como só acontece nos púlpitos brasileiros, o padre

23 Era em tão Bispo de S. Paulo D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade (R. B. de M.)

recitou um sermão decorado. Em outras ocasiões assistimos a declarações bastante expressivas, mas, na solenidade a que nos referimos, o bom clérigo não deve ter tido tempo de se preparar bem ou, então, era dotado de muito má memória, porquanto atrás dele havia outro com o manuscrito na mão. Entre o orador e o “ponto” havia uma cortina que o escondia do público. Quando, porém, seus serviços se tornaram necessários, precisou de mais luz e, pondo de lado a cortina, apareceu em toda a im por tância de suas funções.

A construção dessa igreja, como em geral a das outras, no Brasil, não leva em consideração as conveniências do orador nem as do auditório. O púlpito fica de lado e o fundo da igreja é invariavelmente ocupado pelo altar-mor. A assistência não tem onde sentar, a não ser o piso de terra, de madeira ou de mármore, conforme a suntuosidade do templo. O chão é, às vezes, jun ca do de fo lhas, ou tras ve zes co ber to com tábuas limpas, sendo que, em alguns casos, vimos transportarem cadeiras para a igreja. Por ocasião de nossa visita, a grande área que ficava para o lado de dentro das grades estava cheia de senhoras sentadas *à la turque*, to das jun tas. Assim ins ta la das com fren te para o al tar onde es ta va sendo celebrada a missa, não podiam olhar para o pregador conquanto ti ves se ele tido o cu i da do de se co lo car ao lado di re ito.

Er are al men te im po nen te o as pec to dessa par te da assis tência. Quase todas as senhoras traziam graciosas mantilhas escuras que serviam ao mes mo tem po de cha péu e de xale. Os nos sos ami gos pa ri si en ses ficaram particularmente impressionados com esse detalhe e maior foi o seu espanto ao descobrir sob as mantilhas numerosos rostos de cor. Como bons ca tó li cos não pu de ram de i xar de ob ser var que gran de par te das músicas tocadas durante as cerimônias eram conhecidas em França como pe ças li cen ci o sas e pro fa nas; nem mes mo isso, po rém, os im pres sionou tanto como a decepção que tiveram com relação à compleição das senhoras. Devemos deixar aqui consignado o fato de não terem rivais no Império as paulistanas, quanto à beleza e aos dotes que as exornam, constituindo motivo de orgulho a pureza e a nobreza de sua linhagem. Não é, porém, numa reunião promíscua como a que acima referimos que se podem apreciar essas qualidades das filhas de São Paulo. Além disso, o apuro do vestuário não constitui no Brasil índice de condição ou de nível social. As classes inferiores exaurem seus recursos em adornos

domingueiros e as senhoras capricham em bem-vestir suas escravas. Às vezes, o ouro e a pedraria adquiridos para refulgir nos salões são vistos cintilando pelas ruas, em curioso contraste com a pele negra das domésticas, efêmeras e humildes representantes da abastança da família.

Às 5 horas da tarde a procissão saiu da catedral e desfilou pelas ruas principais ao som de um constante repicar de sinos. Toda a cidade estava a postos para assistir ao desfile do cortejo e as janelas e sacadas regurgitavam de espectadores, enquanto das casas das famílias ricas pendiam finos damascos em honra ao padroeiro da cidade. Duas irmandades, uma de pretos, outra de brancos, marchavam em alas, cada irmão levando uma vela de cera de comprimento suficiente para servir também de bordão e tendo sobre o ombro uma opa branca, vermelha ou amarela que indicava a ordem a que pertencia.

As imagens eram em muito menor número que de costume. De fato só havia três: a primeira representando a Virgem Maria com o menino Jesus; a segunda, São Pedro com as chaves, e a terceira, São Paulo. Fechando o séquito marchava o bispo, assistido de ambos os lados por antigos sacerdotes cujos vistosos paramentos eram pouco inferiores aos do bispo. Um turíbulo queimando incenso precedia o venerando já curvado sob o peso dos anos. Ouro e diamantes cintilavam em sua mitra, sobre a cabeça abria-se o pálio de seda. Nas mãos levava um pequeno crucifixo contendo a hóstia à qual ele parecia orar devotamente. Em último lugar ia uma banda militar e cercada de cem simulações de soldados em uniforme da Guarda Nacional.

Entre as excursões que fizemos pelas circunvizinhanças de São Paulo, uma das mais interessantes foi às velhas minas de ouro do Jaraguá. Estão situadas a cerca de três léguas, no sopé da montanha que lhes dá o nome e que se avista distintamente da cidade, em direção noroeste. Essas minas, de ouro lavado, foram as primeiras descobertas no Brasil. Produziram muito durante a primeira parte do século dezessete e as grandes quantidades de ouro de láca na liza das para a Europa granjearam para a região o cognome de Segundo Peru: tiveram, além disso, o mérito de incentivar a exploração do interior da qual resultou a localização de diversas zonas auríferas em Minas Gerais. Há muito que as minas do Jaraguá já não mais são trabalhadas com regularidade, e, atualmente,

pertencem a uma viúva que lá possui uma fazenda com a área apropriada de uma lavoura.

Dona Gertrudes não possuía apenas essa fazenda, mas, seis outras de valor igual, das quais duas estavam situadas ainda mais perto da cidade de São Paulo das outras do comitê de escravos, cavalos, mulas, etc. Essa dama residia numa das melhores casas da cidade, e, fazendo gosto em obsequiar os visitantes da província, convidou-nos a todos nós para passar alguns dias em sua fazenda do Jaraguá, para onde removeu temporariamente toda a sua organização doméstica. Várias bestas foram enviadas para transportar os hóspedes; como, porém, tivéssemos à nossa disposição um esplêndido cavalo que nos oferecera um amigo e, não podendo partir com os demais companheiros na noite marcada, seguimos viagem pela manhã seguinte bem cedo e lá chegamos ainda a tempo para o almoço. Nessa refeição tomaram parte cerca de vinte pessoas, todas sentadas em bancos, ao longo de uma comprida mesa fixa no chão. A senhora sentia-se orgulhosa em poder servir aos seus hóspedes exclusivamente produtos de suas terras: o chá, o café, o açúcar, o leite, o arroz, as frutas, os legumes, as carnes, tudo, exceto a farinha de trigo, os vinhos e o sal – sendo que o último vinha do outro lado do Atlântico.

Sabendo de nossa disposição para excursões campestres, o Sr. G. convidou-nos, por especial deferência, para com ele e seus assistentes botânicos, escalarmos o morro do Jaraguá que se elevava sobre as nossas cabeças. Logo depois do almoço, partimos orientados por um rapaz português e diversos negros. O caminho estava inteiramente abandonado, e, para sobrevivermos necessitamos de ir procurando passagem, em ziguezague, sob o dorso de uma montanha conílica, somente pela qual a ascensão era possível. Gastamos diversas horas abrindo caminho através da mata. Muito antes de começarmos de fato a subir, os nossos companheiros chegaram à conclusão de que era melhor proceder às suas pesquisas botânicas lá embaixo em vez de persistirem na escalada. Não houve maneira de persuadi-los a seguir adiante. Abandonaram-nos na empresa e voltaram, mas, como nos informaram posteriormente, perderam-se no trajeto e, para encontrar de novo o caminho, gastaram tanto tempo quanto despendemos em terminar a ascensão. Várias foram as razões pelas quais nos decidimos chegar ao termo. Acompanham-nos

na su bi da o guia, o por ta dor de nos sa pas ta e o por tu gue si nho. O caminho logo se nos apresentou mais livre, apesar de que a escarpa era por demais íngreme e o chão muito pedregoso. Contaram-nos diversas histórias de cascavéis e outras serpentes que nos tornariam a expedição perigosa; não vimos, porém, nenhum desses répteis. Encontrávamos de vez em quando um lugar para descanso, e, finalmente, conseguimos atin gir o topo da mon ta nha.

A rocha era de granito, aproximando-se do gnéis. Devido, porém, à sua longa exposição às intempéries, o exterior parecia bastante estragado, dando idéia de pedra calcária calcinada. Estava parcialmente co ber ta por uma espécie de grama rala, no meio da qual encontramos diversos espécimes botânicos raros e in te res san tes. Exa ta men te no cen tro de uma pe que na área, no topo da montanha, havia uma escavação de diversos pés de profundidade. Conclu í mos que esse bu ra co tal vez fos se o in dí cio de uma ten ta ti va dos an tí gos mineradores de ouro, à procura de algum tesouro. Todavia, soubemos mais tar de que se gun do a tra di ção essa cova nada mais era que um ve lho tú mu lo dos in dí ge nas que ti nham por cos tu me pro cu rar os pon tos mais ele vos para dar re pou so aos seus mor tos.²⁴

Ao atingir o pico da montanha, os nossos companheiros soltaram um grito estrídulo e pediram-nos um lenço com que acenar para os mo ra do res, lá em ba i xo, em si nal de tri un fo. O pico do Ja ra guá é o mais alto de toda a região e está situado na extremidade sulina da Serra da Mantiqueira. Chamam-no o barômetro de São Paulo porque, quando o seu cume está límpido, é sinal de bom tempo, mas, quando está

24 So bre este tre cho obser va Sa int-Hilaire:

“Kid der afir mou que os in dí ge nas es co lhi am para se pul tar seus mor tos os lu ga res mais ele va dos. Ja ma is ouvi re fe rên ci as a essa tra di ção. Se o mes mo au tor diz ser mu i to pe no sa a su bi da ao mor ro do Ja ra guá é por que, pro va vel men te, não ti nha o hábito de percorrer regiões montanhosas. Creio que não é muito mais difícil chegar ao cume do Ja ra guá do que al can çar o alto da mon ta nha de Mon te ri ou o cimo do outeiro de Montmartre antes de terem sido traçados caminhos nessas duas ele va ções de ter re no. É ver da de que o ilus tre bo tâ ni co fran çês Gu il le min, ao qual den tro em pou co me re fe ri rei de ta lha da men te, re cu sou a com pa nhar Kid der em sua excursão ao pico do Jaraguá. Guillemin tinha herborizado nos Alpes e, portanto, não temeria uma caminhada assim tão fácil; mas, foi retido ao pé do morro em consequência da moléstia que, pouco tempo depois, o arrebatou do con ví vio de seus ami gos.” (R. B. de M.)

envolto em nuvens, é mau o prognóstico. Além disso é o marco dos viajantes que de qual quer ponto em que se achem por ele se orientam e calculam a distância que ainda falta para chegar a S. Paulo.

O panorama que daí descortinamos era de beleza e variedade indescritíveis, e compensou-nos cem vezes o esforço da escalada. Não muito ao longe, do lado de trás, avistamos diversas “lavradas”,²⁵ ou lugares onde lavavam ouro, que, tendo sido extensivamente utilizados em tempos remotos, deixaram o solo revolvido e nu. Na direção oposta repousa a capital da província, estendida sobre a encosta antigamente denominada Campos de Piratininga. Avistavam-se também as localidades de Campinas, Itu, Sorocaba, Santo Amaro e Mogi das Cruzes. O aspecto geral da região assemelhava-se vagamente ao de algumas que visitamos no hemisfério setentrional, e, dada a impossibilidade de distinguirmos qualquer objeto, a não ser algumas plantas à borda dos precipícios, pela primeira vez durante a nossa permanência no Brasil, poderíamos ter imaginado que avistávamos um trecho dos nossos Estados Unidos. Tal associação de idéias causou-nos uma impressão da qual dificilmente nos esqueceremos. Tínhamos recentemente palmilhado a extremidade meridional da Zona Tórrida, e, do Equador para baixo, raramente algo se nos havia de para do que, a não ser pelo contraste, nos recordasse nossa pátria. Nesse instante, porém, pela proximidade em que nos achávamos das regiões temperadas do Sul e pela nossa momentânea fuga do contato das coisas lá de baixo, vieram-nos à memória vivas recordações dos dias e das cenas de outras épocas. Logo, porém, a ilusão se desvaneceu ante a necessidade de apressarmos o regresso. Num último relance vimos, cercada de montanhas, toda a vasta zona ao alcance da vista, enquanto que a região intermediana se desdobrava numa sucessão interminável de vales e de montanhas. Aqui e ali podiam-se divisar brechas angulares abertas pelos lavados à orla da mata, e a beleza e o encanto do panorama eram consideravelmente realçados pelos cursos sinuosos e brilhantes dos rios Tietê e Pinheiros.

A excursão ao Jaraguá nos proporcionou excelente oportunidade de observar a disposição das planícies no interior. Esse arranjo de ferres, nos vários países, segundo o clima, as culturas e o desenvolvimento da agricultura.

25 O autor provavelmente quis dizer “lavradas” (N. do T.)

Na fazenda de D. Gertrudes, cultivavam cana-de-açúcar, mandioca, algodão, arroz e café. Ao redor da sede viam-se numerosas construções, tais como a senzala dos negros, armazéns para os diversos produtos e o maquinário necessário para pô-los em condições comerciais.

O engenho de cachaça era o lugar onde se destilava o caldo de cana-de-açúcar. Na maioria das fazendas de cana existe a destilaria onde se converte o melaço que sai do açúcar, numa espécie de álcool que chamam cachaça: nesta fazenda, porém, quer fosse pela sua proximidade do mercado ou por algum motivo econômico, nada mais se fabricava a não ser cachaça. A moenda de cana era de construção rude e primitiva, não diferindo muito dos engenhos de cidra, nos Estados Unidos. Era acionada a bois. O cheiro de álcool que daí provinha invadia tudo, na fazenda.

Despertou-nos vivo interesse a fabricação da farinha de mandioca. Esse vegetal (*Jatropha manihot* L.) é o principal farináceo do Brasil e, por isso, merece especial destaque. Sua peculiaridade consiste na existência de um terrível veneno, a par de qualidades altamente nutritivas. É uma planta indígena e, como tal, já conhecida dos silvícolas muito antes da descoberta do Brasil. Southey diz que: “Se Ceres mereceu as honras de um lugar na mitologia grega, muito mais alta de veria ter sido a divinização de quem revelou aos seus irmãos o uso da mandioca.” É fácil de se conjecturar como foi que os selvagens descobriram que dela se podia fazer tão saudável alimento.

O método de preparação consistia em raspá-la por meio de conchas de os tras ou de um aparelho feito de pedras pontiagudas fincadas numa casca de árvore de maneira a constituir uma espécie de ralo primitivo. A polpa era então ralada ou moída com uma pedra, sendo o caldo cuidadosamente espremido e a umidade restante evaporada ao fogo. O preparo da farinha era considerado perigoso e os escravos dela encarregados usavam na comida flores de “nham bi” e raiz de “uru cu” a fim de tonificar o coração e o estômago.

Os portugueses logo inventaram máquinas e prensas para esse fim. Costumavam espremer a mandioca em degas ou lugares onde fosse menor o risco de acidentes. Dizem que nesses lugares encontrava-se um inseto alvarento, venenoso, gerado pelo mortífero suco, com os quais as índias, pondo-os na comida, envenenam seus maridos e os

escravos aos senhores. Uma cataplasma de mandioca preparada com o caldo era considerada excelente remédio para abcessos.

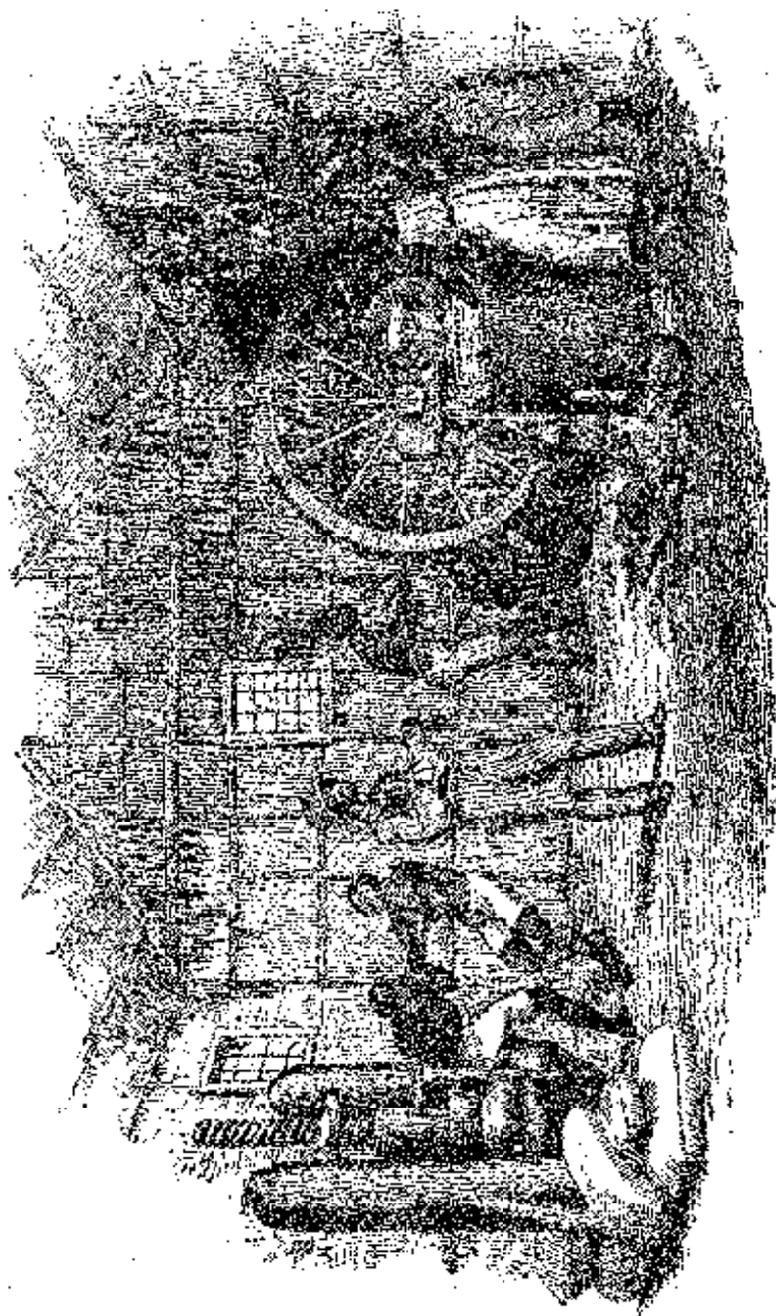
O suco era usado como vermífugo e aplicado a feridas antigas a fim de corroer o tecido afetado. Para alguns venenos e também para a mordedura de cobra, o suco da mandioca era considerado poderoso antídoto. Em estado natural, era ainda usado para limpar ferro. O tóxico da planta está localizado exclusivamente na raiz. Com o tempo as folhas e até o próprio caldo podem se tornar inócuo pela fervura ou fermentação em vinagre, ou ainda, se engrossado ao fogo, por evaporação, até que se torne suco doce para ser servido como mel.

Enquanto crua, não há maneira possível de se conservar a raiz nem por três dias, e a menor umidade estraga a farinha. Pisei e observei entre soldados os grãos de milho em conveções de ser a farinha consumida antes de torrada. Há via duas formas de preparação pelas quais a farinha podia ser mais longamente conservada. A raiz era cortada em fatias, dentro da água, sendo depois as rodelas endurecidas ao fogo. Na ocasião de ser consumida, era moída até se tornar em pozinho bem fino que misturado com água forma uma espécie de creme de amêndoas.

O outro sistema consistia em macerar as raízes na água até começarem a se desfazer; em seguida eram penduradas a secar ao fumo e depois socadas ao pilão até que ficassem reduzidas a uma farinha tão alva quanto a de trigo. Frequentemente os selvagens preparavam a mandioca por esta forma. A preparação mais delicada consistia em passar a raiz numa peneira e levar a polpa imediatamente ao fogo em vasilha de barro. Ficava então granulada e era excelente para ser consumida fria ou quente.

A cultura indígena dessa raiz era sumária e rude. Os silvícolas derrubavam o mato, deixavam-no secar até que pudesse pegar fogo e depois plantavam a mandioca entre os tocos. Como a farinha seca de tal maneira que era impossível imitá-los. Tomando-a entre os dedos, atiravam-na para dentro da boca com tanta força que nem um só grão era va o alvo. Nenhum eu ropeu jamais tentou fazer o mesmo sem empurrar o rosto e a roupa, com grande divertimento para os selvagens.

Era da mandioca também que faziam a bebida para seus festins. Fabricavam-na por um processo engenhoso que tiveram inteligência para descobrir: jamais, porém, terão repugnância bastante para repudiá-lo. As raízes eram cortadas em rodela e postas a cozer até



Engenho de moinhos

que amolecem, de pois de i x a v a m - n a s e s f r i a r . E m s e g u i d a s m o ç a s d a tribo punham-se a mastigar as fatias, cuspiendo-as para dentro de uma vasilha que enchiam de água. A mistura resultante era então levada a ferver, sendo constantemente revolvida. Terminada a cocção, todo o conteúdo da vasilha era transferido para grandes jaras de barro enteradas a meia altura no chão da maloca. Nessas vasilhas cuidadosamente tampadas, dentro de dois ou três dias, dava-se a fermentação. Os aborígenes alimentavam a superstição de que se a bebida fosse preparada por homens, não ficaria bem-feita. Quando chegava o dia de beber, as mulheres acendiam fogo em torno das jarras e serviam a bebida assim aquecida, em meias ca ba ç a s que os ho mens vi nham re ce ber dan ç a n do e cantando e que esvaziavam de um só trago. Jamais comiam durante essas festas, mas em compensação bebiam continuamente enquanto houvesse um só gota de bebida, pois, quando terminavam as reservas da maloca, iam todos para outra, até que não restasse mais bebida em toda a taba. Essas reuniões se realizavam comumente uma vez por mês. Lery assis tiu a uma de las que du rou três dias e três no i tes. E a s s i m os ho mens de todas as épo cas e la ti tu des sem pre de ram pro vas de de pra va ç a o , con ver tendo as dá di vas da Pro vi d ê n c i a g e n e r o s a e m c a u s a s de sua pró pria r u í n a .

A m a n d i o c a é d e d i f i c i l c u l t i v o , n e c e s s i t a n d o , a s e s p é c i e s m a i s co m u n s , d e d o z e a d e z o i t o m e s e s p a r a a m a d u r e c e r . S u a s r a í z e s s ã o m u i t o p r o p e n s a s a s e a l a s t r a r e m . P o r e s s e m o t i v o é c u l t i v a d a d e p r e f e r ê n c i a n a s c o l i n a s q u e a l é m d e c o n t r a r i a r e m e s s a t e n d ê n c i a n a t u r a l d a p l a n t a , p r o p o r c i o n a m - l h e t e r r a m a i s s e c a , q u e é o q u e a p l a n t a p r e f e r e . Q u a n d o a r r a n c a d a s , a s r a í z e s a p r e s e n t a m u m a c o n t e x t u r a f i b r o s a , s e m e l h a n t e à d a s á r v o r e s . O p r o c e s s o d a p r e p a r a ç ã o d a f a r i n h a , n a f a z e n d a d o J a r a g u á , c o n s i s t i a , p r i m e i r a m e n t e , e m c o z e r a s r a í z e s p a r a r e m o v e r a c a s c a e d e p o i s r a l á - l a s , c o m p r i m i n d o - a s c o m a m ã o c o n t r a u m r a l o c i r c u l a r m o v i d o a á g u a . A f a r i n h a a s s i m o b t i d a e r a e n t ã o a c o n d i c i o n a d a e m s a c o s p r ó p r i o s , d i v e r s o s d o s q u a i s e r a m a p e r t a d o s e m c o n j u n t o , n u m a p r e n s a d e r o s c a , a c i o n a d a a m ã o , p a r a e x p e l i r o c a l d o . A m a s s a s o l i d i f i c a d a p e l a p r e s s ã o e r a d e p o i s m o í d a e m p i l õ e s e c o l o c a d a e m f o r n o s a b e r t o s a q u e c i d o s p o r b a i x o , o n d e a f a r i n h a , r e v o l v i d a c o n s t a n t e m e n t e , l o g o s e c a v a . Q u a n d o b e m p r e p a r a d o , o p r o d u t o o f e r e c e u m a b e l a a p a r ê n c i a a l v a c e n t a , a p e s a r d e q u e s u a s p a r t í c u l a s s ã o m a i s o u m e n o s g r o s s e i r a s .

A farinha de mandioca é encontrada em todas as mesas brasileiras e com ela se preparam diversos pratos saudáveis e saborosos.

A substância fina que assenta do caldo da mandioca, quando aproveitado, é o que chamam tapioca e constitui atualmente valioso artigo de exportação.

Tanto em Southey como em outros criatórios não se a preocupação de indagar se existe ou não no Brasil alguma espécie de mandioca destituída de veneno. Seja qual tenha sido ela no passado. O fato é que tal espécie (*Manihotaipim*) é hoje comum, principalmente no Rio de Janeiro, onde é considerada ligeiramente inferior à batata e, como esta, consumida apenas cozida. Tem ainda a vantagem de levar apenas oito meses para atingir o ponto de colheita, apesar de não se prestar para o fabrico de farinha.

As reuniões sociais que nos proporcionaram no Jaraguá não foram de maneira alguma comuns. Quem quer que contemplasse a quantidade de pessoas que enchia a casa, quando estávamos todos reunidos, dificilmente compreenderia a queixa dos brasileiros com relação ao seu país, isto é, de que seu maior mal está na escassez de população. À parte os viajantes e naturalistas e a chusma de domésticos e crianças – cada um dos quais, preto ou branco, se empenhava em fazer mais barulho que os outros – lá estavam várias senhoras parentes da dona de casa, que tinham ido da cidade especialmente para a ocasião. Entre os homens, contava-se três filhos da fazendeira, seu genro, bacharel em direito, o capelão que também era professor da Universidade de Direito e, finalmente, um doutor em teologia. Com tão interessante companhia, dificilmente a nossa permanência na fazenda poderia deixar de ser agradável. Sendo nós os únicos estrangeiros que se podiam expressar no idioma nacional – que os brasileiros preferem chamar de língua portuguesa – coube-nos, durante maior parte do tempo, entreter as senhoras ou de ser por elas obsequiado, e é com prazer que declaramos nada ter notado daquele excessivo acanhamento que alguns escritores afirmam constituir um dos característicos da mulher brasileira. É verdade que as mocinhas dificilmente iam além de um sim senhor, ou não senhor, mas, a extrema sociabilidade de D. Gertrudes compensava esse retraimento. A proprietária fez-nos, muito espontaneamente, uma completa exposição dos seus negócios, mostrou-nos, ela mesma, os seus tesouros agrícolas e

minerais e parecia ter a maior satisfação em divulgar os resultados de sua experiência em qualquer campo.

Certa ocasião pedimos desculpas à D. Gertrudes por tomarmos algumas notas em sua presença, explicando-lhe que tínhamos visto tanta coisa interessante naquele dia que desejávamos fixar algumas impressões pessoais. A senhora, porém, manifestou-se satisfeita pelo interesse que demonstrávamos por tudo quanto tínhamos visto e ouvido, acrescentando que sentia prazer em ver encaminhada para a imprensa informações sobre as coisas da propriedade agrícola. Portanto, em vista de sua autorização, passaremos em rápida revista – o que de outra forma não ou saríamos fazer – as instalações de seu estabelecimento rural.

Era rico e farto o serviço de mesa, mas reinava certa confusão entre as dez ou doze copeiras que poderiam ser perfeitamente substituídas por apenas duas que conhecessem bem o *métier*. A baixela era das mais finas e caras. As mesas e cadeiras, miseráveis. A roupa de cama, as fronhas e as toalhas dos dormitórios eram de algodão mas orna das com largos babados de cambráia. Parecia que o contraste imperava por tudo. O jantar foi servido mais ou menos às 6 horas. A ceia às 9.

Durante a noite, meia hora era consagrada à oração. Vimos grande número de negros que entravam e uns após outros, nos saudavam, mãos cruzadas sobre o peito, com a jaculatória “louvado Senhor Nosso Senhor Jesus Cristo”. Depois começaram a cantar no quarto contínuo, e, nessa ocasião, um padre que estava sentado ao meu lado, levantando-se, disse-nos supor que não rezávamos, mas, que, de sua parte, ele o ia fazer. Retifiquei seu engano e ele saiu rindo sem, entretanto, convidar a nenhum de nós para acompanhá-lo. Disseram-nos que o padre assistia a essas orações como qualquer membro da família e que quem puxava a reza e mesmo as ensinava era um preto velho. A devoção dessa tarde consistia principalmente em uma novena, espécie de serviço religioso que compreende uma ladainha constituída de nove partes que são cantadas separadamente em outras tantas noites. Era realmente agradável ouvir a combinação de uma centena de vozes nesses piedosos exercícios. Ao que parece, as reuniões de escravos à noite, e às vezes também pela manhã, são comuns nas fazendas e não raras na cidade. Nessas ocasiões, as senhoras não velam-se aos seus serviços. O prazer que então experimentam estes últimos, freqüentemente renovado em vista

dos numerosos dias-santos da Igreja Romana, constitui sem dúvida poderoso lenitivo para a sua penosa situação servil. Era natural que travássemos relações com sua reverência o doutor em teologia. Não távamos que não somente possuía ele uma sólida educação, como ainda tinha idéias bastanteliberais. Os resultados das nossas discussões sobre vários assuntos não foram de maneira alguma desagráveis, conquanto não pos sa mos aqui fa zer alu são a eles. Os de ve res do ca pe lã o da fa mí lia vão pouco além da missa que tem de celebrar nas capelas particulares aos domingos e dias santificados, e, a ser exa ta a in for ma çã o que te mos, percebe ele reduzidos emolumentos além do privilégio e da honra de acom pa nhar a fa mí lia em suas ex cur sões pelo in te ri or.

Presenciamos a lavagem do ouro, certa manhã bem cedo, antes que o calor do sol perturbasse o trabalho. A lavra estava situada num terreno de aluvião, ao pé da montanha. Pequena é a quantidade do precioso metal que aí se obtém de mistura com o cascalho; mas, por outro lado é encontrado em partículas que va ri am em di men sões des de a mais fina até o tamanho de um chumbo grosso ou de uma ervilha. O solo é vermelho e ferruginoso, sendo o ouro às vezes encontrado à flor da terra, mas, em geral envolto em uma cama da de pe dre gu lhos ro li ços, como os em que se en con tram di a man tes e que se denominam cascalhos. É muito simples o sistema de procurar o precioso metal escondido no meio da impureza. Em primeiro lugar é necessário que haja um córrego cujo leito seja su fi ci en te men te alto para que pos sa ser des via do por meio de calhas ou de encanamentos, para o topo da escavação. A terra é en tão cor ta da em degraus de 20 ou 30 pés [6 a 9m] de comprimento, dois ou três de lar gu ra [60 ou 90cm] e cer ca de 1 pé [30,48cm] de al tu ra.

“Próximo ao fun do, ca vam uma va le ta de dois ou três pés [60 ou 90cm] de profundidade. Em cada degrau ficam seis ou oito negros que, à medida que a água cai, mantêm a terra em movimento contínuo até que fique reduzida a uma lama líquida que é lavada embaixo. As partículas de ouro contidas na terra caem para dentro da valeta onde, por força de seu peso específico, se depositam rapidamente. Diversos negros se encarregam de remover constantemente as pedras da valeta e limpar a superfície da água, trabalho esse consideravelmente auxiliado pela correnteza. Depois de uma lavagem de cinco dias, o resíduo do fundo da valeta é transferido para outro curso d’água, onde sofre nova

lavagem. Para esta operação adotam recipientes de madeira, afunilados, com cerca de dois pés de boca [60,96cm] e cinco ou seis polegadas [12,15cm] de profundidade, a que denominam gamelas. Cada negro, metido dentro do córrego, toma na sua gamela cinco ou seis libras [2,26 a 2,72kg] do sedimento que geralmente consiste em matéria de elevado peso específico: grânulos de óxido de ferro, pirita, quartzo feruginoso e às vezes pedras ainda mais valiosas. Deixam entrar certa quantidade de água na gamela à qual imprimem um rápido movimento de rotação e com tal habilidade que o precioso metal separando-se das substâncias inferiores e mais pesadas, assenta-se no fundo e nas margens da valha. Lavam então a gamela num recipiente grande, com água limpa, deixando aí o ouro e recolhendo o processo.

“A lavagem de cada gamela leva de cinco a nove minutos. O ouro assim obtido é muito variável não só na qualidade como no tamanho das partículas. A operação é superintendida por fiscais, dada a importância do resultado. Quando o processo de lavagem está terminado, o ouro é colocado numa panela e levado ao fogo brando para secar. De tempos em tempos é apresentado à Casa de Fundição onde o metal é pesado, sendo então cobrado o quinto da Coroa. O restante é fundido com muriato de mercúrio, dando-se-lhe a forma de barras, depois do que é pesado e marcado, de acordo com o seu valor intrínseco.”²⁶

Barras de ouro não cunhado eram antigamente comuns no meio circulante brasileiro. Hoje em dia, porém, a não ser nos departamentos de troca, dificilmente se encontram outras moedas metálicas que não as de cobre.

Estavam paralisados os trabalhos das minas, quando as visitamos. O aspecto local era solitário mas grandioso. As largas e profundas escavações, os canais vazios, os leitos secos dos riachos e os enormes montes de cascalho, tudo estava imerso em silêncio mas, lembrava aquela *sacra auri fames* que em todos os tempos e países encontrou abrigo no coração do homem. A própria terra parecia lamentar a desolação a que devotaram seu seio dadivoso, há tanto tempo – senão para sempre – despido de vegetação, como ingrata recompensa pelos tesouros que desvendou.

26 Mawe.

Algumas horas de procura entre os detritos removidos pela escavação e o cascalho refugado como imprestável, compensaram-nos com grande quantidade de espécimes geológicos. Na terra solta em torno das lavras, encontramos belos espécimes de óxido de manganês preto.

.....

Capítulo XVI

A CULTURA DO CHÁ – A COLÔNIA CHINESA NO BRASIL –
UMA PLANTAÇÃO DE CHÁ – MANEIRA DE PREPARAR A
FOLHA – EXCURSÃO À PENHA – UM JOALHEIRO NO CAMPO
– JABUTICABEIRA – DR. BROTERO – ESCOLA DE DIREITO –
SUA BIBLIOTECA – FACULDADE – O CURSO – VIAGEM AO
INTERIOR – JUNDIAÍ – HOSPEDARIAS DA VILA –
CAVALGADA MATUTINA – VISTAS CAMPESTRES – CAMPINAS
– DIVERTIMENTOS – SOLDADOS – LUGARES COM NOMES DE
SANTOS – DEPREDACÃO CAUSADA PELAS FORMIGAS.

De volta do Jaraguá paramos nas margens do Tietê a fim de visitar uma plantação de chá do Coronel Anastácio,²⁷ soldado veterano que, quando moço serviu no exército português, e, na época em que o conhecemos já com a propecta idade de oitenta e seis anos, gozava do

27 Trata-se do Coronel Anastácio de Freitas Trancoso, natural de Paranaguá. Iniciou a carreira militar no posto de capitão de uma companhia de voluntários reais (armada e fardada à sua custa) de um regimento organizado por Martim Lopes Lobo de Saldanha, em 1775, para combater no Sul. Foi membro do Governo provisório. Era pai de Francisco Pinto do Rego Freitas. O lugar onde ficava a fazenda do coronel é hoje um bairro de S. Paulo, o Anastácio.

Engana-se Azevedo Marques quando diz que faleceu em 1830, pois Kidder o visitou em 1839, quando tinha a idade de 86 anos. Nasceu portanto em 1753. (R. B. de M.)

otium cum dignitate em seu retiro agrícola. Um dos principais objetivos da visita do Dr. Guillemín ao Brasil consistia em estudar a cultura do chá e obter mudas.

Tais mudas destinavam-se à introdução dessa planta asiática no sul da França onde o cultivo do chá está sendo atualmente incentivado com vigor, sob o patrocínio do governo. Assim é que a cultura do chá no Brasil tornou-se objeto do interesse de um governo europeu. Os primeiros espécimes dessa planta exótica, foram introduzidos no Rio de Janeiro por volta de 1810, e cultivados principalmente no Jardim Botânico, sob as vistas do Governo e na fazenda imperial de Santa Cruz, a cerca de 50 milhas a sudeste da Capital. A fim de assegurar o melhor tratamento possível à nova cultura, que, ao que esperavam os governantes haveria de se desenvolver rapidamente, a ponto de poder suprir a Europa, o Conde de Linhares, então primeiro-ministro de Portugal, providenciou a imigração de algumas centenas de colonos, não da população misturada do litoral chinês, mas do interior do Celeste Império; pessoas experimentadas não só no cultivo da planta como no preparo das folhas.

Esta foi provavelmente a primeira e a última colônia de asiáticos que jamais se fixou no Novo Mundo; pelo menos desde o seu descobrimento por europeus. Os colonos, porém, não se deram bem com a mudança. Não prosperaram, e, atualmente, quase que desapareceram de todo. Devido, sem dúvida, às diferenças entre a terra brasileira e a da China, e, talvez também devido aos métodos imperfeitos de preparar as folhas, quando colhidas, nem mesmo os chineses conseguiram chá de boa qualidade. Não tendo sido correspondido pela realidade, o entusiasmo inicial logo arrefeceu, e, no Rio de Janeiro, a plantação de chá, mesmo no Jardim Botânico, declinou rapidamente, não passando hoje de mera curiosidade.

O chá é um bonito arbusto, e, com a idéia de incentivar sua cultura, o Jardim Botânico fornece gratuitamente, aos interessados, mudas e sementes.

Diversos paulistas iniciaram espontaneamente a cultura do chá, tendo sido muito bem-sucedidos. A produção entretanto, ainda não é considerada de qualidade igual à dos melhores tipos de origem chinesa, nem a quantidade ainda é suficiente para suprir o consumo interno além

de ser o seu custo superior ao importado de Cantão. Contudo os capitalistas interessados no seu plantio têm ainda esperanças de reduzir o custo de produção e aperfeiçoar a qualidade do chá, de maneira a poder concorrer com o chinês até mesmo nos mercados externos. A plantação do velho coronel foi uma das mais interessantes que visitamos. A ordem era perfeita e lá havia pés de chá de todas as idades, de 1 a 10 anos. As alas formadas pelos arbustos são intervaladas de 5 pés [1,52m]. São duas as colheitas anuais. A altura média dos arbustos vai de 2 a 2,5 pés [60 a 75cm]. É grande a diferença de qualidade entre as folhas produzidas em terreno alto e seco e as provenientes de solo baixo e úmido. No último caso, o desenvolvimento da planta é mais rápido e exuberante, mas a folha é mais suculenta e de aroma menos agradável que quando o chá cresce em terreno seco e alto. O coronel e seu filho – sendo que o último é o principal administrador da fazenda – só tinham vendido as quantidades procuradas lá na plantação, e, portanto, retinham ainda a maior parte do que haviam produzido desde o início. A principal razão para terem assim procedido provém do fato que o chá melhora com a idade. As folhas eram guardadas em latas com rótulos indicativos das safras. Os implementos usados nessa fazenda para o preparo da folha eram muito simples e consistiam em: 1^o), cestos onde as folhas eram depositadas quando colhidas; 2^o) armações de madeira aparelhada onde eram enroladas, uma a uma; 3^o) fornos, ou enormes panelas de metal, para secá-las, ao fogo.

Depois de percorrermos as proximidades da sede onde vimos belas plantações de mandioca, cana-de-açúcar, banana, café e algodão, sentamo-nos um pouco na sala de visitas do Coronel enquanto ele desenvolvia novamente algumas de suas velhas batalhas. Foi-nos então servido vinho paulistano, puro suco de uvas cultivadas na fazenda, e que, segundo a opinião dos entendidos, era de fina qualidade.

Quando voltamos a São Paulo, fizemos uma excursão à Penha, distante duas léguas da cidade, na estrada que vai para o Rio de Janeiro. De nenhum outro lugar é mais belo o panorama da cidade que quando a ela se chega por essa estrada, tanto no momento em que é avistada pela primeira vez, à distância, como mais de perto quando se torna nítido o contorno das torres das igrejas e conventos e dos edifícios principais. Nosso passeio iniciou-se pela manhã, hora em que é maior o

encanto das flores à beira dos caminhos, embalsamando os ares. Chegando à pitoresca elevação ocupada pela igreja de Nossa Senhora da Penha, passamos por um portãozinho à direita, e, seguindo por um caminho coleante que se desenvolvia ora através de um vale, ora por entre o mato, chegamos, ao fim de uma milha de caminhada, ao sítio de um artesão francês onde o Sr. G. havia passado a noite e nos devíamos encontrar. O Dr. interessara-se vivamente pela história do seu concidadão, a quem visitava. Segundo ele mesmo o dissera, esse francês havia aprendido o ofício com um dos primeiros joalheiros de Paris com o qual trabalhara em condições bastante favoráveis. Tendo, porém, andado a vagar sem destino pelo mundo, nunca mais se comunicou com seus amigos que, portanto, há anos não sabiam dele. Tinha por isso pedido ao hóspede que informasse a seus pais de que não só estava vivo mas, ainda, que prosperava. Era casado com uma moça brasileira, filha de um padre e parecia inteiramente identificado com a terra e seus costumes. A casa era destituída de soalho e da maioria dos objetos considerados indispensáveis à decência e ao conforto, e, entretanto, só o ouro que pendia das orelhas da senhora, era suficiente para adquirir todo o necessário, inclusive mobília. O cômodo onde estava instalada a oficina era o mais limpo e interessante da casa, e as peças de *bijouterie* que ele produzia para os joalheiros de São Paulo eram superiores. As plantações desse cavalheiro estavam igualmente em franco progresso. Além dos produtos comuns à região, tinha um campo de arroz e um rebanho de carneiros. Entre as árvores frutíferas viam-se numerosas jabuticabeiras. Essa árvore pertence à ordem das mirtáceas e é dotada da grande singularidade de dar as flores e os frutos diretamente colados ao tronco e aos galhos principais enquanto que as extremidades são cobertas por densa folhagem verde. A fruta é deliciosíssima, e dá a idéia de uma grande uva roxa.

Na volta passamos pelos campos, formações essas que, na fraseologia dos nossos estados do Oeste, seriam denominadas campinas e onde proliferavam espécimes botânicos raros. Entre as variedades colhidas, contava-se a que os habitantes do local chamam *tibou* e que é venenosa para o gado. Depois de ingeri-la os animais morrem invariavelmente.

A Academia de Direito, ou como é freqüentemente denominada, a Universidade de São Paulo, ocupa o primeiro lugar entre os estabele-

cimentos de ensino do Império. Tivemos excelente oportunidade de visitá-la, tendo por essa ocasião sido apresentados pelo secretário ao presidente em exercício, Dr. Brotero.²⁸ Este cavalheiro, cuja esposa é norte-americana, merece respeitosa menção, não só pelo zelo e habilidade com que dirige a instituição, mas também como escritor. Publicou um trabalho sobre *Os Princípios da Lei Natural* e um tratado sobre *Presas Marítimas*.

O prédio dos cursos jurídicos foi originalmente construído para convento dos frades franciscanos aos quais o governo obrigou abandonar-lo para ser consagrado ao uso mais proveitoso de atualmente. Sendo de construção boa e ampla, com pequenas alterações, foi adaptado às necessidades do estabelecimento. As salas de aula e de preleções ficam no primeiro andar; as dos professores e a biblioteca, no segundo. Essas peças, juntamente com um amplo claustro, constituem todo o estabelecimento, além de duas imensas capelas até hoje devotadas à sua finalidade original. Numa delas vimos algumas pinturas bem bonitas e um enorme andaime onde diversos operários trabalhavam no estuque da arcada principal do teto. Ambas as capelas estavam repletas de imagens e quadros em cores, representando o santo padroeiro. A biblioteca da escola, contendo sete mil volumes, compõe-se das coleções originalmente pertencentes aos franciscanos, uma parte das quais foi doada ao convento pelo bispo da Madeira; foram ainda enriquecer a biblioteca da Academia os livros de um falecido bispo de São Paulo, setecentos volumes doados pelo seu primeiro diretor e diversos acréscimos feitos por ordem do governo. Não eram muitos os livros sobre direito e belas letras, e, no que toca às ciências, era bem deficiente a livraria. A única compensação para tão lamentáveis lacunas era um elevado número de livros de teologia ainda não lidos e que certamente jamais o serão. Entre eles, porém, não havia um único exemplar da Bíblia – a fonte de toda a teologia certa – na língua do país, sendo que dificilmente em São Paulo se poderia mencionar outro livro mais raro. Esta deficiência, tivemos a felicidade de sanar, doando um exemplar da tradução portuguesa de Pereira, que trazia a seguinte dedicatória:

28 Trata-se do Conselheiro José Maria de Avelar Brotero casado com D. Isabel Dabney. (R. B. de M.)

À BIBLIOTECA DA ACADEMIA JURÍDICA DE
S. PAULO
DA SOCIEDADE BÍBLICA AMERICANA PELO SEU
CORRESPONDENTE.

Cidade de S. Paulo
15 de Fev. de 1839.

D.P.K.

(SIC)

O secretário da instituição teve a gentileza de nos fornecer, por escrito, alguns dados com relação à sua história e finalidade, dos quais traduzimos o trecho que se segue:

“A Academia de Ciências Jurídicas e Sociais da Cidade de São Paulo foi criada por decreto de 11 de agosto de 1827 e oficialmente inaugurada pelo seu primeiro professor Doutor José Maria de Avelar Brotero, a 1º de março de 1828, sendo primeiro diretor o Tenente-General Arouche de Toledo Rendon.

“Os estatutos que a regem foram aprovados por decreto de 7 de novembro de 1831.

“As disciplinas do curso preparatório são: Latim, Francês, Inglês, Retórica, Filosofia Moral e Racional, Geometria, História e Geografia.

“O curso de Direito é dividido em cinco anos e as várias cadeiras são assim denominadas:

PRIMEIRO ANO

1ª Cadeira – Direito Natural e Direito Público. Análise da Constituição do Império, Direito de outras nações e Diplomático.

SEGUNDO ANO

1ª Cadeira – Continuação das matérias acima.

2ª ” – Direito Canônico, Público.

TERCEIRO ANO

1ª Cadeira – Direito Civil do Império.

2ª ” – Leis Criminais. Teoria do Processo Criminal.

QUARTO ANO

- 1ª Cadeira – Continuação do Direito Civil
2ª ” – Direito Comercial e Marítimo

QUINTO ANO

- 1ª Cadeira – Economia Política
2ª ” – Teoria e Prática do Direito em geral, adaptadas ao Código do Império.

“Os requisitos necessários para ingresso ao curso são: idade de dezesseis anos e conhecimento das disciplinas básicas. O estudante não pode passar de ano sem prestar exame satisfatório das matérias do ano anterior. Aprovado nos exames do quinto ano, a Academia confere ao aluno o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, assistindo-lhe ainda o direito de defender tese, candidatando-se, dessa forma, ao título de Doutor em Direito.

“Nos exames do curso os estudantes são argüidos por três professores durante vinte minutos cada um. Os concorrentes ao título de doutor devem discutir sobre sua tese com nove lentes sucessivamente, devendo cada discussão durar meia hora. Finda a discussão, os professores, por escrutínio secreto, resolvem sobre a aprovação ou reprovação do candidato.”

A fim de explicar as peculiaridades do curso acima descrito é preciso que se diga que, na sua organização foi tomada como paradigma a Universidade de Coimbra. A cultura proporcionada pelo estabelecimento poderá ser formal e exata, mas nunca popular. Os brasileiros visam mais à utilidade que as formas antiquadas da Universidade portuguesa, como talvez se possa concluir do decréscimo que ultimamente se vem observando na frequência da Academia, conforme os dados abaixo. E, quer-nos parecer que, para que consiga ter alunos, será necessário que a Universidade de São Paulo condense e modernize o seu curso.

Foi o seguinte o número de estudantes que, nos últimos anos, cursaram a Academia de Direito:

1828	–	33	1831	–	270
1829	–	114	1832	–	274
1830	–	213	1833	–	267

1834	-	221	1839	-	60
1835	-	175	1840	-	53
1836	-	178	1841	-	59
1837	-	94	1842	-	61
1838	-	63	1843	-	65

Depois de uma permanência suficientemente longa na cidade de São Paulo, preparamo-nos para visitar o interior da província. O meu amigo de São Bernardo nos havia fornecido animais e guia que nos foram recomendados como de primeira qualidade. O guia era um negro veterano, chamado Joaquim Antônio, grande conhecedor das estradas, acostumado a lidar com os animais e excelente cozinheiro.

Certa manhã partimos pela mesma estrada que havíamos trilhado até o Jaraguá. O céu estava encoberto, e, portanto, não nos maltratavam os raios ardentes do sol. Uma brisa leve e agradável refrescava o ar. Penetrávamos no desconhecido, virtualmente sós, e, não fora a nossa constante comunicação com Aquele a quem procurávamos servir, teríamos nos sentido sós e desamparados. Todavia, conseguíamos sentir a Sua presença e perceber claramente o fulgor de Sua glória nas obras de suas mãos.

O caminho desenvolvia-se por entre morros e vales, apenas de raro em raro proporcionando uma visão mais ampla. Cada curva da estrada parecia nos levar mais para o âmago de um vastíssimo labirinto repleto de belezas vegetais, apenas levemente tocado, aqui e acolá, pela mão do agricultor. A palmeira, em suas numerosas variedades, constituía o motivo ornamental característico do panorama. Na zona que atravessávamos, porém, apenas duas espécies se faziam notar. Uma delas se projetava direita para cima, alta, esguia, solitária, sem folhas nem flores. A outra, oscilando entre 60 a 90 pés [18 e 27m] de altura, seu tronco afunilando gradativamente de baixo para cima até terminar num fio, apresentava em cada junta uma coroa de filetes e folhas que às vezes se agarravam aos galhos de outras árvores e outras vezes balançavam graciosamente desenhando no ar todas as curvas imagináveis. Havia ainda as begônias de várias tonalidades, e, de vez em quando uma árvore frondosa, qual rainha da floresta, toda coberta de flores brilhantes e vivas como as

da primavera na estação das flores. Paramos pela primeira vez à uma e meia, num vale profundo, junto à confluência de duas correntes onde uma fila de fogueiras extintas indicava ser o ponto de parada dos tropeiros. Aí fizemos uma refeição constituída de pão e bananas e bebemos água do regato, com a mão. Não havendo relva suficiente para as nossas montarias, retomávamos o caminho que continuou percorrendo cenários semelhantes aos que já descrevemos, até que afinal surgiu ao longe a Vila de Jundiá.

Fustigando os animais, vencemos as duas léguas que dela nos separavam e com grande alívio chegamos à povoação ao cair da noite. Apesar de sua população de duas a três mil almas e de constituir a vila importante centro comercial, dispunha ela de apenas uma estalagem, e essa mesma pequena, afastada da rua, com muito mais aparência de casa particular que de hospedaria. O Joaquim foi logo batendo à porta e depois das formalidades do estilo, indagou, “Tem quartos de aluguel?”. Tendo recebido resposta afirmativa, apeamos satisfeitos na expectativa de um merecido descanso depois de termos vencido as onze primeiras léguas²⁹ de nosso percurso. O dono da casa estava ausente e não vimos ninguém a não ser negros e crianças. Mandaram-nos a chave do nosso quarto que não tinha soalho nem janela, e a não ser pela porta que se abria diante de nós, não recebia ar nem luz. Tinha porém espaço suficiente para guardarmos os arreios e bagagens; finalmente, lá no fundo, a custo descobrimos uma cama. Serviram-nos logo a ceia constituída de canja de galinha. Nada mais nos restava fazer. A velinha que nos havia alumiado a ceia extinguiu-se. Passamos então a chave para o lado de dentro para evitar que nos interrompessem o repouso e deitamo-nos. Justamente quando começávamos a conciliar o sono, deu-se um fato que nos roubou toda a expectativa de sonhos agradáveis. Fomos despertados por uma sensação de asfixiar. O ar parecia impregnado de emanção nauseabunda que se poderia imaginar vinda diretamente do inferno. Levantamo-nos para verificar a causa e descobrimos que o Joaquim Antônio, instalado na antecâmara, seguindo um costume muito à feição dos fumantes, tinha se deitado com um charuto na boca. Como conseguira ele acender aquela coisa horrível ou até que ponto o charuto poderia contribuir para amaciar o banco duro sobre o qual se havia

29 A légua portuguesa é igual a 1/18 de grau.

estirado, não tratamos de indagar, mas, o fato é que fizemo-lo abrir imediatamente a porta para que entrasse um pouco de ar puro e pregamos-lhe um sermão de que jamais se esqueceu, enquanto esteve a nosso serviço.

A aurora já encontrou o nosso fumante tratando dos animais e preparando-os para a viagem. Haviam-nos prometido servir leite pela manhã, entretanto, surpreenderam-nos com a notícia de que a vaca tinha fugido. Ao sair para continuar nossa viagem tivemos ocasião de apreciar a fisionomia da cidade antes de muitos de seus habitantes abrirem as portas. Assenta-se sobre um oiteiro semi-esferoidal, cercado de escarpas e, mais ao longe, por altas cadeias de montanhas. As ruas são amplas e arejadas. Os principais edifícios públicos são duas igrejas, uma das quais é grande e bonita.

A manhã estava agradabilíssima; o céu límpido e o ar fresco conquanto logo depois de nascer o sol fosse aquecendo rapidamente. A estrada que percorríamos atravessava uma floresta quase plana, com quatro léguas de extensão, a fim das quais apareceram clareiras e plantações. Durante o dia passamos pela primeira serraria que vimos no Brasil, onde os troncos eram serrados pelo lento e estafante processo manual da serrachicote. Diversos pormenores no aspecto geral da região nos fazia cada vez mais lembrar dos Estados Unidos. A variedade dos pássaros que alegravam nosso caminho era maior que de ordinário. A pomba comum e a pomba-rola eram bastante encontradas; ouvia-se constantemente a nota estrídula da “uraponga” – assim denominada pelo seu canto peculiar. Devemos aqui frisar em contradição às histórias extravagantes de alguns escritores com relação à fauna sul-americana, que tendo viajado longamente no Brasil, notamos que tanto os animais como as aves são muito mais raros que no interior dos Estados Unidos. Não encontramos esquilos de espécie alguma, e o mais que o viajante pode ver em circunstâncias normais, durante um dia inteiro de viagem, é um bando de macacos ou de papagaios. A aparente ausência de caça pode, entretanto, ser devida ao fato de ser ela extremamente arisca. É comum ouvir-se o alarido dos macacos a distância.

O terreno pelo qual passamos oferecia pequenas variantes, apresentando constantemente a terra vermelha de São Paulo. Por volta de uma hora da tarde chegamos à vila de São Carlos, onde fomos cordialmente recebidos e hospedados por um cavalheiro ao qual levamos cartas

de apresentação. A povoação está situada no início de uma vasta série de planícies que se projetam para o interior. O caminho pelo qual viemos do litoral só dava passagem para animais, mas, a partir desse lugar, podia-se viajar em carruagem por cerca de trezentas milhas.

Pela sua posição, o lugar tornou-se o ponto de encontro das tropas que levam açúcar para o litoral e de lá trazem sal e outros artigos. Aí viam-se diariamente animais carregando e descarregando. À medida que esvaziavam os jacás onde transportavam os sacos de sal, eram postos de lado como imprestáveis. Sobre eles caíam então os garotos em animada disputa a fim de empilhá-los, e, à noite, ver qual deles fazia a fogueira mais alta. Essa competição não constituía o único divertimento em São Carlos. O Largo, ou a praça principal da cidade, servia de campo de exercício militar. A segurança de todo o país havia sido recentemente ameaçada pelas desordens ocorridas em Vila Franca.³⁰ Tinha-se, portanto, tornado necessário preparar novos defensores da ordem para futuras eventualidades. O destacamento da localidade era constituído por cerca de vinte homens e meninos, alguns de botas altas e roupa de algodão, outros vestidos com mais simplicidade; em resumo, dificilmente havia dois fardados e equipados da mesma maneira. Quando formavam para a instrução que lhes era diariamente ministrada por algum subalterno do Exército, sua aparência bastava para evidenciar sua fraqueza. Seriam muito mais poderosos se montados à maneira do país, armados de pistolas e facas de ponta, pendentes da cinta, para trás, e, portanto, em muito

30 Em 1838 a vila de Franca do Imperador, hoje cidade de Franca, foi teatro de uma série de desordens, espancamentos e assassinatos conhecidos na história pelo nome de Anselmada. Os acontecimentos tiveram origem em 1836, quando se elevou a povoação à categoria de vila. Todos os cargos públicos foram então ocupados por gente de Luís Gonçalves de Lima, rábula emigrado de Minas, onde tinha deixado péssima reputação. Lima “persiguiu” a gente de Anselmo Ferreira de Barcelos e tantas fez que Anselmo acabou invadindo a cidade à frente de seus capangas, depondo as autoridades e nomeando outras de sua confiança. Houve reação, tiroteio, desordem, fuga da população. A ordem só foi restabelecida, a muito custo, com a intervenção do Governo Provincial. Os acontecimentos provocaram grande sensação e acaloradas discussões na Assembléia. Essas proezas e outras próprias de cidade de “boca de sertão”, na divisa de duas províncias, são responsáveis pela má fama que teve Franca durante muitos anos. (R. B. de M.)

melhores condições de sufocar qualquer movimento, que presos às regras da disciplina.

Conquanto aparentasse mais vida e energia em vários setores comerciais que diversas outras cidades do mesmo porte, ainda assim reclamam que São Carlos passa, de vez em quando, por períodos bem difíceis. Certo comerciante septuagenário com quem tivemos ocasião de conversar lamentou seriamente a instituição do sistema de crédito por meio do qual pessoas sem capital podiam estragar o negócio dos que dispunham de recursos próprios. Suspirou pelos áureos tempos de D. João VI, quando circulavam livremente barras de ouro tão grandes, que com elas se podiam quebrar nozes! Mas agora, nem prata se via; nada mais a não ser notas depreciadas e patações de cobre.

A nosso ver o lugar foi inutilmente sacrificado com a substituição de seu bonito e adequado nome de Campinas. Conquanto apreciemos a denominação de São Carlos, tanto quanto o nome de qualquer outro santo, não podemos nos conformar com o sistema de denominar os lugares, imposto aos brasileiros pelo clericalismo, a despeito de seu bom gosto e melhor critério. Se a sonoridade, o significado e a variedade são atributos desejáveis em nomes próprios, será então difícil exceder nessas qualidades as denominações dos rios, das montanhas e dos lugares, tanto na América do Norte como na do Sul. Além disso, a língua portuguesa, não menos que a inglesa, está repleta de nomes bonitos e sonoros. Entretanto, se se pretender abandonar e aniquilar tudo isso, adotando, ao contrário, denominações tomadas ao acaso dos dicionários ou do catálogo dos santos, é necessário que, se possível, se faça ver aos responsáveis o ultraje que isso representa ao bom gosto.

Existem no Brasil províncias, cidades, vilas, fazendas, fortalezas, baterias, teatros, ruas, etc., denominados, ou antes confundidos, pela invocação de um único santo. Além disso, todas as pessoas, brancas ou pretas, devem ser batizadas com pelo menos um nome santo. Não é de admirar que Roma tenha feito tão longa lista de canonizados. Se as autoridades eclesiásticas do Brasil tivessem movido contra o ateísmo a mesma intensa guerra que desencadearam contra denominações indígenas, tais como Piratininga e Guaibe – os nomes pelos quais eram antigamente conhecidas as cidades de Santos e São Paulo – não restaria a menor dúvida de que São Paulo e todos os santos ficariam muito mais satisfeitos,

ainda que menos velas fossem acesas ante suas imagens e menos foguetes queimados nos dias a eles dedicados. E ainda houve sacerdote que afirmasse ter sido obra do Demo que país tão bem aquinhoadado de riquezas e privilégios tenha recebido o nome de Brasil ao invés de conservar a pia denominação de Santa Cruz, dada por Cabral.

Em Campinas tivemos ocasião de observar os sérios danos causados pelas formigas; esses insetos às vezes se insinuam pelos interstícios das paredes de taipa e, perfurando tudo, destroem todo o interior da casa. Depois começam a trabalhar no chão e estendem ao alicerce da casa a sua obra destruidora, minando-o. É costume cavarem-se, então, grandes buracos, em diversos lugares, com o fim de extinguir o formigueiro. Provavelmente pela sua grande disseminação e pelo seu enorme poder depredatório, esse inseto de há muito granjeou o título de Rei do Brasil. Devemos dizer, em favor de seu governo que, às vezes, prestam inestimável serviço limpando casas e plantações de vários vermes, atacando a tarefa com exércitos de milhões de soldados. Contudo o seu domínio e direito divinos vêm sendo disputados pela água, pelo fogo e por muitos outros agentes de extermínio. Entretanto, apesar da mais desapiedada perseguição que movem às formigas, elas ainda proliferam largamente.

O Sr. Southey afirmava, baseado na autoridade de Manuel Félix, que certa ocasião esses insetos devoraram a toalha do altar do Convento de Santo Antônio, no Maranhão, e ainda mais trouxeram para cima fragmentos das mortalhas de cadáveres enterrados sob o piso da igreja, pelo que os frades as processaram de acordo com os princípios do Direito Canônico. Qual tenha sido a sentença, não podemos saber. O historiador nos informa, porém, que tendo sido condenadas por crime semelhante, no convento franciscano d'Avignon, as formigas não só foram excomungadas pela Igreja Católica Apostólica Romana, mas, ainda, foram sentenciadas pelos frades "à pena de se mudarem, dentro de três dias, para um local designado, no centro da Terra". O relato canônico acrescenta com gravidade que as formigas obedeceram e transportaram todos os seus filhotes e suas reservas!

.....

Capítulo XVII

UM DIA DE VIAGEM – UM SALTO DO TIETÊ – VILA DE ITU –
ESTATÍSTICAS – MÉDICO ESTRANGEIRO – VIAGEM A
SOROCABA – NOTÍCIAS DE CURITIBA – ERVA DO PARAGUAI
– SANTA CATARINA – RIO GRANDE DO SUL – REVOLUÇÃO –
CARNE-SECA – O USO DO LAÇO – FUNDIÇÃO DE FERRO EM
IPANEMA – FUNCIONAMENTO DO MONOPÓLIO OFICIAL –
CRUZEIROS – VOLTA A SÃO PAULO.

Continuando nossa viagem, deixamos Campinas por um caminho que, em diversos lugares, apresentava aspectos bastante singulares. Pela ação combinada do tráfego e das grandes chuvas, tão comuns nessa latitude, o leito da estrada havia sido de tal forma corroído, que em alguns lugares apresentava depressões de 10 a 20 pés de profundidade [de 3 a 6m].

A passagem era tão estreita que dificilmente dava para dois animais, lado a lado. O solo da região era bastante rico, deixando ver, em certos lugares, profunda marga preta. O primeiro núcleo por que passamos chamava-se Bairro da Boa Esperança. Sua aparência não era de molde a despertar entusiasmo. Algumas casinhas maltratadas e uns habitantes em iguais condições, eram tudo quanto compreendia esse núcleo, paupérrimo. Como é comum ver-se o homem retribuir com

indiferença e indolência as dádivas que a Providência sobre ele esparze em profusão!

Mais ou menos ao meio de nosso percurso daquele dia, passamos por uma freguesia denominada Indaiatuba, nome que provém da abundância de certa palmeira de pequeno porte a que chamam indaiá. A povoação provavelmente não compreendia mais de quinhentos habitantes, inclusive os escravos. Paramos numa vendazinha para descansar um pouco e dar ração aos animais. Tendo o empregado nos dito que sabia ler “alguma coisa”, demos-lhe uma publicação que, enquanto lá estivemos, ele pareceu ler com muita atenção. Ao sairmos, porém, o nosso guia nos garantiu que não passava de um ladrão.

Prosseguindo calmamente a viagem, chegamos, ao entardecer, às margens do Tietê cujas águas escuras, nesse ponto, correm com grande velocidade sobre o leito rochoso e logo depois dão um salto de 40 pés [12m] formando bem conhecida catarata.

Esse rio é dos mais caudalosos da província de São Paulo. Nasce próximo ao ponto mais elevado da Serra do Mar, e, depois de receber numerosos tributários, continua em direção ao poente, num percurso total de quase setecentas milhas, até desaguar no Paraná. Ao longo de todo o seu curso, contam-se nada menos de quarenta e seis cachoeiras e corredeiras. Mesmo assim, porém, é navegável em canoas, constituindo a artéria líquida que vai ter à Província de Mato Grosso, e, mais além, ao Paraguai. Porto Feliz, algumas milhas abaixo da localidade a que nos referimos, constitui o principal embarcadouro.

Depois de atravessar o Tietê, o lugar a que nos dirigíamos, Itu, fica apenas a uma légua de distância. A viagem ia-se tornando cada vez mais interessante à medida que notávamos o aumento de densidade da população e surgiam os melhoramentos do lugar.

O Município de Itu é considerado como um dos mais populosos e férteis da província. Aí residem diversos cidadãos de destaque, sendo que um deles teve a gentileza de nos fornecer os seguintes informes relativamente a assuntos de interesse geral:

Escolas – “Itu dispõe de uma escola primária masculina, freqüentada por setenta alunos sendo cinqüenta brancos e vinte de cor. Tem também uma escola para meninas com trinta e oito alunas brancas e cinco de cor. Além dessas há três escolas particulares para meninos e

mais duas onde se ensina latim. O número global de alguns que as freqüentam é de cerca de 50.”

Edifícios – “Uma Cadeia, em condições miseráveis, que nem serve para recolher os oito ou dez presos, em média, que de toda a comarca para ela afluem. Já se acha, porém, em vias de construção o novo prédio.

“Um Hospital de Lázaros, sob o patrocínio do Senhor Bom Jesus do Jardim que abriga 10 ou 12 inválidos e recebe os infelizes atacados de elefantíase e moléstias semelhantes. Está ainda em início a construção de uma outra instituição de caridade.

“A Matriz, dedicada à Nossa Senhora da Candelária, compreende quatro capelas dedicadas respectivamente ao Senhor Bom Jesus, Nossa Senhora do Patrocínio, Santa Rita e à Ordem Terceira de São Francisco.

“Há dois conventos, o dos carmelitas e o dos franciscanos, dispondo, cada um, de uma capela contígua. O primeiro tem apenas um frade residente, o outro tem dois. Junto à igreja de Nossa Senhora do Bom Conselho há um seminário onde 10 meninos estudam as primeiras letras, cânticos e, às vezes, latim.

“Existe ainda uma casa para educandas, na qual estão internadas dezoito mocinhas.

“A administração e os métodos dessas escolas são fradescos, ineficientes e retrógrados.”

Profissões liberais – “Itu tem três advogados e dois médicos. Além dos frades, há quinze padres, ditos seculares, em contraposição aos frades, que, como filiados a ordens religiosas, são denominados regulares.

“A educação e a moralidade retrogradaram desde a Revolução e o clero de atualmente é mais ignorante e menos respeitável que o de alguns anos atrás. Espera-se, entretanto, que esse estado de coisas melhore e que os novos privilégios concedidos ao país não sejam vãos.”

A nossa recepção nessa localidade, não foi menos cordial que nas outras, conquanto tivesse sido um pouco mais formal. Encontramos com facilidade a casa do Dr. E.³¹ que estava literalmente cercada de doentes e de emissários de clientes, à espera de receitas. Mandamos entregar as cartas que trazíamos e fomos imediatamente conduzidos ao quarto que

31 Trata-se do Dr. Engler, que deixou fama de grande médico. (R. B. de M.)

nos estava destinado, sem, entretanto, vermos pessoa alguma da família. O doutor apareceu logo e mostrou-se extremamente amável e atento a tudo de quanto seu hóspede pudesse precisar. Homem de mais ou menos quarenta e cinco anos, além de médico insigne era também botânico e filólogo notável. Alemão nato, falava com grande facilidade, além de sua língua materna, o inglês, o francês e o português, entendendo ainda o espanhol, o italiano e o russo. Sua biblioteca era a maior e a mais valiosa de quantas vimos no Brasil. Dispunha ainda de completo laboratório de química. Sua fama projetava-se por grande parte do país e era imenso o seu tirocínio. De grandes distâncias e de todas as direções afluíam clientes ao seu consultório. Sua senhora era brasileira.

A sociedade a que fomos apresentado nessa localidade fez que nossa permanência aí se tornasse extremamente interessante e proveitosa para os fins a que tínhamos em mira. Alguns pomares da cidade estavam muito bem tratados e produziam excelentes romãs e magníficas espécies de uvas. Em certas chácaras, fabricavam vinho de muito boa qualidade, para uso próprio.

A distância de Itu a Sorocaba é de seis léguas. O terreno é bastante acidentado, durante boa parte do percurso. Entre as pessoas com as quais cruzamos no caminho os “bobos” pareciam mais comuns que em qualquer outra região do Império.³²

Trata-se de uma inchação endêmica das glândulas do pescoço, que freqüentemente atinge a enormes proporções e empresta ao doente uma aparência horrorosa. Von Martius encontrou, no vale do Paraíba, casos em que a papeira era muito mais desenvolvida que na Europa, mas, desacompanhada da aparência melancólica e idiota que tão freqüentemente resultam do bócio na Suíça e na Alemanha. Tanto aqui como em qualquer outro lugar, supõe-se que a causa desse mal esteja na

32 Sobre este trecho disse Saint-Hilaire: “Kidder referindo-se aos papudos, pretendeu dar a tradução portuguesa do vocábulo *papo*, mas o que indicou tem significação inteiramente diversa, como se pode ver pela leitura do capítulo de Pison *Delue venerea*. Kidder certamente foi levado a erro por qualquer mau gracejo de algum indivíduo de classe inferior. Os viajantes que percorrem o Brasil, sobretudo quando pouco conhecem a língua do país, não devem aceitar, senão com muitas precauções os informes que lhes fornecem os guias, os arrieiros, os vadios e os camaradas...” (R. B. De M.).

impureza da água, no regime alimentar deficiente e na ação prolongada da umidade e de emanções nocivas. Aqui usa-se um remédio curioso a que atribuem efeitos benéficos. Bebem água de cupim ao mesmo tempo que aplicam cataplasma ao local afetado.

Sorocaba está situada sobre um outeiro e oferece bela perspectiva quando vista à distância, do caminho de Itu. Felizmente conseguimos avistar a povoação antes do sol se pôr, pois ainda nem havíamos atingido os seus arredores quando a noite caiu, tornando-se então, extremamente difícil enxergar a estrada. Às 8 horas da noite, chegamos à casa de um senhor a quem trazíamos carta de apresentação do ex-Presidente da província, Sr. Rafael Tobias d'Aguiar e fomos recebidos com muita cordialidade. O Senhor L. estava de partida marcada para São Paulo, na manhã seguinte, mas, com presteza e tato que raramente vimos excedidos, forneceu-nos informações sobre a vila e proporcionou-nos agradável acolhida. A vila fica no caminho de Curitiba e da província do Rio Grande do Sul e foi o ponto mais meridional que visitamos, no interior do Brasil.

Curitiba é nome indígena que significa “muitos pinheiros”, em alusão à abundância dessas árvores por toda a região. As árvores frutíferas européias também se desenvolvem perfeitamente lá.

A vila de Curitiba é o centro de uma grande zona à qual dá o nome e que, ao que se diz, é rica em minas de ouro e jazidas diamantíferas. Todavia, a atividade principal de seus habitantes é a agricultura sendo muitas as fazendas de criação de gado vacum, muar e cavalari, além das que se dedicam à cultura dos produtos da terra.

Ocupam-se, também grandemente, os paranaenses na colheita da folha denominada *Cassine Congonha* (Martius), ou Ervado-Paraguai. Quando pulverizada, essa folha é conhecida por mate e largamente consumida nas repúblicas espanholas da América do Sul. Apesar das caixas de couro cru em que vem acondicionada essa folha estarem expostas à venda pelo Brasil inteiro, foi só em Sorocaba que vimos o mate usado como bebida popular. A infusão é preparada em uma cuba. Misturam com açúcar uma pequena porção da folha e deixam ficar de molho em água fria por algum tempo. Em seguida derramam água fervendo dentro da cuba e a bebida está pronta para ser ingerida. Como, porém, as folhas continuam flutuando na infusão, inventaram um sistema curioso de beber

o mate que consiste em chupá-lo por meio de um tubo que tem na ponta um passador esférico, imerso no fluído. O povo serve-se apenas de um canudinho com um bulbo de palha, bem-feitinho. Os ricos, porém, usam “bombilha” de prata. São muitas as virtudes que dizem possuir este chá. A principal delas é que, quando tomado frio, mitiga a sede e alivia a fome.

Os índios que mourejam no remo o dia todo, sentem pronto refrigério tomando um pouco da infusão feita com a própria água do rio. No Chile e no Peru o povo acha que não poderia existir sem o mate. Muita gente o toma várias vezes ao dia abusando dele como os turcos do ópio. O uso do mate veio dos aborígenes, mas, tendo sido adotado pelo branco, foi de tal modo divulgado entre os espanhóis e portugueses que a procura da folha dilatou-se de maneira a tornar a erva do Paraguai quase tão fatal ao selvagem dessa região sul-americana como as minas e a pesca de pérola aos aborígenes de outras plagas.

Os jesuítas tentaram, sem grandes resultados, a cultura do mate. Nas zonas de Curitiba e Paranaguá, o arbusto é nativo e se desenvolve melhor quando prolifera espontaneamente. A nosso ver o aroma do mate é quase tão agradável como o do chá dos chineses, mas, ambas as infusões são inferiores à água pura tanto na América do Norte como na do Sul.

Novo e peculiar é o aspecto social que se nota nas regiões meridionais do Brasil. O gaúcho de Buenos Aires não é mais destro como cavaleiro, nem como laçador, que esses homens cuja única ocupação, desde a infância, consiste em cuidar das manadas que mugem nas vastas campinas do Sul. Calcula-se que só na província do Rio Grande do Sul, sem contar com as regiões de Santa Catarina e de São Paulo também devotadas à pecuária abatem-se quatrocentas mil cabeças de gado por ano não só pela carne como também pelo couro, enquanto que outras tantas unidades são tangidas para o norte, a fim de atender ao consumo de outras zonas. A maior parte da carne-seca usada pelo Brasil a fora, é preparada no Rio Grande. Depois de tirarem o couro do boi, cortam a carne em tiras de cerca de meia polegada de espessura e esticam-na ao sol para secar. Muito pouco sal é empregado nesse processo. Quando suficientemente curada, a carne é exportada para todas as províncias marítimas e constitui a única forma de carne conservada que se consome no país. Grandes rolos de carne-seca são acondicionados nos armazéns do Rio de Janeiro, como pilhas de madeira, emitindo odor não muito agradável.

Os brasileiros adotam método análogo para preparar a gordura do porco. Tiram juntamente com o couro toda a banha do animal, deixam a carne magra para o consumo e atiram fora os ossos. A gordura é enrolada e comprimida dentro de cestos com um pouco de sal pulverizado por cima e em torno do rolo. A essa preparação chamam “toucinho”. É transportado através de grandes distâncias em demanda do mercado, e apesar de exposto às intempéries, num clima tropical, conserva-se em boas condições durante muitos meses. Essas carnes não são lá muito atraentes ao paladar do estrangeiro desabitado, mas os que perseveram em seu uso por algum tempo, principalmente quando preparadas com feijão-preto, não mais se admiram da preferência que os brasileiros lhes votam.

A parte sul de São Paulo limita-se com as províncias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Estas, porém, não são grandes, comparadas às de São Paulo, Mato Grosso, Goiás e Pará. Entretanto, foram sempre consideradas regiões importantes do Império. No que concerne ao território, de fato, a província de Santa Catarina é a menor do Brasil. Compreende a ilha que lhe dá o nome e mais umas duzentas milhas de costa. A capital, denominada Nossa Senhora do Desterro, assenta-se sobre a extremidade noroeste da ilha e não passa de pequena povoação apesar de ser o seu porto comparado ao do Rio de Janeiro, tanto em beleza como em excelência.

A ilha de Santa Catarina é montanhosa, muito bem irrigada e coberta de vastas florestas e pastagens. Seu clima é temperado a ponto de se prestar para o cultivo da maioria das árvores frutíferas européias, e, tão notável a sua salubridade que não raro é procurado por pessoas enfraquecidas. A história natural de Santa Catarina oferece interesse todo particular.

Entre as conchas que abundam na costa, encontra-se uma espécie de *Murex*, de cujo ocupante se pode extrair uma linda tinta carmesim. É porém no capítulo da entomologia que mais se interessam os naturalistas com os quais tivemos ocasião de nos avistar naquela província. As borboletas são as mais belas do mundo. Langsdorff afirma que não são como os pequenos e tímidos lepidópteros da Europa que podem ser facilmente apanhados com um pedacinho de seda. Pelo contrário, as de Santa Catarina, alçam vôo brusco, rápido e bem alto. Às vezes pousam sobre as flores que se abrem no topo das árvores e raramente se arriscam até ao alcance das mãos humanas. Parecem estar sempre em guarda e, para apanhá-las, é necessário uma rede instalada na ponta de um longa

taquara. Algumas espécies vivem em bandos de centenas e milhares. Estas geralmente preferem às zonas baixas às margens dos riachos. Conseguindo-se apanhar uma delas e prendê-la com alfinete sobre a areia, nuvens de borboletas da mesma espécie reúnem-se junto a ela e podem ser apanhadas à vontade.

Há muitos anos corre o boato de que existem minas de carvão nessa província; entretanto, apesar de algumas investigações levadas a efeito por ordem do governo, até hoje não se fizeram descobertas satisfatórias. O Dr. Parigot, encarregado das explorações carboníferas da província, revelou em 1841 *stratum* carbonífero de vinte a trinta milhas de largura e cerca de trezentas de comprimento, na direção norte-sul, da província. O melhor veio que ele abriu foi classificado como meio betuminoso e situado entre espessos *strata* de óxido de ferro e xisto betuminoso.

A província do Rio Grande do Sul é saudável e rica em vantagens naturais. Há muito tempo tentou uma revolução contra o governo Imperial que quase a aniquilou. A maioria dos rio-grandenses, sob a direção do General Bento Gonçalves, proclamou a independência da província e fez esforços desesperados para mantê-la e instituir um governo republicano. O governo imperial resistiu a essas tentativas com perseverança nada inferior, e, com grande dispêndio, manteve um exército na província. Assim foi que essa região continuou a fazer parte integrante do Império. Foram muitas as batalhas dessa guerra, mas, nenhuma de resultado decisivo.

Parecia que a tática dos revoltosos consistia em perturbar os antagonistas, por meio de incursões depredatórias contra os acampamentos do inimigo e, quando este se dispunha à luta, fugir até fora do alcance de seus tiros. Quando, porém, os legalistas os perseguiram, os revoltosos se acoitavam no recesso das montanhas, ou nas dunas arenosas, onde eram novamente atacados ou abandonados à sua própria sorte, como talvez fosse mais cômodo aos seus inimigos eqüestres. Por essa forma, a guerra, mais ou menos equilibrada e relativamente incruenta, prolongou-se pelo espaço de dez anos. De vez em quando a imprensa do Rio surgia repleta de notícias de sucessos governamentais e triunfos da legalidade; em quase todos esses casos, porém, os exércitos da lei haviam ainda deixado vitórias por conquistar e triunfos a conseguir. Os revoltosos continuavam livres e aparentemente satisfeitos, enquanto fosse apenas esse o resultado da guerra.

Como conseqüência dessa luta interna, a escravatura foi quase completamente extinta dentro do território em disputa. Para engrossar suas fileiras os revolucionários prometiam liberdade e armas a todos os escravos dos legalistas que desertassem dos senhores. O governo, por seu turno fazia idêntica promessa aos negros que fugissem dos revoltosos, e, além disso, por um ato sumário, cassou a todos os rebeldes o direito de manter escravos. Assim foi que de ambos os lados os escravos foram declarados livres, conquanto seja possível que de uma forma ou de outra, as partes em luta tenham conseguido manter os negros na ignorância desse privilégio imprevisto.

A proximidade do Rio Grande com relação às províncias espanholas, tanto ao sul como ao poente, faz com que seus habitantes sofram a influência desses povos e, sem dúvida, isso muito contribuiu para infundir-lhes idéias republicanas. Além disso a população misturou-se, em parte, com as das nações limítrofes, e, nessas condições, não seria de admirar que fossem bem sucedidos os esforços para a separação da província do resto do Brasil e criação de outro estado independente da mesma forma que a Banda Oriental ou a República de Montevideu.

O tipo do rio-grandense é um tanto peculiar devido às condições ambientais e ao gênero de vida que levam. Os gaúchos são geralmente altos, de aparência altiva e enérgica, revelando traços formosos e pele mais clara que a dos habitantes das regiões setentrionais do Império. Ambos os sexos são habituados desde a infância à equitação, e, conseqüentemente, adquirem grande destreza do manejo dos belos animais sobre os quais se divertem, viajam e perseguem o gado selvagem em suas planícies. O uso do laço, praticam-no desde a infância de forma que adquirem habilidade inconcebível. Crianças ainda, já andam os gauchinhos com laços e bolas a perseguir as galinhas, patos e gansos da estância até que a ambição e a força os induzam a se aventurar em campo mais vasto.

Os cavalos são admiravelmente ensinados para a caça ao gado selvagem, e, quando o vaqueiro atira o laço, eles sabem exatamente o que devem fazer. Às vezes quando a rês é bravia, o cavaleiro esbarra o cavalo e salta enquanto o boi continua correndo até esticar o laço de couro cru. O cavalo vira-se e firma-se no chão para esperar o golpe que o animal em disparada há de fatalmente dar. O boi, que não espera a parada repentina, esparrama-se no chão. Levantando-se novamente, atira-se contra o cavalo

para chifrá-lo, mas, este, em disparada, mantém a distância até que o boi, convicto de que nada poderá fazer, tenta novamente fugir e novo golpe do laço dá-lhe com os costados em terra. Assim, vencido pela fadiga, o pobre animal entrega-se inteiramente aos seus captores.

Nem só no Rio Grande do Sul e São Paulo podem-se presenciar cenas como estas. Mais de uma vez vimos coisa semelhante em plena cidade do Rio de Janeiro. No matadouro público, instalado à Praia d'Ajuda, abatem-se diariamente inúmeras reses.

Entre as boiadas que chegam à capital, vindas de regiões longínquas, há de vez em quando um boi arisco e forte que não se mostra disposto a entregar a vida sem luta desesperada. Foge do curral e dispara pelas ruas da cidade ameaçando espatifar quem quer que se lhe anteponha. Para tais emergências, há sempre um cavalo arreado e com forte laço atado a cincha, que, montado, parte imediatamente em perseguição à rês. A caçada é bem diferente da que se processa nos campos abertos; nem por isso, entretanto, o povo perde o interesse pelos lances, com as curvas fechadas nas esquinas, o tropel dos cascos sobre o calçamento e os rápidos ajuntamentos de espectadores. Em pouco tempo, porém, o laço descreve no ar amplo giro e cai em volta das aspas do fugitivo, prendendo-o rapidamente; abre-se uma grande clareira entre o povo e então desenrola-se toda a cena acima descrita, até que o boi egresso é abatido no local ou conduzido em triunfo para o matadouro. Também no Campo de Santana, onde freqüentemente são postas à venda grandes quantidades de muares surge em cena o laço. O comprador tem apenas que indicar, no meio da tropa a mula que deseja examinar e o tropeiro logo a tem segura na ponta de seu laço pelo qual a prende ou conduz, à vontade.

De Sorocaba partimos uma manhã bem cedo para visitar a célebre fundição de ferro de Ipanema. Às 11 horas, mais ou menos, chegamos à fábrica instalada em um lindo vale ao sopé do morro Guaraçajava. Essa montanha contém grande quantidade de minério de ferro magnético.

O estabelecimento é um próprio do governo e consiste em seis ou oito prédios onde se faz a redução e fundição do ferro. Existem ainda, uma grande casa onde reside o diretor e diversos outros prédios menores, ocupados pelos operários e suas famílias, das quais, por ocasião de nossa visita, vinte e sete eram alemãs.

O diretor, Major Bloem, recebeu-nos com grande cortesia e facilitou-nos a visita a todas as secções da fábrica. Para que fosse possível utilizar as águas de riacho, as oficinas foram construídas a grande distância da jazida. Como primeira conseqüência, conta-se a necessidade de grande número de operários para o transporte do minério, em estado natural, da montanha para a fundição. O leitor poderá fazer idéia das condições do serviço de transporte, se dissermos que todo o minério tem que ser carregado no lombo de burros, sendo feitas a mão tanto a carga como a descarga. O minério rende noventa por cento de metal puro que, conquanto de boa qualidade, é considerado por demais quebradiço para aplicações econômicas. Com o fim de remediar esse inconveniente, atiram para dentro dos fornos, fragmentos de diabase, que se encontra nas proximidades, tornando assim o ferro mais dúctil. As principais peças até hoje fundidas na fábrica foram rodas, cilindros, etc., para uso dos engenhos de açúcar das proximidades. O diretor propôs ultimamente a organização de uma secção para a fundição de peças para barcos a vapor.

Sendo este o único estabelecimento do gênero em todo o Império, merece que lhe dispensemos um momento de nossa atenção, principalmente porque sua história serve para mostrar a inconveniência dos monopólios governamentais. Em 1810, o governo português, que então tinha como primeiro-ministro o Conde de Linhares, começou a trabalhar o ferro de Ipanema, contratando para isso mineiros suecos. Não se haviam adiantando muito os trabalhos quando o Conde da Palma, sucessor do Conde de Linhares, que também era um estadista esclarecido, autorizou a execução de obras de maior vulto, obedecendo a um plano mais vasto. A seguir veio a guerra da Independência, durante a qual pouco ou nada foi possível fazer. Terminada a guerra, D. Pedro não cuidou de reavivar a empresa. Durante a regência, Feijó tentou salvar os antigos maquinários das ruínas e do abandono a que tinham sido relegados, ampliando-os em escala grandiosa e consentânea com o patriótico plano de suprir o Brasil com ferro de seu próprio solo. O Major Bloem foi enviado à Europa com o fim de se enfronhar inteiramente de todos os pormenores da siderurgia. Visitou sessenta dos principais estabelecimentos da Inglaterra e do continente, trazendo, em seu regresso, excelentes planos e projetos para a realização dos desígnios oficiais. Contratou ainda grande número de operários alemães para trabalhar na

fábrica. Quando, porém, apenas havia iniciado a execução de seus planos, começaram a escassear as verbas necessárias. A seguir deu-se completa reforma da administração pública e os que foram guindados ao poder, não só eram destituídos de interesse pelos planos de seus antecessores como ainda sentiam-se enciumados, como se o sucesso da empresa fosse granjear popularidade aos que os haviam precedido no governo. Por outro lado os operários alemães não se conformaram com os salários que recebiam porque, apesar de estarem dentro das condições em que foram contratados na Europa, ainda assim eram muito inferiores aos que viam pagar pelo braço escravo contratado. Essa circunstância desagradável, aliada à saudade da pátria, levou muitos deles a desertar. Apesar de todos esses contratemplos, o Major Bloem persistiu na empresa e conseguiu que a fábrica produzisse, no curto espaço de dois meses, cerca de oito mil dólares em ferro fundido, como prova de sua capacidade.

Esse feito foi considerado bastante promissor, principalmente num país onde nunca se fizeram trabalhos dessa natureza e que depende de produtos estrangeiros para cada detalhe de fabricação e cada cadinho empregado nas enormes instalações da fábrica. O Major Bloem foi subsequentemente agraciado com a Imperial Ordem do Cruzeiro, tendo-lhe sido igualmente prometida a promoção para posto imediatamente superior, como recompensa de seus eficientes esforços e fiel perseverança na empresa que lhe foi confiada. Entretanto, quem conhece os resultados das organizações particulares nos Estados Unidos, com este relato terá oportunidade de se regozijar pelo fato de não serem estas entravadas pelo auxílio oficial. A partir da época em que foram iniciados os trabalhos em Ipanema, centenas de estabelecimentos congêneres surgiram nos Estados Unidos, por iniciativa e com capital particulares, a produção global dessas usinas excedeu, pelo menos em um milhão de vezes, a da província de São Paulo. E, finalmente, depois do que acima dissemos, resta apenas acrescentar que em relatório oficial datado de 1843, perguntava certo ministro, se depois de trinta e quatro anos de experiências, não seria melhor abandonar inteiramente o estabelecimento, pelo menos até que deixasse de constituir fonte de despesas para o erário imperial.

A montanha de Guaraçajava, que fornece minério à fábrica de Ipanema, é coberta por uma floresta densa e escura, onde pela manhã e à noite ouve-se de longe o alarido dos simios. Pode-se galgá-la por um

caminho estreito através do mato, por onde as mulas transportam o minério para a fundição. Em determinado local os blocos de minério magnético assumem conformações impressionantes e elevam-se quase perpendicularmente, à altura de quarenta pés [12 metros]. Em volta desses blocos, parte sob o solo e parte à flor da terra, encontram-se inúmeros outros de diversos tamanhos. A face da rocha é quase sempre chata e lisa, com insignificantes depressões e cavidade, apresentando uma crosta de minério apenas incompletamente oxidado. A superfície das grandes massas não afeta tanto à agulha como as menores. Entre os montes de minério recentemente transportado da montanha, encontramos esplêndidos espécimes de vários minerais desta região privilegiada, em muito maior abundância e peso que a limitada capacidade de transporte de que dispúnhamos. No dia anterior ao de nossa partida, tivemos ocasião de presenciar o processo de fundição, que se assemelha bastante aos das grandes siderurgias norte-americanas; apenas os operários pareciam estranhos, aos olhos de um norte-americano.

Nossa volta a Sorocaba não se deu senão à noite e de novo tivemos que entrar naquela localidade envoltos em trevas. O caminho cortava uma planície. As ligeiras ondulações eram cobertas por uma grama rasteira e uma vegetação tacanha. As baixadas pareciam mais férteis. A certa altura da estrada, havia um enorme cruzeiro de ferro fundido, talvez marcando o lugar onde tivesse ocorrido algum crime de morte.³³ A presença de uma cruz à beira da estrada, no Brasil, faz sempre supor que naquele lugar ou em suas proximidades se tenha dado um assassinio, pensamento esse que de forma alguma inspira reflexões agradáveis, principalmente a um viajante indefeso, em meio de uma floresta escura e isolada, onde freqüentemente se encontram tais cruzes.

O consolo, porém, reside no fato de serem quase sempre gratuitas tais suposições. No topo do Morro dos Arrepêditos caminho de Minas Gerais, encontram-se numerosas cruzes plantadas em épocas diferentes e por motivos que nem mesmo os habitantes da região conhecem. É sabido que os descobridores portugueses tinham por hábito fincar cruzes por onde quer que passassem. Os padres também tinham

³³ Engana-se Kidder. As cruzes que viu (uma delas, a maior, plantada no alto do morro de Araçoiaba) foram os primeiros objetos de ferro fundidos na fábrica de Ipanema, em 1818. (R. B. de M.)

costume idêntico, fazendo erigir cruzes enormes, freqüentemente de pedra, em frente às igrejas e cruzeiros de madeira tosca nos vários lugares onde foram celebradas diferentes cerimônias religiosas.

Os paulistas às vezes usavam cruzes como engôdo para atrair os índios que desejavam capturar, instituindo assim o que os jesuítas denominavam “As Missões Mamelucas”. Os índios fincavam cruzes dentro das paliçadas que constituíam o torno de suas tabas, como proteção contra as onças. Em ocasiões festivas essas cruzes, conquanto levantadas em lugares ermos, são decoradas com festões de folhagens e flores.

De Sorocaba, começamos nossa viagem de regresso para São Paulo, via São Roque, localidade pequena, mas bem conhecida, da mesma província. O caminho era muito montanhoso, mas as nossas esforçadas montarias nos puseram às 4 da tarde em S. Roque onde planejávamos pernoitar. Ai chegando porém, não ficamos satisfeitos enquanto não vencemos as três léguas que nos separavam de Varja Grande. Nesse lugar havia uma casa solitária onde, depois de algumas formalidades, conseguimos um prato de cangica, a guisa de ceia, e pouso tolerável para aquela noite. Ao levantarmos cedo, pela manhã seguinte, achamos interessante a pachorra de um viajante brasileiro que, tendo chegado ao local, provavelmente, depois de nos havermos deitado e, não querendo incomodar ninguém da casa para pedir pouso, soltara seu animal no campo e pendurara sua rede num rancho próximo onde dormira gozando o ar puro e bastante espaço. A seguir tocamos na Vila de Cutia onde almoçamos numa venda. Damos o nosso último folheto ao vendeiro que, não sabendo ler, disse-nos que ia guardá-lo para seus filhos.

A última parte da estrada era muito sinuosa, ora cortando montanhas estéres, mas, tendo sempre à vista o pico do Jaraguá. Paramos finalmente na fazenda de nosso amigo Dr. Brotero, à margem do rio Pinheiros. Havia somente uma pessoa na sede, e, por isso nos demoramos apenas o suficiente para saborear um cacho de uvas e tomar um copo de água fresca. Uma légua mais e eis-nos às 2 horas da tarde, de novo em São Paulo, depois de um percurso de quase trinta milhas naquele dia.

.....

Capítulo XVIII

PAULISTAS ILUSTRES – OS ANDRADAS – SUA CULTURA –
CARREIRA POLÍTICA – EXÍLIO – RESTAURAÇÃO – MORTE DE
JOSÉ BONIFÁCIO – ELOQUÊNCIA DE ANTÔNIO CARLOS –
ÁLVARES MACHADO – VERGUEIRO – ASSEMBLÉIA
PROVINCIAL – MOURA, BISPO ELEITO DO RIO – FEIJÓ
PROPOSTA À ABOLIÇÃO DO CELIBATO DO SACERDÓCIO –
LIVRO SOBRE O ASSUNTO.

Lnvulgar foi o interesse de que para nós se revestiram as repetidas entrevistas que conseguimos realizar com diversos homens de projeção na vida política da Província. Certa noite, passeando em companhia de várias pessoas nos vastos jardins do Senhor Rafael Tobias d'Aguiar, popular ex-presidente da Província e um de seus maiores proprietários de terras, a conversa encaminhou-se para os vários visitantes estrangeiros que passaram pelo Brasil. Uns referiram-se a Mawe; mas, St. Hilaire, o botânico francês, era quem gozava de consideração geral, pois conseguiu fazer um trabalho completo.

O Sr. Rafael relatou-nos curioso caso que lhe fora contado por St. Hilaire. Um inglês de poucos recursos, lendo o livro de Mr. Mawe, entusiasmou-se tanto com as riquezas minerais e vegetais do Brasil que, para se transportar ao país, sujeitou-se à condição de criado.

Chegando ao Rio de Janeiro, consegui, de alguma forma, atingir as serras do interior onde as suas atividades foram bem sucedidas, tendo-o encontrado, o grande botânico, já senhor de regular fortuna.

Entre os homens notáveis de São Paulo, mencionaremos em primeiro lugar os Andradas: três irmãos cuja família reside em Santos. São formados pela Universidade de Coimbra, em Portugal, tendo recebido os títulos de doutores, em jurisprudência, filosofia, e, o mais jovem, em matemática.

José Bonifácio, o mais velho, depois de formado, percorreu durante onze anos os países da Europa setentrional, em viagem de pesquisas científicas, cujos resultados pretendia publicar no Brasil. Voltando a Portugal, foi nomeado professor de metalurgia em Coimbra e de medicina em Lisboa. Enquanto se ocupava do magistério, publicou diversos trabalhos de grande mérito, dentre os quais citaremos uma dissertação sobre “A necessidade do plantio de novos bosques em Portugal, particularmente de pinhais nos areiais de beira-mar”. Sem valor foi posto à prova quando por ocasião da invasão de Portugal, chefiou um batalhão integrado por estudantes dispostos a se oporem à invasão napoleônica. Em 1819 voltou ao Brasil com tempo de chefiar o movimento da Independência, como já tivemos ocasião de referir.

Antônio Carlos regressou à pátria logo depois de terminados os estudos. Em 1817, durante sua gestão na qualidade de ouvidor de Pernambuco, foi preso por cumplicidade com os promotores de uma revolta que lá estalou por aquela época. Remetido para a Bahia, permaneceu quatro anos na prisão. Demonstrando filantropia e inquebrantável energia de espírito, ocupou-se durante todo esse longo tempo em ministrar aos seus companheiros de prisão noções de retórica, de línguas estrangeiras e elementos científicos. Posto finalmente em liberdade, voltou a São Paulo onde pouco depois foi eleito deputado pela província, junto às Cortes de Lisboa. Tomou posse de seu novo cargo e o conservou até que a onda crescente de insultos e invectivas contra os brasileiros forçou a ele e diversos de seus colegas, entre os quais se achava Feijó, renunciarem, embarcando secretamente para a Inglaterra. Chegados a Falmouth publicaram um manifesto solene dos motivos que os levaram a abandonar as Cortes e deixar Lisboa. Daí voltaram ao Brasil.

Martim Francisco, dos três o mais novo, sobressaiu-se nos estudos e desde moço grangeou várias honras políticas. Na organização do primeiro governo imperial foi feito Ministro das Finanças, e, nesse posto, prestou à nação relevantes serviços. Por essa ocasião seu irmão mais velho ocupava simultaneamente as pastas de Ministro de Estado e dos Estrangeiros. A seguir foram os três Andradas eleitos para a Assembléia convocada com o fim de elaborar a constituição do Império.

Antes de terminados os trabalhos da Assembléia, o Imperador foi induzido, pela coligação de dois partidos da minoria, a demitir o Ministério Andrada e nomear, para sucessores, os realistas. A vigorosa oposição que os irmãos demissionários organizaram imediatamente contra os que os haviam suplantado, colocou tanto o novo Ministério como o próprio Imperador em posição bastante embaraçosa. Multiplicaram-se os ataques e as recriminações até que o Imperador se decidiu pela medida extrema de dissolver a Assembléia à força.

D. Pedro montou a cavalo e dirigiu-se para a cidade, à frente de uma força de cavalaria, e, depois de cercar o edifício e assestar contra ele bocas-de-fogo, enviou o Brigadeiro-General Moraes para transmitir à Assembléia a sua ordem de dissolução imediata. Apesar dos protestos, os deputados que se haviam conservado em sessão durante a noite toda, viram-se obrigados a se retirar. Antônio Carlos e Martim Francisco de Andrada foram presos nas escadas em companhia dos Deputados Rocha e Montezuma. José Bonifácio foi também imediatamente detido em sua própria residência e, todos eles, sem ser ouvidos, nem julgados, foram conduzidos para bordo de um navio que se aprestava para largar e transportados para a França.

Fez-se, assim, um hiato na carreira política dos Andradas. Não foi, porém, ociosa a sua permanência na Europa. Conhecedores profundos de várias línguas modernas, entregaram-se com entusiasmo de verdadeiros estudantes, a estudos literários e à companhia dos doutos.

Em 1828, os dois irmãos mais novos regressaram ao Rio de Janeiro, e, depois de ligeira detenção na ilha das Cobras, foram anistiados pelo Imperador. Só em 1829 José Bonifácio deixou a França, de regresso à pátria. Teve, porém, a infelicidade de perder a esposa em viagem. Faleceu no mar, poucos dias antes da chegada. Contudo seus

despojos foram trazidos à terra e aos seus funerais solenes compareceu toda a corte.

O almirante francês, que o conhecera na Europa, cumulou-o de atenções, mas, José Bonifácio pediu-lhes que se abstinéssem de fazer demonstrações porquanto não sabia como seria recebido. Todavia, logo que foi conhecida a chegada do navio, Calmon, o ministro das Finanças foi imediatamente a bordo prestar-lhe homenagem. Durante a entrevista que o Andrada teve com o Imperador, consta que este último propôs que se abraçassem e esquecessem o passado. José Bonifácio, porém, teria respondido com firmeza romana que com o maior prazer recebia o abraço, mas, ser-lhe-ia impossível esquecer o passado.

O Imperador ofereceu-lhe então um lugar no Ministério, mas



Antônio Carlos

ele o recusou alegando que havia regressado ao Brasil para viver afastado da política. Apesar de tudo, foi a José Bonifácio então já avançado em anos, que, por ocasião de sua abdicação, o Imperador confiou a tutela de seus filhos. Tinha demonstrado ao monarca a falsidade daqueles que o haviam levado a repudiar justamente os seus primeiros e mais devota-

dos amigos. Por sua vez, através de dolorosa experiência, D. Pedro havia aprendido a apreciar o verdadeiro patriotismo.

Mal chegados à sua província natal, Antônio Carlos e Martim Francisco foram conduzidos pelos seus compatriotas a importantes cargos públicos e desde então se conservaram sempre em posição de destaque nos conselhos nacionais. Mantiveram-se com firmeza e destemor na defesa dos mesmos princípios que advogavam desde o início de sua vida pública.

Alguém disse, e talvez, com bastante propriedade que, “quando no poder, os Andradas eram arbitrários; fora dele eram facciosos; tinham, porém, idéias elevadas e probidade inatacável”. Era manifesto e elogiável o seu desinteresse. Riquezas e honrarias, muitas vezes estiveram ao alcance de suas mãos. Entretanto, deixaram o poder sem comendas e em honrada pobreza. Foram sem dúvida censuráveis em muitos de seus atos; entretanto, levando-se em linha de conta as circunstâncias críticas do país, são desculpáveis muitos de seus erros. Quando, em avançada idade, retirou-se da vida pública, José Bonifácio passou a residir na pitoresca ilha do Paquetá, dentro da Baía do Rio de Janeiro. Faleceu em 1838, e, se existe algo que em altos brados clame contra a falta de iniciativa literária no Brasil, é sem dúvida o fato de não ter ainda vindo à luz nenhum trabalho sobre tão eminente personalidade, nem, ao que nos informaram seus irmãos, haver quem pense em fazê-lo.

Antônio Carlos e Martim Francisco são oradores notáveis. Este último é claro, expressivo e dotado de dicção perfeita. O primeiro é fluente, impetuoso e às vezes extravagante. Antônio Carlos ama a luta, e, poucas foram as questões propostas à Assembléia Nacional que não tivessem sido objeto de sua percuciente análise ou pulverizadas pela sua retórica esmagadora, flamejante. Suas orações estão repletas de lindas passagens de poetas franceses, espanhóis, italianos e ingleses, e, quando debatia questões de jurisprudência ou diplomacia, as citações que costumava fazer revelavam conhecimento crítico dos autores britânicos especializados nesses assuntos. Para dar idéia de sua eloquência, traduzimos ao acaso parte de um discurso que pronunciou em 1839, na Assembléia-Geral do Rio de Janeiro, relativamente à debatida questão de serem ou não assalariados mercenários estrangeiros para constituir o exército permanente do Império.

Depois de ter expandido ponderoso argumento, disse ele:

“Não desejo maçar a Casa. Já demonstrei que a providência é anticonstitucional, inútil, impolítica e aviltante para a nação.

“Vou terminar. Contrista-me pensar que tal medida possa ser aprovada. Tal a aversão que nutro contra ela que chego a pensar que, se for sancionada, alguns de nossos concidadãos sentirão desejo de abandonar a terra de seu berço; abandonar, íamos dizendo, uma nação degradada. Todavia, não pode esta língua proferir tal increpação nem este coração admitir tamanha afronta ao povo brasileiro.

“Todas as noites, quando em meu leito humilde procuro repousar, dou graças a Deus por ter nascido neste solo abençoado, num país onde a inocência e a liberdade eram condições naturais e de onde temporariamente se afastaram ante a aproximação das férreas algemas da escravidão que Cabral, seu acidental descobridor, importou de envolta com a civilização tacanha de Portugal.

Eis, descobreis Cabral os Brasis não buscados
C'os salgados vestidos gotejando,
Pesado beijas as douradas praias,
E ás Gentes que te hospedão, ignaras
Do Vindouro, os grilhões lanças,
Miserandos! Então a liberdade,
As asas são manchadas de baixa tyrania
Sentou isenta pelos ares livres.

“E assim, uma série infame de leis opressivas e proscições impostas sobre os nossos pobres antepassados sem dúvida ainda hoje pesariam sobre nós se dela não tivesse poupado nossa Independência! Permitam-me assimilar uma coincidência notável. Amanhã celebra-se o aniversário dessa independência – acontecimento digno de ser lembrado. Hoje tenta-se um passo que, a ser bem sucedido, empanará todo o seu brilho e apagará o mais belo quadro de nossa história.

“Como é que se concebe que, tendo sido capazes de sacudir o jugo da dominação estrangeira sem o auxílio de tropas mercenárias, não teremos forças para sufocar a rebelião de dentro de nossas fronteiras? Vergonhosa reflexão. Será esse Bento Gonçalves algum aventureiro

européu? Não! É brasileiro como nós e menos que ninguém poderá resistir aos brasileiros.

“O meu coração está repleto de sentimentos, mas falha-me a língua, na expressão do pensamento. Se passar essa lei nada mais me restará fazer que esconder o rosto e chorar e suspirar na linguagem de Moore :

“Alas, for my country! Her pride is gone by,
And that spirit is broken which never would bend:
O'er the ruin her children in secret must sigh –
For 'tis treason to love her, 'tis death to defend.”

Íntimo amigo e correligionário político de Antônio Carlos é o Sr. Álvares Machado, outro velho paulista igualmente famoso pela sua eloquência espontânea e apaixonada. O trecho que a seguir traduzimos, extraído de um de seus discursos na Câmara dos Deputados, dá bem idéia do orgulho regional dos paulistas e de seu sentimento de independência. “Como”, disse ele, “pode a administração atual pretender nos intimidar, a nós que jamais nos rendemos ao fundador do Império? Falamos a linguagem da liberdade, da justiça e da verdade a um rei e a descendentes de reis.

“Certa vez pretendeu-se elaborar nossa constituição segundo os moldes monárquicos, e, para tanto, insuflou-se a intriga nas províncias. De que linguagem usamos então? ‘Senhor’ dissemos ao monarca, ‘podereis implantar o despotismo na província de São Paulo, mas, será sobre os ossos do último de seus filhos.”

Outro destacado membro da legislatura provincial de São Paulo, era Vergueiro, senador do Império. Esse cavalheiro, português de nascimento, há muito que se tornou notável no Brasil. Antes da Independência da colônia era deputado às Cortes de Lisboa, onde se distinguiu de seus colegas pela maneira franca e desassombrada pela qual defendia os interesse e as prerrogativas de sua pátria de adoção. Posteriormente, no Senado brasileiro, manteve a sua reputação de batalhador emérito e sincero amigo das instituições liberais. Desempenhou papel importante durante os acontecimentos que culminaram com a abdicação do primeiro Imperador, e, como já ficou dito, foi nomeado chefe da primeira Regência provisória.

Durante uma de nossas visitas à Assembléa Provincial de São Paulo, esse ilustre homem público pronunciou longo e interessante discurso sobre a revolta estalada em Vila Franca.

As sessões desse corpo legislativo realizavam-se numa dependência do Colégio dos Jesuítas, de há muito adaptado para edificio público. Não costumávamos freqüentar assiduamente os debates, mas, diversas das visitas que fizemos à Assembléa nos foram muito interessantes. Quer-nos parecer que nenhum outro legislativo provincial poderá apresentar maior soma de saber, experiência e talento que o de São Paulo. No período a que nos referimos, Martim Francisco de Andrada ocupava a presidência e tomavam parte nos trabalhos os Srs. Antônio Carlos, Vergueiro, Álvares Machado, Rafael Tobias, os bispos de São Paulo e Cuiabá, Moura, o bispo eleito do Rio de Janeiro, e várias outras personalidades de destaque.

Ao findar uma das sessões tivemos o prazer de travar conhecimento com diversos desses cavalheiros, em um salão contíguo ao dos debates, tendo, nessa ocasião, percebido neles calorosos sentimentos americanistas e grande interesse pelos assuntos norte-americanos.

Antônio Maria de Moura era considerado o legítimo representante dos interesses eclesiásticos junto ao legislativo. Esse clérigo havia conquistado grande notoriedade durante os anos imediatamente anteriores. Fora nomeado pelo governo imperial para reger a diocese do Rio de Janeiro, que por essa época se achava disponível. Mal satisfeito com a nomeação, por motivos para nós desconhecidos, o Papa recusou-se consagrá-lo. Essa circunstância deu motivo para longas negociações diplomáticas que chegaram a ameaçar as boas relações entre o Brasil e a Santa Sé. Durante muitos anos questões dessa natureza eram freqüente e livremente discutidas na Assembléa, e, durante os debates era comum ouvirem-se expressões não muito reverentes com relação à Sua Santidade e serem trazidos à baila fatos surpreendentes. Por exemplo, um reverendo sacerdote, falando sobre o assunto, aludiu a certa objeção canônica contra esse candidato que, – disse ele – era geralmente conhecida, qual seja a ilegitimidade de sua origem: “Trata-se, porém, de uma questão de some-nos, de vez que já foi posta de lado com relação a dois dos atuais bispos do Império. Esse cavalheiro, porém, assinara um documento

em que se declarava contrário ao celibato obrigatório do sacerdote, e, quando interpelado por Sua Santidade, sobre o assunto, recusou-se dar explicações.³⁴

Quanto mais era o assunto discutido, tanto mais se dilatavam as diferenças. O Papa não queria se afastar de seu ponto de vista e os brasileiros estavam resolvidos a não aceitar imposição do Vaticano.

A idéia de tornar a igreja brasileira independente de Roma foi aventada mais de uma vez e já ia ganhando prestígio entre o povo. A questão, porém, só foi considerada sob o ponto de vista político. Portanto, era assunto que só ao governo competia resolver da maneira mais prática possível.

Quando da formação de um novo Ministério, procuraram satisfazer Moura, induzindo-o a desembaraçar o caminho. Resolveu, finalmente o bispo eleito, a desistir de suas pretensões e deixar o posto que não poderia pacificamente ocupar. O caso teve então solução pronta e fácil. O governo fez nova nomeação que foi aprovada pelo Papa e agradeceu o candidato desistente com o título e as dignidades de bispo *in partibus infidelium*. Ao tempo em que o conhecemos, o padre Moura não aparentava mais que trinta e cinco anos de idade. Suas maneiras eram afáveis e sua prosa interessante. Diziam ser ele o auxiliar confidente e conselheiro do velho bispo de São Paulo. Tinha se ocupado de política por muitos anos e provavelmente assim continuaria de vez que tais atividades não eram de forma alguma incompatíveis com os seus deveres de bispo *in partibus*.

Tivemos a honra de mais de uma entrevista com o ex-regente Feijó. A primeira realizou-se em S. Paulo, em companhia de um seu íntimo amigo, na sala inferior de uma grande casa onde se achava hospedado.

Não houve cerimônia. Parecia que sua reverência estivera deitado numa alcova contígua e se levantara apressadamente para nos receber. Não trazia vestes eclesiásticas. De fato, vestia uma roupa de algodão listado que não parecia nova e sua barba parecia por demais crescida para lhe permitir que se sentisse confortável em dia tão quente. Feijó era baixo e corpulento, aparentado sessenta anos de idade, mas, de compleição robusta e feições saudáveis. Sua cabeça e seus aspectos

34 Vide *Jornal do Comércio* de 30 de junho de 1839.

traziam a marca da inteligência e davam-lhe uma expressão de benevolência, conquanto houvesse algo em seu olhar que justificasse a observação que nos haviam feito, antes da entrevista, de que ele tinha “uma expressão felina”. Sua conversa era fluente e muito interessante. Nosso companheiro disse-lhe que lhe havíamos proposto diversas questões relativas aos costumes do clero e ao nível cultural e religioso do país. Pôs-se então ele a tecer considerações sobre esses assuntos, demonstrando não pequeno aborrecimento com o atual estado de cousas, especialmente com relação ao clero. Afirmou que “difícilmente se encontrava em toda a província um padre que cumprisse os seus deveres como manda a Igreja, especialmente, com relação à instrução religiosa das crianças, no dia do Senhor.

Estava em vésperas de viagem para Itu e Campinas, e, tendo sido interrogado quanto ao dia da partida, respondeu: “Dizem que no domingo”: assim indicando que nem mesmo ele tinha grande respeito pelo dia do Senhor. Outra vez procuramo-lo em sua residência, no Rio de Janeiro, durante a sessão do Senado, ao qual pertenceu e presidiu durante largo período. Era pela manhã, e, ao entrarmos, encontramos-lo só em seu locutório, atento sobre o breviário, provavelmente no exercício de suas devoções matutinas. Ao lado, na mesa que então ocupava, estava uma faca de ponta, das que já tivemos ocasião de descrever, dentro de sua bainha de prata. Oferecemos-lhe exemplares de alguns trabalhos que tínhamos acabado de publicar em língua portuguesa, para circulação no país. Recebeu-os mui cortesmente e logo entrou a tratar de diversos planos para melhorar o estado religioso do Brasil. Demonstrava porém, pouca confiança e menor vontade de se abalar a novas tentativas, de vez que por diversas vezes foram frustrados os seus projetos nesse sentido. Tão pouco estímulo havia ele, de fato, encontrado entre os seus colegas, que se sentira tentado a comparar alguns deles ao cachorro na manjedoura, que nem praticava o bem, nem deixava que os outros o fizessem.

Feijó é um homem notável. Da mesma forma que muitos outros membros do clero brasileiro, iniciara-se bem cedo na vida política, pondo de lado a prática dos deveres sacerdotais. Já nos referimos ao seu abandono das Cortes portuguesas, às quais havia sido eleito durante o reinado de D. João VI.

Depois do estabelecimento do governo independente no Brasil, tornou-se membro proeminente da Câmara dos Deputados. Certa vez, durante os debates, ouviu uma proposição que muito o chocou, “que o clero brasileiro não estava obrigado ao celibato”. Todavia, tendo sido proferida por um cavalheiro de grande saber e probidade, essa afirmativa empolgou-lhe a atenção. Mais tarde, refletindo sobre os meios de reformar o clero e examinando os anais do Cristianismo, convenceu-se não só de que aquela declaração estava certa como ainda de que a fonte comum dos mais acerbos males que afligiram essa importante classe, era o celibato compulsório. Foi então que, na qualidade de membro da Comissão de Negócios Eclesiásticos, expôs à casa suas vistas sobre o assunto, em forma de relatório da minoria.

Nesse documento propôs “que desde que o celibato não era imposto ao clero pela lei divina, nem constituía determinação apostólica, mas, pelo contrário, era a causa de graves imoralidades no seio da classe, a Assembléia devia revogar as leis que o impunham e notificar o Vaticano da necessidade de suspender as penalidades eclesiásticas contra o matrimônio dos clérigos, sendo estas anuladas, caso não fossem abolidas pela Santa Sé, dentro de certo tempo.”

Como era natural, uma proposta dessa ordem partindo de tão eminente sacerdote, empolgou a atenção geral. Para surpresa de muita gente, foi ela recebida com grande simpatia tanto pelo clero como pelo povo. Essas circunstâncias, aliadas às suas convicções relativas à noção do dever, levaram o autor a explanar sua opinião mais longamente, na forma de um tratado sistematizado. Foi assim que surgiu o seu famoso livro sobre o *Celibato do Sacerdócio*. Extraímos o trecho seguinte da crítica ao trabalho acima, feita por certo escritor notável: “Trata-se de uma autêntica novidade, no mundo literário. Na verdade, nada mais podemos dizer que, o livro encerra, sem dúvida, os melhores argumentos jamais coordenados em país católico ou protestante, contra o celibato obrigatório dos padres e das freiras. Expõe tudo quanto diria um protestante e tudo o que um padre católico, a despeito de todos os preconceitos, é constrangido a dizer de uma imposição cruel, contrária à natureza e à lei imutável do Criador todo poderoso.”

O autor é um mestre em erudição católica, antiga e moderna, em direito canônico, e nos velhos escritos, e, para nós, não seria admira-

ção se algum seu colega da América ou da Europa desse a público algo que se parecesse com uma resposta racional à “DEMONSTRAÇÃO DA NECESSIDADE DE ABOLIR O CELIBATO CLERICAL, FEITA PELO PADRE FEIJÓ”.

Apesar dos violentos ataques contra ele dirigidos com relação a essa surpreendente tentativa de inovação, foi mais tarde guindado aos mais elevados postos do país, tendo sido sucessivamente nomeado ministro de Estado, regente do Império e senador perpétuo.

Além disso foi, pelo governo imperial, nomeado bispo de Mariana, diocese que abrangia toda a rica e importante província de Minas Gerais. Não quis, porém, aceitar essa dignidade, e, deixando a Regência, voltou à sua fazenda, algumas milhas distante de São Paulo, onde residia durante nossa visita à Província.

Depois disso, sua saúde começou a declinar, tendo-lhe sido concedida uma pensão de quatro contos de réis por ano, em atenção aos relevantes serviços prestados à nação. Morreu em 1843.

.....

Capítulo XIX

ESCOLA LANCASTERIANA – A MISERICÓRDIA DE SÃO PAULO
– PASSEIO A SÃO BERNARDO – EX-PRESIDENTE DE MATO
GROSSO – A DESCIDA DA SERRA – NOTÍCIA DE SANTOS –
VISITA A SÃO VICENTE – VIAGEM DE REGRESSO AO RIO DE
JANEIRO

Vimos, finalmente, antes de deixar a cidade de São Paulo, o Hospital da Misericórdia e a principal escola primária do lugar. Esta era positivamente a mais florescente que tivemos ocasião de ver no Império. Tinha cento e cinquenta e seis alunos, na sua maioria, brancos, mas os ligeiros salpicos com que alguns mulatinhos e negrinhos pontilhavam a garotada, emprestavam certa variedade. Os alunos das diversas classes respondiam com vivacidade e inteligência às perguntas que se lhes propunham, demonstrando assim o seu bom adiantamento. Vigorava então o sistema lancasteriano.³⁵ O que mais nos agradou, entretanto, é que para o ensino de leitura adotavam em aula uns cartões contendo trechos das Escrituras. Foram escolhidas para isso passagens bastante apropriadas

35 Sistema de ensino inventado pelo famoso pedagogo inglês Lancaster (1778-1838) que consiste, principalmente, em utilizar os alunos mais adiantados como “monitores” para ensinar os mais atrasados. (R. B. de M.)

ao desenvolvimento dos pequenos leitores, e tal sistema não poderia deixar de exercer a mais benéfica influência não só sobre os corações dos petizes como sobre os seus espíritos.

O Hospital da Misericórdia está lindamente colocado, fora da cidade, na estrada de Santos, em lugar descampado que, por um erro de visão estava para ser abandonado em troca de outro muito menos favorável, próximo à cidade, onde estavam construindo pavilhão bem maior. Eram onze os doentes, dois homens e nove mulheres. Informou-nos o diretor que as mulheres se mantinham sempre em proporção muito maior. Deixamos com ele dois exemplares do Novo Testamento para uso dos internados que soubessem ler.

Além desta instituição, havia, do outro lado da cidade, o Hospital dos Lázarus, com 26 enfermos atacados dessas moléstias cutâneas que em muitos casos se assemelham à lepra. Tais doentes não podem se imiscuir com o povo. Em geral, porém, não suportam a prisão, e, freqüentemente, estão ameaçando de fugir para se instalarem à beira dos caminhos onde viverão da caridade pública.

Chegou finalmente o dia em que tínhamos de deixar São Paulo em companhia de diversos outros viajantes. Partimos à noite, com a intenção de pernoitar em São Bernardo. Distanciados dos companheiros, fizemos uma rápida digressão para tocar na fazenda de D. Gertrudes, no Ipiranga. Essa propriedade era uma das mais ricas e produtivas dessa senhora. Produzia pêssegos, maçãs e outras frutas comuns ao país, que, cultivadas tão perto da cidade, eram facilmente vendidas. Fabricavam também aí grande quantidade de garapa, o suco da cana-de-açúcar, simples, e em estado de fermentação parcial. Essa bebida é muito apreciada e usada nesta região do Brasil. Vêm-se constantemente pelas ruas, mulheres com grandes potes de barro à cabeça, ou ao lado, quando sentadas, vendendo garapa. Apesar da notoriedade e produtividade dessa fazenda suas construções eram rústicas e as culturas estavam em completo desleixo, tal como nenhum português, feitor de escravos, toleraria.

Retomando a estrada, quando surgiram os nossos companheiros, fomos informados de que havíamos sido procurados por uma senhora. A esposa do nosso hospedeiro, em São Bernardo, estava de viagem para São Paulo, acompanhada de três pessoas, e, não se tendo esquecido da reunião social em que travamos conhecimento com

sua família, encontrando os cavaleiros, perguntou pelo Senhor Daniel. Essa senhora poderia já ter seus cinquenta anos, mas, ainda conservava todo o fulgor da mocidade. Usava uma linda peliça guarnecida com tufos e um largo chapéu do Chile defendia dos raios do sol seu rosto grande, mas formoso. Montava, com arreios de senhora, uma das mais lindas mulas de que temos lembrança e revelava-se inteiramente senhora da arte de cavalgar, a que se habituara desde a infância. Nossa montaria conseguiu manter o lugar com que fomos honrados, à direita da Senhora, e, sendo ela bastante comunicativa e destra, a viagem para São Bernardo foi rápida e interessante. A cerca de metade do caminho, encontramos seu filho, montando um lindo cavalo preto. Aderindo à comitiva esse cavaleiro veio aumentar-lhe o interesse e o garbo. Chegamos às 7 da noite, e, ao apear-mos, fomos cordialmente recebidos pelo Senhor B. que apareceu envolto em um poncho branco, todo ornamentado, de fabricação indígena. Acolheu seus hóspedes com grande amabilidade.

Os atrativos do serão foram grandemente aumentados com a presença do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Antônio Pedro d'Alencastro, ex-presidente de Mato-Grosso, cavalheiro ao qual tínhamos sido apresentados em casa do Senhor Rafael Tobias e que agora, em companhia de seus filhos, cuja mãe havia falecido recentemente, estava a caminho de Santos. Era natural do Rio Grande do Sul, alto, de aparência dominante e falava em linguagem extraordinariamente apurada. Suas informações espontâneas com relação à província que tinha governado recentemente, foram mais completas que as de qualquer livro que nos foi dado consultar. A ele e aos relatórios de dois de seus sucessores imediatos, devemos muitas das informações que se encontram em outra parte deste trabalho.

Bem cedo, na manhã seguinte, os nossos companheiros iniciaram os preparativos para a descida da serra. Depois de termos todos montado e carregado os muares, a caravana parecia enorme. Em tudo e por tudo o caminho apresentava aspecto semelhante ao que havíamos notado quando subimos. Chegando ao topo da serra demoramo-nos um pouco apreciando a vista magnífica que de lá se descortina, abrangendo terra e mar. Depois apeamos e fomos descendo a pé, para coligar espécimes botânicos e examinar vários exemplares interessantes que encontramos

em diferentes altitudes. Foi ao pé dessa montanha que Burchell,³⁶ o botânico inglês residiu por muito tempo numa cabana solitária da qual partia para suas excursões à procura do que havia de belo e raro no mundo vegetal. Grandes grupos de imigrantes alemães trabalhavam no “alterado” [Supomos que o autor tenha querido escrever “aterrado”, ou aterro. N. do T.] que vai de Cubatão a Santos.

Durante o percurso desse dia, estivemos quase sempre em companhia de um brasileiro, residente em Santos, cuja casa ficava no topo de um morro, a extremidade da cidade, de onde se avistava toda a povoação. Insistiu para que o acompanhássemos até lá. Tendo chegado antes dos companheiros, acedi ao seu convite e, dessa posição magnífica examinamos toda a cidade.

Santos distingue-se mais pelo seu comércio, como porto de mar da província que pela beleza de sua situação ou pela elegância de

36 William John Burchell, célebre naturalista e explorador inglês, nascido, provavelmente, em 1782 e falecido em 1863. Iniciou sua longa carreira científica na ilha de Santa Helena, onde residiu de 1805 a 1810. Daí partiu para uma série de viagens pela África do Sul. De volta à Inglaterra publicou em 1822 dois volumes famosos hoje em dia pela beleza das ilustrações, onde deu a conhecer o resultado de suas viagens. Em março de 1825 embarcou para o Brasil, onde chegou em julho, depois de uma demora de dois meses em Lisboa. Ficou na capital do Império até setembro de 1826 colhendo material de história natural, fazendo observações meteorológicas e astronômicas e executando uma série de desenhos que serviram para Robert Burford pintar o seu célebre panorama do Rio. Visitou os arredores da capital, a província de Minas e embarcou para Santos. Instalou-se durante dois meses no meio do mato, num rancho perto de Cubatão antes de subir a serra para S. Paulo. Aqui passou sete meses e seguiu para Goiás, de onde alcançou a cidade de Pará, embarcando para a Inglaterra, em junho de 1829. Durante essa longa viagem recolheu enorme coleção de história natural. O rei da Prússia mandou oferecer-lhe, a troco de uma pensão vitalícia, a compra de tudo quanto trouxera para o museu de Berlim, com a condição de ali fixar residência e publicar o resultado de seus trabalhos. Burchell recusou. Pretendia editar sua obra na Inglaterra. Infelizmente não pôde. Depois de sua morte, grande parte de suas coleções, inclusive os manuscritos, foram doados ao Kew Garden, onde se encontram.

Burchell não era somente excelente naturalista, mas grande desenhista e bom músico. É de se lamentar que os resultados de seus trabalhos sobre o Brasil não tenham jamais sido publicados.

seus prédios. É construída no velho estilo português, com casas de pedra alinhadas ao longo de ruas estreitas mal calçadas e sujas. Tem três conventos e uma Misericórdia que é a mais antiga do império. Há ainda em Santos um velho Colégio de Jesuítas que, desde a expulsão dessa ordem vem servindo sucessivamente de quartel e palácio para os presidentes da província, quando estes se decidem a ocupá-lo.

Muitas são as casas de comércio estrangeiras aí instaladas e fazendo próspero negócio. Entre essas citaremos a do cônsul norte-americano, onde recebemos a mais carinhosa hospitalidade. Santos é ainda a cidade de origem e residência da família Andrada. Já propuseram que se lhe desse o nome de Bonifácia, em honra a José Bonifácio de Andrada, “O Franklin do Brasil”.

De Santos, fizemos uma excursão, em companhia de um jovem artista, a São Vicente, o velho porto e capital da província. A distância era de cerca de seis milhas e o caminho nada mais que um trilho serpeando por entre culturas e florestas, e, da mesma forma que muitas outras estradas públicas, fechado de vez em quando com portões particulares. Tendo vencido cerca de três quartos da distância, ouvimos distintamente o marulhar das ondas que, entretanto, não podíamos avistar porque o caminho corria em paralelo com a praia. Finalmente, saindo do último capão de mato, atingimos uma rua estreita, ladeada por várias casas velhas e abandonadas. Com vinte e cinco ou trinta metros de caminhada, chegamos ao fim dessa rua que se abre para o largo central da vila. Em frente estava a igreja de onde partiam dois caminhos: um em direção a um braço de mar, a cerca de 300 metros de distância e outro para a barra, ou entrada do porto, que se vê livremente à esquerda. No ângulo formado por esses dois caminhos divergentes, havia uma velha casa de pedra, não muito diferente dos prédios escolares rurais da Nova Inglaterra, na qual se acha instalada a Câmara Municipal, tendo no porão a cadeia pública com uma janela gradeada, solitária. Alguns passos à direita viam-se montes de tijolos sobre os quais antigamente havia diversas cruces. O madeiro de uma delas marcava ainda o local da igreja de Santo Antônio que caiu em ruínas. Próximo a esse ponto conversamos com duas pessoas. Uma delas nos informou que não sabia ler, mas, que havia uma escola no lugar. Demos-lhe então diversas publicações pedindo-lhe que fizesse chegar às mãos de pessoas que por elas se

interessassem. Os folhetos foram recebidos com mostras de gratidão, e, a seguir, nos dirigimos para o ponto onde desembarcaram os primeiros povoadores, bem como os que atacaram. A praia é belíssima, mas, a entrada do porto está de tal forma obstruída que, nas marés baixas, dificilmente passa uma canoa. Sendo vasante a maré, conseguimos atingir umas pedras distantes onde ficamos por algum tempo em silêncio ou, antes, em interessante colóquio com as águas que se espriavam e espumavam sobre a areia.

São Vicente foi fundada por Martim Afonso, em 1530. À entrada da barra, dois navios ingleses sob o comando de Edward Fenton, foram atacados, em 1582, por uma armada espanhola. A batalha ocorreu à noite e desenvolveu-se ao luar. Um dos navios espanhóis foi posto a pique e os ingleses manobraram e se fizeram ao largo.

Em 1591 São Vicente foi incendiada por Cavendish, aventureiro inglês, e, talvez seja interessante darmos a seguir um breve relato da ocorrência, segundo Southey, para mostrar a espécie de acontecimentos que se desenrolavam por essas bandas, há duzentos e cinqüenta anos passados.

Esse tal Cavendish, tendo dissipado os haveres de seu pai, pensou em reconstituí-los através da pirataria, e, durante uma viagem que anteriormente fizera ao redor do mundo, cometeu tais bravatas que com elas chegou a tisonar os brios da nação inglesa. Os resultados de suas pilhagens induziram-no, porém, a uma segunda expedição. Todavia esbanjou tão rapidamente os proventos da primeira sortida, que partiu sem provisões suficientes para a segunda. Por isso, mandou dois de seus navios à frente, para atacar e saquear a cidade de Santos e lá fazer provisões. O povo foi surpreendido na igreja ouvindo missa; apenas um homem tentou resistir e esse mesmo foi morto; os outros foram detidos no templo pelo resto do dia. Enquanto o vice-almirante e seus homens se contentavam com apreender todas as reservas sobre as quais conseguiram lançar mão, o povo não só aproveitou a ocasião para escapar, como ainda para retirar tudo quanto pudesse carregar. Quando Cavendish chegou, oito ou dez dias mais tarde, encontrou a cidade vazia e abandonada. Muitos índios foram ter com ele e oferecer sua aliança caso estivesse disposto a bater os portugueses e ficar com o país para si. Tais planos, porém, não convinham a um pirata e os selvagens não quiseram

se expor à vingança de seus primeiros opressores, tentando auxiliar indivíduos dos quais não poderiam esperar proteção.

A esquadra aí permaneceu diversas semanas sem nada conseguir, e, finalmente, partiu em condições muito piores que quando chegou. Os piratas incendiaram São Vicente e prosseguiram para o Estreito de Magalhães. Não conseguiram, porém, atravessá-lo e foram dispersados pelas condições atmosféricas desfavoráveis. Cavendish voltou só, para a costa brasileira e desembarcou vinte e cinco de seus homens a cerca de três léguas de Santos, com instruções para apanharem alguma provisão o mais rapidamente possível a fim de aliviar seus camaradas doentes e esfaimados. Dessa expedição, que foi organizada com os melhores homens de bordo, nem um só voltou. Os índios reuniram-se e os atacaram no momento em que se dispunham a voltar para os navios. Estraçalharam a todos eles, com exceção de dois que levaram a Santos, como prisioneiros, entrando na cidade em triunfo, com as cabeças dos abatidos. Logo depois Roebuck, um de seus infelizes companheiros, veio reunir-se a Cavendish. Os dois navios percorreram então a costa brasileira, depredando e destruindo casas e plantações, até, que, finalmente, um prisioneiro português comprometeu-se a orientar os navios através da barra do Espírito Santo, lugar que os piratas muito desejavam assaltar, na esperança de lá encontrar tudo em abundância. Essa tentativa, foi, porém, ainda mais funesta que a primeira. Perderam seus melhores homens e nada conquistaram. Abatido por esses bem merecidos reveses, Cavendish deixou a costa do Brasil e morreu em viagem de regresso.

Conquanto São Vicente tivesse sido reconstruída depois da destruição de Cavendish, perdeu, em favor de Santos, sua primazia comercial, e, para S. Paulo, as suas prerrogativas políticas.

Próximo à praia encontramos uma fonte de água pura, saltando sobre uns restos de alvenaria e cercada por numerosas lavadeiras que batiam roupa sobre as pedras. Fomos tomar água enquanto o Sr. B. esboçava a paisagem. De volta a Santos, tivemos oportunidade de coligir algumas plantas curiosas que encontramos pelo caminho. Assim terminou uma das mais interessantes excursões que fizemos durante a nossa permanência na província de São Paulo.

Em Santos visitamos uma grande refinação de açúcar, o único estabelecimento dessa espécie que vimos no Brasil. Da grande quantidade de açúcar produzida no país, a maior parte é consumida ou exportada no mesmo estado em que sai do engenho. Muito dele, entretanto, é alvejado, conquanto sempre em forma de pó. Regressamos ao Rio de Janeiro por um vaporzinho preto e raso, chamado *Paquete do Norte*, a bordo do qual encontramos diversos conhecidos cuja companhia e conversa, em “idioma nacional” tornou duplamente interessante a nossa viagem de regresso. O tempo estava magnífico e pudemos ver em pleno dia todos os portos da escala. Cruzamos o trópico de Capricórnio sem o saber e, quarenta e oito horas depois de nossa partida, lançávamos âncora ao largo de Villegagnon, à espera da visita costumeira dos funcionários portuários.

Aí deu-se, à luz do dia, uma cena magnífica, para quem gosta de observar a natureza humana. Entre os numerosos passageiros que se agrupavam no tombadilho, grande parte tinha viajado sem passaporte. O funcionário visitante insistia em receber o precioso documento ou impedir que desembarcassem os que não o possuísem. Entretanto, não era tão fácil fazer tais exigências com relação a uma multidão inteira, como o seria se se tratasse de um único faltoso, a bordo de um navio estrangeiro. Eram brasileiros quase todos os que não tinham passaporte, e, portanto, estavam em condições de objetar, com algum direito, contra a vexatória exigência de licença especial para se deslocarem de um porto para outro dentro dos limites de seu próprio país. Tornaram-se em pouco tempo tão ansiosos para desembarcar quanto os barqueiros que começaram a se reunir em torno do vapor, para transportá-los. Reconhecendo a inutilidade de insistir numa exigência evidentemente impraticável o funcionário apartou os transgressores e intimidou-os a registrar imediatamente seus nomes na Chefatura de Polícia, ameaçando de prisão aos que não o fizessem dentro de três dias. Tendo posto a salvo a sua responsabilidade, da melhor maneira que pôde, deu permissão aos passageiros para desembarcarem.

.....

Capítulo XX

AÇÃO MISSIONÁRIA EM SÃO PAULO - CONDIÇÕES PRIMITIVAS E ATUAIS DA PROVÍNCIA - A HOSPITALIDADE DE UM PADRE - ESTÍMULOS - O POVO - PROPOSTA À ASSEMBLÉIA PROVINCIAL - RESPOSTA - RESULTADOS.

J

á dois séculos são passados sobre o descobrimento e as primeiras providências para colonização da Província, sem que se tenha notícia de que algum missionário protestante algum dia a visitasse em propaganda evangélica. Colonizada com o propósito ostensivo de conquistar para a religião o elemento nativo e subseqüentemente povoada de padres e monges, não se sabe de alguém que jamais tivesse nela aportado trazendo, em vernáculo, a palavra da vida, com o intento expresso de pô-la ao alcance do povo.

Torna-se necessário lembrar o leitor que por todo o continente a que presentemente nos referimos, são desconhecidas as conferências públicas e outras formas de reuniões para fins instrutivos. O povo congrega-se freqüentemente nas igrejas, nas festas religiosas e no teatro, mas, em nenhum desses lugares ouve ele dissertações sobre princípios de moral ou sobre a verdade. No primeiro caso, os sermões raramente contêm alguma cousa mais que o elogio das virtudes de determinado santo, com exortações para que seu exemplo seja tomado como paradigma. De fato, são aí desconhecidas todas as formas pelas quais se tem acesso ao espírito do público, nos países protestantes. Portanto, o estrangeiro e

especialmente o suposto herege, que quiser trabalhar pela propagação da verdadeira religião, tem que aguardar oportunidades providenciais ao invés de elaborar seus planos antecipadamente. Em tais circunstâncias o missionário aprende uma lição de grande proveito próprio, qual seja a de se valer de todas as ocasiões, por menores que sejam, de praticar o bem em nome do Mestre. As noções românticas que alguns ainda alimentam com relação ao trabalho missionário, por certo se desvanecerão ao contato frio da realidade. Contudo, o verdadeiro espírito cristão não se deve embotar nem perder a confiança em Deus.

A inesperada amizade e o auxílio de nosso velho hospedeiro em São Bernardo, não eram circunstâncias a serem menosprezadas. Não menos valiosa foi a quantidade de cartas de apresentação que em São Paulo nos deram, dirigidas às pessoas de maior destaque nas localidades que pretendíamos visitar no interior. Numa dessas localidades, a pessoa a quem fomos apresentados e que nos proporcionou hospedagem, era um sacerdote católico romano; e, é com viva satisfação que deixamos aqui registrado que a hospitalidade recebida sob seu teto foi a melhor que poderia desejar um estrangeiro em terra estranha.

Quando chegamos à cidade onde ele morava, o padre havia se ausentado uma semana antes, mas, era esperado a qualquer momento. Seu sobrinho, o moço que tomava conta da casa, insistiu, porém, para que ficássemos, e indicou ao nosso guia o pasto para nossos animais. Num país onde se viaja quase que exclusivamente a cavalo, constitui ato de polidez convidar o viajante, logo que chega, a descansar numa cama ou num sofá. Aceitamos essa gentileza que o foi logo seguida de um banho morno e um excelente, mas solitário, jantar. Antes de terminar nossa refeição, avistamos pela janela um grupo de cavaleiros que chegava, entre os quais o padre que esperávamos. Depois de ler a carta que lhe trazíamos, entrou na sala e cumprimentou-nos cordialmente. Tinha chegado em companhia do ex-regente Feijó, com quem tivéramos uma entrevista em São Paulo e por cujo intermédio havia sido informado de que nos interessávamos em conhecer o estado religioso do país. Mostrando-nos sua biblioteca, por sinal que bem numerosa, destacou, como seu livro predileto a Bíblia francesa de Calmet, em vinte e seis volumes.

Não possuía, porém, nem a Bíblia nem o Novo Testamento em português. Informamos-lhe de que projetavam publicar no Rio de

Janeiro uma edição anotada e comentada, sob o patrocínio e com a sanção da arquidiocese. Isso seria feito com a idéia de contrapor a circulação das edições feitas pelas sociedades bíblicas, entretanto, o projeto jamais fora levado a termo. O padre nada sabia a respeito. Tinha conhecimento de que para o Rio de Janeiro, como para outras partes do mundo, haviam remetido exemplares da Bíblia, em vernáculo, que poderiam ser obtidos grátis ou mediante insignificante retribuição. Julgue o leitor a agradável surpresa que para nós constituiu ouvirmos de seus lábios que alguns desses livros sagrados já haviam aparecido nas circunvizinhanças, trezentas milhas distantes de nosso depósito, no Rio de Janeiro. Sua primeira observação foi no sentido de que não sabia qual o benefício que poderia advir dessa leitura, em vista dos maus exemplos dos bispos e sacerdotes. Informamos-lhe francamente que éramos encarregados dessa distribuição de Bíblias e tentamos explicar os motivos de nosso empreendimento, razões essas que ele pareceu compreender.

Disse-nos que o catolicismo estava quase abandonado no Brasil, como no resto do mundo. Asseguramos-lhe de que havíamos tido abundantes provas de sua existência e influência, mas, ele parecia considerá-las apenas exterioridades vazias. A essa altura, nossa conversa foi interrompida. Reiniciando-a à noite, observamos-lhe que, sabendo que éramos ministros religiosos, fácil lhe seria imaginar que teríamos mais prazer em conversar sobre religião que sobre qualquer outro assunto.

Dissemos-lhe então que não compreendíamos o que queria dizer, afirmando que o catolicismo estava quase abandonado. Explicou-nos que era nulo o espírito de religião, tanto no clero como no povo. Sendo apenas um diácono, tinha liberdade de crítica. Era caloroso partidário da abolição das leis que impõem o celibato ao sacerdote, de vez que, na realidade, a situação de muitos padres era pior do que se fossem casados, com grande escândalo para a religião; que tal era a ignorância de certos cléricos que poderiam sentar-se aos pés de muitos de seus paroquianos e deles receber instrução religiosa; que o espírito de infidelidade estava se generalizando célere ultimamente e destruindo aquele respeito externo pela religião e o temor a Deus que costumavam passar de geração em geração. Eram comuns os livros profanos, principalmente *As Ruínas* de Volney. Perguntamos-lhe se esse estado de cousas

estava melhorando ou piorando, ao que ele prontamente respondeu “piorando, piorando continuamente!”

– “Quais as medidas tomadas para melhorá-lo?” – “Nenhuma! Estamos à espera da Providência.” Dissemos-lhe que inúmeras pessoas piedosas de bom grado auxiliariam o clero se tivessem a certeza de que lhes seria permitido trabalhar na vinha do Senhor. Afirmou-nos então que tais pessoas seriam bem recebidas se estivessem de posse da verdade; querendo, provavelmente dizer, se fossem católicas romanas.

Perguntamos-lhe que notícia daríamos ao mundo religioso com respeito ao Brasil. – “Diga que estamos em trevas, atrasados, quase abandonados.” – “Mas que desejam a luz?” – aventuramo-nos. – “Que nada desejamos. Que esperamos em Deus, o pai das luzes”, respondeu-nos o sacerdote.

Indagamos que haveria de melhor que a palavra de Deus, para se contrapor aos livros profanos e desmoralizados a que ainda há pouco se referira. “Nada”, disse ele. Ao que então insistimos: “Quanto benefício não poderia fazer o reverendo, tanto à pátria como às almas imortais se se devotasse à missão de verdadeiro evangelista?” O padre concordou e manifestou a esperança de um dia poder assim proceder.

Pouco antes havíamos posto em suas mãos dois ou três exemplares do Novo Testamento, para serem encaminhados a pessoas que pudessem tirar proveito de sua leitura, dádiva que recebeu com a maior satisfação. Dissemos-lhe então que, quando estivesse disposto a se dedicar à distribuição de Bíblias, poderíamos fornecer-lhe o número de exemplares de que precisasse. Assegurou-nos que a qualquer tempo sentir-se-ia feliz em se encarregar dessa tarefa, e que logo que recebesse os livros, faria sua distribuição pelas adjacências e nos escreveria dando conta de como se havia desempenhado da missão. Fizemos então uma combinação que, com o tempo, tornou-se altamente eficiente e interessante. Quando lhe mostramos alguns folhetos em português pediu-nos que mandássemos alguns deles com as Bíblias. Tendo-lhe perguntado como o ex-gerente e outros padres veriam a distribuição das Escrituras entre o povo, respondeu-nos que ficariam satisfeitos e que a nobreza da missão dificilmente daria lugar para dúvidas. “Então”, acrescentamos “quando estivermos ocupados no desempenho dessa tarefa, teremos a grata certeza de que estávamos fazendo aquilo que a melhor parte do

clero brasileiro aprova.” – “Perfeitamente”, redargüiu ele, “o senhor está fazendo aquilo que competiria a nós fazer.”

Jamais passamos noite mais feliz do que a que se seguiu, conquanto o sono nem de leve nos tocasse as pálpebras. Estávamos empolgados pela evidência da bondade e providência de Deus, que nos dirigira os passos justamente para a pessoa que em melhores condições estava, tanto pela posição como pela disposição, para nos auxiliar no desempenho de nossa elevada missão. Ressalta de importância a passagem acima pelo fato de não termos encontrado o vigário da Vila, a quem trazíamos ótima carta de apresentação que deixamos em sua casa. Para usar da expressão de certo cavalheiro identificado ao meio, o vigário escondeu-se como se temesse as conseqüências de uma entrevista, e, não dispensando a um estranho as atenções costumeiras, magoou profundamente o amigo que nos havia apresentado. O padre, de cuja bondade tivemos prova, tinha interrompido sua carreira eclesiástica alguns anos antes para se dedicar à advocacia, conquanto ainda conservasse seu título e estado, como sacerdote. Como se vê pelo acima, dificilmente se encontra um gênero de atividade no Brasil, quer na vida civil quer na política, em que se não encontrem padres freqüentemente. Depois da segunda noite, tivemos que deixá-lo para prosseguir viagem.

Diversas oportunidades se nos depararam de oferecer folhetos a pessoas às quais éramos apresentados. Certa vez, tendo tomado um copo de leite pelo qual nada quiseram receber em pagamento, oferecemos uma publicação ao dono da casa. Perguntou-nos para que servia. Dissemos-lhe que era para ler e explicamos o seu conteúdo. Respondeu-nos então que era analfabeto. Pedimos-lhe que fizesse a gentileza de guardá-lo e aconselhamo-lo a que providenciasse para que seus filhos e as pessoas que o rodeavam aprendessem a ler. Agradeceu-nos e mostrou aos amigos o “folhetinho” como se fora uma curiosidade.

Em outra vila onde nos demoramos, certo rapaz educado na Alemanha costumava nos procurar freqüentemente em nosso quarto, tendo-se tornado bastante agradável pela sua conversa franca e inteligente. Achava que sua vila era uma das mais religiosas do país, pois que dispunha de grande número de templos e sacerdotes, em proporção aos habitantes. Numa das igrejas, principalmente, os padres eram muito rigorosos, e, na opinião de nosso informante, quase fanáticos. Apresentavam-se

sempre vestidos com seus hábitos, eram muito corretos em suas maneiras, exigiam que os seus paroquianos comungassem freqüentemente, e, principalmente, aborreciam o teatro. Esta última circunstância era bem fora do comum, pois, além de o clero freqüentar habitualmente tais divertimentos, na mesma localidade havia um teatro contíguo à igreja.

Abordando, com este jovem, a questão da circulação de Bíblias, ele prontamente reconheceu a importância da empresa e manifestou o desejo de que fosse continuada, acrescentando que logo que os brasileiros compreendessem os objetivos dos adeptos da Bíblia, só poderiam apreciá-los e sentirem-se gratos. Prontificou-se a conversar com seus amigos e ver o que poderiam fazer no sentido de se encarregarem da distribuição de Bíblias. Demos-lhe dois exemplares do Novo Testamento, para mostrar aos companheiros. Na manhã seguinte, disse-nos que tendo mostrado os livros a um grupo de moços, na noite anterior, foi geral o interesse manifestado, sendo que alguns deles se mostraram ansiosos em receber logo um exemplar. Reiterou-nos, portanto, sua afirmativa de que os livros sagrados seriam recebidos com geral agrado e pediu-nos que mandássemos para o seu endereço certo número de exemplares. Disseram-nos que também nesse lugar, muitos dentre os moços demonstravam pouquíssimo respeito pela religião, devido à influência de obra profanas e outras causas diversas. A desculpa de quase todas as faltas era sempre a mesma. “Eu sou um mau católico.” O povo em geral aceita os dogmas da Igreja, mas, raramente cumpre seus mandamentos, salvo quando a isso obrigados, principalmente pelos pais, ou em artigo de morte. A obrigação de abstinência de carne, nas quartas e sextas-feiras bem como durante a Quaresma, havia sido abolida nos últimos seis anos pelo bispo diocesano, e a Assembléia provincial já havia pedido a continuação desse favor. A decisão do bispo ainda não era conhecida, mas muita gente já tinha externado o propósito de pautar sua vida como bem entendesse, fosse qual fosse a decisão da autoridade eclesiástica.

Pouco antes de nossa chegada a esse lugar, um jovem pertencente a respeitável família, tendo perdido toda a sua fortuna num carregamento de escravos importados da África, pusera termo à existência. Dizia-se ser esse o primeiro caso de suicídio de que se tinha notícia pela redondeza e, por isso, causou sensação em todas as camadas sociais. Devemos frisar que o suicídio é muito raro no Brasil, e, sem dúvida, a atitude da

Igreja, negando supultamento cristão às vítimas de si próprias deve ter exercido salutar influência no sentido de tornar esse crime objeto de horror e detestação gerais. Prouvera a Deus que conseguisse a Igreja idêntica influência relativamente a outros pecados igualmente funestos e mais insidiosos. A simples repulsa à degradação moral era natural que existisse nessa comunidade; entretanto, o assassino quase sempre encontrava quem lhe acoitasse ou facilitasse a fuga.

Em uma terceira vila, fomos hospedados por um hospitaleiro negociante, de idéias liberais. Este também se ofereceu para cooperar conosco na distribuição dos livros sagrados, não-somente em sua localidade mais ainda em outras regiões.

Tendo feito um percurso de cerca de duzentas milhas em circunstâncias bastante favoráveis, chegamos novamente a São Paulo. Não tínhamos podido nos demorar em cada localidade tanto quanto o desejaríamos, para corresponder aos insistentes convites que recebemos. Eram, porém, imperiosos os motivos que nos impediam de fruir esse prazer. Nosso espírito se havia ocupado longamente com a situação do país, condensada nas informações recebidas de várias fontes. Almejávamos, portanto, descobrir a maneira de melhorá-la; talvez se conseguissem dilatar os limites da divulgação oral da verdade. A chama da esperança acendeu-se em nosso espírito e pusemo-nos a alimentá-la com ansiosa expectativa.

A distribuição de umas duas dúzias de Testamentos pelas diversas escolas da cidade sugeriu-nos a idéia de sua introdução como livro de leitura nas escolas de toda a província. O plano parecia ainda mais interessante devido ao fato, geralmente constatado, de haver grande falta de livros escolares. O Catecismo de Montpellier seria mais apropriado para esse fim que qualquer outro livro, mas, era de pouca eficiência na fixação de princípios religiosos com base suficiente para resistir aos processos insidiosos da infidelidade.

Estimulados pela boa acolhida dispensada por todos aqueles a quem oferecemos exemplares dos livros sagrados e, ainda, pela opinião das pessoas às quais havíamos apresentado a idéia, resolvemos, enfim, propor oficialmente ao Governo provincial, o fornecimento gratuito de Bíblias em quantidade correspondente às necessidades de suas escolas. Tínhamos, felizmente, na pessoa do Secretário e ao mesmo tempo decano

do corpo docente da Universidade, amigo capaz de nos orientar na execução dessa empresa. Expusemos-lhe nossa idéia inteira. Disse-nos ele que a maneira de conseguir o que desejávamos era por meio de uma ordem da Assembléia provincial (se assim o entendesse o legislativo) mandando que os professores recebessem os livros e os empregassem em seus estabelecimentos de ensino.

Pela manhã seguinte visitamos vários membros eminentes da Assembléia Legislativa a fim de propor-lhes nossa idéia. Avistamo-nos com parlamentares de ambos os partidos: dois sacerdotes, um médico e um lente da Academia de Direito. Falamos ainda com o bispo eleito do Rio de Janeiro, que era o conselheiro privado do velho bispo de São Paulo, também pertencente à Assembléia, e, finalmente, com os Andradas. Todos esses senhores acolheram a proposta da maneira mais respeitosa e manifestaram a opinião de que só poderia ser bem recebida pela Assembléia. O bispo, que era o presidente de uma das Comissões às quais o projeto seria naturalmente encaminhado, assegurou-nos de que não pouparia esforços no sentido de conseguir a aprovação de tão louvável idéia. Ele e os outros sacerdotes a que nos referimos haviam adquirido, no depósito do Rio, exemplares da Bíblia para uso pessoal e elogiavam entusiasticamente a edição que distribuíamos.

Nossa visita aos Andradas foi particularmente interessante. Esses venerandos senhores de cabelos brancos, e já cansados de trabalhar pela pátria, receberam-nos com amáveis expressões sobre os Estados Unidos e nos asseguraram ainda de sua reciprocidade de sentimentos para com os cristãos, mesmo fora da Igreja de Roma. Conheciam e elogiavam os esforços das sociedades bíblicas e aprovavam calorosamente a leitura generalizada das Escrituras, especialmente do Novo Testamento. Acharam que a oferta que pretendíamos fazer não só era excepcional como generosa e nos asseguraram de que a ela não negariam o seu apoio. De fato, quando nos despedimos, Martim Francisco, o presidente da Assembléia, disse sentir-se feliz em pensar que sua província seria a primeira a dar o exemplo de introduzir a palavra de Deus nas escolas públicas. Nessa ocasião entregamos ao Sr. Antônio Carlos alguns exemplares do Novo Testamento, para dar idéia da tradução, os quais, na qualidade de presidente da Comissão de Instrução Pública, apresentou à

casa durante a sessão daquele mesmo dia, juntamente com o documento seguinte:

PROPOSTA APRESENTADA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DA IMPERIAL PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

“Considerando que, tendo visitado a Província, na qualidade de estrangeiro, foi grande a satisfação que experimentamos, não só em observar as vantagens naturais do clima, do solo e dos produtos com que a Providência magnânima tão notavelmente a distinguiu, mas, ainda com a generosa hospitalidade e agradável contato com vários de seus cidadãos;

“que, indagando sobre a instrução fomos francamente informados da falta de livros escolares, especialmente no interior;

“que, mantendo relações com a American Bible Society, de Nova York, cuja finalidade precípua é a divulgação da palavra de Deus, sem nota ou comentário, por todas as partes do mundo e que o Novo Testamento de Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo constitui esplêndida peça clássica, tanto em assuntos históricos como religiosos e morais, além de encerrar em toda a sua pureza as verdades sagradas do Cristianismo, cujo conhecimento é de valor inestimável para todas as pessoas, quer como indivíduos, quer como partes integrantes da sociedade; e

“que tendo a mais ilimitada confiança na filantropia da dita Sociedade e na sua disposição em cooperar para o bem do Brasil, como de todas as outras nações, especialmente em vista das relações amistosas existentes entre estes dois grandes países;

“Propomos garantir, em nome da American Bible Society, o fornecimento gratuito de exemplares do Novo Testamento, traduzido para o português pelo Padre Antônio Pereira de Figueiredo, em quantidade suficiente para fornecer doze exemplares a cada uma das escolas primárias da Província, mediante a condição única de que tais volumes sejam desembaraçados, quando entregues à Alfândega do Rio de Janeiro,

distribuídos, conservados e usados pelas diversas escolas, como livros de leitura geral e instrução para os alunos das mesmas.

“Formulando os mais sinceros votos pela prosperidade moral e cívica da imperial província de São Paulo, humilde e respeitosa-mente submetemos a proposta acima delineada.

D. P. Kidder.

“São Paulo, 15 de fevereiro de 1839.”

No mesmo dia recebíamos um recado, dizendo que a Assembléia havia acolhido a nossa proposta com particular satisfação, tendo-a encaminhado para a Comissão de Negócios Eclesiásticos e Instrução Pública. Mais tarde recebemos a seguinte comunicação:

Ilm^o Sr. Kidder. – Tenho o prazer de informar-vos de que a Assembléia Legislativa recebeu com particular agrado o seu oferecimento de exemplares do Novo Testamento, traduzido pelo Padre Antônio Pereira de Figueiredo e que a legislatura submeterá o assunto a deliberação, comunicando-vos o resultado.

“Deus vos guarde!

“Miguel Eufrásio de Azevedo Marques, Sec. ³⁷

“Palácio da Assembléia Provincial,

“São Paulo, 20 de fevereiro de 1839.”

Entre outras relações que fizemos em São Paulo, contamos a de um ilustre padre também professor da Academia de Direito. Sua conversa era franca e interessante e suas idéias liberais como as de poucos. Fez-nos eloqüente relatório da infeliz situação da frouxidão e desleixo em que se encontravam muitos sacerdotes. Aprovou a tarefa a que se propuseram as sociedades Bíblicas e, prazerosamente, consentiu em promover, dentro do âmbito de sua influência, a divulgação da Bíblia e outras publicações, frisando a utilidade de tais obras. Despedindo-nos desses cavalheiros levamos impressão assaz lisonjeira de suas intenções, esperando

³⁷ Kidder leu mal a assinatura, é Manuel e não Miguel. (R. B. de M.)

ardentemente que ele venha a ser um dia de grande utilidade para a regeneração de sua igreja e salvação de seus compatriotas.

Assim foi que conseguimos estabelecer ligações com pessoas as mais respeitáveis e influentes, nas principais localidades do interior, por onde passamos, para a distribuição da palavra de Deus entre os seus irmãos. Todos os exemplares da Bíblia que trouxemos foram distribuídos, e era provável que não estivesse longe o dia em que se pudesse dizer que uma Assembléia Católica Romana tinha aprovado inteiramente o uso das Sagradas Escrituras nas escolas públicas de todo o território sob sua jurisdição. Fomos informados pela melhor fonte possível de que as diversas Comissões da Assembléia estavam preparando um parecer conjunto recomendando a aceitação da oferta, por meio de uma ordem ao Tesouro para o pagamento dos ditos alfandegários e das despesas de distribuição.

Resultados tão magníficos decorrentes de tão curta visita estavam de tal modo além das nossas mais ousadas expectativas que, ao partirmos, não pudemos refrear nossos sentimentos de satisfação e gratidão pelo que os nossos olhos tinham contemplado e os nossos ouvidos tinham ouvido.

Ao finalizarmos este capítulo, torna-se necessário acrescentar que, devido às injunções e intrigas comuns à maioria das organizações políticas, a decisão da Assembléia, relativamente à nossa proposta, foi procrastinada mais do que esperavam os partidários da idéia e que a última informação que tivemos sobre a questão foi numa conversa com o presidente da Assembléia. Avistamo-nos com esse cavalheiro quando foi ao Rio renunciar à sua cadeira de deputado. Disse-nos então que eram tais as animosidades existentes entre os dois partidos de que se compunha a Assembléia que muito pouco tinham conseguido produzir durante a sessão. A minoria, como partido, e alguns membros da maioria, eram favoráveis ao projeto, mas, nessas circunstâncias, não desejavam tomar nenhuma resolução apressada. Nesse ínterim, um sacerdote anglicano residente no Rio de Janeiro insinuou ao velho bispo que talvez a tradução não fosse exatamente o que se afirmava; provavelmente havia sofrido alterações.

Propusemos então o exame da mesma; todavia, quer fosse por incapacidade, quer por deliberada negligência, jamais foi ele tentado. E assim, a desconfiança do velho diocesano contribuiu para a delonga.

O Presidente manifestou a esperança de que depois da reorganização da Assembléia o projeto fosse aprovado. Soubemos mais tarde, pela imprensa, que a Comissão à qual o projeto fora encaminhado, ou provavelmente seu presidente, em flagrante contradição com o que nos havia prometido antes e cedendo aos receios infundados do bispo, entregara à Secretaria da Assembléia um parecer desfavorável à proposta.

Provavelmente, nunca mais foi ela objeto de deliberação. Também, para o bom nome da Província, jamais foi abertamente rejeitada.

.

Apêndice

A

Já se achava no prelo o presente trabalho quando tivemos a atenção voltada para o artigo estampado na *McCulloch's Universal Gazetteer* sobre o Brasil.

Jamais foi tão firme a nossa convicção quanto à necessidade de um livro novo sobre esse país, como ao lermos o artigo mencionado. Em órgão de tão recente origem, de tão elevadas pretensões, e de tão merecida reputação sobre vários assuntos, não seria demais esperar uma visão exata, por sucinta que fosse, com respeito a um dos maiores impérios do mundo.

Fomos ao mesmo tempo tomados de surpresa e aborrecimento ao perceber que o artigo estava crivado de erros. Dificilmente se concebe como foi possível condensar em tão pequeno espaço, tamanha cópia de inexatidões. Tentar a enumeração de tais deslizes, seria perda de tempo. Deixá-los passar sem protesto, principalmente os mais clamorosos, seria um ato de injustiça para com aqueles que desejam ser corretamente informados. Cingir-nos-emos, portanto, a refutar apenas alguns dos mais alarmantes:

1 – O artigo cita três províncias que jamais existiram no império: Rio Negro, Minas Novas e Fernando.

2 – Duas das atuais províncias não constam da Lista: Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

3 – Todas as cidades principais estão localizadas na costa. Seus portos contam-se entre os melhores do mundo e comunicam-se com o interior por meio de numerosos rios de grande porte, muitos dos quais são navegáveis por longa extensão de seu curso interior.

Os portos do Rio de Janeiro e da Bahia bem merecem a classificação acima. Entretanto, os grandes rios navegáveis que os ligam ao interior ainda não foram descobertos. É fato sabido e geralmente lamentado que, apesar do número e das proporções dos cursos d'água que cortam as regiões setentrionais e ocidentais do Império, lançando finalmente suas águas no Amazonas e no Prata, nenhum deles, a não ser o penúltimo mencionado, desemboca no Atlântico, em ponto algum da costa, de maneira que seja navegável em trecho considerável de seu curso, do litoral para o interior.

Alimenta-se a esperança de que o Rio Doce possa vir a ser adaptado à navegação a vapor. Primeiramente, porém, ter-se-á que despender muito dinheiro. Todavia, nenhuma cidade ou porto notável existe ainda em sua foz.

4 – Próximo ao litoral, o solo apresenta as “mais luxuriantes culturas”. As circunvizinhanças do Rio de Janeiro desenvolvem-se, em grande parte, em “extensas planuras”.

Como facilmente perceberão as pessoas que conhecem o litoral brasileiro e as proximidades de sua capital, tais afirmativas encerram as impressões mais errôneas possíveis. Nenhuma região brasileira ostentou ainda as “luxuriantes culturas”, e, provavelmente, três quintos da costa ainda estão no mesmo estado em que saíram da mão do Criador. Se o articulista quer dizer que o litoral tem sido mais cultivado que o interior, então estará ele mais próximo da verdade, conquanto ainda se possa duvidar que qualquer porção do litoral tenha sido mais cultivada que certas zonas de Minas Gerais. Referir-se a “extensas planuras” nas circunvizinhanças do Rio de Janeiro, constitui erro ainda mais crasso, como se poderá verificar de qualquer descrição exata ou paisagem fiel da região.

5 – Sob o título de RELIGIÃO, afirma o articulista que a principal seita do Rio de Janeiro é a dos sebastianistas. Só se fará justiça assinalando a falsidade dessa informação. Existem no Rio, como em outras partes do império, indivíduos filiados a essa seita; não são, porém, numerosos e jamais o foram durante o século atual.

6 – Relativamente à POPULAÇÃO, assevera o articulista, baseado na autoridade de BALBI,¹ que existem trezentos mil índios convertidos. Nenhum brasileiro de cultura talvez pudesse avaliar o número de tais criaturas acima de dez mil, assim mesmo com bastante folga. Ainda de acordo com a mesma autoridade, lê-se no artigo a afirmativa de que “os índios independentes, colonizadores europeus” etc. (que mistura singular!) somam cento e cinqüenta mil almas, enquanto que há razões para se acreditar que só a província do Pará contenha igual cifra de índios selvagens.

Há doze ou quinze anos passados estariam mais ou menos exatas as opiniões do Sr. McCulloch com respeito à literatura, educação, etc., se delas excluirmos a afirmativa absurda e maliciosa de que em todas as casas do Brasil se encontra o livro denominado *A Arte de Furtar!*

Balbi, Adrien – *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve comparé aux autres états de l'Europe...* Paris, Rey et Gravier, 1822, 2 vols.

Variétés politique-statistique sur la monarchie portugaise. Paris, 1822. (R. B. de M.)

O defeito básico do artigo que examinamos consiste em ter sido elaborado de acordo com livros que já não mais estão em voga ou que nunca mereceram crédito. A presunção geral é a de que, quando alguém se dispõe a escrever sobre determinado assunto, recorre sempre às melhores fontes disponíveis. Também dificilmente se pode desculpar que se encarregue alguém, sem ter conhecimento pessoal do grande império brasileiro, da elaboração de artigo destinado à publicidade como o trabalho a que nos referimos.

¹ Trata-se de uma das duas obras seguintes (provavelmente a primeira mais conhecida). Ambas contêm da dosso bre as colônias por tu guesas e o Brasil, e foram mu i to ci ta das na época.

B

SUMÁRIO CRONOLÓGICO DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DA
HISTÓRIA DO BRASIL²

- 1500 – Descobrimto do Continente Sul-Americano.
A 26 de janeiro, Vicente Yáñez Pinzón, companheiro de Colombo e o primeiro espanhol a cruzar o Equador, aportou ao Cabo Santo Agostinho e daí seguiu para o Norte, beirando a Costa até a desembocadura do Orinoco.
- ” – A 25 de abril, Pedro Álvares Cabral, comandante da segunda armada portuguesa que dobrou o Cabo da Boa Esperança, descobriu a parte da costa brasileira atualmente denominada Espírito Santo.
- ” – A 3 de maio desembarcou em Porto Seguro.
- 1516 – Cristóvão Jacques, comandante de uma armada portuguesa, descobriu a Baía de Todos os Santos.
- 1530 – Foi, o Brasil inexplorado, dividido em Capitánias pelo rei de Portugal.
- 1531 – A 1^a de janeiro entra Martim Afonso de Sousa na baía de Niterói e, na suposição de que tratasse da desembocadura de um rio, deu-lhe o nome de Rio de Janeiro. Martim foi o primeiro donatário a chegar ao Brasil. A 22 de janeiro descobriu o porto de São Vicente fundando aí o primeiro núcleo europeu.
- 1534 – As outras Capitánias foram ocupadas pelos respectivos donatários, a saber: Santo Amaro, por Pedro Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso; Paraíba, por Pedro de Góis; Espírito Santo, por Vasco Fernandes Coutinho; Ilhéus, por Jorge de Figueiredo Correia; Porto Seguro, por Pedro de Campos Tourinho.
- 1535 – Pernambuco, por Duarte Coelho Pereira; Maranhão, por João de Barros.
- 1548 – Numerosos judeus, perseguidos pela Inquisição em Portugal, foram banidos para o Brasil.
- 1549 – Tomé de Sousa, o primeiro governador-geral, fundou a cidade de São Salvador (Bahia). Acompanharam-no seis jesuítas e trezentos colonos. Com a mesma expedição foram enviados quatrocentos degredados.
- 1552 – Nomeação do primeiro bispo da Bahia.
- 1555 – Villegagnon toma a Baía do Rio de Janeiro e nela estabelece uma colônia de protestantes franceses, tendo construído o forte que ainda conserva o seu nome, numa ilha, dentro da Baía.
- 1560 – Mem de Sá ataca os franceses e, desalojando-os da ilha, fá-los procurar abrigo em terra firme.

² Achamos desnecessário anotar todos os enganos destas efemérides; o leitor fará facilmente as retificações. (R. B. de M.)

- 1567 – Os franceses são finalmente expulsos pelos portugueses e índios, depois de um cerco de quase dois anos.
- ” – Fundação da Cidade de São Sebastião.
- 1569 – Os franceses voltam com quatro navios de guerra, mas são rechaçados.
- 1570 – De setenta jesuítas que acompanharam Vasconcelos, o novo capitão-general, em sua viagem inicial, somente um chegou ao seu destino, tendo soçobrado parte da frota e caído em mãos do pirata francês Jacques Soria um dos barcos com trinta e nove jesuítas a bordo.
- 1572 – Foi o governo da colônia do Brasil dividido entre dois capitães-generais, residentes em São Salvador e no Rio de Janeiro, respectivamente. O primeiro ficou encarregado das capitânicas do Norte e o último das do Sul, até rio da Prata.
- 1576 – Novamente reunido o governo da colônia sob a jurisdição do capitão-general residente na Bahia.
- 1580 – O Brasil, bem como Portugal, caem sob o domínio espanhol.
- 1590 – Estabelecimento de uma povoação em Sergipe.
- 1591 – Thomas Cavendish, aventureiro inglês, saqueia e incendeia a vila de S. Vicente.
- 1593 – James Lancaster, comandando uma expedição de pilhagem, toma e saqueia Pernambuco.
- 1594 – Os franceses estabelecem uma colônia no Maranhão.
- 1599 – Fundação de Natal, capital do Rio Grande do Norte.
- 1609 – Iniciada por Diogo de Meneses uma povoação no Ceará.
- 1615 – Expulsos os franceses do Maranhão, este reverte ao domínio português e toma-se o centro de importantes movimentos no Norte.
- 1615 – Fundada por Francisco Caldeira a cidade de Belém (Pará).
- 1624 – Os holandeses invadem a Bahia.
- 1630 – Segunda invasão dos holandeses, na qual tomam posse de toda a costa brasileira compreendida entre o rio São Francisco e o Maranhão; Pernambuco torna-se a sede de seu governo.
- 1637 – Expedição de Pedro Teixeira, do Pará a Quito, pelo rio Amazonas.
- 1639 – Os jesuítas são expulsos da capitania de São Paulo por ato espontâneo dos magistrados e do povo.
- 1640 – Portugal e suas colônias libertam-se do jugo espanhol. O título de vice-rei é pela primeira vez conferido ao Marquês de Montalvão, governador-geral do Brasil.
- 1646 – Os holandeses são batidos na batalha de Guararapes, próximo a Pernambuco.
- 1651 – Primeira povoação estabelecida em Santa Catarina.
- 1653 – Os jesuítas têm permissão para regressar a São Paulo por estipulação expressa, assinada em São Vicente. O rei já duas vezes tinha em vão dado ordem idêntica.
- 1654 – Expulsão final dos holandeses de Pernambuco.

- 1661 – Por meio de negociações, os batavos desistem de qualquer pretensão sobre o Brasil.
- 1674 – Colonização de Alagoas.
- 1676 – A diocese da Bahia é elevada a arcebispado.
- 1680 – Fundação da Colônia de Sacramento, na desembocadura do Prata, para servir de barreira contra a aproximação dos espanhóis.
- 1692 – Uma colônia de açorianos estabelece-se em Santa Catarina.
- 1693 – Início da mineração regular do ouro.
- 1697 – Criação de núcleos em Minas Gerais.
” – Destruição da famosa República dos Palmares.
- 1710 – Assalto ao Rio de Janeiro por Du Clerc.
- 1711 – Captura da cidade por Duguay Trouin e resgate do Rio de Janeiro por seus habitantes.
- 1713 – Fixação dos limites setentrionais do Brasil pelo tratado de Utrecht.
- 1718 – Início da colonização do Piauí.
- 1719 – Início da colonização do Mato Grosso.
- 1728 – Início da colonização de Goiás.
- 1729 – Descobrimto de jazidas diamantíferas em Cerro Frio.
- 1737 – Início da colonização do Rio Grande do Sul.
- 1750 – Tratado com a Espanha pelo qual foi reconhecida a Ponta de Castilhos-Grandes como o limite meridional do Brasil.
- 1753 – Guerra contra as Missões jesuíticas do Uruguai.
- 1758/60 – Completa expulsão dos jesuítas do Brasil.
- 1762 – Perda da Nova Colônia do Sacramento e da vila do Rio Grande.
- 1763 – Transferência da Capital do Brasil, da Bahia para o Rio de Janeiro.
- 1764 – Restauração da Nova Colônia.
- 1766 – Retomada do Rio Grande aos espanhóis.
- 1777 – A Ilha de Santa Catarina é tomada pelos espanhóis, mas restituída pelo tratado de S. Ildefonso.
- 1789 – Conspiração chefiada por Tiradentes, em Minas Gerais.
- 1801 – Guerra entre as reduções espanholas e portuguesas.
” – Tratado de Paz e de Limites.
- 1808 – Chegada da Família Real Portuguesa.
” – Publicação da Carta Régia.
” – Estabelecimento, no Rio de Janeiro, do primeiro prelo do Brasil.
- 1811 – Estabelecimento, na Bahia, do segundo prelo.
(Nota) esses dois prelos foram os únicos existentes no Brasil até 1821.

- 1815 – Elevação do Brasil à categoria de reino.
- 1817 – Revolta em Pernambuco.
- 1818 – Aclamação e coroação de D. João VI.
- 1821 – Proclamada e adotada no Rio de Janeiro a constituição das Cortes de Portugal.
 - ” – A 24 de abril D. João VI volta a Portugal, deixando seu filho D. Pedro como regente do Brasil.
- 1822 – A 7 de setembro, proclamação da Independência.
 - ” – A 12 de outubro, aclamação de D. Pedro para imperador.
 - ” – A 1^a de dezembro, coroação de D. Pedro I.
 - ” – Instalação da Assembléia convocada para elaborar a Constituição.
- 1823 – Montevidéu anexada ao Brasil sob o título de província Cisplatina.
Nova constituição oferecida aos brasileiros pelo Imperador.
- 1824 – Juramento da constituição por todo o Império.
 - ” – Revolta em Pernambuco. Estabelecimento e extinção da Confederação do Equador.
- 1825 – Reconhecimento da Independência do Brasil por Portugal, a 29 de agosto.
 - ” – Perdida a batalha de Sarandi, no Sul, a 13 de outubro.
 - ” – A 2 de dezembro nasce o príncipe imperial D. Pedro II.
- 1826 – Por morte do rei D. João VI, o Imperador do Brasil, herdeiro presuntivo da coroa de Portugal, abdica esta última em favor de sua filha mais velha, D. Maria II.
 - ” – Desmembramento definitivo de Montevidéu e constituição da República Cisplatina.
- 1831 – Abdicação de D. Pedro I e aclamação de D. Pedro II.
- 1832 – Guerra das Panelas para restauração do primeiro Imperador.
- 1834 – Reforma da Constituição, criando as assembleias provinciais.
- 1835 – A 7 de janeiro estala a revolução no Pará.
 - ” – A 20 de setembro estala a revolução no Rio Grande do Sul.
 - ” – Eleição de Diogo Antônio Feijó, para Regente do Império.
- 1836 – D. Januária reconhecida princesa imperial e herdeira do trono.
- 1837 – A 19 de setembro Feijó renuncia a Regência.
 - ” – Pedro de Araújo Lima, nomeado provisoriamente.
 - ” – A 7 de novembro, revolta na cidade da Bahia.
- 1838 – Restauração da Bahia, a 15 de março.
 - ” – Morte de José Bonifácio de Andrada.
 - ” – Lima eleito para a Regência.
- 1839 – Revolta no Maranhão. Saque de Caxias.
 - ” – Primeira viagem a vapor ao longo da costa setentrional.

- 1840 – Abolição da regência e ascensão de D. Pedro II ao pleno exercício de suas imperiais prerrogativas.
- 1841 – Coroação do Imperador a 18 de julho.
” – Organização do Conselho de Estado a 21 de novembro.
” – Reforma do Código Criminal do Império.
- 1842 – Dissolução da Câmara dos Deputados, por decreto imperial.
” – Rebelião em São Paulo, Minas Gerais e outras províncias.
- 1843 – Casamentos imperiais.
- 1844 – Expira, a 11 de novembro, o tratado assinado em 1827 entre o Brasil e a Inglaterra.
” – Convocação da Assembléia-Geral para reunir-se a 1^a de janeiro de 1845.

C

A cidade do Rio de Janeiro é eclesiasticamente dividida em oito freguesias ou paróquias a saber:

- | | |
|-------------------------------|---------------------------|
| 1 – Santíssimo Sacramento. | 5 – Santa Rita. |
| 2 – São José. | 6 – São João Batista. |
| 3 – N. Senhora da Candelária. | 7 – N. Senhora da Glória. |
| 4 – Santa Ana. | 8 – São Francisco Xavier. |

RELAÇÃO DAS IGREJAS

- | | |
|--|---|
| Capela Imperial. | Igreja de São Jorge. |
| Igreja do Santíssimo Sacramento. | Igreja de Santa Ifigência. |
| Igreja de Nossa Sra. da Lampadosa. | Igreja de São Gonçalo Garcia. |
| Igreja de São Domingos. | Igreja de Nossa Sra. da Lapa dos
Mercadores. |
| Capelinha da Conceição. | Igreja do Hospício. |
| Igreja do Bom Jesus do Calvário. | Igreja de Santa Rita. |
| Igreja de N. Senhora do Rosário. | Capela do Bispo. |
| Igreja de São Francisco de Paulo. | Igreja de São Joaquim. |
| Igreja de N. Senhora das Mercês. | Igreja de Nossa Sra. do Livramento. |
| Igreja de N. Senhora do Parto. | Igreja de Madre de Deus. |
| Igreja de São Francisco da Penitência. | Igreja de Nossa Senhora da Saúde. |
| Igreja de São José. | Igreja de S. Francisco da Prainha. |
| Igreja de Nossa S. da Misericórdia. | Igreja de Santa Ana. |
| Igreja de São Sebastião. | |

Igreja de Santo Inácio de Loyola.
Igreja de Santa Luzia.
Igreja do Seminário de S. José.
Capelinha do Menino Deus.
Igreja da Candelária.
Igreja N. Sra. Mãe dos Homens.
Igreja de São Pedro.
Igreja Nossa Senhora do Carmo.
Igreja Santa Cruz dos Militares.

Igreja de São Diogo.
Igreja de Sto. Antônio dos Pobres.
Igreja de São Francisco de Xavier.
Igreja de São Cristóvão.
Igreja do Esp. Sto de Mata-Porcós.
Igreja N. Sra. da Copacabana.
Igreja Nossa Senhora da Glória.
Igreja Nossa Senhora da Lapa do
Desterro.

CONVENTOS COM UMA OU MAIS CAPELAS

São Bento.
Santa Teresa.

Santo Antônio.
Nossa Senhora da Ajuda.

Nota além desses edificios públicos há várias capelas e altares particulares onde se celebra missa de vez em quando. O leitor inglês, percorrendo a lista acima, deverá ter sempre em mente que Nossa Senhora se refere sempre à Virgem Maria, e por aí se verá a variedade de nomes que, na mesma cidade, lhe dão. Os nomes dos santos e das igrejas não lhe oferecerão dificuldade. As traduções que damos entre parênteses, visam explicar os termos mais difíceis à frente dos quais se acham.

D

Extratos e espécimes de cartas recebidas com respeito à distribuição de Bíblias no Brasil:

RIO DE JANEIRO

Reverendo Senhor,

Sou uma pobre viúva sem recursos para comprar livros para os meus seis filhos; peço-lhe portanto, o favor de me enviar alguns, pelo que Deus lhe há de pagar.

Sou sua criada etc.
Maria do R---o

Reverendo Senhor,

Sabendo que em alguns casos V. R. tem dado o Novo Testamento, venho, na qualidade de chefe de família, pedir-lhe o favor de, se possível, enviar-me um exemplar, pelo que desde já lhe agradeço muitíssimo.

Queira Deus conservar sua vida por muitos anos. Respeitosamente, sou seu servo humilde,

Rua do Hospício

J. F. d’C...

Reverendo Senhor,

Tendo visto o Novo Testamento de Nosso Senhor Jesus Cristo distribuído por V. R. para difundir pelo mundo civilizado a fé contida nos Evangelhos, e desejando possuir um exemplar como fonte de instrução religiosa, tomo a liberdade de pedir-lhe o favor de ceder-me um exemplar. Asseguro a V. R. que jamais cairá em mãos capazes de profanar a doutrina sagrada. Sou cristão e tenho fé em Deus.

Seu etc.

J. L. d’O---”.

Reverendo Senhor,

Na instrução da infância, um dos primeiros deveres é ministrar-lhe, desde a mais tenra idade, a doutrina de nossa sagrada religião.

Desse dever, procuro desobrigar-me com relação aos meus alunos e, tendo tido conhecimento da obra filantrópica em que V. R. está empenhado, como representante da American Bible Society, de Nova York, distribuindo na corte do Rio de Janeiro esse livro inestimável – o Novo Testamento de Nosso Senhor Jesus Cristo – venho pedir-lhe o especial favor de mandar pelo portador, que é um de meus alunos, seis exemplares para serem usados na escola.

Deus guarde V. R. etc.

J. P. A.

Colégio da
Rua da Misericórdia.

Reverendo Senhor,

Saúde e felicidade para V. R. e Exm^a Família. Meu amigo: recebi, a 8 do corrente, carta de um amigo da Vila de Santa Ana do Pirai, na qual me pede que obtenha para ele quarenta ou cinquenta Biblias Sagradas para serem distribuídas pelo povo que deseja lê-la, mas que, no momento, não tem meios de o fazer por falta de exemplares.

Se o amigo me fizer esse favor, ficar-lhe-ei imensamente grato.

Seu amigo sincero,

P. C. P.

Reverendo Senhor,

O Secretário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro tem a honra de pedir a V. R. três cópias do grande livro intitulado o Novo Testamento de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Esperando merecer esse favor, permanece, etc.

L. J. de G.

Reverendo Senhor,

Há algum tempo um amigo meu escreveu-me pedindo que lhe procurasse a fim de ver se obtinha de V. R. quarenta ou cinquenta exemplares da Biblia Sagrada. Esse meu amigo é sacerdote e reside em Vila Paranaguá onde tem uma escola primária e está ansioso por infundir em seus alunos os verdadeiros princípios da religião cristã. Tendo tido conhecimento da caridade que V. R. pratica distribuindo esses livros sagrados, ele vem, por meu intermédio, pôr-se aos pés de V. R. para receber de vossas mãos os exemplares de que necessita. Disse-me que V. R. é um religioso que deseja fazer bem a todos os homens e especialmente à geração que surge. Esperarei, portanto, a liberalidade de V. R. com toda confiança e, na ocasião oportuna, irei pessoalmente apresentar-lhe os meus sinceros agradecimentos.

D. d'A. B.

Rua de S. Cristóvão

Reverendo Senhor,

J. M. d'C, residente à Rua das Mangueiras nº ... solicita respeitosamente dos cavalheiros encarregados da distribuição das Escrituras, o especial favor de enviar-lhe dois exemplares, sendo um para si próprio e outro para um amigo que reside a duas léguas da cidade. Há dois dias recebi também o pedido de um amigo de Ubatuba, vila da província de São Paulo, para mandar-lhe dezoito exemplares do Novo Testamento: e não podendo dar-lhe uma resposta favorável a menos que V. R. me habilite a fazê-lo, espero que, a bem do público e da instrução da vila, V. R. me faculte as remessas dos livros pedidos.

De V. R.
Etc.
P. C. P.

Reverendo Senhor,

Tendo sabido que V. R. está distribuindo o Novo Testamento, venho pedir-lhe que me envie, pelo portador do presente, vinte exemplares para uso dos alunos da Escola Normal da província do Rio de Janeiro e cinquenta para a Escola de Niterói.

J. C. A.-----o

Nota: as cartas abaixo, recebidas de províncias distantes, bem como outros artigos deste apêndice, serão melhor compreendidos depois que o leitor tiver lido o que escrevemos sobre essas províncias. São inseridos aqui apenas para manter a seqüência.

SÃO PAULO

Recebi sua estimada carta acompanhando a Bíblia que V. R. me fez o especial favor de remeter, e pela qual muito lhe agradeço.

Desejo-lhe saúde e todas as felicidades, permanecendo-me com estima e consideração, etc., etc., etc.

F. M. B -----

Tendo recebido os exemplares das Escrituras que V. R. me enviou, cumpre-me informar-lhe que os distribuí da maneira que melhor me pareceu, dando-os quer a pessoas que se mostravam desejosas de ser alimentadas com o pão de Deus ou aos que, nas trevas da ignorância, tiveram até aqui apenas ligeiros conhecimentos das verdades e promessas do Cristianismo.

Sabendo que V. R. está ansioso para divulgar cada vez mais o conhecimento de Cristo, V. R. não fará pequeno serviço mandando-me pelo menos cem exemplares do Novo Testamento e o mais possível do Velho. Só não distribuí mais porque não os tinha. Tive pedidos das cidades vizinhas.

M. A. R. d'C. C.

Recebi ontem a caixa que V. R. me remeteu, contendo Bíblias e Testamentos em Português. Distribuí-los-ei entre pessoas que possam tirar proveito de sua leitura e que, considerando-os como a palavra de Deus, deles farão uso, não para disputas e contendas, mas para esclarecimento da fé e orientação da vida.

As publicações que vieram junto são muito boas para inspirar sérias meditações sobre a vida futura. Essas darei aos professores para que dêem às crianças a ler.

É na infância, quando o coração ainda está livre de influências nocivas, que essas verdades lançam raízes mais rapidamente e jamais poderão ser totalmente arrancadas. Além disso as crianças são favoravelmente dispostas à religião e podem ser facilmente instruídas nas coisas de Deus.

Que Ele, para cuja glória V. R. trabalha, lhe dê afinal a recompensa do bom servo.

Desejando-lhe muita saúde e felicidade, sou, com toda estima, etc.

V. P. d'M

CEARÁ

O recebimento de sua carta de ... causou-me grande prazer e informou-me de sua feliz chegada à capital e de sua contínua lembrança daqui.

Não lhe posso dizer se os livros religiosos que V. R. se propõe enviar encontrarão ou não compradores. Distribuídos gratuitamente, todos terão prazer em recebê-los; por dinheiro, porém, não sei como será. Contudo, terei prazer em me encarregar da experiência. Não somente isso, mas, ainda, qualquer outra coisa em que lhe possa servir, terei prazer em fazer, desde que sou com particular estima e respeito, etc., etc.

PERNAMBUCO

Desejando prestar em Pernambuco todo o serviço que puder à benemerita instituição da American Bible Society, aproveito-me desta oportunidade para indagar de V. R. a quem deverei endereçar minha correspondência bem como para pedir-lhe que apresente àquela Sociedade os meus agradecimentos e a minha fraternal consideração.

J. S. d'A. -----

Muitos aborrecimentos e desassossego de espírito, além das perseguições que sofri pelos sagrados Evangelhos para cuja divulgação trabalhei com muita sinceridade e prazer, impediram-me da satisfação de escrever-lhe.

Posso informar-lhe que, no solo das províncias do Norte do Brasil, diminuíram consideravelmente as urzes e os espinhos que impediam a germinação da boa semente do Evangelho. O Senhor da vinha poderá colher aqui (talvez à custa de muito trabalho e sofrimento de seus servos) safra abundante e madura.

No que respeita a mim, estive trabalhando de acordo com as minhas possibilidades e enfrentando as contradições e perseguições. Estas, de forma alguma me dissuadiram do cumprimento de meu dever perante Deus e o próximo.

Recebi por intermédio do senhor o Diploma de membro perpétuo da American Bible Society, que muito me lisonjeou.

Seu amigo fiel e sincero

A. J. de S.

Nota: as cartas acima dão idéia do estilo e do espírito das comunicações que nós e o Sr. Spaulding recebemos sobre o assunto. Desnecessário será dizer que poderíamos multiplicar as transcrições e torná-las mais interessantes fazendo-as acompanhar de anotações relativamente às pessoas que no-las enviaram. Sem comentário, porém, elas falam por si sós e documentam as considerações feitas em diferentes pontos deste trabalho.

E

RELAÇÃO DAS DEVOÇÕES, DE ACORDO COM A CRENDICE
POPULAR, NO BRASIL

(A lista que se segue foi cuidadosamente traduzida de documento
de autoria de um padre brasileiro em 1839)

- S. Gonçalo d' Amarante, patrono do casamento, especialmente para as moças;
daí ser ele homenageado com festividades e danças.
- Sto. Amaro, protetor das vítimas de fraturas e mutilações.
- Os cinco franciscanos, mártires em Marrocos, protetores contra febres, calafrios e pleuriz.
- S. Sebastião, protetor contra as pestilências e os contágios.
- S. Brás, protetor contra as afecções da garganta.
- Sta. Apolônia, protetora contra a dor de dentes.
- S. Lázaro, protetor contra a elefantíase e as moléstias contagiosas.
- Sta. Margarida de Cortona, protetora das parturientes.
- Sto. Agostinho, padroeiro da boa memória e da vocação para estudos.
- Nossa Senhora da Conceição, padroeira dos estudos acadêmicos e profissionais e também das moças que desejam bons maridos.
- Santa Luzia, protetora contra as dores e moléstias dos olhos.
- Santo Antônio, advogado das causas perdidas e de vários outros assuntos.
- São Jerônimo, protetor contra os trovões e raios.
- Santa Bárbara, protetora contra trovões, raios e tempestades.
- São Simão Estilita, protetor contra as mesmas calamidades.
- São José, padroeiro dos bem casados e dos maridos fiéis.
- São Benedito, protetor contra mordeduras de cobras e répteis venenosos.
- São Cornélio, advogado dos maridos que desejam que suas mulheres vivam em virtude.
- São Lourenço, protetor contra as tempestades e os redemoinhos.
- São Tude, protetor contra as tosses rebeldes.
- São Bartolomeu, protetor contra a loucura e a possessão demoníaca.
- São Miguel, advogado dos que lhe são devotos, especialmente em todas as segundas-feiras.
- Santo Tomás de Aquino, padroeiro da boa memória, etc.
- S. Hermenegildo, protetor contra as tempestades.

S. Macário, advogado dos que desejam que suas mulheres sejam virtuosas e fiéis.

São Francisco de Paulo, patrono da caridade e da boa vontade para com os vizinhos.

S. Pedro Gonçalves, patrono dos marinheiros.

São João Nepomuceno, patrono dos confessores e dos que não traem os segredos do confessionário.

São João, patrono dos clérigos bem educados.

Sto. Onofre, advogado que auxilia as mulheres a conhecer o caráter de seus amados.

São Miguel dos Santos, protetor contra o câncer e os tumores.

São Libório, protetor contra cálculos.

S. Sérvulo, protetor contra paralisia.

À lista acima, torna-se apenas necessário adicionar a observação de Von Maritius relativamente a outro Santo: “Santo Tomás afasta todas as verminoses perigosas dos que para ele oram”. A idéia de um patrono, protetor ou advogado é ter um santo que alivie e auxilie quem a ele recorrer para o fim mencionado.

F

CONVENTOS

Durante o decurso deste trabalho por diversas vezes nos referimos à adaptação de edifícios monásticos para fins seculares.

No quadro abaixo damos em forma resumida os casos de tais apropriações mostrando assim a forma e a extensão em que o governo brasileiro achou conveniente valer-se de tais edifícios.

O termo “convento”, já é bem conhecido do leitor. Hospício significa um pequeno convento, geralmente a residência de frades missionários. Os Jesuítas denominavam Colégio aos seus conventos.

USO ATUAL DOS PRÉDIOS CONSTRUÍDOS PELOS JESUÍTAS QUE FORAM EXPULSOS DO BRASIL EM 1758

<i>Edifício</i>	<i>Localização</i>	<i>Usado para</i>
1 – Colégio dos Jesuítas	– Santos	– Hospital Militar e Palácio presidencial
2 – Colégio dos Jesuítas	– São Paulo	– Palácio do Governo
3 – Colégio dos Jesuítas	– Rio de Janeiro	– Academia de Medicina, Hospital Militar
4 – Colégio dos Jesuítas	– Rio de Janeiro	– Hospital dos Lázaros
5 – Colégio dos Jesuítas	– Vitória, Esp. Santo	– Palácio do Governo
6 – Hospício dos Jesuítas	– Benevento	– Câmara Municipal e presidência paroquial
7 – Hospício dos Jesuítas	– Almeida	– Casa Paroquial

<i>Edifício</i>	<i>Localização</i>	<i>Usado para</i>
8 – Colégio dos Jesuítas	– Ilhéus	– Câmara Municipal
9 – Colégio dos Jesuítas	– Baía	– Hospital Militar, Biblioteca Pública
10 – Colégio dos Jesuítas	– Pernambuco	– Palácio do Governo, Correio, etc.
11 – Colégio dos Jesuítas	– Olinda	– Seminário
12 – Colégio dos Jesuítas	– Paraíba	– Palácio do Governo
13 – Hospital dos Jesuítas	– Vila Viçosa, Ceará	– Casa paroquial
14 – Hospital dos Jesuítas	– Maranhão	– Hospital Militar
15 – Colégio dos Jesuítas	– Maranhão	– Palácio do Governo, Câmara Municipal.
16 – Colégio dos Jesuítas	– Pará	– Seminário, Misericórdia, etc.

Nota: além desses edifícios, todas as outras propriedades dos Jesuítas, inclusive vastas extensões de terras, foram confiscadas.

APROPRIAÇÃO DE EDIFÍCIOS PERTENCENTES A ORDENS MONÁSTICAS, MUITAS DAS QUAIS AINDA EXISTEM NO BRASIL

(É de se presumir que esta tabela fosse consideravelmente aumentada se tivéssemos podido coligir todos os casos.)

<i>Cidade</i>	<i>Edifícios</i>	<i>Usado para:</i>
São Paulo	– Convento dos Franciscanos	– Academia de Direito
Rio de Janeiro	– Convento dos Carmelitas descalços	– Anexa do ao Palácio Imperial
Bahia	– Convento dos Carmelitas descalços	– Seminário
Bahia	– Hospício dos Agostinianos	– Liceu
Bahia	– Hospício dos Esmoleres da Terra Santa	– Hospital particular
Bahia	– Hospício dos Frades de S. Filipe Néri	– Orfanato
Pernambuco	– Hospício dos Capuchinhos	– Asilo de expostos
Pernambuco	– Hospício dos Esmoleres da Terra Santa	– Quartel
Pernambuco	– Convento dos Carmelitas	– Hospital público
Pernambuco	– Convento dos Frades de S. Filipe Néri	– Alfândega
Olinda	– Convento dos Benedictinos	– Academia de Direito
Olinda	– Convento dos Carmelitas descalços	– Seminário de Órfãos
Paraíba	– Convento dos Carmelitas descalços	– Quartel
Paraíba	– Convento dos Franciscanos	– Liceu e Quartel

<i>Cidade</i>	<i>Edifícios</i>	<i>Usado para:</i>
Maranhão	– Convento Sto. Antônio	– Seminário
Maranhão	– Convento dos Carmelitas	– Liceu
Maranhão	– Hospício dos Carmelitas	– Lazareto
Pará	– Convento dos Mercenários	– Hospital Militar e Alfândega
Pará	– Convento São Boaventura	– Arsenal de Marinha
Pará	– Convento São José	– Hospital
Pará	– Convento dos Carmelitas	– Palácio da Assembléia e Bibliotecamilitar
Pará	– Capuchinhos	– Quartel
Gurupá	– Hospício dos Capuchinhos	– Seminário

Se aos vinte e três edifícios monásticos acima enumerados adicionarmos os dezesseis construídos pelos jesuítas, teremos trinta e nove, cifra que com toda probabilidade excede a dos conventos de ambos os sexos atualmente existentes em todo o Império.

Os fatos acima dispensam comentários. É de franco declínio a tendência do convento no Brasil, e talvez jamais consiga se elevar acima de seu estado atual, sem falar na hipótese de reconquistar o fausto e a riqueza dos primeiros tempos.

G

CLIMA

É notavelmente brando e regular o clima do Brasil. Na parte setentrional do Império há duas estações uniformes durante o ano: a da seca e a das águas. A das chuvas começa mais ou menos a primeiro de janeiro e a da seca, por volta de primeiro de julho. Às vezes, porém, dá-se uma descolocação de aproximadamente um mês, para mais ou para menos. No Rio de Janeiro é que se não pode afirmar que haja uma estação chuvosa regular. Seria difícil dizer qual o mês do ano em que chove mais.

Quando chove, em geral, venta pouco. No tempo seco, as manhãs e as tardes são sempre frescas e o calor de durante o dia é quase que invariavelmente minorado por uma forte brisa marinha.

Os alísios de sudoeste varrem toda a costa. De março a setembro, quando impera a chamada monção do sul, a direção dominante do vento é de nordeste para leste-sudoeste. De setembro a março, durante a vigência da monção do norte, os ventos sopram de nordeste para norte-leste-leste.

H

RELAÇÃO DOS NOMES CIENTÍFICOS E VULGARES DAS MAIS NOTÁVEIS
PLANTAS INDÍGENAS DO BRASIL, ACOMPANHADA DE OBSERVAÇÕES
SOBRE SUAS PROPRIEDADES TERAPÊUTICAS E
SUAS APLICAÇÕES COMUNS.

(Condensada do trabalho do Sr. Louiz Riedel, botânico, Rio de Janeiro)

RAÍZES

Nome Científico	Autor	Família	Nome vulgar	Observações
<i>Aristolochia ringens</i>	Swartz	<i>Aristolochiae</i>	Mil-homens	Antídoto contra mordedura de cobra, nauseoso, amargo
" <i>cimbifera</i>	Martius		Jarrinha	
<i>Insenia macroura</i>	Gomes			dito dito
<i>Piper umbelatum</i>	Lin.	<i>Piperaceae</i>	Caapeba	aromático-sudorífico
" <i>reticulatum</i>	Lin.		Peripariba	idem
<i>Cisampelos pareira</i>	Lin.	<i>Memisperm.</i>	Parreira-brava	antifebril
" <i>ovalifolia</i>	Dec.		Butua	idem
" <i>ebracteata</i>	St. Hilaire			"
<i>Chiococaracemosa</i>	Lin.	<i>Rubiaceae</i>	Caninana	Purgativo – usado para hidropisia
" <i>anguifuga</i>	Mart			idem
" <i>densifolia</i>	Mart.		Raiz-preta	idem
<i>Simaba Ferugine</i>	St. Hilaire	<i>Simurabaeae</i>	Columbo	Poderoso antifebril usado nadiarréia
" <i>Columbo</i>	Riedel		Calunga	idem
" <i>humilis</i>				idem
<i>Dorstenia brasiliensis</i>	Lammark	<i>Urticeae</i>	Caa-apia	Aromático, adstringente
" <i>arifolia</i>	Lam.			idem
" <i>opifera</i>	Mart.			idem
<i>Ipomea operculata</i>	Mart.	<i>Convolv.</i>	Batata-de-purga	Equivale à jalapa
<i>Cephaelis ipecacuanha</i>	Richard	<i>Rubiaceae</i>	Ipecacuanha	Emético. O número de plantas afins é muito grande
<i>Ionidium</i> "	Ventenat		Poaia	idem
<i>Psychotriaemetica</i>	Lin.			idem
<i>Feraria purgans</i>	Mart.	<i>Irideae</i>	Ruibarbo-do-campo	catártico
" <i>cathartica</i>	Mart.			catártico
<i>Smilax officinalis</i>	Humboldt	<i>Smilacaeae</i>	Salsaparilha	Exportada das províncias do Norte.
<i>Smilax siphilitica</i>	Kunth			idem
<i>Smilax glauca</i>	Mart.			idem
<i>Bignonia Quyra</i>	Reidel	<i>Bignonaceae</i>	Cipó-guíra	Drástico
<i>Peteveria aliacea</i>	Lin.	<i>Chenopodiaceae</i>	Guiné	Antiparalítico
<i>Adenorhopium elipt.</i>	Pohl	<i>Euphorbiaceae</i>	Raiz de Teiú	Antídoto contra veneno de cobras
<i>Ocotea cymbarum</i>	Kunth	<i>Laurinea</i>	Sassafrás	idem

MADEIRAS E CASCAS

Nome Científico	Autor	Família	Nome vulgar	Observações
<i>Caesalpinia brasiliensis</i>	Swartz	Leguminosae	Pau-brasil	Preciosa madeira de tinturaria
<i>Broussonetia tinctorja</i>	Kunth	Artocarp.	Taijuva	idem
<i>Melanoxylon brauna</i>	Schott	Legum.	Braúna	Ma de ira de gran de porte
<i>Acacia jurema</i>	Mart	Legum.	Angico barbatimão	Casca grossa e adstringente
<i>Persea caryophyllacea</i>	Mart.	Laurin.	Cravo-do-maranhão	Pa re ce-se com o cra vo
<i>Calyptanthes aromatica</i>	St. Hilaire	Myrtac.	Cravo-da-terra	Aromático
<i>Cryptocaria pretiosa</i>	Mart.	Laurin.	Casca-preciosa	Aroma peculiar, cheio e forte
<i>Drimys granatensis</i>	Lin.	Magnol.	Cas ca para tudo	Remédio para cólica
<i>Geoffraea vermifuga</i>	Mart.	Legum.	Angelim	Vermífugo
<i>Sebipira major</i>	Mart.	Legum.	Sebipira	Casca adstringente, madeira amarga e oleosa: usada contra cólicas
<i>Simaruba versicolor</i>	St. Hilaire	Simaruba	Paraíba	Poderoso antifebril
<i>Esenbeckia febrifuga</i>	Mart.	Rutaceae	Laranjeira-do-mato	Muito parecidas com a Chinchona
<i>Tricorea febrifuga</i>	St. Hilaire	Rutaceae	Três-folhas-bracas	
<i>Hortia brasiliensis</i>	St. Hilaire	Rutaceae	Quina	
<i>Cinchona berginiana</i>	Mart.	Rubiacea	Quina	Existem numerosas outras espécies, nenhuma, porém, igual à do Peru
<i>Cinchona lambertiana</i>	Mart.			
<i>Cinchona macronemia</i>	Mart.			
<i>Valezia Ruiz e Pavão</i>	Nov. Sp.	Apocynae	Pau-pereira	Altamente medicinal
<i>Bignomia Chrysantha</i>	Jacquin	Bignom	Ipê	Catártico

FOLHAS E ERVAS

Nome Científico	Autor	Família	Nome vulgar	Observações
<i>Cassine Gonganha</i>	Mart.	Rhamn	Mate	Chá comum
<i>Erythroxlon coca</i>	Lamark	Erythrox	Padu	Mascada como tabaco
<i>Lantanapseudo-thea</i>	St. Hilaire	Verben	Chá pedesina	Sudorífico aromático
<i>Cassia cathartica</i>	Martius	Legumin	Sena	
<i>Eupatorium ayapana</i>	Ventenat	Eupat.	Azapana	Remédio contra o cólermorbo
<i>Jacarandá brasiliana</i>	Persoon	Bignon	Caaroba	Pau-rosa. As folhas de muitas espécies são catárticas
<i>Tetracera oblongata</i>	Decac	Dillen	Cipó-de-corijo	
<i>Paliculturea diuretica</i>	Mart.	Rubiac.	Douradinha	Anti-sifilítico
<i>Calopisma perfoliatum</i>	Mart.	Gentian.	Centáurea	Antifebril
<i>Paulinia pinnata</i>	Lin	Sapind.	Timbó	Narcótico
<i>Bignoniachica</i>	Humb.	Bignon	Carajuru	Fortecolorante

FRUTOS, GOMAS, RESINAS, BÁLSAMOS E ÓLEOS

<i>Nome científico</i>	<i>Autor</i>	<i>Família</i>	<i>Nome vulgar</i>	<i>Observações</i>
<i>Paulinia sorbilis</i>	Mart.	<i>Sapindae</i>	Guaraná	Artigo de comércio
<i>Xylopa grandiflora</i>	St. Hilaire	<i>Anonaceae</i>	Pimenta-da-terra	Parece-se com a pimenta
<i>Cathartocarpus rasil.</i>	Lam.	<i>Legum.</i>	Canafistula	
<i>Anacardium occidentale</i>	Lin.	<i>Terebin</i>	Caju	Produz fruto valioso, óleo e goma
<i>Anda Gomesii</i>	St. Hilaire	<i>Euphorb.</i>	Andaçu	Drástico poderoso
<i>Feuilea trilobata</i>	Sprengel	<i>Cucurbit.</i>	Japotá	Óleo valioso
<i>Xylocarpus carapa</i>	Schreber	<i>Meliae</i>	Andiroba	Óleo valioso
<i>Bertholletia excelsa</i>	Humb.	<i>Lecythid</i>	TucariouCastanha-do-maranhão	Castanha, óleo, etc.
<i>Myristica Bicuiba</i>	Schott	<i>Myrist.</i>	Bicuiba	Óleo aromático
<i>Ocotea puchury major</i>	Mart.	<i>Laurin.</i>	Pichurim	Óleo volátil semelhante ao da noz-moscada
<i>Dipterix odorata</i>	Wild.	<i>Legum.</i>	Cumari	Pro duz uma fava
<i>Siphonia</i>	Rich	<i>Euphorb.</i>	Seringueira	Seringueira-da-índia
<i>Artocarpus intergrifolia</i>	Lin.	<i>Artocarp.</i>	Jaca	Óleo inflamável. Todos estes produzem secreção leitosa, grossa, parecida com a goma elástica.
<i>Sapiumilicifolium</i>	Wild.	<i>Euphorb.</i>	Caxim	
<i>Callophora utilis</i>	Mart.	<i>Mart.</i>	Apocyn.	
<i>Hancornia speciosa</i>	Gomez		Mangaba	
<i>Vismiabaccifera</i>	Mart.	<i>Hypericineae</i>	Caaopia	Produz uma goma cor de laranja, usada como lacre e como purgativo.
<i>Vismiaparviflora</i>	Mart.	<i>Hypericineae</i>	Lacre	
<i>Copaifera officinalis</i>	Lin.	<i>Legum.</i>	Copaiba	Nada menos de dez espécies destas plantas balsâmicas são conhecidas no Brasil
<i>Copaifera Lansgdortio</i>	Desfont.	<i>Legum.</i>	Copaiba	
<i>Copaifera Coriacea</i>	Mart.	<i>Legum.</i>	Copaiba	
<i>Styrax ferrugineum</i>	Mart.	<i>Styracin</i>	Estoraque	Bálsamo
<i>Hymenaceacourbaril</i>	Lin.	<i>Legum.</i>	Jatobá	Resina gomosa
<i>Hymenaceastilbocarpa</i>	Hayne	<i>Legum.</i>	Jatobá	Resina gomosa
<i>Amyrisambrosiaca</i>	Lin.	<i>Amyrid</i>	Almecegeira	Resina

PALMEIRAS

Ilustre botânico disse que “as palmeiras constituem o gênero mais interessante do mundo vegetal, quer consideremos o aspecto majestoso de seus troncos esguios, coroados por vasta folhagem, quer a magnificência que empresta à paisagem da região onde prolifera, quer o seu valor imenso para a humanidade, proporcionando-lhe alimento, vestuário e numerosos outros objetos de importância econômica, ou finalmente o desenvolvimento prodigioso dos órgãos pelos quais se propaga a espécie”³.

O Brasil pode ser cognominado o império das palmeiras. Quase cem variedades já são conhecidas e descritas como originárias do país, enquanto que todas as outras espécies conhecidas dos botânicos pelo resto do mundo não excede de duzentas.

Desenvolvem-se em todas as altitudes, desde o vale profundo até a montanha altaneira. Vivem em qualquer lugar, desde as praias arenosas até os mais íntimos recessos das florestas. Não poucas variedades alegam o deserto estéril e nu com sua vivacidade e beleza, variando o diâmetro de seu caule, desde meia polegada até 3 e mesmo 5 pés [de 1,25 cm até 91 cm e 1,52 m]. Para o fim que temos em mira, bastará registrar os nomes científicos e vulgares de algumas das espécies mais importantes:

<i>Cocos oleraces</i>	Mart.	Guariroba
<i>Cocos flexuosa</i>	Mart.	Coco-de-quaresma
<i>Cocos botryophora</i>	Mart.	Patioba
<i>Bactris marajá</i>	Mart.	Tucum
<i>Bactris setosa</i>	Mart.	Tucum-bravo
<i>Attalea fumifera</i>	Mart.	Piaçaba
<i>Oenocarpus distichus</i>	Mart.	Bacaba
<i>Euterpe oleracea</i>	Mart.	Palmito
<i>Euterpe edulis</i>	Mart.	Açaí
<i>Diplothemium litorale</i>	Mart.	Guiri
<i>Astrocarium ayri</i>	Mart.	Airi
<i>Acrocomia seleroearpa</i>	Mart.	Macaúba
<i>Corypha cerifera</i>	Linn.	Carnaúba
<i>Mauritia vinifera</i>		Buriti
<i>Manicaria sacifera</i>	Mart.	Ovoçu

3 Lindley – Tra ta-se de John Lin fley (1799-1865), fa mo so bo tâ ni co in glês. (R. B. de M.)

I

POPULAÇÃO

Não nos foi possível obter estatísticas fiéis com respeito à população do Brasil, pelo simples motivo de que jamais se procedeu a recenseamento algum, digno de fé. Os relatórios provinciais e ministeriais fazem todos os anos referência ao assunto, mas, raramente, contêm algo de novo ou de importância, a não ser conjecturas ou alguma vaga referência ao número de mortos e batizados em certas paróquias. Contudo, para que o leitor possa ter uma idéia da população do país, damos a seguir as mais recentes estimativas que conseguimos obter nos numerosos documentos consultados.

Alguns autores tomaram a liberdade de publicar estimativas pomenorizadas, como a que se segue, adicionando-lhes, arbitrariamente, de um a dois milhões de escravos que supõe terem sido omitidos. Foi por isso que anos atrás a população era dada como sendo para recorrer a conjecturas dessa ordem, pois sabemos ser hábito no Brasil computar a população escrava englobadamente com a branca, a menos que haja distinção especial das duas classes.

Não diremos que o Brasil não possui mais de cinco milhões de habitantes; gostaríamos, porém, de examinar os resultados de um recenseamento oficial ou pelo menos estimativas elaboradas por funcionários competentes que nos indicassem onde se poderia encontrar tanta gente, antes de afirmar que existe. Se não tivéssemos nenhum outro motivo para cautela com respeito a este assunto, os clamorosos erros de outros nos serviriam de aviso. Há cerca de 40 anos o Sr. John Mawe afirmou que a cidade de São Paulo continha “cerca de quinze mil almas, talvez perto de vinte mil”. Sem dúvida essa cidade tem progredido desde então, mas, quando a visitamos em 1839, era a seguinte a estimativa oficial:

Cidade de São Paulo propriamente dita	5,668
Subúrbio de Santa Ifigênia.....	3,064
Subúrbio do Bom Jesus do Brás.....	659

	9,391

<i>Províncias</i>	<i>Livres</i>	<i>Escravos</i>	<i>Total</i>
Rio Grande do Sul.....	--	--	160,000
Santa Catarina*	53,707	12,511	66,228
São Paulo.....	--	--	326,902
Rio de Janeiro*	196,926	239,557	436,483
Cidade do R. Janeiro.....	--	--	180,000
Minas Gerais.....	--	--	760,000
Goiás	--	--	97,592
Mato Grosso	--	--	40,000

Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil 295

<i>Províncias</i>	<i>Livres</i>	<i>Escravos</i>	<i>Total</i>
Espírito Santo.....	--	--	46,000
Bahia	--	--	650,000
Sergipe	--	--	120,000
Alagoas	--	--	120,000
Pernambuco	--	--	320,000
Paraíba	--	--	100,000
Rio Grande do Norte.....	--	--	40,000
Ceará	--	--	180,000
Piauí	--	--	60,000
Maranhão*	105,119	111,905	217,024
Pará*	--	--	250,000
	--	--	-----
			4,170,229

* Dados oficiais.

J

COMÉRCIO

II – EXPORTAÇÕES DO RIO DE JANEIRO

<i>Procedência</i>	1830/40 <i>Mil-réis</i>	1842/43 <i>Mil-réis</i>
Grã-Bretanha.....	15,092,553	13,697,638
Estados Unidos.....	1,799,686	4,028,471
França.....	4,314,362	3,985,972
Portugal.....	2,652,598	1,912,077
Uruguai.....	1,577,217	1,552,640
Rep. Argentina	1,577,217	932,092

<i>Procedência</i>	1830/40 <i>Mil-réis</i>	1842/43 <i>Mil-réis</i>
Cidades hanseáticas	1,596,316	1,430,875
Espanha.....	765,413	618,249
Portos brasileiros	680,115	1,062,205
Outras procedências.....	982,437	2,045,460
	-----	-----
	29,450,697\$3	1,265,679\$

Nota: o rei⁴ correspondia, originalmente, ao “mil”⁵ do sistema monetário norte-americano. A moeda de prata denominada mil-réis é quase equivalente a um dólar. Tendo desaparecido do Brasil as moedas de ouro e de prata, o valor do dinheiro papel emitido pelo Banco do Brasil flutua de acordo com a taxa cambial. O atual valor do mil-réis é de cinquenta centavos.

II – EXPORTAÇÕES DO RIO DE JANEIRO

<i>Destino</i>	1841/42	1842/43
Grã-Bretanha	3,910,194	3,920,629
Estados Unidos.....	6,044,9606	6,005,131
França.....	1,430,040	1,118,036
Portugal.....	1,194,174	1,205,100
Uruguai.....	1,011,035	655,242
Rep. Argentina.....	453,893	704,206
Bélgica	789,527	928,471
Cidades hanseáticas	3,404,660	3,360,956
Portos austríacos	1,770,146	2,050,075
Dinamarca	567,621	544,290
Suécia	797,502	469,097
Gênova.....	444,909	389,963
Holanda.....	188,055	34,923
Incertos.....	1,707,530	834,190
	-----	-----
	23,614,246\$	22,220,309\$

4 O real (N. do T.)

5 Moeda norte-americana equivalente a 1/10 de centavo (N. do T.)

III – ARTIGOS EXPORTADOS DO RIO DE JANEIRO DURANTE O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1841/2

<i>Artigo</i>	<i>Valor em mil-réis</i>	<i>Artigo</i>	<i>Valor em mil-réis</i>
Café	18,002,288	Espécimes de História Natural ..	7,883
Açúcar	878,857	Couro para sola	71,473
Ouro em pó	832,971	Feijão	6,535
Couros secos	824,283	Mel	6,250
Couros salgados	92,069	Esteiras	6,116
Moedas	660,316	Algodão	5,978
Tabaco	360,016	Roscas	4,232
Aguardante	220,682	Cacau	3,970
Arroz	141,509	Rapé	3,485
Madeiras preciosas	129,307	Carne-seca	3,192
Farinha de mandioca ..	85,429	Amendoim	1,709
Compotas	77,197	Batatas	1,626
Tapioca	42,220	Araruta	1,625
Chifres	26,044	Lã	1,306
Pássaros e animais	23,050	Queijo	1,137
Toucinho	17,111	Sabão	788
Biscoitos	16,641	Cola	550
Ipecacuacanha	13,355	Pedras preciosas	459
Milho	13,212	Cascos	320
Goma	12,919	Pólvora	260
Charutos	12,630	Chocolate	125
Lenha	10,373	Chá	103
Tamancos	9,383	Anil	19
Cera	7,728	Diversos	48,119

			23.614,2468

NAVIOS QUE TRANSPORTARAM A EXPORTAÇÃO ACIMA

	<i>Nº</i>	<i>Tonelagem</i>		<i>Nº</i>	<i>Tonelagem</i>
Norte-americanos	113	38,289	Brasileiros	49	9,051
Britânicos	114	38,353	Napolitanos	6	2,322
Argentinos.....	3	341	Norugueses.....	2	578
Austriacos.....	14	5,756	Oldenburgueses..	1	247
Belgas	7	2,321	Uruguaiois	10	1,441
Bremenses	12	3,282	Portugueses	37	10,721
Chilenos.....	1	397	Prussianos.....	4	1,272
Dinamarqueses.....	52	16,941	Russos.	1	526
Holandeses.....	2	477	Sardenhos	35	6,480
Franceses.	20	7,084	Espanhóis	17	4,394
Hamburgueses.....	26	9,285	Suecos	42	15,655
Lubec	1	360	---	---	---
				569	169,575

IV – PRODUTOS EXPORTADOS DO RIO DE JANEIRO

	<i>Café⁶</i>	<i>Açúcar</i>	<i>Couros</i>	<i>Arroz</i>	<i>Tapioca</i>
	<i>Scs. de 160 lbs.</i>	<i>Caixas</i>	<i>Unidades</i>	<i>Sacos</i>	<i>Barris</i>
1841	1,013,915	10,465	152,543	18,788	3,082
1842	1,199,731	15,460	198,082	116,191	3,893
1843	1,189,523	9,433	345,070	12,187	4,685

Notas: Para completar a lista dos artigos de exportação faltam ainda diversos.

6 - 160 = 72,576 kg. (N. do T.).

V – SACAS DE CAFÉ DE 160 LBS. EXPORTADAS DO RIO DE JANEIRO

	<i>1841</i>	<i>1842</i>	<i>1843</i>
Antuérpia.....	34,316	78,793	50,224
Bremen.....	32,746	12,342	26,890
Cabo da B. Esperança.....	8,108	18,637	12,134
Canal inglês.....	62,779	193,920	80,318
Dinamarca.....	47,640	32,021	36,773
França.....	56,318	27,203	20,797
Hamburgo.....	197,560	183,586	184,523
Holanda.....	4,755	9,141	382
Portos do Mediterrâneo.....	24,595	76,934	102,850
Portugal.....	12,964	43,643	14,044
Espanha.....	-----	-----	5,126
Suécia.....	26,514	31,324	21,461
Trieste.....	62,202	111,607	73,501
Estados Unidos.....	431,222	351,522	548,011
Veneza.....	10,158	2,550	9,050
Outros países.....	1,988	5,008	3,439
	1,013,915	1,179,731	1,189,523

VI – CAIXAS DE AÇÚCAR EXPORTADAS DO RIO DE JANEIRO

	<i>1841</i>	<i>1842</i>	<i>1843</i>
Cabo da Boa Esperança.....	413	448	101
Canal.....	1,317	1,904	821
Cidades hanseáticas.....	655	97	101
Holanda.....	---	----	363
Portos do Mediterrâneo.....	1,183	1,669	408
Portual.....	2,384	2,637	1,497
Rio da Prata.....	1,968	4,994	3,117

	<i>1841</i>	<i>1842</i>	<i>1843</i>
Suécia	171	619	90
Trieste	1,886	2,302	2,203
Valparaíso	---	179	---
Veneza	428	319	---
Outros países	60	471	292
	10,465	15,460	9,433

VII – COUROS EXPORTADOS DO RIO DE JANEIRO

	<i>1841</i>	<i>1842</i>	<i>1843</i>
Antuérpia.....	900	5,075	17,220
Canal inglês	3,652	25,290	25,384
Dinamarca	1,101	4,054	6,1499
França	29426	23,985	24,109
Cidades hanseáticas.....	9,767	11,817	32,034
Holanda	---	---	800
Portos do Mediterrâneo.....	22,311	37,823	97,502
Portugal.....	64,759	55,511	92,049
Espanha	5,224	---	7,515
Suécia	4,534	14,761	8,800
Trieste	10,666	16,684	17,514
Estados Unidos	199	3,282	15,925
Outros países	---	---	69
	152,548	198,082	345,070

VIII – COMÉRCIO ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS

O comércio entre o Brasil e os Estados Unidos consiste principalmente no intercâmbio de produtos úteis, cujo consumo está constantemente aumentando. Essa circunstância autoriza-nos a esperar que o comércio entre os dois países continue a expandir no futuro, como se tem dado até hoje, em proporção ao interesse mútuo de suas populações.

Ver-se-á nos quadros que se seguem que as compras norte-americanas no Brasil aumentaram, em 21 anos, de \$605,126 para \$5,948,814 por ano. Durante o mesmo período, as exportações dos Estados Unidos com destino ao Brasil elevaram-se de \$1,381,760, para \$2,601,502.

Os principais artigos adquiridos pelos Estados Unidos, no Brasil, são: café, açúcar e couros. Os que principalmente exporta para o Brasil são: farinha e manufaturas de algodão. Muitos outros produtos são constantemente intercambiados segundo a conveniência mútua, porém, não em grandes quantidades.

O Brasil já se tornou um dos maiores produtores de café do mundo. Fornece aos Estados Unidos com mais de metade de suas importações anuais do artigo. Quase todo o comércio entre as duas nações é feito por navios norte-americanos. O total da tonelage empregada em 1841/42 no transporte de artigos exportados para o Brasil foi de 38,778. A mesma cifra, relativamente a importação, foi de 37,058. Além disso, inúmeros navios norte-americanos são utilizados no comércio brasileiro com outras nações.

O tratado assinado entre o Brasil e os Estados Unidos em 1828 expirou em 1840. Foi de grande conveniência para ambas as partes e, conquanto não tenha sido formalmente renovado, seu espírito prevalece ainda.

QUADRO COMPARATIVO DO VALOR DO COMÉRCIO ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E O BRASIL

<i>Ano</i>	<i>Importação</i>	<i>Exportação</i>	<i>Ano</i>	<i>Importação</i>	<i>Exportação</i>
1821	\$605,126	\$1,381,760	1832	\$3,890,845	\$2,054,794
1822	\$1,486,567	\$1,463,929	1833	\$5,089,693	\$3,272,101
1823	1,214,810	1,341,390	1834	4,729,969	2,059,351
1824	2,074,119	2,301,904	1835	5,74,466	2,608,656
1825	2,166,707	2,393,754	1836	7,210,190	3,094,936
1826	2,156,678	2,300,349	1837	4,990,893	1,743,209
1827	2,060,971	1,863,806	1838	3,191,238	2,657,194
1828	3,097,752	1,988,705	1839	5,292,955	2,637,485
1829	2,535,467	1,929,927	1840	4,927,296	2,506,574
1830	2,491,460	1,843,238	1841	6,302,653	3,517,273
1831	2,375,829	2,076,095	1842	5,948,814	2,601,502

K

FINANÇAS DO IMPÉRIO
A DÍVIDA FUNDADA DO BRASIL EM JUNHO DE 1843

	£	Mil-réis
Externa.....	6,187,050	35,141,666
Interna	7,775,427	43,196,820
	-----	-----
Total.....	13,962,477	78,338,486

B. ORÇAMENTO DA DESPESA DO GOVERNO BRASILEIRO DURANTE O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1845/46

	Mil-réis	réis
Ministério do Império.....	2,736,117	
Ministério da Justiça	1,592,371	346
Ministério dos Estrangeiros	519,132	000
Ministério da Marinha.....	3,037,212	415
Ministério da Guerra	8,395,786	330
Ministério da Fazenda.....	11,614,303	452
	-----	-----
Total.....	27,891,922\$	543

C. DESPESA PARCELADA DO MINISTÉRIO DO IMPÉRIO

Estipêndio de Sua Majestade o Imperador	800:000
Estipêndio de sua Majestade a Imperatriz	96:000
Estipêndio das princesas	30:000
Estipêndio da Duquesa de Bragança, viúva de D. Pedro I.....	50:000
Professores etc., para a Família Imperial.....	8:400

Conselho de Estado	28:000
Presidentes das Províncias	92:500
Senado	215:300
Câmara dos Deputados	279:729
Correios e Navegação a vapor	622:000
Secretaria de Estado	34:400
Gabinete Imperial	1:900
Universidade de Direito	75:480
Escolas de Medicina	85:035
Academia de Belas-Artes	10:896
Museu	5:000
Junta Comercial.....	15:047
Arquivos Públicos.....	6:220
Correios	12:000
Colonização	10:000
Canais, Estradas e Pontes.....	40:000
Investigações Científicas	6:000
Catequese dos índios	16:000
Despesas eventuais	25:000
Município do Rio de Janeiro – Escolas primárias.....	34:506
Biblioteca Pública	8:614
Jardim Botânico	10:422
Passeio Público	3:426
Vacina.....	3:220
Instituto Histórico	2:000
Academia Imperial de Medicina	1:600
Obras Públicas	106:622

D. ORÇAMENTO DA RECEITA DO ANO 1845/6

Direitos de importação	10,466:500
Despachos marítimos	733:000
Direitos sobre as exportações	2,992:000
Interior	2,334:600
Recursos extraordinários.....	663:900
Taxas municipais.....	768:000
Impostos especiais para o serviço de juros sobre a dívida pública	2,602:000
	20,500:000

E. RECEITA

RECEITA DAS PROVÍNCIAS – 1841/2

	<i>Direitos de Importação</i> <i>Alfândega</i>	<i>Dito Exportação</i> <i>Consulado</i>
Rio de Janeiro	7,437:256\$	1,837:764\$
Bahia	1,621:773	455:530
Pernambuco	1,582:671	397,140
Maranhão	598,142	163,631
Pará	250,136	90,427
Rio Grande do Sul	300,551	267,154
São Paulo	75,715	62,270
Paraíba	17,441	38,955
Ceará	69,565	18,733
Santa Catarina	38,969	17,697
Alagoas	28,682	36,065
Sergipe	11,072	35,953
Rio Grande do Norte	1,457	58
Espírito Santo	4,410	1,310
Piauí	2,187	453
	12,037:840\$	3,422:687\$

L

DIPLOMACIA

O Governo brasileiro mantém Ministros Residentes ou Extraordinários em cada um dos seguintes países:

Áustria	Nápoles
Bélgica	Portugal
França	Roma e Toscana
Inglaterra	Buenos Aires
Espanha	Estados Unidos

Nos seguintes países, é representado por Chargé d'Affaires:

Rússia				
Turim	Suécia	Bolívia	Uruguai	Paraguai
e	Noruega	Chile	Peru	Venezuela
Parma	Dinamarca	Cidades Hanseáticas		

Os governos acima mencionados são representados no Rio de Janeiro por diplomatas de igual categoria.

M

EXÉRCITO

O Exército permanente do Brasil monta a 24,244 oficiais e soldados, discriminados da seguinte maneira:

Tropas de linha.....	17,095
Voluntários e recrutas.....	1,769
Guarda Nacional em serviço.....	5,380

Em 1844, as tropas de linha estavam distribuídas pelas províncias, da seguinte maneira:

Rio de Janeiro	2,453	Pernambuco.....	731
Bahia	620	Paraíba.....	124
Sergipe	118	Rio Grande do Norte.....	86

Alagoas.....	81	Ceará.....	381
Mato Grosso.....	879	Piauí.....	302
Goiás.....	234	Maranhão.....	843
Rio Grande do Sul.....	7,758	Pará.....	1,128
Santa Catarina.....	131	Minas Gerais.....	625
São Paulo.....	601	-----
.....		Total.....	17,095

N

MARINHA

FORÇA NAVAL BRASILEIRA EM 1844

<i>Navios em Serviço</i>	<i>N^o</i>	<i>Homens</i>	<i>Boca de fogo</i>	<i>Na ativa</i>	<i>Condenados</i>
Navio de linha.....					
Fragatas.....	1	163	34	2	2
Corvetas.....	5	808	102	1	1
Brigues.....	4	273	44		
Brigues e escunas.....	7	376	76		2
Patachos.....	4	177	26		
Escunas.....	9	277	32	1	
Iates.....	10	249	11		
Cúter.....	1	23	1		
Canhoneiras.....	13	142	12		
Vapores.....	6	214	12	2	
Transportes.....	7	128			
	67	2,830	350	7	5

OFICIAIS DE MARINHA, 1844

Almirante.....	1
Vice-Almirante.....	2
Comandante-de-esquadra.....	4
Comandante-de-divisão.....	8
Capitães-tenentes.....	16
Capitães.....	30
Comandantes.....	60
Primeiros-tenentes.....	160
Segundos-tenentes.....	240
Estudantes da Escola de Marinha.....	67

O

PODER JUDICIÁRIO

O Departamento da Justiça Civil é administrado pelos seguintes funcionários:

- | | |
|-------------------------------------|---------------------|
| 1 – Juizes de paz eleitos pelo povo | |
| 2 – Juizes municipais | Nomeados pela Coroa |
| 3 – Juizes e órfãos | |
| 4 – Juizes de direito | |
| 5 – Juizes do tribunal | |

P

FAMÍLIA IMPERIAL

A Coroa do Brasil é hereditária em linha de sucessão direta

Imperador – D. Pedro II, d'Alcântara, nascido a 2 de dezembro de 1825.

Imperador – D. Pedro II, d'Alcântara, aclamado a 7 de abril de 1831.

Imperador – D. Pedro II, d'Alcântara, declarado maior a 23 de julho de 1840.

Imperador – D. Pedro II, d'Alcântara, coroado a 18 de julho de 1841.

Imperatriz – D. Teresa Cristina, irmã do Rei das Duas Sicílias.

Irmãs do Imperador – D. Januária, herdeira presuntiva, nascida em 1822, casada com o Príncipe D. Luís, Conde d'Áquila, 1843.

D. Francisca, nascida em 1824. Casada com o Príncipe Joinvile, 1843.

D. Maria da Glória, Rainha, nascida no Rio de Janeiro em 1819. Casada com o Príncipe D. Fernando Augusto Saxe-Coburgo Gotha.

Ex-Imperatriz do Brasil, a Arquiduquesa de Bragança, D. Amélia Augusta, viúva de D. Pedro I, nascida em 1812.

A Filha de D. Amélia, meia-irmã do Imperador do Brasil, D. Maria Amélia, nascida em 1831.



CASAMENTO DO PRÍNCIPE DE JOINVILE COM SUA ALTEZA IMPERIAL D. FRANCISCA

Em vista da exigüidade de espaço, no texto, para a inserção dos pormenores que se seguem, damo-los em apêndice para uso dos interessados.

A 19 de abril o Barão Langsdorff, Embaixador do Rei de França, foi oficialmente recebido pelo Imperador a fim de pedir a mão da Princesa Francisca Carolina para o Príncipe Joinville.

O Barão assim se expressou:

“Majestade. – Apresento-me em nome do Rei, meu augusto soberano, a fim de pedir a mão de Sua Alteza Imperial, a Princesa Dona Francisca, irmã de Sua Majestade, para o Príncipe de Joinville.

“Nada poderia ser mais grato ao coração do rei que essa união capaz de estreitar ainda mais os laços de família que já prendem as duas dinastias e os de amizade que unem as respectivas nações. Ouso esperar que sejam idênticos os sentimentos de Vossa Majestade. Tendo-me sido permitido penetrar no santuário da família onde os monarcas põem de lado as pompas que ora cercam Vossa Majestade, lá encontrei, augusto Senhor, essas virtudes e ternuras que também a França admira na augusta casa que a governa. Separando-se de um irmão cujo amor com tanta solicitude velou sua mocidade e de uma idolatrada irmã cujas virtudes lhe asseguram a afeição e o respeito gerais, a Princesa Francisca tomará o seu lugar no seio duma família real tão unida e devotada a cada um de seus membros. Sua felicidade apenas mudará de ambiente e, receberá, entregue aos cuidados de um esposo que já granjeou universal renome, as garantias de permanência a que as peregrinas virtudes de Sua Alteza Imperial fazem jus.”

O Imperador respondeu como segue:

“Consinto de todo o coração nessa aliança que tanto me apraz e com a qual os brasileiros tão cordialmente se rejubilam.

“Minha irmã, a quem V. Ex^a agora se dirigirá, certamente há de confirmar esta minha resposta, pois estamos certos de que ela, no afeto da Família Real de França,

encontrará suave lenitivo para as saudades que certamente sentirá, deixando o país que lhe deu o berço.”

A seguir o barão dirigiu-se à Princesa, nos seguintes termos:

“Senhora – A felicidade de meu amo, o Príncipe de Joinville, não seria completa sem a gentil confirmação de V. A. à resposta que o Imperador, vosso augusto irmão, acaba de me dar. Mais afortunado que a maioria dos príncipes, foi-lhe dado observar pessoalmente as altas qualidades que distinguem Vossa Alteza Imperial. Vosso coração, Senhora, agradecer-lhe-á por ter querido que assim fosse.

“Senhora, não entrareis como estranha no seio da nova família que impacientemente vos espera. Lá encontrará Vossa Alteza as ternuras de uma mãe que já vos ama como filha e que vos mostrará em tocantes exemplos que superioridade e que fulgores podem as virtudes individuais emprestar, mesmo às pessoas da mais elevada posição.”

A Princesa respondeu como segue:

“Senhor Ministro. – Sinto-me feliz em confirmar a resposta de meu augusto irmão. Estou certa de que o afeto da família real de França amenizará as saudades que hei de sentir deixando minha pátria e meus queridos irmãos.”

Terminada a cerimônia o barão dirigiu-se para bordo da fragata *Belle Poule*, onde comunicou ao Príncipe de Joinville as respostas tanto do Imperador como da Princesa. Todos os navios franceses surtos no porto hastearam a bandeira brasileira e deram uma salva de vinte e um tiros e foi respondida pelas baterias e pelo brigue de guerra brasileiro *3 de Maio*.

Os pormenores que se seguem constam do relatório oficial do ato transcrito no livro de família da Casa Real de França.

CONTRATO DE CASAMENTO

No primeiro dia de maio do ano de 1843, segunda-feira, ao meio-dia, na cidade do Rio de Janeiro, Império do Brasil, eu, Emile, Barão de Langsdorff, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do rei junto à Sua Majestade, o Imperador do Brasil, comendador da real ordem da Legião de Honra, desempenhando as funções de funcionário do Estado, apresentando-me em obediência às ordens recebidas de Sua Alteza Real, o Príncipe Joinville, de parte do Rei, acompanhado por Josephe Leonce de St. George, secretário de legação do Rei e por Theodore Taunay, Chanceler, cavaleiro da real ordem Legião de Honra, numa das dependências do imperial Palácio de São Cristóvão, para esse fim designada por sua Majestade, o Imperador do Brasil:

Aí procedemos à lavratura do contrato de casamento entre o excelso e poderoso príncipe François-Ferdinand-Philippe-Louis-Marie d’Orleans, Príncipe de Joinville, nascido em Neuilly, a 14 de agosto de 1818, filho do excelso, poderoso e mui excelente Príncipe Louis Philippe, primeiro desse nome, Rei de França, e da excelsa, poderosa e mui excelente Princesa Maria Amélia, rainha de França, de um lado.

E a excelsa e mui poderosa Princesa Francisca-Carolina-Joana-Carlota-Leopoldina-Romana-Xavier de Paula-Micaela-Gabriela-Rafaella Gonzaga, Princesa do Brasil, nascida no Rio de Janeiro a 2 de agosto de 1824, filha de excelso, poderoso e mui excelente Príncipe Dom Pedro d'Alcântara, de Bragança e Bourbon, primeiro Imperador do Brasil, falecido a 24 de setembro de 1834, e da falecida, excelsa, poderosa e mui excelente princesa Carolina-Josefa-Leopoldina, Arquiduquesa d'Áustria, Imperatriz do Brasil, morta a 11 de dezembro de 1826, de outro lado;

E para esse efeito, na presença do excelso, mui poderoso e mui excelente Príncipe Dom Pedro segundo, Imperador do Brasil, irmão e tutor da Princesa noiva; na presença também, da excelsa, e mui poderosa Princesa Dona Januária, Princesa Imperial, herdeira presuntiva da coroa e irmã da Princesa noiva.

Também na presença das testemunhas designadas por Sua Majestade e Imperador do Brasil e sua Alteza Real, o Príncipe de Joinville, a saber: por sua Alteza Real o Príncipe de Joinville, noivo, Louis-Jean-Pierre Nonay, capitão de marinha, cavaleiro da Real Ordem da Legião de Honra, comandante do navio *Ville de Marseille* e Philippe-Victor Touchad, tenente de marinha, cavaleiro da real Ordem da Legião de Honra, ajudante (officier d'ordonnance) de Sua Alteza Real, o príncipe de Joinville; e para Sua Alteza Imperial, a Princesa noiva, José da Costa Carvalho, Visconde de Monte Alegre, Senador do Império, Presidente do Senado, Conselheiro de Estado, oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro do Sul, e Pedro d'Araújo Lima, Visconde d'Olinda, grande do Império, senador do Império, Conselheiro de Estado, oficial da Imperial ordem do Cruzeiro do Sul, comendador da Ordem de Cristo:

Propusemos às altas partes contratantes a seguinte pergunta:

Excelso e mui poderoso Príncipe François-Ferdinand-Philippe-Louis-Marie d'Orleans, Príncipe de Joinville, declara Vossa Alteza receber em matrimônio a excelsa e mui poderosa Princesa Francisca-Carolina-Joana-Carlota-Leopoldina-Romana-Xavier de Paula-Micaela-Gabriela-Rafaella Gonzaga, Princesa do Brasil aqui presente? E, a esta pergunta, Sua Alteza Real respondeu: "Declaro."

Excelsa e mui poderosa Princesa Francisca-Carolina-Joana-Carlota-Leopoldina Romana-Xavier de Paula-Micaela-Gabriela-Rafaella Gonzaga, Princesa do Brasil, declara Vossa Alteza receber em matrimônio o alto e mui poderoso Príncipe François-Ferdinand-Philippe-Louis-Marie d'Orleans, príncipe de Joinville, aqui presente? E, a esta pergunta Sua Alteza Imperial respondeu: "Declaro."

Ao que prosseguimos?

Por ordem do rei e em nome da lei, declaramos que o excelso e mui poderoso Príncipe François-Ferdinand-Philippe-Louis-Marie d'Orleans, príncipe de Joinville, e a excelsa e mui poderosa Princesa Francisca-Carolina-Joana-Carlota-Leopoldina-Romana Xavier de Paula-Micaela-Gabriela-Rafaella Gonzaga, Princesa do Brasil, estão unidos em matrimônio.

De tudo o que lavramos o presente que deverá ser transmitido ao Chanceler da França, Presidente da Câmara dos Pares, e transcrito nos registros de Estado da Casa Real; e conosco, depois de sua leitura assinaram o presente.

D. Pedro II
P. D. Januária

François d'Orleans
François d'Orleans

L. Nonay, V. Touchard, Visconde de Monte Alegre, Visconde d'Olinda, Barão E. de Langsdorff, L. de St. George, T. Taunay.

R

SUCCESSÃO DOS MINISTÉRIOS DESDE A ABDICAÇÃO DE D. PEDRO I

I – SOB A REGÊNCIA PROVISÓRIA

7 de abril de 1831

Império	–	Visconde de Goiana
Guerra	–	José Manuel de Moraes
Marinha	–	Manuel de Campos
Justiça	–	José Manuel d'Almeida
Estrangeiros	–	Manuel José de Sousa França
Fazenda	–	Francisco Carneiro de Campos

II – SOB A REGÊNCIA PERMANENTE

17 de junho de 1831

Império	–	Nicolau Pereira de Campos Vergueiro
Fazenda	–	Martim Francisco de Andrada
		Outros Ministérios, como acima.

16 de julho de 1831

Império	–	José Linho de Coutinho
Justiça	–	Diogo Antônio Feijó
Fazenda	–	Bernardo Pereira de Vascelos
Guerra	–	Manuel de Fonseca Lima
Marinha	–	José Manuel d'Almeida
Estrangeiros	–	Francisco Carneiro de Campos

3 de agosto de 1832

- Justiça e Estrangeiros – (Interino) Pedro de Araújo Lima
- Fazenda e Império – (Interino) Francisco de Paula Cavalcanti Albuquerque
- Guerra e Marinha – (Interino) Bento Barroso Pereira

13 de setembro de 1832

- Império – N. P. de C. Vergueiro
- Estrangeiros – Bento da Silva Lisboa
- Justiça – Honório Hermeto Carneiro Leão
- Guerra e Marinha – (Interino) Antero José Ferreira de Brito
- Fazenda – Cândido José d'Araújo Viana

Junho de 1833

- Império – Aureliano de Sousa Oliveira Coutinho

1835

- Império – Manuel Alves Branco

1836

- Império – Limpo de Abreu

3 de novembro de 1836

- Império – Gustavo Adolfo d'Aguiar Pantoja

1837

- Império – Francisco Gê d'Acaiaba de Montezuma

19 de setembro de 1837

- Justiça – Bernardo Pereira de Vasconcelos
- Fazenda – Miguel Calmon du Pin e Almeida
- Estrangeiros – Antônio Peregrino Maciel Monteiro

Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil 313

19 de abril de 1839

- Justiça – Fr. de Paulo d'Almeida Albuquerque
- Estrangeiros – Cândido Batista d'Oliveira
- Marinha – Jacinto Roque de Sena Pereira

1840

- Estrangeiros – C. M. Lopes da Gama

III – SOB O IMPÉRIO DE D. PEDRO II
24 de julho de 1840

- Império – Antônio Carlos Ribeiro d'Andrada Machado e Silva
- Fazenda – Martim Francisco Ribeiro d'Andrada
- Estrangeiros – Aureliano de Sousa Oliveira Coutinho
- Justiça – Antônio Paulino Limpo d'Abreu
- Marinha – Antônio Fr. Paula Holanda Cavalcanti Guerra
- Guerra – Francisco de Paula Cavalcanti d'Albuquerque

23 de março de 1841

- Império – Cândido José d'Araújo Viana
- Fazenda – Miguel Calmon du Pin e Almeida
- Marinha – Marquês de Paranaguá
- Justiça – Paulino José Soares de Sousa
- Guerra – José Clemente Pereira
- Estrangeiros – Aureliano de Sousa Oliveira Coutinho

20 de janeiro de 1843

- Império – José Antônio da Silva Maia
- Fazenda – Joaquim Francisco Viana
- Marinha – Joaquim José Rodrigues Torres
- Estrangeiros – Paulino José Soares de Sousa
- Guerra – Salvador José Maciel
- Justiça – Honório Hermeto Carneiro Leão

1844

Império	–	José Carlos Pereira d'Almeida Torres
Justiça	–	Manuel Antônio Galvão
Estrangeiros	–	Ernesto Ferreira França
Marinha	–	Antônio Francisco Holanda Cavalcanti
Guerra	–	Jerônimo Francisco Coelho
Fazenda	–	Manuel Alves Branco

S

CONSELHO DE ESTADO

MEMBROS DO VELHO CONSELHO DE ESTADO

Marquês de Paranaguá	Marquês de Baependi
Marquês de Maricá	Conde de Valença
Conde de Lajes	Visconde de São Leopoldo

MEMBROS DO NOVO CONSELHO DE ESTADO, NOMEADOS DEPOIS DA
COROAÇÃO DE D. PEDRO II

Membros ordinários

Visconde	de Olinda
Visconde	de Abrantes
Senador	Honório Hermeto Carneiro Leão
Senador	Bernardo Pereira de Vasconcelos
Senador	Manuel Alves Branco
Senador	Caetano Maria Lopes da Gama
Senador	José Antônio da Silva Maia
General	Francisco Cordeiro da Silva Torres

Membros extraordinários

General	José Joaquim de Lima e Silva
Senador	José Carlos Pereira d'Almeida Torres
Bispo	de Anemúria
Visconde	de Monte Alegre
	José Cesário de Miranda Ribeiro

T

NOBILIARQUIA

Existem no Brasil 88 títulos nobiliárquicos, a saber:

Vinte marqueses	Sete condes
Vinte e nove viscondes	Trinta e dois barões

Os títulos nobiliárquicos não são hereditários. Às vezes o Imperador concede ao filho o título do pai, quando os serviços prestados ao país são considerados suficientes para merecer tal favor.

OS SEGUINTE TÍTULOS FORAM CONCEDIDOS DEPOIS DA COROAÇÃO DE D. PEDRO I:

Conde de Iguaçú	Pedro Caldeira Brant
Conde de Parapuí	Bento Antônio Vaía
Visconde de Olinda	Pedro de Araújo Lima
Visconde de Abrantes	Miguel Calmon du Pin e Almeida
Visconde de Monte Alegre	José da Costa Carvalho
Visconde de Paranaíba	Manuel de Sousa Martins
Visconde de Rio Comprido	José de Oliveira Barbosa
Visconde de São Salvador	José Alexandre Carneiro Leão
Barão de Antonina	João da Silva Machado
Barão da Boavista	Francisco do Rego Barros
Barão do Bonfim	José Francisco de Mesquita
Barão da Cajaíba	Alexandre Gomes de Argola Ferrão
Barão de Caxias	Luís Alves de Lima
Barão dos Fiais	Luís Paulo de Araújo Bastos
Barão de Itamaracá	Tomás Antônio Maciel Monteiro
Barão de Jaguarí	Domingos de Castro Antiqueira
Barão de Passé	Antônio da Rocha Pita Argolo
Barão de Pirai	José Gonçalves de Morais
Barão do Pontal	Manuel Inácio de Melo e Sousa
Barão de Sabará	Manuel Antônio Pacheco
Barão de São Gabriel	João de Deus Maia Barreto
Barão de Santa Luzia	Manuel Ribeiro Viana
Barão de Suaçuna	Francisco de Paula Cavalcanti d'Albuquerque

Este apêndice foi iniciado com breves comentários sobre os erros contidos no artigo de M'ulloch concernente ao Brasil e, é com sincero pesar que nos vemos forçados a encerrá-lo afirmando estar igualmente eivado de clamorosos erros o primeiro volume do novo e custoso trabalho *Narrative of the United States Exploring Expedition (Narrativa da Expedição Exploradora Norte-Americana)*.

Sem nos dar ao trabalho de citar pormenorizadamente os deslizes em questão, citaremos apenas alguns dos principais:

1 – O artigo a que ora nos referimos começa assim “São Salvador, mais conhecido como Rio de Janeiro”. Observação: S. Salvador é o antigo nome da Bahia, e a cidade está a oitocentas milhas de distância do Rio de Janeiro!

2 – Continua o articulista considerando a população negra da capital do país como constituindo o ponto de maior interesse! Por isso ocupa-se largamente dos africanos que viu no Rio de Janeiro e às curiosas marcas de suas faces, deixando de lado o governo, as instituições e os grandes homens do país ou fazendo-lhes apenas alusões vagas, no decurso de considerações as mais desairosas. Será fácil imaginar como se sentirá o governo brasileiro sabendo que notícias desse jaez são distribuídas no estrangeiro às expensas dos Estados Unidos.

3 – Na tabela onde dá a população do Brasil, nada menos de seis províncias aparecem com nome errado.

.....
Índice Onomástico

A

Abrantes, Visconde de – 314
Abreu, Antônio Paulino Limpo d' – 312, 313
Agostinho (Santo) – 286
Aguiar, Luís Henrique Ferreira d' – 20
Aguiar, Rafael Tobias d' – 231, 241, 248, 255
Albuquerque, Álvaro da Silveira – 38
Albuquerque, Fr. de Paulo d'Almeida – 313
Albuquerque, Francisco de Paula Cavalcanti d' – 313, 315
Alencastro, Antônio Pedro d' – 255
Almeida – 128
Almeida, Joam d' – 73, 81, 82, 83, 84
Almeida, José Manuel d' – 311
Almeida, Miguel Calmon du Pin e – 312, 315
Alves, Francisco – 190
Amarante, Gonçalo d' (Santo) – 286
Amaro (Santo) – 286
Amélia Augusta (D.) – 308
Anastácio – 163
Anchieta, José de – 32, 73, 78, 79, 80, 81, 82, 83
Andrada, Antônio Carlos – 55, 241, 242, 245, 247, 248, 268
Andrada, José Bonifácio de – 49, 103, 241, 242, 243, 244, 245, 257, 278
Andrada, Martim Francisco de – 243, 245, 248, 258, 268, 311, 313
Andradas (Os) – 242, 243, 268
Andrade, D. Manuel Joaquim Gonçalves de – 198
Antiqueira, Domingos de Castro – 315
Antônio (Santo) – 137, 174, 286
Apolônia (Santa) – 286
Araújo, Manuel de Monte Rodrigues d' – 126
Argolo, Antônio da Rocha Pita – 315
Armitage, John – 43

B

B. (Senhor) – 179, 188, 255, 259
Baependi (Marquês de) – 314
Balbi, Aldrien – 274
Bárbara (Santa) – 286
Barbosa, José de Oliveira – 315
Barcelos, Anselmo Ferreira – 223
Barreto, João de Deus Maia – 315
Barreto, Mem de Sá – 29, 30, 31, 32, 275
Barros, Francisco do Rego – 315
Barros, João de – 275
Bartolomeu (São) – 286
Bastos – 140, 141
Bastos, Luís Paulo de Araújo – 315
Benedito (São) – 162, 286
Benedito XIV (Papa) – 194
Bloem (Major) – 237, 238
Boles – 32
Bonaparte, Napoleão – 40, 144
Bonpland – 114
Bragança (Duquesa de) – 302
Braganças – 146
Branco, Manuel Alves – 312, 314
Branco, Manuel Alves – 314
Brant, Pedro Caldeira – 315
Brás (Santo) – 286
Brito, Antero José Ferreira de – 312
Brotero, José Maria de Avelar – 213, 217, 218, 240
Brown – 54
Bueno, Amador – 194
Burchell, William John – 256
Burford, Robert – 256

C

C., J. M. d' - 283
Cabral, Pedro Álvares - 246, 275
Caldeira, Francisco - 276
Calmet - 262
Calmon - 244
Campos, Francisco Carneiro de - 311
Campos, Manuel de - 311
Caravelas (Marquês de) - 54
Carolina-Josefa-Leopoldina (Princesa) - 310
Carvalho, José da Costa - 310, 315
Cavalcanti, Antônio Francisco Holanda - 57, 314
Cavendish - 258, 259, 276
Ceres - 204
Charles - 189, 190
Coelho, Jerônimo Francisco - 314
Coligny - 26, 27, 29, 31
Conceição (Nossa Senhora da) - 175, 286
Cornélio (São) - 286
Correia, Jorge de Figueiredo - 275
Costa Carvalho - 55, 56
Costa, José Domingues - 105
Cotter (Coronel) - 91
Courserac (Cavalheiro de) - 38
Coutinho, Aureliano de Sousa Oliveira - 312, 313
Coutinho, José Linho de - 311
Coutinho, Vasco Fernandes - 275
Cristo - 162
Cunha (Conde da) - 39, 74
Cunha Matos - 135

D

Dabney, Isabel - 217
Daniel - 255
Decac - 291
Desfont - 292
Diogo - 164, 165, 166, 170
Dores (Nossa Senhora das) - 175
Du Clerc - 33, 34, 35, 37, 277

E

Engler - 229

F

F. (Senhor) - 180, 186
Feijó, Diogo Antônio - 16, 57, 58, 237, 241, 242, 249, 250, 252, 262, 278, 311
Félix, Manuel - 225
Fenton, Edward - 258
Ferrão, Alexandre Gomes de Argola - 315
Figueiredo, Antônio Pereira de - 269, 270
Fletcher, J. G. - 16, 17
França, Manuel José de Sousa - 311
Francisca (D.) - 308
Francisca-Carolina-Joana-Carlota-Leopoldina-Romana-Xavier de Paula-Micaela-Gabriela-Gonzaga, Rafaela (Princesa) - 308, 310
Francisco (São) - 287
François-Ferdinadi-Philippe-Louis-Morie d'Orleans (Príncipe Joinville) - 308, 309, 310, 311
Freitas, Francisco Pinto de Rego - 213

G

G. (Senhor)-178, 179, 180, 190, 201, 216
Galvão, Manuel Antônio - 314
Gama, Caetano Maria Lopes da - 313, 314
Garden, Kew - 256
George, L. de St. - 311
Gertrudes - 201, 204, 208, 209, 254
Góis, Pedro de - 275
Gomes - 290
Gomez - 292
Gómez - 54
Gonçalves, Bento - 234, 246
Gotha, Fernando Augusto Saxe-Coburgo (Príncipe) - 308
Grã, Luís da - 32
Guerra, Antônio Fr. Paula Holanda Cavalcanti - 313
Guillemin, Antônio - 178, 202, 214

Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil 319

H

Hayne – 292
Henrique III – 27
Hermenegildo (Santo) – 286
Hilaire, Auguste – 190, 202, 230, 241
Humboldt – 114, 290, 291, 292

I

I. (Senhor) – 179
Isabel – 81
Itanhaém (Marquês de) – 56

J

Jacques, Cristóvão – 275
Jacquin – 291
Jaime (São) – 155
Januária (D.) – 26, 278, 307, 310, 311
Jerônimo (São) – 286
João (São) – 137
João Nepomuceno (São) – 287
João VI (D.) – 33, 40, 43, 45, 51, 62, 102,
132, 146, 162, 165, 167, 224, 250, 278
Joaquim Antônio – 220, 221
Johnson, O. M. – 122
Jorge (São) – 135
José (São) – 132, 286
Junot (Marechal) – 40

K

Kidder, Daniel Parish – 15, 16, 17, 79, 81,
202, 213, 230, 239, 270
Kunth – 290, 291

L

L (Senhor) – 231
Lajes (Conde de) – 314
Lammark – 290, 291, 292
Lancaster – 253
Lancaster, James – 276

Langsdorff, E. de (Barão) – 233, 308,
309, 311
Lapa (Nossa Senhora da) – 175
Lavradio (Marquês do) – 39
Lázaro – 73
Lázaro (Santo) – 286
Leão, Honório Hermeto Carneiro – 312,
313, 314
Leão, José Alexandre Carneiro – 315
Leonce, Josephe – 309
Leopoldina (D.) – 47
Lery – 207
Léry, Jean de – 28
Libório (São) – 287
Lima e Silva, José Joaquim de (General)
– 314
Lima, Francisco – 54, 56
Lima, Luís Alves de – 315
Lima, Luís Gonçalves de – 223
Lima, Manuel Fonseca – 311
Lima, Pedro de Araújo – 59, 278, 310,
312, 315
Linley, John – 290, 291, 292, 293
Linhares (Conde de) – 214, 237
Lisboa, Bento Silva – 312
Lisboa, Gaspar José – 20
Loiola, Inácio de – 79, 82
Lopes, Domingos – 117
Lorena, Bernardo José de – 182
Lourenço (São) – 286
Luís (D.)(Conde d'Áquila) – 307
Luzia (Santa) – 286

M

M'Culloch – 274
Macário (Santo) – 287
Machado, Álvares – 241, 247, 248
Machado, João da Silva – 315
Maciel, Salvador José – 313
Maia, José Antônio da Silva – 313, 314
Manuel – 165
Margarida (Santa) – 286

320 *Daniel P. Kidder*

Maria Amélia (D.) – 308, 309
Maria da Glória (D.) – 308
Maria I (D.) – 42
Maria II (D.) – 278
Maria Luísa (D.) – 47
Maricá (Marquês de) – 314
Marques, Miguel Eufrázio de Azevedo – 213
Martin, John – 81, 290, 291, 292
Martins, Manuel de Sousa – 315
Martius – 22, 290, 291
Mateus (São) – 152
Mawe, John – 180, 211, 241, 294
Meneses, César de – 174
Meneses, Diogo de – 276
Mesquita, José Francisco de – 315
Miguel (São) – 286
Miguel dos Santos (São) – 287
Mola – 193
Montalvão (Marquês de) – 276
Monte Alegre (Visconde de) – 311, 314
Monteiro, Antônio Peregrino Maciel – 312
Monteiro, Tomás Antônio Maciel – 315
Montezuma, Francisco Gê d’Acaiaba de – 312, 243
Montpellier – 267
Moore – 247
Morais (Brigadeiro-General) – 243
Morais, Francisco de Castro – 35, 37, 38, 39
Morais, José Gonçalves de – 315
Morais, José Manuel de – 311
Morais, Rubens Borba de – 17
Moura, Antônio Maria de – 241, 248, 249
Muniz, João Bráulio – 55, 56, 57

N

Nicholson – 121
Nóbrega – 29, 30, 31
Nonay, Louis-Jean-Pierre – 310, 311

O

Olinda, Visconde de – 311, 314
Oliveira, Cândido Batista d’ – 313

Onofre (Santo) – 287

P

P. (Senhor) – 179
Pacheco, Manuel Antônio – 315
Palma (Conde da) – 237
Pantoja, Gustavo Adolfo d’Aguiar – 312
Paranaguá (Marquês de) – 313, 314
Parigot – 234
Paula (D.) – 56
Paulo (São) – 200
Pedro (São) – 137
Pedro (São) – 200
Pedro Gonçalves (Santo) – 287
Pedro I (D.) – 45, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 91, 109, 132, 147, 194, 237, 243, 244, 245, 278, 302, 308
Pedro II (D.) – 47, 53, 67, 147, 278, 279, 307, 310, 311
Pereira – 217
Pereira, Bento Barroso – 312
Pereira, Duarte Coelho – 275
Pereira, Jacinto Roque de Sena – 313
Pereira, José Clemente – 313
Pereira, Rui – 191
Persoon – 291
Philippe, Louis – 309
Pinto, J. T. – 104
Pinzón, Vicente Yáñez – 275
Pison – 230
Pohl – 290
Pont, Carguilleray du – 29

R

Ramalho, João – 190
Regina, Maria I – 182
Reidel – 290
Rendon, Arouche de Toledo – 218
Ribeiro, José Cesário de Miranda – 314
Rich – 292
Richard – 290
Riedel, Louiz – 290

Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil 321

Rocbuck – 259
Rocha – 243
Rousseau – 103
Russel, Cynthia H – 15

S

Saint-Hilaire – 290, 291, 292
Saldanha, Martim Lopes Lobo de – 213
Salomão – 152
Santos (Marquesa de) – 149
São Leopoldo (Visconde de) – 314
Say (Conde de) – 144
Schott – 291, 292,
Schreber – 292
Sebastião (São) – 129, 286
Sérvulo (Santo) – 287
Silva, Antônio Carlos Ribeiro d'Andrada Machado e – 313
Silva, José Bonifácio de Andrada e – 53, 55, 56, 99
Simão Estilita (São) – 286
Simonsen, Roberto – 38
Smith – 135
Smith, Harriett – 16
Soria, Jacques – 276
Sousa, Martim Afonso de – 190, 275
Sousa, Paulino José Soares de – 313
Sousa, Pedro Lopes de – 275
Sousa, Tomé de – 190, 275
Southey – 31, 80, 85, 183, 193, 204, 208, 225
Souza, Martim Afonso de – 173
Spaulding, Justin – 100, 107, 121, 142, 152, 159, 166, 170
Sprengel – 292
Swartz – 290, 291

T

Taunay, Theodore – 309, 311
Távora, Francisco de – 38
Teixeira, Pedro – 276
Teresa Cristina (D.) – 307
Tivora, Francisco de – 38

Tomás de Aquino (Santo) – 286, 287
Torres, Francisco Cordeiro da Silva – 314
Torres, Joaquim José Rodrigues – 313
Torres, José Carlos Pereira d'Almeida – 314
Torres, José Rodrigues – 165
Touchad, Philippe-Victor – 310
Tourinho, Pedro de Campos – 275
Trancoso, Anastácio de Freitas (Coronel) – 213
Trouin, Duguay – 33, 35, 36, 37, 38, 39, 277
Tude (São) – 286

U

Upshur – 20
Urbano VIII – 127

V

V. Touchard – 311
Vaia, Bento Antônio – 315
Valença, Conde de – 314
Vasconcelos, Bernardo Pereira de – 311, 312, 314
Vasconcelos, Luís de – 39, 58, 59
Vasconcelos, Simão de – 79, 80, 81
Veiga, Evaristo Ferreira da – 165
Ventenat – 290, 291
Vergueiro, Nicolau Pereira de Campos – 54, 241, 247, 248, 311, 312
Vespuci, América – 118
Viana, Cândido José d'Araújo – 312, 313
Viana, Joaquim Francisco – 313
Viana, Manuel Ribeiro – 315
Villegagnon, Nicolau Durand de – 26, 27, 28, 29, 31, 32, 55, 260, 275
Volney – 103, 263
Voltaire – 103
Von Martius – 110, 114, 230, 287
Von Spix – 22, 114

W

Walsh – 128, 134
Wellington (Duque de) – 48
Wild – 292